



A ameaça comunista em Pernambuco [Garanhuns – 1958/1964]

Erinaldo Cavalcanti

**RELATOS DO MEDO: A AMEAÇA COMUNISTA
EM PERNAMBUCO [GARANHUNS - 1958/1964]**

Erinaldo Vicente Cavalcanti

**RELATOS DO MEDO: A AMEAÇA COMUNISTA
EM PERNAMBUCO [GARANHUNS - 1958/1964]**

Editora
Universitária  UFPE

RECIFE | 2012

Universidade Federal de Pernambuco

Reitor: Prof. Anísio Brasileiro de Freitas Dourado

Vice-Reitor: Prof. Sílvio Romero Marques

Diretora da Editora UFPE: Prof^{fa} Maria José de Matos Luna

Editora associada à



Comissão Editorial

Presidente: Prof^{fa} Maria José de Matos Luna

Titulares: Ana Maria de Barros, Alberto Galvão de Moura Filho, Alice Mirian Happ Botler, Antonio Motta, Helena Lúcia Augusto Chaves, Liana Cristina da Costa Cirne Lins, Ricardo Bastos Cavalcante Prudêncio, Rogélia Herculanio Pinto, Rogério Luiz Covaleski, Sônia Souza Melo Cavalcanti de Albuquerque, Vera Lúcia Menezes Lima.

Suplentes: Alexsandro da Silva, Arnaldo Manoel Pereira Carneiro, Edigleide Maria Figueiroa Barreto, Eduardo Antônio Guimaraes Tavares, Ester Calland de Souza Rosa, Geraldo Antônio Simões Galindo, Maria do Carmo de Barros Pimentel, Marlos de Barros Pessoa, Raul da Mota Silveira Neto, Silvia Helena Lima Schwamborn, Suzana Cavani Rosas.

Editores Executivos

Afonso Henrique Sobreira de Oliveira

Suzana Cavani Rosas

Créditos

Revisor: Juliana C. de Andrade

Capa e Projeto Gráfico: EdUFPE

Catálogo na fonte:
Biblioteca Joselly de Barros Gonçalves, CRB4-1748

C376r Cavalcanti, Erinaldo Vicente.
Relatos do medo: a ameaça comunista em Pernambuco [Garanhuns – 1958/1964] / Erinaldo Vicente Cavalcanti. – Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2012.
209 p.

Originalmente apresentada como dissertação do autor (mestrado – UFPE, CFCH, História, 2009) sob o título "Construções do medo : a ameaça comunista em Garanhus - PE (1958-1964)".
Inclui apêndice e bibliografia.
ISBN 978-85-415-0039-5 (broch.)

1. Historiografia – Garanhus (PE) – 1958-1964. 2. Imprensa e política – Garanhus (PE). 3. Comunismo – Garanhus (PE) – História. 4. Movimentos anticomunistas – Garanhus (PE). I. Título.

907.2 CDD (23.ed.) UFPE (BC2012-046)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos e videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial em qualquer sistema de processamento de dados e a inclusão de qualquer parte da obra em qualquer programa juscibernético. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração.

*À minha “velha”, Carmelita, ou Lita,
como era chamada entre os íntimos!*

Agradecimentos

Como agradecer em palavras as inúmeras pessoas que contribuíram, direta ou indiretamente, para que este trabalho fosse concluído? Primeiramente agradeço aos meus pais, Expedito Cavalcanti e em especial à minha mãe Carmerina Vicente (em memória) – chamada, na intimidade, de Carmelita, ou simplesmente, Lita – que mesmo sem ter frequentado uma escola, se preocuparam, na medida do possível, para que os filhos não trilhassem o mesmo caminho por eles percorrido.

Desde que terminei o Ensino Médio, comecei a acumular uma enorme dívida com Maria de Fátima Nérís, nascendo daí um sentimento, às vezes, inenarrável. À ela devo muito do que sou hoje. Não apenas me estimulou, ensinou-me princípios que levarei para a vida. A minha vinda ao Recife para fazer o mestrado, em larga medida, só foi possível graças a esta mãe-amiga Maria de Fátima. Aos seus filhos, Laura, Jerônimo e Gustavo, em especial estes dois últimos – Jejê e Guga, – aprendi a amá-los como irmãos. Eles abriram não apenas os braços para me receber, mas também sua residência aqui em Recife. Foi muito bom ter encontrado vocês pelas veredas desse percurso.

Agradeço a muitos professores do curso de História, do campus da UPE, em Garanhuns, onde me graduei. Ao professor Josualdo de Menezes, com seu jeito, às vezes, meio durão, e exigente e ao professor Jailton de Melo o estímulo. A vocês meu muito obrigado.

Um agradecimento bem especial a Magdalena Almeida, que chegou a UPE quando eu cursava o sexto período. A partir daí ela passou a me orientar durante todo processo de elaboração do projeto de pesquisa para a seleção de mestrado, me apoiando de forma irrestrita. Sua criticidade, seus comentários e suas análises precisas me fizeram crescer bastante. Tornamos-nos amigos e tenho por você, Magdalena, uma grande admiração, respeito e carinho. Muitíssimo obrigado Magdalena, pelas inúmeras contribuições, pelas leituras e pelas críticas. Ainda durante a graduação tive a ajuda do professor Manoel Pereira sempre disponibilizando um computador, uma impressora, naquelas horas que mais precisamos e dificilmente encontramos. Manoel, muito obrigado.

Na Pós-Graduação da UFPE também acumulei e continuo acumulando dívidas com algumas pessoas. Fiz cursos com professores que aprendi a admirar não apenas como profissionais, mas também como pessoas. Antonio Paulo Rezendo é um exemplo de profissional que sabe nutrir a capacidade do diálogo, exemplo também de disponibilidade e de afetividade em seu espaço de trabalho.

Nesta Pós-Graduação tive a honra de estudar com uma das professoras mais brilhantes e competentes. Inteligência e delicadeza na arte da escrita, da pesquisa e do ensino historiográfico, Regina Beatriz Guimarães sabe criticar estimulando o crescimento simultaneamente; coisa rara entre os pares. Nos cursos por ela ministrados tive a oportunidade de desenvolver valiosas discussões, principalmente, no que tange à escrita historiográfica. A você, professora Regina, que sabe apontar o erro, a lacuna, sem minimizar os trabalhos e/ou os estudantes, muitíssimo obrigado pelas enormes contribuições nas diversas leituras que realizou nos meus textos.

Quero agradecer em especial também ao professor Denis Bernardes. Antes mesmo do exame de qualificação, o professor Denis já vinha

acompanhando meus textos quando realizou uma leitura bastante precisa nos dois primeiros capítulos da dissertação. Fez críticas importantes e sugestões valiosas. Por toda sua disponibilidade, professor Denis, muito obrigado.

Por último, mas não em ordem de importância, evidentemente, quero agradecer ao meu orientador Antonio Torres Montenegro, que vem sugerindo leituras, caminhos e discussões para a realização da pesquisa. Quero agradecer também a oportunidade que tive em ser aluno bolsista do projeto *60 Anos da UFPE*, sob sua orientação. Desde 2007, venho convivendo com a orientação deste historiador, que com rigor e exigência singular vem contribuindo de maneira fecunda no meu percurso do fazer historiográfico. Bem como, agradeço ao CNPq apoio da bolsa concedida.

Aos amigos Pablo, Marcio, Carlos, Carmem, Natália, Aluísio, Joana, Mariane, Marcília, que também contribuíram, cada um à sua maneira, para a realização deste trabalho, a todos, muitíssimo obrigado !

Erinaldo Cavalcanti.

Prefácio

Lá se vão mais de cinco anos, quando me foi apresentado o jovem graduado em história pela Universidade de Pernambuco, campus da cidade de Garanhuns em Pernambuco, Erinaldo Vicente Cavalcanti. Na oportunidade vinha recomendado pela professora Magdalena Almeida, que fora sua professora e o considerava como um dos melhores alunos que tivera oportunidade de conhecer naquele curso de graduação em história.

Erinaldo Cavalcanti, ainda em 2005, começou a participar de nossos encontros do Pibic de forma voluntária. Logo demonstrou um enorme interesse pela pesquisa e realizava com grande disciplina e inteligência as leituras sugeridas. Em nossas reuniões periódicas do grupo de alunos do Pibic, suas análises e observações sobre os textos lidos no grupo revelavam um jovem desejoso de apresentar e, sobretudo, defender enfaticamente suas análises e pontos de vista. Na época, meu projeto de pesquisa como bolsista do CNPq tinha como um dos seus objetivos o estudo do medo do comunismo antes do golpe de 1964. Erinaldo Cavalcanti, como já havia na sua graduação realizado pesquisas sobre o tema do comunismo e do anticomunismo em Garanhuns, rapidamente se interessou em desenvolver seu projeto para o mestrado sobre essa temática, tratando-a da ótica do medo na cidade de Garanhuns, no período que antecedeu ao golpe civil militar de 1964.

Assim, antes mesmo de ingressar no mestrado em História da UFPE em 2007, já vinha, desde sua graduação, levantando, catalogando, analisando as fontes documentais que possibilitariam a escrita da sua dissertação, que agora sai publicada em livro pela editora da UFPE. Nessa caminhada de pesquisa, além de localizar os anais da Câmara Municipal, descobriu importante coleção do jornal católico da cidade, *O Monitor*¹; também localizou nos jornais *Diário de Pernambuco* e *Jornal do Comércio*, publicados em Recife, inúmeras reportagens que tratavam de problemas da atuação do comunismo em Garanhuns. Outra fonte importante neste livro, que o leitor tem em mãos, foram as entrevistas de história de vida que diversos ex-comunistas concordaram em fornecer a este jovem historiador. Entrevistá-los se constituiu em uma etapa muito importante da pesquisa, porque trouxe à tona, além de experiências de vida exemplares, um significativo número de informações sobre pessoas e acontecimentos que, sem a efetivação desses depoimentos, possivelmente acabariam esquecidos e definitivamente perdidos para a história.

Mas deixarei ao leitor, seguir as trilhas do texto escrito e perceber com maiores detalhes a riqueza e a diversidade documental que constituem este livro, e sem a qual não se efetiva uma etapa importante do fazer historiográfico. No entanto, este não é um trabalho em que apenas o historiador deu voz aos documentos. Compreende-se muito rapidamente como há uma preocupação em construir uma narrativa que contemple deslocamentos analíticos que propiciem outras leituras aos registros documentais. E, nesse momento, projeta-se uma sensibilidade teórico-metodológica capaz de articular um diálogo entre a recente produção historiográfica sobre o tema e a documentação selecionada, de maneira que as questões teóricas formuladas se instituem por meio desse constante imbricamento. Porém, associado a todo esse conjunto de procedimentos, há uma atenção constante, ou porque não dizer uma tensão em alcançar uma escrita clara,

1 A cidade de Garanhuns, por se constituir em uma Diocese era um centro católico de referência para várias outras cidades próximas. Dessa forma, seu jornal *O Monitor* era distribuído a um conjunto de cidades, cujas paróquias estavam subordinadas eclesiasticamente àquela diocese.

precisa, sem excessos ou minimalismos, em que o leitor poderá sentir e acompanhar o narrar de uma história bem escrita.

Assim é que Erinaldo Cavalcanti se apresenta nos três capítulos que constituem este livro. No primeiro capítulo projeta um pequeno histórico da cidade de Garanhuns para, em seguida, adentrar em seu tema, ou seja, analisar como o temor do comunismo foi sendo urdido das formas mais diversas nesta cidade de Pernambuco. Se os jornais e mesmo o relato de alguns entrevistados se constituíram em fonte importante para seu percurso narrativo nesse capítulo, sem dúvida, foi no material apreendido dos comunistas naquele período pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco, bem como nos próprios relatos dos seus agentes policiais, que Erinaldo Cavalcanti se apoiou amplamente para estabelecer diversas reflexões historiográficas. No entanto, o leitor se enganará ao pensar que o jovem historiador deixou escapar o domínio sobre os procedimentos próprios ao seu ofício e tomou o documento como reflexo do real, ou como algo dado. Antes, está constantemente atualizando a reflexão de que aquele documento citado, analisado, expressa um registro, uma construção ou mesmo uma evidência produzida por uma instituição, por certos grupos políticos que dominam determinado jornal, ou mesmo, quando recorre às falas dos seus entrevistados, que expressam em seus relatos uma determinada visão de mundo. Nessa perspectiva, estabelece, funda, desenvolve suas análises e considerações, convidando constantemente o leitor a acompanhá-lo em suas digressões metodológicas e historiográficas. Assim é que ao analisar um relatório da polícia, em que esta afirma existirem diversos núcleos comunistas em Garanhuns, institui um paralelo com o relato oral do alfaiate José Guedes. Para este, o que realmente existiam eram Associações de Bairro e não núcleos comunistas como a polícia na época apregoava. No entanto, o autor em lugar de se prender a qualquer preocupação de quem realmente está apresentando a leitura verdadeira ou objetiva da realidade, desloca esta questão ao propor outro percurso teórico analítico, ao afirmar: *Representamos o mundo a nossa volta de acordo como nos apropriamos dele, a forma como*

*as associações de bairro – ou organização de base – foram representadas pelo senhor José Guedes, está inseparável da maneira como o alfaiate se apropriou daquelas associações. As organizações de base, para ele, não eram núcleos comunistas como assim objetivava construir essa imagem, a Delegacia de Polícia de Garanhuns.*² Ou seja, o historiador ao confrontar duas leituras distintas sobre as associações de bairro, revela como é possível operar deslocamentos para outros lugares de análise e compreensão; não mais voltado para quem está dizendo a verdade sobre as associações, como quer a fala do alfaiate ou mesmo, os documentos policiais se dão a ler, mas pensar nesses documentos (o da polícia e o relato oral de memória do alfaiate) em disputa, em que duas ordens de discurso se digladiam na tentativa de estabelecer, de produzir a verdade, ou mais propriamente o que deve ser dado a ler como verdade.

No segundo capítulo, centrará sua análise em três jornais³, sem, no entanto, deixar de dialogar com a historiografia, com livros de memórias e mesmo com a imprensa de outros estados e mesmo internacional. Seu interesse maior é estudar os discursos produzidos nesses jornais contra o comunismo, sobretudo nas eleições de 1958, quando o governador do Estado de Pernambuco – Cid Sampaio – foi eleito com o apoio da Frente do Recife e, em Garanhuns, o prefeito eleito Aloísio Souto Pinto contou com o declarado apoio dos comunistas.⁴ Essas duas eleições são analisadas da perspectiva da forte campanha anticomunista de que é alvo. Em Recife, Luis Carlos Prestes irá participar de um comício em apoio à candidatura do usineiro Cid Sampaio, o que causou grande revolta e indignação das classes conservadoras e, sobretudo, do bispo Dom Antônio de Almeida Moraes Junior. Em Garanhuns, a pressão da Igreja Católica

2 Op. Cit. Pag. 88.

3 Os jornais analisados amplamente são: O Jornal do Comércio, o Diário de Pernambuco e O Monitor. Os dois primeiros, apesar de serem editados em Recife tinham ampla distribuição no estado.

4 A Frente do Recife congregava uma série de partidos que se colocavam na oposição. Essa frente de oposições era vista como de esquerda, pois congregava políticos do Partido Socialista e também era contemplada com o apoio do Partido Comunista, mesmo encontrando-se este na clandestinidade.

para que a população não votasse nos candidatos comunistas ou apoiados pelos mesmos, não foi menor. No entanto, será na festa da comemoração, um banquete para consagrar a vitória do candidato, Aloísio Souto Pinto, que é possível compreender o nível da disputa entre comunistas e anticomunistas em Garanhuns. Estes últimos, representados pelo bispo e pelo prefeito que encerrava o mandato, entre outros correligionários, dizendo-se traídos por não terem sido avisados da presença do líder comunista Gregório Bezerra ao banquete, retiraram-se do recinto da festa. Esta atitude foi acompanhada por uma intensa discussão entre os presentes, gerando inclusive agressões físicas, segundo documentou a imprensa na época. Esse caso exemplar, narrado com muitos detalhes, segundo a documentação encontrada nos arquivos da polícia, possibilitam estudar como a intensa campanha anticomunista na imprensa, nas escolas, na igreja, entre outros órgãos de comunicação e instituições, concorreram para o incitamento à violência.

Ainda há um aspecto maior a destacar na escrita historiográfica de Erinaldo Cavalcanti que, em minha opinião, nesse capítulo, adquire grande visibilidade, pois , a história que narra não se restringe ao relato monográfico de um estudo de caso. Essa é uma história que o autor articula com análises historiográficas que contemplam outras regiões do Brasil. Dessa forma, revela sua maestria ao tratar o particular e o específico em constante relação com as dimensões históricas mais gerais, sem reducionismo a um ou outro nível, mas, antes, recuperando como esses dois níveis da historicidade contemporânea mantém uma relação de tensão e interdependência.

O terceiro capítulo tem como alvo primordial da pesquisa a documentação da Câmara dos Vereadores de Garanhuns. No entanto, engana-se o leitor ao pensar que o autor irá deixar-se aprisionar pelas atas dessa casa legislativa e se ater aos debates e disputas internas encetados por aqueles políticos. Para Erinaldo Cavalcanti esse espaço legislativo é estudado como um novelo de muitas pontas, que usa com muita competência para fazer com que os fios da pesquisa sejam prolongados e se articulem a problemáticas correlatas a de outras regiões do estado de

Pernambuco, do Brasil e mesmo de outros países. Ao mesmo tempo, há também neste capítulo – como já destacamos em outro capítulo –, uma preocupação em tratar como os temas internacionais, nacionais e estaduais são apropriados e encaminhados pelos vereadores de Garanhuns. Por outro lado, mesmo tratando de temas os mais diversos e em temporalidades múltiplas, desde a conferência proferida a convite da Câmara de Vereadores pelo escritor Jorge Amado, na ocasião de sua passagem pela cidade para um período de descanso; o pronunciamento de Jânio Quadros, quando em campanha para presidente da República em 1960; ou, ainda, o discurso do prefeito da cidade de Palmares, Luiz Portela de Carvalho – entre outros temas estudados –, defendendo abertamente o regime comunista como a saída para a situação de miséria e fome em que vivia a população da sua cidade, o autor não deixa escapar o foco metodológico e historiográfico da sua narrativa, ou seja, as diferentes maneiras e estratégias como o medo e o temor ao comunismo são produzidos e reproduzidos. Não há uniformidade, nem linearidade na análise desenvolvida pelo autor, (e sim) poder-se-ia pensar em insurgências múltiplas de discursos e práticas do anticomunismo e suas ressonâncias de temor e perigo que eram produzidos por meio de manifestações fragmentadas que se soldam por um medo muitas vezes impalpável, mas que é projetado como um perigo iminente.

O livro que o leitor tem em mãos, *Relatos do medo: a ameaça comunista em Pernambuco (Garanhuns – 1958/1964)*, opera com diversas coleções documentais da década de 1950 e 1960, no entanto, remete indubitavelmente à história do presente, já que o medo e o temor são sentimentos coletivos constantemente recriados e reinventados.

Estou certo de que a historiografia de Pernambuco ganha uma importante contribuição com a publicação do livro do historiador Eri-naldo Vicente Cavalcanti. Desejo a todos uma excelente leitura.

Prof. Titular Dr. Antonio Torres Montenegro do Departamento de
História da UFPE.
Pesquisador do CNPq.

Introdução.

Este texto é resultado da pesquisa de mestrado desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco para a obtenção do título de Mestre em 2009. As leituras e críticas de alguns amigos e professores, principalmente Regina Beatriz, Guimarães Neto, Denis Bernardes e Antônio Montenegro, que compuseram a banca de defesa, tornaram possível este texto. O que ele tem de bom, em larga medida, é resultante dessas contribuições, mas as lacunas e imprecisões são de minha inteira responsabilidade.

Desde a graduação venho desenvolvendo e aprofundando as pesquisas teórico-documentais acerca da construção processual do medo sobre o comunismo no estado de Pernambuco entre as décadas de 1950 e 1960. Este projeto de pesquisa, que se estende ao doutorado, implica em, entre outras questões, pensar o medo – nesse caso, sobre o comunismo – como objeto histórico. Nesse movimento, vamos continuar uma viagem, ou melhor, dar continuidade a um trajeto que se iniciou há alguns anos. Nessa viagem atravessaremos alguns espaços sinuosos, tristes, perigosos e alegres. Durante esse percurso faremos de alguns espaços pontos de parada para maiores explicações, bem como, passaremos rapidamente por outros e, também, deixaremos de visitar alguns, pois nossa viagem é seletiva e tivemos que escolher determinados aspectos,

que julgamos importantes para nosso objeto de análise, enquanto inevitavelmente, passaremos por outros pontos sem ao menos percebê-los. Assim é toda viagem.

Vamos visitar um espaço pouco explorado pela análise historiográfica. Diante dos inúmeros desafios que disso emana, tento analisar o comunismo e/ou o anticomunismo não apenas como projetos, meramente políticos, mas as experiências vivenciadas por diversos atores sociais num espaço e tempo específicos que ajudaram a tecer uma atmosfera de medo na cidade de Garanhuns. Medo que gravitava em torno das representações acerca do comunismo na cidade. Tento mostrar uma face da vida social que vem ganhando visibilidade em recentes pesquisas historiográficas que abordam o período em tela. Estou me referindo a alguns acontecimentos – envolvendo pessoas, consideradas comuns – que no momento ganham destaque nas recentes pesquisas acadêmicas. São os “pequenos casos”, intrigas, angústias, medos e paixões vivenciados nas igrejas, nos colégios, nas ruas, nas esquinas, nas cozinhas, nos quintais, nos prostíbulos.

Após fazer uma visita ao período, por meio do diálogo com alguns historiadores, que tematizam objetos distintos, me dediquei a analisar as práticas de vigilância, perseguição e controle que a Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco efetuou, por meio do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), sobre a atuação dos comunistas na cidade de Garanhuns.

Essas práticas produziram um conjunto de relatos por meio dos quais é possível perceber uma verdadeira *cartografia da ameaça comunista* na cidade de Garanhuns, instituída pelas lentes daquela secretaria. São relatos que cortam, cruzam, arranjam, selecionam, nomeiam e significam, aqueles espaços. Nesse movimento, esses relatos são práticas que concorrem para a constituição e edificação daqueles espaços, costurados à trama da ameaça comunista. Essa documentação permitiu traçar uma *geografia das ações comunistas*, naquela cidade, e entender tais práticas como construtos concorrenciais para a elaboração do medo acerca do comunismo.

Dos relatos jornalísticos emergem práticas discursivas que iam apresentando o comunismo de diferentes maneiras. Nesse movimento, analiso esses relatos, que de maneiras distintas também, concorreram para a instituição do comunismo como sinônimo de perigo. São relatos produzidos no campo de luta da imprensa escrita; relatos fabricados por alguns jornais em circulação no município, na época, que se constituíam, por excelência, como espaços de disputas e poder. Assim, estudo como os jornais, *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Commercio*, *Folha do Povo* e *O Monitor*, se constituíram em campos de lutas políticas, em que o comunismo se apresentou de inúmeras maneiras e tonalidades, de acordo com as lentes e miopias dos atores que se digladiaram em defesa de seus projetos e desejos, gestando signos e significados com cores e tons distintos, que eram oferecidos como possibilidades em cada momento de luta.

Também analisei como as representações acerca do comunismo foram praticadas na Câmara de Vereadores de Garanhuns, por meio dos relatos das atas de trabalho daquele legislativo. Essa documentação permitiu perceber certas singularidades nas lutas em torno da defesa do comunismo ou sua recusa, concorrendo, assim, para a gestação dos medos que o comunismo desempenhou nas relações políticas em Garanhuns em fins dos anos 1950 e início dos 1960.

Revisitando o período: um diálogo com a historiografia (1958 – 1964).

Nas últimas décadas do século XX e início do XXI houve um considerável avanço das pesquisas historiográficas acerca das esquerdas no Brasil. À guisa de exemplo, mencionaremos os trabalhos de Jorge Ferreira, Ângela de Castro, Antonio Montenegro, Daniel Aarão Reis⁵, dentre um grande rol de pesquisas que poderíamos elencar.

Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis, organizadores da coleção *As esquer-*

5 Respectivamente, *Jango: as múltiplas faces, Entre a história e a memória*: João Goulart; *Partido Trabalhista Brasileiro (1945 – 1964)*; *Memória em disputa: Jango, ministro do Trabalho ou dos trabalhadores?*; *Jango: as múltiplas faces*; *Lutas políticas em Pernambuco*, *Labirinto do medo: o comunismo (1950 – 1964)*, *Memórias da terra: a Igreja Católica, as ligas camponesas e as esquerdas*; *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*.

das no Brasil, em seu segundo volume *Nacionalismo e Reformismo radical (1945 – 1964)*, trazem ricas discussões acerca do tema. Os organizadores se propuseram “a reconstituir a história das esquerdas brasileiras de início da República até os primeiros anos do século XXI”⁶. Se qualquer conceituação é por si, delicada, conceituar *esquerda* e, por extensão, *direita*, não seria diferente. Ambíguas, polifônicas e num contínuo processo de metamorfose, esquerda e direita designam lugares e representam pessoas e posições passíveis a imprevistas mudanças. Adquirem significados múltiplos dependendo de quem fala e, sobretudo, de onde e quando fala.

É possível alguém estar à esquerda, num partido, e, no mesmo movimento e sociedade, à direita, se considerado no contexto de outro, ou de movimento diverso. Esquerda pode ser valor pejorativo, desqualificador, ou ao contrário, valor de celebração. Pode salvar ou arruinar, ou salvar e arruinar, dependendo das circunstâncias. A etiqueta bem colada tem levado não poucos homens à prisão, ao exílio, à morte – ou ao triunfo e à glória. Aos guetos, ou ao poder...⁷

Aqueles historiadores optaram pelo conceito de esquerda desenvolvido por Norberto Bobbio, para quem “de esquerda seriam as forças e as lideranças políticas animadas e inspiradas pela perspectiva da igualdade”⁸, pela mudança – reformista ou revolucionária – no sentido da igualdade, acrescentam Jorge Ferreira e Daniel Aarão (2007). Ainda, segundo estes historiadores, as esquerdas constituem-se fazendo críticas ao liberalismo, para quem, é o mentor e promotor de desigualdades e conservador de uma ordem tradicional.

As pesquisas de Ângela de Castro (2008) se inserem dentro dos trabalhos que ampliam as discussões historiográficas acerca das esquerdas no Brasil. Aquela historiadora construiu uma espécie de cartografia da traje-

6 Ferreira, Jorge e Aarão, Daniel. *Nacionalismo e reformismo radical (1945 – 1964)* - As esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pág. 12.

7 Ibidem, pág. 10.

8 Bobbio, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo, UNESP, 1995, pág. 11.

tória do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) entre 1945 e 1964. Segundo Castro, “o PTB nasce sob chancela governamental – com um partido situacionista –, tendo como palco de articulação principal o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e como grande figura, o então chefe do Estado Novo, o presidente Getúlio Vargas, no poder desde 1930”⁹.

João Goulart, presidente do PTB e Ministro do Trabalho, desenvolveu uma forma peculiar de exercer suas funções. Ele dispensava o formalismo burocrático e atendia pessoalmente diversas lideranças sindicais em seu gabinete, constituindo-se num ágil negociador e num ministro intermediário entre o povo e o presidente. A postura de Jango, agenciando e adiantando-se às demandas dos trabalhadores, obrigando, inclusive, os patrões a fazerem concessões, “foi frequentemente vista e denunciada, não como forma de esvaziar conflitos, mas de estimulá-los, pregando a ‘luta de classes’”¹⁰.

Num recente trabalho, ao analisar a trajetória política de João Goulart, Jorge Ferreira e Ângela de Castro colocam em relevo o distanciamento entre Jânio e Jango, quando este foi eleito vice-presidente daquele.

No dia 25 de agosto, em Pequim, Jango foi novamente pego de surpresa ao saber que o presidente renunciara. Embora esse evento aguarde maiores investigações, não há dúvida de que o presidente planejava, por meio da renúncia, um golpe de estado. Seu desejo, embalado pela grande votação obtida, era provocar a reação popular e, sobretudo, a reação militar. Retornando com o apoio do povo e dos generais, poderia governar sem o Congresso Nacional. O envio de João Goulart à China certamente fazia parte desses planos. Afinal, seria o vice-presidente que, legalmente assumiria o poder na falta do presidente¹¹.

9 Gomes, Ângela de Castro. *Partido Trabalhista Brasileiro (1945 – 1964): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base*. In Ferreira, Jorge e Aarão, Daniel. *Nacionalismo e reformismo radical (1945 – 1964) - As esquerdas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pág. 56/57.

10 Ibidem, pág. 69.

11 Ferreira, Jorge e Gomes, Ângela de Castro. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: FGV, 2007. pág. 116.

Jango era um líder trabalhista que tinha um histórico político intimamente ligado às lutas sindicais, o que lhe rendera, em alguns momentos, ásperas críticas. Ele foi combatido por uma ampla parcela dos militares e era acusado constantemente, em alguns jornais, de comunista subversivo. No momento da renúncia de Jânio ele encontrava-se, justamente, num país comunista, e sua posse, provavelmente, acarretaria em fortes reações das Forças Armadas.

Jango retornou ao Brasil diante da possibilidade de ser preso. Para se resolver o impasse criado pelos ministros militares – quanto ao embate se Jango assumiria ou não a Presidência –, o regime parlamentarista ecoou como uma possibilidade de se evitar a deflagração de uma guerra civil¹². João Goulart chegava ao poder juntamente com seu partido; um poder exaurido e conquistado de forma muito tensa.

Jango assumiu a presidência da República em 07 de setembro de 1961, num período marcado por uma crise política e militar, com as contas públicas descontroladas e sem tempo para planejar seu governo. Não bastassem esses problemas, “após sua posse, iniciava-se ou dava-se continuidade a uma conspiração civil-militar que visava derrubar o governo, embora, naquele momento, esses setores golpistas não tivessem bases políticas, nem militares, para levar adiante tais planos”¹³. João Goulart, de início reatou as relações diplomáticas com os países do bloco socialista, ou da cortina de ferro, como eram conhecidos, aumentando, por extensão os mercados brasileiros. Com relação à política norte-americana, Goulart manteve um posicionamento pouco amistoso, ao rechaçar as sanções que os Estados Unidos propuseram contra Cuba, e a intervenção militar norte-americana naquela ilha.

Eram muitos os problemas que Jango tinha para resolver. Diversos segmentos sociais das esquerdas exigiam que ele iniciasse um amplo

12 Na análise de Ângela de Castro e Jorge Ferreira, “para Jango, o parlamentarismo significava a chance de assumir, de imediato, a Presidência da República. Para os ministros militares, era uma solução que permitia uma saída honrosa após o veto por eles realizado”. Apud, Ferreira, Jorge e Gomes, Ângela de Castro. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: FGV, 2007, pág. 117.

13 Ibidem, pág. 139.

programa de reformas – bancária, fiscal, urbana, tributária, agrária, entre outras. Além de exigirem a extensão do direito de voto aos analfabetos e aos oficiais não-graduados das Forças Armadas. Para se resolver os problemas governamentais, Jango anunciou o Plano Trienal de autoria do ministro do planejamento, Celso Furtado, que tinha por meta combater a inflação e, em seguida, implementar as reformas de base, em particular a agrária. Com o malogro do Plano, Jango concentrou forças, ou tentou, na viabilização da reforma agrária. A exequibilidade da reforma agrária desejada pela esquerda – ou parte desta, incluindo-se, socialistas, comunistas, trabalhistas – esbarrava na inconstitucionalidade da proposta, pois para fazer a reforma agrária como desejavam as esquerdas, teria que alterar a Constituição, pois elas não aceitavam que as terras desapropriadas fossem pagas em dinheiro antecipadamente, como garantia o artigo 146 da Constituição.

Não era interessante para Jango contrariar interesses de uma ampla parcela da sociedade. Ele, que desejava o fim do regime parlamentarista, iria precisar daquele apoio na hora de decidir sobre os destinos do parlamentarismo no Brasil. A população foi convocada para decidir sobre a permanência ou não do regime parlamentarista. Se os números podem expressar conquistas, o resultado do plebiscito representou uma avassaladora vitória de João Goulart. Onze milhões e quinhentos mil eleitores compareceram às urnas para determinar o destino do parlamentarismo. Daqueles, 9 milhões e 500 mil, ou seja, cinco em cada seis brasileiros, votaram pelo regime presidencialista¹⁴.

Num clima de radicalização entre PSD e PTB, dificultando ainda mais a aprovação de qualquer reforma por meio do diálogo, um grupo de sargentos se rebelou – tentando tomar Brasília pelas armas – contra a decisão judicial que os tornavam inelegíveis. Na avaliação da historiadora Karla Carloni, a chamada Revolta dos Sargentos surpreendeu muitos militares e civis mais conservadores. A razão da Revolta residia

¹⁴ Esses dados numéricos foram retirados do livro *Jango: as múltiplas faces* de Ângela de Castro e Jorge Ferreira.

numa decisão do Superior Tribunal Eleitoral quando decretou manter inelegíveis os militares subalternos. A autora defende que “o que estava sendo questionado não era simplesmente uma decisão jurídica, mas a própria estrutura elitista e excludente da política brasileira”¹⁵.

Os militares voltaram a ser destaque na arena política em 1964. Dessa vez alguns marinheiros ocuparam os proscênios da luta. Marinheiros e fuzileiros navais lutavam nesse período pela regulamentação e reconhecimento da AMFNB – Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. Provocaram e desafiaram a alta hierarquia militar ao se rebelarem na sede do Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara, reivindicando, entre outros interesses, o reconhecimento da AMFNB, criada em 1962¹⁶.

Para a alta oficialidade da Marinha, as atitudes daqueles marinheiros representavam uma declaração de extrema indisciplina e provocação, além de nítida mostra da quebra da hierarquia, princípios sagrados no meio militar. Para aquela parcela de oficiais, o culpado pelo o que estava ocorrendo era o presidente Jango, que, em última instância, permitia as ações subversivas daqueles marinheiros¹⁷. Para Caroni, os movimentos de reivindicações política e social produzidos dentro das Forças Armadas – como o Movimento de 11 de Novembro, a Revolta dos Sargentos e a Revolta dos Marinheiros –, que agregavam questões internas das corporações militares às aspirações sociais que ultrapassa-

15 Carloni, Karla Guilherme. *A esquerda militar no Brasil (1955-1964)*. In Ferreira, Jorge e Aarão, Daniel. *Nacionalismo e reformismo radical (1945 – 1964) - As esquerdas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pág. 291.

16 Segundo Karla Carloni (2007) “o discurso nacionalista do presidente da Associação, que alguns afirmaram ter escrito com a ajuda de militantes de esquerda, como Carlos Marighela, foi um dos mais radicais – saudava o presidente da República e o marinheiro João Cândido, líder da revolta da Chibata que, em 1910, convulsionou a Marinha Brasileira; exaltava a luta nacionalista contra o imperialismo e o latifúndio; e convocava o ‘povo fardado’ a lutar, se preciso fosse, pela realização das reformas de base que liberariam da miséria ‘os explorados do campo e da cidade, dos navios e dos quartéis’”, pág. 298.

17 “A indisciplina dentro das Forças Armadas estava associada diretamente às atitudes permissivas do presidente da República em relação aos subalternos e à infiltração comunista no governo e nos quartéis”. Ibidem, pág. 301.

vam os muros dos quartéis, só puderam “florescer numa sociedade que, apesar da repressão dos setores conservadores, proporcionava ambiente fértil para as lutas das esquerdas”¹⁸.

Jango, que já vinha sendo acusado de subversivo comunista era representado, por diversos opositores, como promotor da instabilidade política pela qual estava passando o Brasil. Os problemas sociais, políticos e econômicos resultantes de décadas eram a ele atribuídos. Para muitos políticos da oposição, Jango era sinônimo de incompetência administrativa. Para outros, Jango era tido como um político dúbio que estava tentando implantar uma república sindicalista no Brasil com amplo apoio dos comunistas, colocando, inclusive, a amada e idolatrada, pátria em perigo, em virtude do largo espaço de ação que ele cedia aos comunistas.

Nosso tema na historiografia.

A linha de pesquisa História e Memória, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, vem conduzindo um conjunto de pesquisas acerca das lutas políticas em Pernambuco. Sob orientação do prof. Dr. Antonio Torres Montenegro, diversas dissertações e teses foram defendidas – e outras continuam em andamento – bem como suas pesquisas veem alargando amplamente o leque das discussões em torno das lutas políticas que envolveram as ameaças comunistas, principalmente durante as décadas de 1950 e 1960 no estado de Pernambuco.

A dissertação de mestrado de Taciana Mendonça Santos encontra-se nesse movimento de pesquisas, mesmo não tendo como objeto específico de estudo a ameaça comunista. Ela faz uma análise da trajetória da chamada *Frente do Recife* entre os anos de 1955 a 1964. Defende a existência de diversas Frentes em virtude dos acordos e alianças que eram tecidas e (re)negociadas em cada eleição dando assim configurações múltiplas à(s) Frente(s). Em suas palavras, “no decorrer das

18 Ibidem, pág. 302.

campanhas ocorridas entre 1955 e 1963, a Frente do Recife se apresentaria sob formas diversas, se articulando com partidos e interesses bastante antagônicos”¹⁹. Àquela rede de alianças, denominada Frente(s) do Recife, é atribuída a vitória de diversos políticos apontados como comunistas ou simpatizantes de esquerda.

Assim, percebe-se que as inúmeras disputas, acordos e alianças existentes em cada pleito e/ou em cada mandato servem de indícios para afirmar que o caminho percorrido pela Frente não pode ser analisado apenas pelos números existentes nas tabelas eleitorais, bem como pelas alianças firmadas numa determinada gestão. Pois os acordos eram costurados, feitos e revistos a cada pleito de acordo com os interesses específicos de cada momento. As Frentes do Recife, neste sentido, ganham dinamismo e movimento; deixam de ser pensadas como algo imóvel ou estático.

Também como parte integrante das pesquisas daquele programa de pós-graduação, encontra-se o trabalho de dissertação de mestrado de Pablo Porfírio, publicado em livro. Neste trabalho, Porfírio fez uma cartografia de algumas atividades desenvolvidas por uma parcela de políticos e latifundiários, destinadas a combater as propostas e os projetos – considerados revolucionários – de grupos de esquerdas em Pernambuco no final da década de 1950 e início dos anos 1960. Ele priorizou “sobretudo, os discursos e as práticas sociais que procuravam racionalizar o medo e a ameaça comunista, identificadas nas mobilizações dos trabalhadores rurais, tornando-os uma realidade latente para setores da população”²⁰.

A partir dos embates ocorridos na Assembléia Legislativa do estado, sobre a desapropriação do engenho Galiléia, localizado no município de Vitória de Santo Antão - PE, Pablo Porfírio acompanhou, por meio das atas dos trabalhos daquele órgão, as lutas travadas acerca daquilo que era apresentado como a ameaça comunista, para diversos segmen-

19 Santos, Taciana Mendonça. *Alianças políticas em Pernambuco: A(s) Frente(s) do Recife 1955 – 1964*. Dissertação de Mestrado. UFPE, Recife, 2009, pág. 03.

20 Porfírio, Pablo Francisco de Andrade. *Medo, comunismo e revolução: Pernambuco (1959 – 1964)*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009, pág.137.

tos sociais. Percebeu, dessa maneira, que diversos “setores da sociedade pensaram a desapropriação daquelas terras como um perigo e não como uma contribuição para a promoção da justiça social”²¹. Para produzir os efeitos de verdade necessários, sobre a ideia de perigo que gravitavam em torno das lutas dos trabalhadores, um conjunto de discursos passou a transitar por diversos meios e espaços em Pernambuco. Nessa produção discursiva, as reivindicações dos camponeses eram representadas como uma ameaça à propriedade privada, e aos considerados bons costumes da sociedade.

Não bastava apenas que as ideias comunistas transitassem como ameaça e perigo entre os grupos que lhes faziam oposição. Era necessário o engajamento e a mobilização, cada vez maior, da população para solidificar o edifício das ideias anticomunistas. Para tanto, os grupos políticos mantenedores da ordem social vigente, em Pernambuco, não pouparam esforços para defender suas propostas e destruir aquelas que preconizavam a mudança social.

Como resultados do vasto estudo que vem desenvolvendo, as pesquisas do professor Antonio Montenegro representam importante contribuição para a historiografia. Ao focalizar as relações sociais em Pernambuco – e em outros estados que compõe o chamado Nordeste do Brasil –, ele coloca em relevo as lutas políticas em torno das inúmeras construções acerca das ameaças comunistas entre as décadas de 1940 e 1970. Em um de seus artigos, destaca que os incêndios em canaviais de algumas usinas da zona da mata pernambucana foram construídos, inicialmente, por alguns jornais, como possíveis atividades comunistas. Estes estavam assim, sendo, elaborados, como verdadeiros incendiários. “Lendo os jornais de Pernambuco nas décadas de 1940 e 1950, vamos encontrar constantes denúncias de proprietários nomeando trabalhadores de incendiários, quando surge um foco de incêndio em seus canaviais”²².

21 Ibidem, pág. 137.

22 Montenegro, Antônio Torres. *Labirintos do Medo: o Comunismo (1950 – 1964)*. In CLIO: Revista de pesquisa histórica, nº 22, 2004. Apresentação Socorro Ferraz. Recife: Ed. Universi-

As pesquisas de Antonio Montenegro recuperam os inúmeros significados atribuídos aos incêndios na zona canavieira de Pernambuco. Ele (re)constrói os fios produtores daquela complexa teia social analisando os sentidos múltiplos que são atribuídos às lutas dos camponeses por melhores condições de vida. Signos que são emitidos a partir de determinados espaços que atribuem às reivindicações dos trabalhadores camponeses um estatuto de medo e ameaças. Com isso os espaços onde atuou o partido comunista, com seus comitês municipais e/ou as ligas camponesas, através de suas delegacias, foram palcos de constantes conflitos e repressões.

A luta dos trabalhadores por direito à cidadania era transformada por grande parte da imprensa e diversas instituições da sociedade civil em um grande medo, em um grande perigo que ameaçava a todos. Assim de forma gradativa eram elaboradas as condições que justificariam a ruptura do pacto constitucional²³.

Nesta dimensão, as reivindicações dos trabalhadores passaram a ser representadas como perigo e ameaça à manutenção da ordem social vigente. Apresentadas como demonstração do crescimento das ideias comunistas em Pernambuco, as lutas dos trabalhadores, ganharam destaque na “imprensa nacional e mesmo internacional²⁴”, construindo, por extensão, uma imagem de Pernambuco – e do Nordeste, de certa maneira – insurgente e perigoso. Perigo que podia ser percebido até mesmo, na atenção que os Estados Unidos destinaram às questões ligadas as lutas políticas na América Latina. No entanto, não podemos atribuir aos norte-americanos toda responsabilidade pela perseguição, torturas e implantações dos golpes de estado instauradas nos países da

tária da UFPE, 2006, pág. 220.

23 Montenegro, Antônio Torres. *Memórias da terra: a Igreja Católica, as Ligas Camponesas e as esquerdas. 1954 – 1970* (Projeto de Pesquisa com o apoio do CNPq).

24 Montenegro, Antonio Torres. *Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução*. In Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado (organizadores). *O Brasil Republicano – O tempo da experiência democrática – da democracia de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Vol. III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pág. 255.

América Latina. É nesta dimensão que Pio Penna coloca em relevo a importância de “relativizar o papel dos Estados Unidos nos diversos golpes de Estados ocorridos na América Latina [nesse] período histórico”²⁵.

Isso não significa, porém, que devamos minimizar a atuação dos Estados Unidos nos conflitos desenvolvidos em diversos países que compõem a América Latina. Pelo contrário. Em artigo publicado na revista *Historia, Antropología y Fuentes Orales*, Montenegro destaca que “En la medida que, a lo largo de los años sesenta, el diálogo entre los Estados Unidos y Cuba se interrumpió y ésta optó por el régimen comunista, el temor de que los otros países latinoamericanos siguiesen la misma orientación hizo que ésta fuese la preocupación central de los que se encargan de la política exterior norte-americana”²⁶. Por outro lado, a ação dos EUA na política interna dos países latino-americanos, não exime de responsabilidade inúmeras lideranças locais²⁷, que em última instância aceitavam os acordos políticos chegando inclusive a receber dinheiro dos Estados Unidos para investir nas atividades de combate ao comunismo²⁸.

A problemática envolvendo as construções acerca das ameaças comunistas, no período em análise, ainda precisa ser estudada com mais atenção pela historiografia. O medo do comunismo no Brasil – enquanto objeto de pesquisa – precisa receber da historiografia um tratamento mais detalhado. Para a historiadora Marieta de Moraes (2006) é fundamental compreender a função que o medo desempenha numa

25 Penna, Pio. *Escritas da Política sob o Signo da Vigilância: Exílio e Terror no Cone Sul (1964 – 1979)*. In *História: Cultura e Sentimento: outras Histórias do Brasil*. Apresentado e organizado por Antonio Montenegro et al. Co-edición Recife: Ed. UFPE; Cuiabá: Ed. da UFMT, 2008, 241.

26 Montenegro, Antonio Torres. *Viajeros Del cielo en Brasil*. In *Historia, Antropología y Fuentes Orales*. Barcelona. Universidad de Barcelona; publicaciones, nº 27, 2002, pág. 123.

27 Pio Penna ressalta que “é imperioso enfatizar é a responsabilidade de parte das elites nacionais, sejam elas militares ou civis, nesses movimentos que quebraram a ordem constitucional democrática”. In *Escritas da Política sob o Signo da Vigilância: Exílio e Terror no Cone Sul (1964 – 1979)*. In *História: Cultura e Sentimento: outras Histórias do Brasil*. Apresentado e organizado por Antonio Montenegro et al. Co-edición Recife: Ed. UFPE; Cuiabá: Ed. da UFMT, 2008, 241.

28 Para outras informações sobre o investimento financeiro dos EUA no Brasil ver COELHO, Fernando Vasconcelos. *Direita, volver: o golpe de 1964 em Pernambuco*. Recife: Bagaço, 2004.

sociedade enquanto agente aglutinador que forma, organiza, incita e mobiliza ações políticas, que a primeira vista pode parecer inexplicável. As ameaças comunistas, percebidas pelas lentes do medo – como objeto histórico – precisam ser estudadas com mais rigor pela historiografia. Esta, pouco tem tentado entender o passado pelas lentes do medo, como afirma Jean Delumeau²⁹.

Na história republicana do Brasil, em especial no final da década de 1950 e início de 1960, o comunismo enquanto um fantasma amedrontador, figurou como uma possibilidade constante nas lutas políticas. Para Marieta de Moraes, desde que Goulart passou pelo Ministério do Trabalho, sua imagem era associada ao comunismo, “o que criou grandes dificuldades para sua posse”³⁰. Durante sua estada na presidência da República intensificou-se a ameaça comunista chegando a ganhar aderência de uma parcela de militares que antes era contrária a conspiração que resultou no golpe militar.

Outro historiador que vem contribuindo, nessa área de pesquisa, tendo como foco a temática do anticomunismo, é Rodrigo Patto Sá Motta. Em artigo publicado no livro *João Goulart: entre a memória e a história*, ele enfatiza que o temor anticomunista teve papel preponderante nas lutas políticas durante a estada de Jango na presidência. Para ele, o anticomunismo foi o ingrediente principal que ajudou a unir grupos que a João Goulart fazia oposição.

Em agosto de 1961, quando Jânio Quadros renunciou havia solo fértil para o florescimento da ameaça comunista. “O episódio levou os anticomunistas ao desespero, pois o vice-presidente era um político conhecido por cultivar ligações com a esquerda”³¹. Houve uma forte reação à posse de Jango na residência da República. Os argumentos dos ministros militares acerca do suposto perigo que Jango na presidência representaria, sin-

29 Delumeau, Jean. *História do Medo no Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

30 Ferreira, Marieta de Moraes. *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, pág. 26.

31 Motta, Rodrigo Patto Sá. *João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-64*. In Ferreira, Marieta de Moraes. *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pág. 129.

tetizam o temor que gravitavam em torno das representações comunistas e as tentativas de impedimento da posse de Goulart. Para eles

o senhor João Goulart constituir-se-á, sem dúvida alguma, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o País mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil. As próprias Forças Armadas, infiltradas e domesticadas, transformar-se-iam, como tem acontecido noutros países, e simples milícias comunistas³².

O período em tela foi marcado por um expressivo crescimento de organizações anticomunistas, em virtude do medo que afligia as chamadas organizações de direitas, ou parte destas. No período que antecedeu ao golpe de 1964 surgiram várias entidades nessa dimensão tendo por objetivo maior de sua existência, o combate ao comunismo, mesmo que algumas delas tenham tido vida efêmera. Figuraram entre elas a Cruzada Brasileira Anticomunista, a Sociedade de Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, entre outras.

A documentação a que tivemos acesso e a produção historiográfica, acerca do tema, nos permitem afirmar que o medo do comunismo foi uma das principais estratégias políticas que concorreram para a culminância do golpe de estado em 31 de março de 1964. O medo foi um poderoso instrumento que conduziu diversos segmentos sociais – heterogêneos, até – numa mobilização favorável à deposição do presidente. Isso não significa, no entanto, que toda oposição a Goulart desejava dar um golpe e instaurar uma ditadura militar. Desejava, antes, combater os comunistas e a ameaça revolucionária que parecia em franca ascensão por diversos estados da federação.

Motta defende a ideia de que não houve um projeto anticomunismo unificado e homogêneo³³. As distinções não se resumiam às maneiras

32 Pinto, Bilac. *Guerra revolucionária*. São Paulo: Forense, 1964, pág. 221. Apud Motta, pag. 130.

33 Em sua tese de doutoramento, transformada em livro – *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964)*. São Paulo: Perspectiva – FAPESP 2002 – Rodrigo Patto ao dialogar com Serge Berstein e Jean Jacques Beck, em *Historie de l'anticomunisme* formulou o

de idealizar a organização social, mas também se faziam presentes na preparação de estratégia de combate ao comunismo. Isso não significou que acordos e alianças não foram negociados nas lutas contra o inimigo comum que foi o comunismo. Em virtude da pluralidade da mobilização contra o comunismo, a expressão *anticomunismo*, por muitos, utilizada no singular, deveria ser usada no plural, em virtude da heterogeneidade dos interesses que compuseram a rede das lutas chamada anticomunista. Não raro, o único elo comum entre aqueles que compunham a oposição ao comunismo, era a recusa às ideias vermelhas, como muitos denominavam o comunismo.

A partir da década de 1950, o medo de que o comunismo estaria na iminência de atingir os bancos sagrados da Igreja Católica se intensificou. Isso se deu, em larga medida, quando nascia uma esquerda católica ligada ao trabalho do apostolado leigo, principalmente à Juventude Universitária Católica (JUC). Diversas autoridades religiosas elaboraram várias cartas destinadas aos seguidores católicos, com o intuito de combater o comunismo. Elas “deveriam ser lidas e explicadas aos fiéis em todas as missas realizadas nas catedrais, matrizes, igrejas, capelas e comunidades religiosas”³⁴.

Em alguns momentos os próprios religiosos se apresentaram para a disputa eleitoral contando com o apoio oficial da Igreja e suas organizações. No pleito eleitoral de 1958 a hierarquia católica se mobilizou para dificultar a campanha eleitoral do PCB, que voltava a investir forte nas eleições. Mais frequente do que a candidatura de religiosos – enquanto estratégia de luta – era estes declararem apoio aos candidatos que julgavam dignos e merecedores dos votos dos eleitores católicos. A atuação da Igreja no combate ao comunismo se intensificou com a criação da Aliança Eleitoral pela Família (ALEF) e a Liga Eleitoral Católica (LEC).

que ele chamou de anticomunismo – ou anticomunista – para quem seriam as pessoas, grupos ou entidades que lutavam contra o comunismo por meio da ação das palavras ou outras práticas. A base da atuação dos anticomunistas “estaria centrada, portanto, numa atividade de recusa militante ao projeto comunista”, pág. XIX.

34 Ibidem, pág. 25.

O projeto da ALEF demonstrava o apoio irrestrito, de uma ala das autoridades católicas, à luta contra o comunismo e contra o divórcio. Os candidatos simpáticos às propostas da entidade eram avaliados e quando eram aprovados tinham seus nomes incluídos numa relação elaborada pela ALEF recebendo uma ampla divulgação.

Resultante da dissertação de mestrado, o livro *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945 – 1964)*, de Carla Simone Rodighero, amplia as discussões acerca do comunismo enquanto uma ameaça à sobrevivência da religião. As ideias comunistas, para inúmeras autoridades religiosas, representavam para a sociedade o que o diabo simbolizava para a religião ocidental cristã³⁵.

O medo encenado na imagem daquela ilustre personagem foi responsável por práticas de vigilância e controle social exercidas por diversas autoridades religiosas. Sob batinas brancas, parte do clero produziu um conjunto de discursos que selecionavam, recortavam, nomeavam e elaboram o que consideravam justo e digno de ser lido, ouvido e praticado. Sob essa rigorosa censura, instituía-se aquilo que era considerado nocivo aos bons costumes sociais. O diabo era o vilão maior dessa trama social encenada por parte da Igreja Católica. Mas se ele era uma figura mítica que povoava o imaginário da época, precisava encontrar uma maneira de representá-lo de forma concreta, material. Precisava personificar sua imagem. Um conjunto de ações de parte da Igreja Católica se encarregou desta função e foi lapidando a imagem do comunismo como uma representação – ou encarnação – do diabo na terra. Para tanto, os discursos dos religiosos funcionaram com precisão e eficácia, pois os discursos fazem ver, embora façam ver algo diferente daquilo que dizem. Os discursos produzem uma visibilidade e dizibilidade³⁶, que nem sempre são o que se diz e se vê.

35 O diabo foi e é uma personagem social, uma construção histórico-cultural-simbólica que estivera presente em diversos momentos da história do Ocidente. Uma construção histórica que em diversos momentos serviu de justificativa para desencadear inúmeras ações de seus opositores. Para mais informações ver Rodighero, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945 – 1964)*. Passo fundo: UPF, 2003.

36 Sobre os conceitos e operacionalizações de visibilidade e dizibilidade ver Albuquerque Jr., Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: Massanga, 2001. Acerca dessa discussão

Mas a eficácia dos discursos daqueles religiosos não residia apenas no poder de sua oratória, porque se assim o fosse, os seguidores seriam simples esponjas de absorção dos sermões e homilias clericais. O público receptor estava concatenado com as ideias preconizadas por inúmeros religiosos. Não podemos supor, certamente, que os discursos eram absorvidos e digeridos exatamente como desejavam as autoridades religiosas. Foram apropriados e ressignificados pelos seguidores e fiéis. No entanto, se as formas de apropriações eram múltiplas, prevaleceram os aspectos nos quais o comunismo figurou como representação do diabo na terra. O poder do diabo e o respeito a ele cresciam na mesma proporção em que ele era condenado, evitado e combatido.

O diabo foi tornado político-partidário, munido de capa vermelha de foice e de martelo. Ele veio para destruir nossos lares e nossas famílias. O medo deveria tomar conta das consciências dos colonos para que a pedagogia do bem, finalmente, pudesse triunfar. O diabo passa a adquirir uma estética político-ideológica³⁷.

Deixemos, por enquanto, a figura do diabo nos bastidores, e passemos a analisar como ele se tornou comunista em alguns espaços pelo Brasil. Para Carla Simone o anticomunismo se constitui numa série de práticas destinadas a combater os comunistas e o comunismo. Nesta dimensão o imaginário anticomunista, enquanto uma representação social, interfere na vida cotidiana dos indivíduos, forjando sentidos e identidades. Ele gesta condutas, valores, méritos na medida em que corrobora ou condena atitudes constituindo-se numa força de autenticação ou invalidação de comportamentos sociais produzindo-se o que é considerado permitido ou negado numa sociedade. O imaginário anticom-

Albuquerque Jr. nos fornece uma importante contribuição quando ressalta que mesmo os discursos fazendo ver algo diferente do que dizem, devemos percorrer as estratégias de poder para podermos compreendê-los.

37 Rodighero, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945 – 1964)*. Passo Fundo: UPF, 2003, pág. 18.

munista forjou um conjunto de estereótipos e paradigmas que passaram a adquirir o estatuto de verdade, sendo considerado com tal e, portanto, inquestionável.

Em seu recente trabalho, *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano*, Rodighero analisou como diversos diplomatas dos Estados Unidos, que trabalhavam nas embaixadas no Brasil, avaliavam as atividades de combate ao comunismo em terras brasileiras. As ações anticomunistas, aqui praticadas, eram constantemente criticadas por aquela parcela da diplomacia norte-americana, que as consideravam imaturas, fracas e ineficientes. “Críticas às extremas tolerâncias [...] à falta de humanidade em aprender com os exemplos dos outros e, especialmente, à falta de compreensão do perigo comunista acompanhavam os relatos diplomáticos enviados dos diversos postos instalados no Brasil para Washington”³⁸.

Na avaliação do embaixador norte-americano Lincoln Gordon no Brasil, a situação era de perigo. O perigo residia na junção de diferentes fatores podendo levar a uma situação que envolveria diretamente as relações entre os Estados Unidos, o Brasil e a América Latina. O perigo residia na possibilidade da tomada direta do poder pelos comunistas. Para aquele adido, o perigo consistia no amplo espaço que Goulart estava concedendo aos comunistas, podendo resultar daí um “regime sindicalista autoritário com um alto grau de antiamericanismo e de influência comunista”³⁹.

Nem sempre o medo se expressa de maneira clara e precisa. Às vezes, suas expressões passam despercebidas na documentação; suas marcas são quase invisíveis a olho nu. O medo é subjetivo e nos leva a estabelecer certos diálogos com outras áreas do conhecimento. Temos que fazer alguns deslocamentos analíticos e adotar certos procedimentos metodológicos. Analisar a formação das redes de comunicações, entre as práticas linguísticas, nos auxilia a entender certas expressões do medo

38 Rodighero, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945 – 1964)*. Porto Alegre, editora da UFRGS, 2007, pág. 50.

39 Ibidem, pág. 158.

presentes nas linguagens. Nesta dimensão se insere o trabalho de Bethania Mariani. Ao pesquisar os discursos enquanto práticas produtoras da ameaça comunista, a autora fez uma análise acerca da construção de imagens negativizadas sobre os comunistas e o comunismo a partir das notícias veiculadas nos principais periódicos do Rio de Janeiro. Ela mostra como os jornais iam construindo os sentidos negativos sobre o PCB, demonstrando como o Partido Comunista foi levado a ocupar o lugar do *outro* – como inimigo – na imprensa.

Para analisar a construção do PCB como o *outro*, a autora questiona até que ponto o discurso jornalístico pode ser considerado elemento atuante na produção dessa imagem do comunista como inimigo. Afirmar ela, que desde a fundação do PCB, comunistas e não comunistas “lutaram por tornar visíveis os sentidos não apenas de seus próprios discursos, mas principalmente, aqueles que atribuíam a seus adversários”⁴⁰. Pois na negativização do objeto falado, nomeado e representado, se produz uma positividade de quem fala, emite ou nomeia. Falar sobre o oponente político é tão importante quanto falar do próprio programa partidário.

Em diversas reportagens veiculadas nos jornais pesquisados por Mariani, e em outros tantos pelo Brasil, o comunismo era representado como o oposto de família, pátria, religião, liberdade. Portanto ser comunista ou simpatizante de suas ideias significava ir contra princípios tidos como inquestionáveis e “naturais”. Um comunista de acordo com essa concepção era visto como um cidadão desviante de uma trajetória social aceita como normal.

Nesta senda de produção de sentidos, os jornais nomeiam produzem explicações, enfim, emanam para os leitores uma determinada forma de explicação sobre aquilo do que se fala. Algumas reportagens apareciam criticando o comunismo, Cuba, ou a Rússia, sem, no entanto, se referir a esses países ou ao regime político comunista pelos seus res-

40 Mariani, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922 – 1989)*. Editoras da UNICAMP e Revan, 1998, págs. 18/19.

pectivos nomes. É importante enfatizar que esta prática ao invés de produzir uma indeterminação, produz, pelo contrário, uma determinação simbólica e precisa, na medida em que entra em cena uma cumplicidade entre o jornal e seus leitores, pois o não nomear pressupõe que o leitor sabe de qual país está se falando, ou qual regime político se está criticando mesmo sem nomeá-lo.

O espaço social de onde fala é indispensável para compreendermos a construção dos signos atribuídos ao comunismo. A posição social ocupada pelo jornal, enquanto sujeito que fala sobre, é constituinte do processo de produção de sentidos. Por outro lado, é necessário que o pólo receptivo esteja partilhando de um conhecimento comum, para que a produção de significados acerca do comunismo tenha, de fato, sentido e eficácia.

Para sedimentar a imagem do comunismo enquanto o *outro*, o mal que levaria a sociedade à destruição, diversos jornais passaram adjetivar o comunismo de ameaça vermelha, barbárie, câncer, catástrofe, crime de lesa pátria, degradação dos valores morais da sociedade, ditadura, ideologia nociva, infecção comunista, nefasta doutrina, pregação do ódio entre as classes, subversão social. Essa produção discursiva ia moldando uma singular espécie de inimigo. Nomeado de comunista, ou de comunismo, este inimigo se constituía como sinônimo de barbárie, crueldade, como algo oposto a qualquer ideia de ordem e civilidade. Este perigo que emergia dos enunciados discursivos construiu uma ameaça política e econômica localizável. O espaço gestor, por excelência, do perigo vermelho, enquanto o *outro*, o indesejável, era a União Soviética.

Essa construção da União Soviética, como berço do comunismo sofrerá mudanças no final da década de 1950 e início de 1960, quando Cuba começa rivalizar com a Rússia o estatuto de espaço gestor do comunismo. Independente de Cuba ou Rússia figurar como espaços de referência legitimadora do comunismo, este é constituído como uma obra desvairada, inimiga de Deus, da pátria e da família; como uma ameaça à sociedade⁴¹ Lá era o lugar onde ocorria a eliminação das

41 Segundo Mariani “a ameaça comunista não era mais apenas um sonho maldito, uma promessa

pátrias. Nesta concepção o comunismo deixava de ser meramente um conceito político para se tornar a imagem de um país.

O anticomunismo, como outras formas de domínio político, possuía uma tecnologia singular pertinente ao poder exercido em seu nome: rituais de afirmação e disseminação de suas ações – como as missas nas igrejas, discursos de professores em escolas, reportagens em diversos jornais –, estratégias para estigmatizar os comunistas enquanto seus adversários, o uso de eufemismos inversos com um vocabulário próprio para sustentar e expressar sua prática política.

Contra o comunismo, um conjunto de ações foi posto em prática para combatê-lo. Por meio do complexo Ibad/Ipês uma série de atividades foi desenvolvida. René Armand Dreifuss em 1964: *a conquista do estado* demonstra que o complexo Ibad/Ipês, juntamente com a Escola Superior de Guerra (ESG) tiveram importante atuação na gestação do anticomunismo no país. Ele mostra uma série de atividades que aqueles poderes desenvolveram – não apenas dentro das Forças Armadas – enquanto produtores de normas de comportamento, valores empresariais e formadores de opiniões.

Neste aspecto a ESG era “também um instrumento para o estabelecimento de ligações orgânicas entre militares e civis, tanto no aparelho estatal como nas empresas privadas”⁴². Portanto, é possível que um número considerável desses militares/empresários defendesse um crescimento industrial capitalista. Logo, não seria ilusório pensarmos que eles tentassem frear qualquer avanço considerado comunista que significasse uma ameaça a seus interesses.

Sob o pretexto de proteger o Brasil da ameaça comunista que vivia seus primeiros anos de experiência em Cuba, o Instituto de Pesquisa e

de futuro do que poderia se realizar: ela tornou-se uma ameaça mundial permanente contra o que se deve estar em permanente estado de alerta. Paralelamente, fixa de vez uma memória de implantação do comunismo no Brasil, bem como a imagem que se tem do brasileiro. [...] Nas reportagens, os comunistas aparecem ou com inimigos astuciosos – os maus cidadãos – ou como brasileiros ingênuos que se deixaram levar por idéias falsas”. Ibidem, págs. 152/153.

42 Dreifuss, René Armand. 1964: *a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Editora Vozes, 1981, pág. 80.

Estudos Sociais foi gradativamente povoando a atmosfera política do Brasil, à época, contribuindo para cimentar o medo acerca do comunismo. Para Denise Assis, “o Ipês atuou nos mais diversos setores do governo e da sociedade, sempre protegendo, não os princípios democráticos, como constava de seus postulados básicos de fundação, mas o capital, esse sim, sua real preocupação”⁴³.

O Instituto financiou inúmeros filmes com conteúdos de caráter anticomunista. Investiu forte na indústria cinematográfica por considerá-la uma importante aliada no combate ao comunismo. Mas não foi apenas em filme que investiu o Ipês. Segundo Denise Assis, além dos investimentos em diversas instituições educacionais e sindicais, o Instituto apoiou também pequenas gráficas e editoras. “Era preciso alimentar a propaganda com farto material impresso”⁴⁴.

Aqueles órgãos – Ipês, Ibad e ESG – atuando através de palestras, seminários, distribuição de alguns gêneros alimentícios e a produção da revista *Ação Democrática* – distribuída gratuitamente – se encarregaram de cimentar a ideia de que o comunismo era uma ameaça iminente à manutenção da ordem e da paz no Brasil. Era uma doença que estava infectando a sociedade brasileira.

Na edição de outubro de 1959 a *Ação Democrática* contribuiu para o aumento não apenas do medo comunista, mas também do vocabulário português, quando uma nova palavra foi gestada. Aquela revista noticiou que

é preciso que as elites despertem. É preciso que os homens de valor, os homens de responsabilidade se unam em defesa do que temos de mais caro, aos nossos corações, em defesa da pátria ameaçada. Porque em última análise, é o Brasil enfermo, é o Brasil atacado de comunismo pernicioso que reclama, neste instante, a atenção dos seus verdadeiros filhos (...).⁴⁵

43 Assis, Denise. *Propaganda e cinema a serviço do golpe – 1962/1964*. Rio de Janeiro: Mauad, FAPERJ, 2001, pág. 23.

44 Ibidem, pág. 50.

45 *Ação Democrática*, nº 05, pág. 01, outubro de 1959, apud, Mota, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-64, In Ferreira, Marieta de Moraes (coord). João Goulart: entre a memória e a história. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

Acionando um neologismo semântico-político, a serviço dos interesses daqueles que ao comunismo faziam oposição, aquela revista colocava em revelo que o problema deixava de ser uma mera falácia de políticos e tornava-se uma ameaça social. O comunismo aparece não apenas como um conjunto de ideias perigosas que abalava as estruturas da amada pátria. O comunismo tornara-se uma questão de saúde pública; era uma perigosa doença que contaminava o sagrado solo do país deixando-o infectado. O Brasil sofria naquele momento de comunosite. Contaminado como estava, o antibiótico adequado para curar o Brasil não se encontrava em prateleiras de farmácias; a prisão dos comunistas e a extinção de suas ideias eram o único antídoto capaz de salvar a pátria brasileira de tal infecção.

Essa profusão de ideias acerca do comunismo produziu significados diversos. A possível agitação social pela qual passava o estado de Pernambuco era, segundo Paulo Cavalcanti, mais uma estratégia da imprensa – dos jornais rádios e a televisão – do que um conflito propriamente dito dos interesses de classe. “Em termos absolutos, houve mais greves em São Paulo e no Estado da Guanabara [...] do que em Pernambuco”⁴⁶. No entanto, essas ameaças pareciam uma constante no estado, que foi considerado por setores da imprensa e do meio militar, como o estado em que as práticas de tortura e repressão foram mais intensas, por ter sido um espaço onde “o comunismo atingiu os estágios mais avançados”⁴⁷. Some-se a isto outros motivos, pois essa repressão não foi apenas de cunho político, foi provavelmente aproveitada, para acertos de contas pessoais⁴⁸.

E podemos acrescentar que a vigilância, a perseguição, o controle, o espancamento e a tortura não respeitavam divisões políticas entre municípios ou barreiras geográficas. É nesse movimento, que apresenta o comunismo como ameaça constante, justificando as práticas,

46 Cavalcanti, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi*. Vol. I, pág. 324.

47 Coelho, Fernando Vasconcelos. *Direita, volver: o golpe de 1964 em Pernambuco*. Recife: Bagaço, 2004, pág. 38, *apud*, Tavares.

48 Idem, pág. 41.

acima citadas, que inserem Garanhuns como um espaço de construção do medo acerca das ideias comunistas. Medo, essencialmente, que os comunistas tomassem o poder e instaurassem uma ditadura ateia promovendo a falta de liberdade e a substituição da ordem vigente. A organização do Partido Comunista na reestruturação do Comitê Municipal estava preocupando uma considerável parte da população local. Entre as atividades desenvolvidas pelo comitê estaria a reestruturação das organizações de base – apresentadas como *células comunistas* pelo *Diário de Pernambuco*⁴⁹. Assim noticiou este jornal, que o referido comitê, atuando junto às organizações de base, dos bairros de Santo Antônio, Arraial, São José, Boa Vista e Magano, teria arregimentado forças eleitorais na tentativa de conseguir a vitória dos candidatos apoiados pelo Partido Comunista.

Devemos pensar o comunismo e o anticomunismo, antes de mais nada, como práticas sociais e culturais, como filosofias de vidas e também propostas políticas; em outras palavras, entendê-los como diferentes projetos que concorriam para elaborar certas concepções de mundo. Foram concepções e posicionamentos gestados em tempos e espaços específicos, defendendo interesses diversos, múltiplos, contraditórios e semelhantes também. Foram projetos forjados dentro de normas sociais que permitiam instituir o que era considerado certo ou errado, segundo um conjunto próprio de valores. Dentro desse conjunto de valores em foram que nde foram fabricados, elaboraram maneiras de ver, pensar e arquitetar o mundo; maneiras de elaborar e instituir o presente, representar o passado e projetar o futuro.

Os escritos que se seguem se encontram divididos em três capítulos. Optei, enquanto estratégia narrativa, manter certa independência na temática específica que norteia cada capítulo, sendo as representações do medo acerca do comunismo, o fio condutor que os une. Nesta dimensão, no capítulo I faço uma breve síntese da história da cidade

49 Expressão usada pelo referido jornal – na edição de 24 de agosto de 1964 – para referir-se às organizações de base de alguns bairros de Garanhuns.

com o intuito de apresentar o espaço onde foi vivenciado o medo acerca do comunismo e em seguida trabalho de maneira mais detalhada com a documentação da polícia. Os relatórios da Delegacia Auxiliar de Polícia de Garanhuns fornecem valiosas informações acerca da ação da Secretaria de Segurança do estado. Com base nessa documentação foi possível traçar uma geografia⁵⁰ das ações comunistas no município, na medida em que a polícia local elaborou um verdadeiro arquivo com o nome e o endereço de uma grande parcela dos comunistas locais. A delegacia era informada sobre os comunistas que habitavam o município, de onde vinham, a ocupação profissional, o que vinham fazer na cidade e até mesmo com quem mantinham relações.

No segundo capítulo focalizei os periódicos enquanto promotores e disseminadores do medo comunista, destacando a atuação do jornal local, *O Monitor*, que foi um dos principais agentes de divulgação das ideias anticomunistas em Garanhuns. Uma grande quantidade de artigos foi publicada naquele periódico corroborando a existência de uma atmosfera de medo na cidade.

No capítulo III analiso como o medo comunista foi debatido na Câmara de Vereadores da cidade de Garanhuns. Como alguns vereadores comunistas conseguiram se eleger, bem como desenvolveram inúmeras estratégias para que seus projetos fossem aprovados. Essa documentação revela como as câmaras municipais – ou pelo menos a de Garanhuns – eram espaços de intensas disputas no combate ao comunismo em Pernambuco. Certamente fiz – ou tentei fazer – um confronto com as fontes nos capítulos que se seguem, analisando como certos acontecimentos registrados na documentação da Secretaria de Segurança foram noticiados na imprensa e/ou debatidos no Legislativo municipal.

As fontes localizadas ao longo da pesquisa foram verdadeiros tesouros encontrados. Desde os inúmeros prontuários policiais localizados

50 Ver o mapa, no apêndice, com algumas localizações residenciais de alguns comunistas da cidade na época.

no arquivo público do estado, passando pelas incontáveis reportagens nos jornais pesquisados, até as atas da Câmara de Vereadores de Garanhuns, onde em seu arquivo – apenas sobre o período aqui pesquisado – foram analisadas mais de 2.600 páginas das atas dos trabalhos daquele poder. Ao longo dos quatro anos de pesquisa – pois este trabalho teve início em 2005, último ano da graduação – essa documentação nos possibilitou adentrar no universo político, social e cultural de Garanhuns nos fins dos anos 1950 e início da década de 1960.



PERNAMBUCO — BRASIL

CÂMARA DOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE GARANHUNS

Continuação

tar-se de um movimento subversivo. O orador ressaltou o fato como um ato arbitrário do Governo Cid Sampaio, cujo governo tinha sido eleito com o voto dos comunistas e por ocasião de sua campanha não tergiversava em reunir-se até secretamente com os mesmos comparecendo em palanque público nos comícios até com Luiz Carlos Prestes etc. sem notar nesta época que só comunistas eram subvertores da ordem, e concluiu o orador mandando inserir em ata dos trabalhos um protesto pelo fato, dando-se ciência a redação do referido jornal. Em aparte o vereador Mauro Lima, lembrou ao orador que o Governador Cid Sampaio quando subia aos palanques em sua campanha eleitoram juntamente com os comunistas, tinha tido o ensejo de declarar que não era comunistas nem pelo menos simpatisante etc. O requerimento foi deferido pela Mesa. Pediu a palavra o vereador Humberto de Moraes e referindo-se a Mensagem nº 375 do Sr. Prefeito referente ao calçamento da cidade de Brejão e levando em conta que a esta altura estávamos na última reunião desta Legislatura, requereu da Mesa licença para oferecer verbal possibilitando resolver o assunto ainda hoje.

Capítulo I

Garanhuns: cenário de histórias múltiplas

Em aparte o vereadorilvero Brasileiro João Nova um dos membros da Comissão de Legislação e Justiça, fez ver ao orador que o assunto era de grande importância pela matéria que envolvia merecendo portanto um estudo mais acurado, razão pela qual não concordava com a solicitação, tendo em vista disso o vereador Humberto de Moraes desistido do pedido, embora ficasse com o documento para posterior apreciação, no que foi atendido. Ainda no uso da palavra o mesmo vereador apresentou a Mesa um requerimento no sentido desta Casa apelar para o fiscal de trânsito desta cidade com a finalidade de procurar dar uma solução ao problema do tráfego existente atualmente na Rua São Miguel nesta cidade, onde está oferecendo o maior perigo especialmente às inúmeras escolas ali localizadas, até já acontecendo desastres fatais, o qual foi destinado a ordem do dia. Por fim o vereador Humberto, requereu da Mesa que fôsse submetido em discussão o projeto de lei de autoria do vereador José Cardoso que concede o título de Cidadão de Garanhuns, ao Dr. F. Pessoa de Queiroz - Superintendente da Empresa Jornal do Comercio S.A., tendo o mesmo sido deferido e dado para sua apreciação na ordem do dia. A seguir pediu a palavra o vereador Elias de Barros e apresentou a Mesa o parecer da Comissão de Fazenda e Orçamento, referente ao projeto que auxilia o Sr. Paulo Francisco Gomes com a importância de Cr\$.3.000,00 destinado a compra de um ocu-los para seu uso pessoal, o qual foi destinado a ordem do dia. Pediu a palavra em sequência o vereador Mauro Lima e em nome da Comissão de Viação e Obras Públicas, apresentou a Mesa o parecer a respeito do projeto do Executivo, que autoriza a abertura de um crédito especial de Cr\$.....

Continua

O cenário onde se passa nossa história é a cidade de Garanhuns, que está localizada no Agreste do estado, a 235 quilômetros da capital, Recife⁵¹. A Garanhuns de fins da década de 1950 e início da de 1960, mais especificamente de 1958 a 1964. Esta opção não foi por acaso, nem aleatória⁵². Minha doce relação de carinho e afetividade com Maria de Fátima Neris⁵³ foi fundamental para estabelecer alguns contatos com outras pessoas de Brejão – cidade vizinha a Garanhuns – quando comecei a investigar alguns relatos de memórias. Procurei alguns moradores daquela cidade para entender como aqueles relatos se constituíram, pois eles concorriam com outros assuntos da vida cotidiana, na pauta das discussões. Eram narrativas frequentemente rememoradas e resignificadas a cada encontro com os amigos, geralmente, quando o dia ainda disputava com a noite, as últimas horas daquelas tardes; quando a claridade do sol se confundia com os reflexos das lâmpadas elétricas iluminando os banquinhos das praças de Brejão. Foi quando tive contato com o senhor Luiz Gonzaga – tio de Fátima Neris – que reside atualmente em Brejão, onde é conhecido como seu Gonzaga Sanfoneiro.

51 Para mais informações ver mapa disponível em <www.google.maps.com.br> Acesso em 20 de maio de 2009.

52 Um fator que contribuiu significativamente para o nascimento da pesquisa está relacionado à minha formação profissional/acadêmica. Fiz graduação em História pela Universidade de Pernambuco – Campus Garanhuns. Isso me possibilitou desenvolver contatos com professores que atuam na cidade, jornalistas, comerciantes, padeiros, alfaiates, que há muito tempo ajudaram – e ajudam – a tecer as histórias vividas e recontadas, entre um cafezinho e outro, nas praças, barzinhos e lanchonetes da cidade; espaços de convivências múltiplas, de conversas e encontros diversos. Além de minha formação acadêmica, trabalhei três anos como professor naquela cidade, o que permitiu ampliar a rede de contatos e, por extensão, adensar, um pouco mais, a teia de relacionamentos. Outro motivo, esse de caráter mais específico, para definir meu objeto de análise, está relacionado a muitas conversas informais que eu escutava acerca de uma “invasão comunista” que tinha ocorrido na cidade de Brejão no início da década de 1960, período em que aquela cidade era distrito de Garanhuns. A cidade de Brejão está localizada a aproximadamente 18 quilômetros de Garanhuns, da qual, até 1962 era distrito.

53 Maria de Fátima Neris, hoje professora aposentada, lecionou 13 anos no município de Brejão. É uma pessoa por quem tenho um apreço indescritível. Ela fez – e faz – parte do meu ciclo de convivência, e foi uma das primeiras pessoas que falaram sobre uma “invasão comunista” ocorrida na cidade de Brejão. Relembrava, em inúmeras conversas de finais de semanas, que quando criança, seus pais alertavam-na, juntos aos seus irmãos, para o perigo que o comunismo representava.

Nos encontros que tivemos, ele relatara enfaticamente que “a revolução de 64 começou em Brejão”, referindo-se a um conflito ocorrido naquela cidade, envolvendo o comunista e alfaiate Amaro Costa, algumas semanas antes da ruptura constitucional de 1964.

Concomitante a estes contatos, procurei algum livro e/ou artigo que discutisse o período antecedente ao golpe civil militar de 1964 em outras cidades do estado de Pernambuco além de Recife, ou região metropolitana. Não encontrei. Isso me levou a pesquisar no jornal de Garanhuns *O Monitor*. Parte dos relatos de algumas pessoas, com que tive contato – e tenho –, está registrado nas páginas do referido jornal⁵⁴.

Outros jornais de circulação em todo estado, como o *Jornal do Comércio* e o *Diário de Pernambuco*, diversas vezes, publicaram matérias (re)produzindo as discussões presentes em *O Monitor*, afirmando que a cidade de Garanhuns era um espaço de expressiva atuação do Partido Comunista Brasileiro entre os anos de 1958 a 1964⁵⁵.

O ano de 1958 foi de pleito eleitoral no estado de Pernambuco, intensificando assim os debates entre os candidatos na defesa de seus projetos, levando os jornais apresentarem, em suas edições, esse clima de disputa, de discussões e propostas políticas, que mudaria não apenas a cidade de Garanhuns, mas o Brasil. Nessa perspectiva, o jornal *O Monitor* produziu uma série de artigos intitulados *Um Brasil Melhor Pelo Teu Voto*⁵⁶.

Nos jornais pesquisados é intensa, até 1964, a produção de diversas matérias e/ou artigos, que versaram acerca da ameaça comunista na cidade de Garanhuns, apresentando-a como um núcleo de intensa atuação do comunismo no estado de Pernambuco. Essa situação levou diversas autoridades locais e estaduais a manter em constante vigilância as pessoas consideradas comunistas, por representarem uma ameaça à

54 Muitos exemplares do Jornal *O Monitor* estão arquivados na Academia de Letras de Garanhuns, localizada à rua XV de Novembro.

55 *Secretário do PCB em Garanhuns revela atuação do Partido em campanha política*. In *Diário de Pernambuco*, Recife, 24 de agosto de 1964, e *Jornal do Commercio*, Recife, 25 de agosto de 1964.

56 Estes artigos foram produzidos por aquele periódico entre os meses de março e maio de 1958, que serão analisados no segundo capítulo.

ordem e aos bons costumes da cidade, ou da sociedade como um todo. Foi nesta dimensão que ocorreu a escolha do objeto de estudo; ou seja, a ameaça comunista em Garanhuns elaborada entre os anos de 1958 a 1964.

Alguns relatos das histórias de Garanhuns...

Seria impossível sintetizar em algumas páginas a história da cidade de Garanhuns. No entanto, irei resumir alguns acontecimentos, consciente de tamanha ousadia. Isso não quer dizer que aqueles que não aparecerem, nesta breve apresentação, sejam menos importantes. Mas que escolhi alguns para esta rápida apresentação, no momento dessa escrita.

O livro *História de Garanhuns* de autoria do escritor Alfredo Leite Cavalcanti, escrito na década de 1960, é um texto munido de um rico aparato documental contendo valiosas informações sobre a história de Garanhuns. As constantes menções às fontes que o autor utilizou para elaborar sua narrativa fornecem importantes possibilidades de pesquisa para quem deseja percorrer aquele espaço que se encontra pouco inexplorado pela investigação historiográfica. Considero fundamental entender a cidade além das narrativas que a concebe apenas como projeto arquitetônico. É importante entendê-la como uma construção que ultrapassa as propostas de um projeto urbanístico construído racionalmente; é estudar seu universo multicultural. Em outras palavras, é compreendê-la como um cenário fluido, móvel e polifônico, onde se desenvolve simultaneamente, em pontos diversos, histórias múltiplas, encenadas por atores anônimos que, não raro, fogem aos enquadramentos dos projetos urbanos; escapam, por assim dizer, dessas projeções urbanísticas.

É nessa perspectiva que utilizo as análises de Michel de Certeau acerca do conceito de cidade e das práticas urbanas. Mesmo escrevendo em outro tempo/espaço e atendendo a outros objetivos, as análises daquele autor nos ajudam a entender a cidade em sua dimensão social/cultural e não apenas enquanto um espaço físico/arquitetônico. Pois, para além dessa visão da cidade, devemos analisar

as práticas microbianas, singulares e plurais, que o sistema urbanístico deveria administrar ou suprimir e que sobrevivem a seu perecimento; seguir o pulular desses procedimentos que muito longe de ser controlados ou eliminados pela administração panóptica, se reforçaram em uma proliferação ilegítima, desenvolvidos e insinuados nas redes de vigilância que constituem regulações cotidianas e criatividades sub-reptícias que se ocultam somente graças aos dispositivos e aos discursos⁵⁷.

Nesta perspectiva, são estas práticas culturais, estas teias sociais, chamadas por Certeau de práticas de espaço, que constroem a cidade à revelia de um projeto urbanístico. As vivências nas pracinhas, alfaiatarias, armazéns, cozinhas, esquinas, prostíbulos, barbearias, delegacias constituem outra cidade além daquela desejada pelos arquitetos, e são essas “práticas de espaço [que] tecem, com efeito, as condições determinadas da vida social”⁵⁸. São em alguns desses círculos de convivências múltiplas que iremos analisar o comunismo sendo vivenciado, perseguido, vigiado, defendido, controlado e passando despercebido sempre que se julgava necessário e possível. Mas antes voltemos um pouco no tempo...

Na Sessão Ordinária da Assembléia Provincial de 31 de dezembro de 1878, o Barão de Nazaré apresentava o projeto que elevou Garanhuns – até então uma vila – à cidade. O argumento que predominou na defesa do projeto foi a construção da linha ferroviária que seria estendida até Garanhuns. Argumentou o autor que aquele empreendimento iria inesoravelmente favorecer o desenvolvimento da vila. A produção poderia ser exportada e importada com uma rapidez extraordinária, para a época. O comércio rapidamente cresceria, pois os povoados localizados nas redondezas teriam transporte rápido e eficiente para levar e trazer suas mercadorias⁵⁹. Oito anos após Garanhuns tornar-se cidade, em 28

57 Certeau, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2000, pág. 175.

58 Ibidem, pág. 175.

59 O Barão de Nazaré – Silvino Guilherme de Barros – também enfatizou “que o planalto de Garanhuns notável pelo seu clima uniforme, fresco e salubre, torna-se ainda mais interessante colocado em meio dos sertões quentes do norte, podendo produzir muitos gêneros de climas temperados que recebemos do estrangeiro, sendo por esta razão o mais apropriado para o esta-

de setembro de 1887, inaugurava-se a extensão, até a cidade de Garanhuns, da linha férrea Recife – São Francisco. O *Diário de Pernambuco* anunciou, uma semana antes, em 23 de setembro de 1887, os preparativos para a inauguração da extensão da linha ferroviária, do “trecho que leva a linha férrea até a cidade de Garanhuns”⁶⁰.

A estrada de ferro passou a ser vista como sinônimo de progresso, desenvolvimento social e crescimento econômico pelas autoridades locais e estaduais, conforme consta nas descrições dos jornais que fizeram a cobertura⁶¹. Para além das exaltações daquele feito, que aparece impulsionando o desenvolvimento da cidade, aquela construção, certamente, tinha um poder simbólico para boa parte das pessoas que moravam em Garanhuns na época. A ferrovia significou um importante passo para a cidade adquirir o status de moderna e avançada, arrefecendo, para alguns, as diferenças que a separava da capital, que era tida como o exemplo a ser seguido. Podia-se ir a Recife num curto período de tempo, antes nunca experimentado por seus moradores.

O terminal ferroviário se tornou local de encontros entre jovens e adultos de Garanhuns. A cada saída ou partida de um trem, este era saudado por diversas pessoas que se deslocavam até a estação para admirar a locomotiva que partia ou chegava entre ruídos e olhares. Ela levava muito mais do que o café e o algodão, principal produção econômica do município à época. Conduzia emoções, suspiros, admirações e ansiedades. Despertou sonhos e desejos em viajar em seus vagões, percorrendo os trilhos de seu percurso. Quando o primeiro trem chegou à cidade foi recebido por salvas de palmas e de tiros, além de inúmeros foguetes

belecimento de imigrantes europeus, que encontrarão ali os mesmos recursos que em S. Paulo e Minas”. Cavalcanti, Alfredo Leite. *História de Garanhuns*. CEHM, Recife, 1997, pág. 195.

60 *Diário de Pernambuco*, Recife, 23 de setembro de 1887. Op. Cit. Cavalcanti, 1997, pág. 199.

61 Segundo *Diário de Pernambuco* chegou “às 11 horas na estação o trem inaugural conduzindo o presidente da província, diretor chefe de polícia, comandante das armas e outras autoridades e convidados”. Após os discursos de exaltação daquele feito, a cerimônia foi palco de discussões abolicionistas, quando foi entregue cartas de alforria a muitos escravos da cidade. Na narrativa do *Jornal do Recife*, “a estrada de ferro é como ninguém pode contestar, um dos poderosos elementos do progresso, conquista da ciência moderna, devemos nós o pernambucanos nos congratular com esse grande acontecimento que ontem teve lugar no interior da nossa província”.

e duas bandas de músicas que ajudaram a recepcioná-lo. Eram as boas vindas à última maravilha do mundo.

Com a facilidade do transporte proporcionada pela linha ferroviária, a produção agrícola teve um considerado crescimento. O algodão e o café, que disputavam o primeiro lugar em importância econômica para o município, foram diretamente beneficiados, como mostram os dados elencados por Alfredo Leite. A produção de café teve um aumento significativo e com isso diversas fazendas do município aumentaram, ou se transformaram, em extensos cafezais. A produção cafeeira manteve-se em crescimento por várias décadas. Em inícios dos anos 1960 eram “empregados, para seleção de todos os tipos de café, grandes e aperfeiçoadíssimos aparelhos com enorme capacidade de produção diária”⁶². O município de Garanhuns, nesse período, ocupou o posto de principal produtor da cultura cafeeira do estado de Pernambuco. Período em que o café figura como o mais importante produto econômico da cidade com uma produção de 9.600.000 quilos, proporcionando ao município uma renda de 192.000.000 de cruzeiros⁶³.

A produção cafeeira teve grande importância para a economia do município. Ser produtor de café, à época, era sinônimo de poder e prestígio social, além de desfrutar de influências políticas no município. Para defender seus interesses contra qualquer projeto político que significasse uma ameaça à manutenção daqueles *status*, os produtores de café e algodão não mediram esforços. Para muitos latifundiários – alguns descendentes de imigrantes italianos – a atuação de diversos comunistas na cidade de Garanhuns era apresentada como um perigo constante. Veremos o porquê...

Relatos do medo: o comunismo em Garanhuns

Viver em Garanhuns de fins dos 1950 e início de 1960 poderia não

62 Cavalcanti, Alfredo Leite. *História de Garanhuns*. CEHM, Recife, 1997, pág. 263.

63 Segundo o Serviço de Estatística da Produção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Enciclopédia Municipal, volume XVIII, pág. 122, o café era, naquele período, o principal produto econômico de Garanhuns seguido do algodão.

ser algo fácil e prazeroso, pelos menos para aqueles que eram comunistas ou denominados como tal. Percorrer as ruas da cidade, à época, poderia significar um perigo constante, como nas duas vezes em que tentaram atropelar o alfaiate Amaro Costa enquanto ele passeava pela Avenida Santo Antônio. Quando nem ao menos andar pelas ruas era possível, enclausurar-se na própria casa, transformando-a numa espécie de prisão, era a única alternativa encontrada para permanecer junto à família como ocorreu com o comerciante Arão Pereira Braga. Refém do medo, ele passou trinta dias escondido no sótão de sua casa fugindo dos policiais que tentavam prendê-lo, acusando-o de atividade subversiva.

Esse passado, não muito distante, foi regado pelo medo e insegurança, foi palco de múltiplas lutas. As discussões envolvendo as lideranças e filiados do PCB (Partido Comunista Brasileiro), do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e do PSB (Partido Socialista Brasileiro) já vinham sendo vivenciadas bem antes de 1958, como demonstram os documentos da Secretaria de Segurança Pública do estado. Os membros do PTB e PSB, em diversos momentos, aparecem na documentação como representantes comunistas sem distinção daqueles filiados ao PCB. Essa representação do comunista como indivíduo perigoso foi esculpida em Garanhuns de maneira gradativa por jornais, em circulação na cidade, por parte da Igreja Católica e de autoridades civis e policiais. Recuemos, um pouco no tempo, para entender melhor esse enredo...

Na manhã de 24 de julho de 1949, o jornal *O Monitor* levava em sua edição uma alerta à sociedade local, informando que os comunistas tentaram impedir a cerimônia de encerramento de um congresso das Câmaras Municipais que se realizava na cidade de Ribeirão Preto (SP). Segundo *O Monitor*, os comunistas provocaram grande confusão distribuindo panfletos e incitando os operários a aderirem a uma greve:

Em Ribeirão Preto [SP] estava-se realizando com muito interesse e harmonia o segundo Congresso das Câmaras Municipais do estado quando os comunistas resolveram perturbar a

sessão de encerramento por meio de elementos infiltrados no Congresso, distribuindo boletins subversivos e tentando levar os operários à agitação e à greve⁶⁴.

De maneira gradativa, aquele jornal estava ajudando criar a imagem de que o comunismo era um perigo para o Brasil; uma ameaça aos interesses e à harmonia da sociedade. Os comunistas estavam se infiltrando em nosso país provocando perturbando a ordem, justamente nos espaços onde se elaboravam e se aprovavam as principais decisões políticas de um município.

Esse tipo de reportagem que versava sobre o perigo comunista aparecia, com certa frequência, em outros periódicos além de *O Monitor*. O medo – que não teve um crescimento linear e uniforme, ora crescendo, ora recuando ou estagnando – certamente ganhou força e intensidade quando foi publicada uma reportagem alertando que os comunistas estavam se organizando para incendiarem as fazendas produtoras de café de Garanhuns. O *Jornal do Commercio*, em uma das edições, estampou: “Os comunistas fazem arruaça em Garanhuns (em foco a situação do governador Cid Sampaio)”.

Planos subversivos com dispositivos incendiários estão sendo preparados em Pernambuco pelo Diretório Central do Partido Comunista naquele Estado. As células de ação revolucionárias acham-se reunidas na chamada “Frente Agrária”. De acordo com documentos apreendidos pelo serviço de informação do Quarto Exército, a “Frente Agrária” projeta vários incêndios nos cafezais de Garanhuns, um dos mais prósperos, colocado em região de bom clima e grande fertilidade de solo⁶⁵.

Acreditamos que a palavra é produtora de sentidos, assim como o jornal é um instrumento produtor de efeitos de verdades. Aquela reportagem foi escrita num momento específico. A arena política de Pernambuco, naquele momento, contribuía para reforçar a ideia de

64 *O Monitor*, Garanhuns, 24 de julho de 1949, pág. 03.

65 *Jornal do Commercio*, Recife, 21 de abril de 1959.

que o estado estava sob forte influência comunista. Essas concepções eram reforçadas na medida em que o cenário político do estado passou a ser representado por políticos que eram considerados de esquerda. Para Joseph A. Page, “o poder político parecia estar se deslocando, de um modo lento mais perceptível, de um círculo de famílias ricas para um movimento populista de amplas bases”⁶⁶. Miguel Arraes, mesmo nunca tendo se declarado comunista ou esquerdista, muitos opositores lhes atribuíam essa alcunha. Ele conseguiu se eleger prefeito do Recife em 1959 com o apoio da chamada Frente do Recife⁶⁷. Um ano antes, Cid Sampaio venceu as eleições para governador numa aliança com os comunistas. Em 1958 Cid Sampaio e Luiz Carlos Prestes estiveram no mesmo palanque em comício no Recife ajudando a sedimentar a ideia de que os comunistas estavam se infiltrando de maneira consistente no estado. Utilizando um dado vocabulário, que possibilitou representar os acontecimentos de uma maneira singular, aquele jornal – enquanto um órgão reconhecido institucionalmente – contribuía para reforçar a ideia de que o comunismo estava em franco crescimento.

O comunismo estaria se organizando na “frente agrária”, exigindo os cuidados até mesmo do IV Exército. Aquele noticiário fazia uma alerta à população de Pernambuco e à de Garanhuns, em particular, para o perigo que representavam os comunistas. Informava que os defensores do Partido Comunista Brasileiro tinham escolhido, naquele momento, a cidade de Garanhuns como palco para desenvolverem suas ações de vandalismo – como as caracterizou aquele periódico – pois não iriam poupar os centros industriais, rede ferroviária, a produção agrícola ou os campos cultivados. O temor aumentava ainda mais, pois o noticiário ressaltava que em Pernambuco havia um clima propício às atividades subversivas, em virtude da vitória de Cid Sampaio para governador do estado no último pleito eleitoral.

66 Page, Joseph A. *A Revolução Que Nunca Houve: o Nordeste do Brasil (1955 – 1964)*. Rio de Janeiro: Record, 1972, pág. 22.

67 Sobre a Frente do Recife, ao longo da dissertação, dialogaremos com alguns autores como Soares, José Arlindo, 1980; Oliveira, Roberto Aguiar, 1993; Montenegro, Antonio Torres, 2007; Santos, Taciana, 2009; que têm importantes trabalhos acerca da formação e atuação daquela rede de alianças denominada Frente do Recife.

O *Jornal do Commercio* argumentava que Cid Sampaio, como forma de se vingar de Etelvino Lins, candidato por ele derrotado, encontrou uma maneira muito perigosa para atingi-lo. Segundo a reportagem, Cid Sampaio estava se vingando de Etelvino dando total liberdade de ação aos comunistas de Pernambuco, uma vez que seu opositor era inimigo declarado do comunismo. Preconizava que as competições mesquinhas em Pernambuco estavam beneficiando exclusivamente à subversão comunista que se encontrava em franca ascensão no estado.

Provavelmente aquela reportagem causou preocupações a um grupo de políticos e fazendeiros produtores de café de Garanhuns. Afinal, eram seus cafezais que poderiam estar em perigo; suas fazendas estavam sendo alvo dos planos de ataque dos comunistas, segundo o *Jornal do Commercio*. Além dos danos financeiros relativos à produção do café, que podia ser atingida, aquela ameaça era um perigo à propriedade privada. Devia-se, portanto, ficar em alerta para evitar qualquer dano às fazendas e, se necessário fosse, dever-se-ia combater com veemência aquela ameaça ao desenvolvimento econômico do município.

Neste sentido, o estado, por meio da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, teve um papel fundamental no combate ao comunismo. Aquela Secretaria, através da Delegacia Auxiliar de Polícia, foi um importante instrumento para rastrear, prender e até espancar aquelas pessoas, por ela, consideradas comunistas. E esta tarefa já vinha sendo executada desde o início da década de 1950, conforme consta nos relatórios da Secretaria de Segurança Pública do estado.

Aquela Secretaria enviou um agente à cidade de Garanhuns para manter-se informada acerca das atividades comunistas. As lideranças do PCB local organizaram um comício no dia 21 de fevereiro de 1954. Para tanto, solicitaram autorização do delegado e do prefeito local para a sua realização. Aloísio Souto Pinto, chefe do Executivo Municipal, teria não apenas autorizado, mas cedido o palanque para que a cerimônia fosse realizada. A atitude do prefeito cedendo o palco para a realização do comício é indicativa do apoio, pelo menos parcial, daquela autori-

dade para com os comunistas locais⁶⁸.

Se o prefeito não declarava apoio aberto aos comunistas, nada fazia para impedir o crescimento daquela agremiação partidária. Pelo contrário, contribuía para seu desenvolvimento. Era mais um motivo para a Secretaria de Segurança intensificar a vigilância acerca da atuação dos comunistas em Garanhuns. Na pauta do discurso do comício, prevaleceu o ataque ao capitalismo, aos latifundiários, ao baixo valor do salário mínimo e a necessidade de unir os trabalhadores para conseguirem implantar a tão desejada reforma agrária. Não raro, essa luta era representada como um atentado à propriedade privada; um perigo, portanto.

Entre os que fizeram uso da palavra⁶⁹, o vereador Wilson de Barros Leal, do PSB local, foi o que mais se destacou, tecendo severas críticas ao presidente⁷⁰ da República, na época, em virtude do baixo valor do salário mínimo⁷¹. O vereador enfatizou sua insatisfação à administração do

68 A Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, preocupada com o crescimento do comunismo no estado, enviou a Garanhuns, conforme consta em relatório, um de seus funcionários para “fazer a cobertura de uma movimentação operária de possível caráter comunista na cidade de Garanhuns”. Este documento encontra-se disponível para pesquisa no acervo do Arquivo Público de Pernambuco Ermerenciano Jordão no prontuário funcional nº 26.619. Este prontuário é composto por uma grande quantidade de documentos sobre o comunismo em Garanhuns. Adotarei a sigla PFG (Prontuário Funcional de Garanhuns) nas citações dos documentos extraídos de lá.

69 Encontravam-se, entre outros, no palanque Manoel Ferreira de Lima, membro do sindicato dos padeiros, Antônio José da Silva, operário de construção civil, e o vereador Wilson de Barros Leal, do PSB local, todos apresentados como comunistas. Mostrava-se, com isso, que as ideias comunistas haviam contaminado o poder Legislativo Municipal e encontravam apoio entre representantes da sociedade civil de Garanhuns.

70 No relatório da Secretaria de Segurança acerca do mencionado comício, percebemos que os discursos ali foram proferidos pelas autoridades políticas locais, sendo constituídos de intensas críticas direcionadas à burguesia e à administração do presidente Getúlio Vargas. Em outra parte do mesmo documento menciona-se que a postura dos que fizeram uso da palavra no comício, demonstrava a total falta de respeito dos comunistas com as autoridades brasileiras, pelo tom das críticas a elas dirigidas.

71 Certamente não sabemos se esse foi, de fato, o discurso proferido pelo orador, uma vez que o documento que tivemos acesso foi escrito por um agente da Secretaria de Segurança Pública do Estado encarregado de relatar o que ocorreu naquela manifestação comunista. Na verdade, isso importa pouco. Interessa ressaltar, a construção discursiva do relator ao tecer uma narrativa, segundo a qual, o vereador eleva sua insatisfação quanto à administração do Presidente da República que até o momento não havia sancionado a lei que garantia um aumento do salário

presidente, direcionando suas críticas ao ex-ministro do trabalho Segadas Viana⁷², atribuindo-lhe a culpa pela situação em que se encontrava o salário durante o período em que aquele ministro esteve no poder. Para Ângela de Castro, quando Segadas Viana aprovou o aumento salarial, em 1953, gerou diversas celeumas entre o governo e os sindicatos, pois estes consideraram insuficiente o reajuste salarial, passando a criticar fortemente Viana⁷³. É neste movimento que se insere as críticas daquelas lideranças comunistas em Garanhuns, que teriam atacado não apenas Viana, mas também o ministro Osvaldo Aranha⁷⁴ chamando-o de “vetador de salário mínimo, inimigo do trabalhador e reacionário burguês a saldo dos Estados Unidos da América do Norte”⁷⁵. Em seguida João Belchior Marques Goulart assumiu a pasta do Trabalho de 18 de junho de 1953 a 23 de fevereiro de 1954.

Os embates acerca do aumento salarial geraram muitas discussões. Diversos trabalhadores demonstravam uma grande insatisfação com a política salarial de Getúlio Vargas. “Em 1954, o salário real chegou ao nível mais baixo de todo o período de dezenove anos, entre 1945 e 1963”⁷⁶. João Goulart assumiu a Pasta do Trabalho e tinha como uma

mínimo. Essa insatisfação se arrefeceu quando do suicídio de Getúlio Vargas, pois parte dos representantes dos partidos PCB, PTB e PSB de Garanhuns, demonstrou apoio ao presidente, se apropriando daquele acontecimento para criticar os norte-americanos atribuindo-lhes a culpa pelo o que ocorreu com Vargas.

72 José de Segadas Viana foi Ministro do Trabalho de 06/09/1951 a 17/06/1953 durante o governo de Getúlio Vargas. Viana assumiu a Pasta do Trabalho, em 05 de setembro de 1951, depois da renúncia do petebista Danton Coelho. In Abreu, Alzira Alves de, et, al. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2ª edição, 2001, Vol. 5.

73 Gomes, Ângela de Castro. *Partido Trabalhista Brasileiro (1945 – 1964): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reforma de base*. In Ferreira, Jorge e Reis, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil: Nacionalismo e reformismo radical (1945 – 1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

74 Osvaldo Euclides de Sousa Aranha foi Ministro da Fazenda entre os anos 1953 e 1954. Osvaldo Aranha foi uma indicação de Vargas, que assumiu o Ministério da Fazenda com o propósito de resolver uma crise econômica. “Diante da crise instalada na área econômica, Getúlio Vargas decidiu substituir Ricardo Lafer por Osvaldo Aranha”. In Abreu, Alzira Alves de, et, al. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2ª edição, 2001, volume I, pág. 307.

75 PFG, pág. 02.

76 Levine, Robert M. *Pai dos Pobres?: o Brasil e a era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, págs. 123/124.

de suas metas, resolver as celeumas entorno do aumento do salário mínimo. No dia 22 de fevereiro de 1954, Jango apresentou o relatório “propondo um aumento da ordem de 100%, [...] Se o parecer de Jango fosse aprovado, teria produzido um abrupto aumento nos salários reais, muito acima do nível concedido no último reajustamento, em dezembro de 1951”⁷⁷. Houve uma forte reação de empresários e militares e quando Vargas destituiu Jango “dava a entender que não tinha intenção de conceder o aumento em 100%”⁷⁸.

Durante o período em que esteve à frente do Ministério do Trabalho, Goulart manteve uma estreita relação com os trabalhadores que o procuravam. Para uma significativa parcela da oposição, aquela postura era um indício de sua aproximação com o comunismo. “Diante de greves, Jango substituiu a repressão policial pela conversa. Seu estilo era o de superar os conflitos na mesa de negociações, pactuando acordos e compromissos, utilizando a persuasão e o diálogo como instrumentos de ação”⁷⁹. No início da década de 1950 essas discussões se intensificaram contribuindo para fabricar uma imagem de João Goulart amplamente difundida, discutida e dividida na concepção da historiadora Ângela de Castro Gomes. Para ela, Jango

era tanto o político que recebia e ouvia trabalhadores informalmente articulando a resolução de conflitos antes da eclosão das greves, sendo assim uma liderança hábil e valiosa para projetos governamentais, quanto o político perigosamente envolvido com comunistas que estimulava a agitação e propunha um aumento irresponsável do salário mínimo⁸⁰.

77 Skidmore, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930 - 1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, pág. 166.

78 Ibidem, pág. 168.

79 Ferreira, Jorge. *Entre a história e a memória: João Goulart*. In Ferreira, Jorge e Aarão, Daniel. *Nacionalismo e reformismo radical (1945 - 1964) - As esquerdas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pág. 514.

80 Gomes, Ângela de Castro. *Memórias em disputas*. In Ferreira, Marieta de Moraes (coordenadora). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FVG, 2006, pág. 51.

Jango fora longamente elogiado pelo vereador Wilson de Barros, no comício em Garanhuns. No entanto, entre algumas imagens construídas acerca de João Goulart encontra-se uma na qual ele aparece costurado às representações comunistas, principalmente quando assumiu a Presidência da República.

Em seu discurso, aquele vereador se apresentava como legítimo defensor dos operários. Para ele a situação só chegara a tal ponto, porque os governantes do Brasil, na época, eram incapazes de proporcionar melhorias na vida dos trabalhadores mediante políticas públicas adequadas. Só os comunistas estariam preparados para esta função em virtude de conhecerem de perto os problemas que afligiam os operários e camponeses e por representarem o único partido revolucionário capaz de realizar tamanha proeza. Para a historiadora Dulce Pandolfi, essa concepção foi “um dos maiores paradoxos vividos pelo Partido Comunista Brasileiro [...], o de se autointitular um partido revolucionário – o partido da classe operária – e adotar uma política mais ampla buscando abranger os mais variados setores da sociedade”⁸¹.

Para muitos políticos da oposição, Jango representava uma ameaça, pois seu governo possibilitaria a inserção do comunismo no país e a criação de uma república sindicalista. Para a historiadora Marieta de Moraes “na perspectiva dos políticos da UDN [União Democrática Nacional] Jango era o Kerensky brasileiro. Esta alusão à fase preparatória da Revolução Russa pressupunha que Jango estaria comprometido com a implantação de políticas defendidas pela esquerda radical”⁸².

O vereador ainda teria bradado que o povo só seria vitorioso mediante uma forte união e “que se o povo não fosse vitorioso, ele, Wilson de Barros Leal, não teria culpa, pois tudo fez para o bem dos proletários”⁸³. Esta foi, provavelmente, uma estratégia usada por ele

81 Pandolfi, Dulce Chaves. *Camaradas e Companheiros: memória e história do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995, pág. 185.

82 Ferreira, Marieta de Moraes. *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pág. 11.

83 FPG, pág. 03.

para conseguir o apoio dos trabalhadores. Ele enfatizava que a culpa da exploração pela qual passavam aqueles operários não era deles, mas da burguesia que os explorava e de um presidente incapaz de resolver os problemas sociais do país.

Qual era, portanto, o lugar daquele vereador nesse enredo? Ele estava se construindo como um líder preocupado com a situação dos trabalhadores naquele momento. Estrategicamente se eximia de responsabilidade se seus objetivos não fossem alcançados, pois não teria culpa, uma vez “que tudo fez pelo bem dos proletários”. Em última instância, ele colocava a decisão final nas mãos do povo. Pois os trabalhadores, dependendo da atitude que tomassem, poderiam mudar a situação pela qual passavam.

Os relatórios da Secretaria demonstravam o interesse que o estado tinha em manter sob controle os comunistas, alertando simultaneamente, a população de Pernambuco e de Garanhuns, em particular, para o crescimento do comunismo naquele momento. Demonstravam também que as ideias comunistas estavam atingindo não apenas políticos, mas uma ampla parcela da sociedade, incluindo jovens e mulheres⁸⁴. Os relatórios mencionaram também que a imprensa da cidade já havia feito constatações semelhantes mostrando em suas edições a ascensão do comunismo na cidade. O agente se reportou à imprensa, como meio de comprovar o que ele havia presenciado. Assim, seus relatos não eram invenções aleatórias; pois, além dos depoimentos de uma filha de um político local, havia a imprensa – ou alguns jornais – que, ao registrar o que ele havia constatado, atribuía um estatuto de verdade para o que relatara. Acreditamos, portanto, que o comício, por sua repercussão, mobilizando a Secretaria de Segurança, juntamente com a Delegacia de Polícia local, foram importantes instrumentos que ajudaram a constituir Garanhuns como um espaço comunista praticado.

84 Segundo relatou o agente da Secretaria de Segurança, a expansão das ideias comunistas em Garanhuns, era tamanha “a ponto de uma senhorita, filha de um político local, afirmar que em virtude disto, raro é, o adolescente que não tem ali ideias vermelhas”.

Rastreando passos: seguindo comunistas

Aquelas práticas produziram efeitos. A Secretaria de Segurança Pública do estado de Pernambuco intensificou o mapeamento que vinha desenvolvendo sobre as atividades comunistas na cidade de Garanhuns. Nesta perspectiva, realizou um rastreamento dos passos dos comunistas na cidade vigiando-os constantemente.

Como a Secretaria de Segurança desejava manter sob controle as atividades desenvolvidas pelos representantes do comunismo, segui-los, vigiá-los e rastreá-los tornaram-se práticas constantes daquele órgão. Na medida em que fazia um mapeamento dos passos comunistas na cidade de Garanhuns, o estado pode elaborar uma cartografia da atuação dos comunistas naquele espaço, haja vista que a Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, mantinha em seus arquivos os nomes, endereços, data de nascimento, apelidos, profissão, entre outras informações.

No entanto, a preocupação daquela Secretaria não era apenas elaborar um arquivo constando os nomes dos comunistas de Garanhuns. A partir do momento em que a Secretaria de Segurança passou a construir uma radiografia dos passos comunistas na cidade, podemos pensar os passos enquanto elementos identificadores, organizadores e constituintes dos espaços, pois, como ressaltou Michel de Certeau, “os jogos dos passos moldam espaços. Tecem os lugares”⁸⁵. Os passos percorridos, desviados, recuados, em suma, percorridos pelos comunistas eram constituintes daquele espaço apontado por alguns noticiários como palco de intensa atuação comunista. Seguir seus passos permitia saber os trajetos escolhidos, os caminhos percorridos, as trajetórias executadas. Permitia ingressar no universo das escolhas, na medida em que o ato de caminhar é seletivo e revelador de percursos. Por que determinados trajetos eram selecionados e não outros? E, como um escultor deixa sua marca incrustada na madeira, os caminhantes, neste caso, os comunistas, ao escolherem determinados trajetos, lhes atribuíam novos

85 Certeau, Michel. *A invenção do Cotidiano*: 1 artes de fazer. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994, pág. 176.

valores, inscrevendo-lhes outros sentidos na medida em que resignificavam aqueles percursos. Eram passos dados por comunistas; eram trajetos por eles percorridos.

As atividades da Delegacia Auxiliar de Polícia do município foram produtivas ao fazer um levantamento minucioso das pessoas envolvidas com o comunismo na cidade. Tanto daquelas ligadas diretamente ao PCB, através da filiação partidária, quanto das que eram consideradas comunistas, sem necessariamente estarem filiadas ao partido em Garanhuns. Pois, ser comunista é antes de tudo uma construção permanente e se elabora nas relações sociais específicas de um tempo e de um espaço. Portanto, encontramos pessoas que foram presas e torturadas sem que seu nome constasse entre os filiados ao PCB. Estar, conviver, andar ao lado de membros do partido, fazer parte de suas reuniões, demonstrar apoio às ideias comunistas, ou em alguns casos não se posicionar contrário a elas, já seriam suficientes para uma pessoa ser considerada comunista. É certo que tais experiências procedem quando as costuramos nas malhas sociais do tempo e do espaço aqui pesquisadas. No mês que antecedeu o comício de 21 de fevereiro, aquela delegacia começara fazer uma relação detalhada dos “elementos comunistas residentes na cidade de Garanhuns”⁸⁶, entre os quais se encontravam pessoas filiadas e não filiadas ao Partido Comunistas Brasileiro.

Mais do que registrar o nome de um comunista, esta atividade funcionou como um satélite que vigiava e controlava, ou ao menos tentava controlar, aqueles que a Secretaria julgava uma ameaça à sociedade. A Delegacia Auxiliar de Polícia de Garanhuns fez uma cartografia do comunismo na cidade e criou um banco de dados constando o nome de diversas pessoas ligadas ao Partido Comunista. A quantidade de detalhes sobre os comunistas fichados pela Delegacia mostra a preocupação que eles representavam para aquele órgão. Ao mesmo tempo, demonstra também a eficácia do aparato estadual da Secretaria de Segurança ao fazer um

86 Título do relatório da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco com nomes de comunistas da cidade de Garanhuns. PFG.

levantamento detalhado de quem eram os comunistas, de onde vinham, como chegavam, porque vinham, com quem se relacionavam ao chegar a Garanhuns e quais as atividades que desempenhavam na cidade.

Por motivos que no momento desconhecemos, o proprietário da “Padaria Progresso” não conseguiu driblar tamanha vigilância e passou a endossar a lista daqueles que compunham “a relação dos elementos comunistas da cidade de Garanhuns”. Muito mais do que seu nome cosido à lista, sua aproximação com as ideias comunistas foi suficiente para ele ser classificado como um elemento exaltado e agitador, trabalhando a serviço do comunismo.

Se as navalhas de um barbeiro⁸⁷, à época, eram afiadas, também o eram as discussões em seu estabelecimento de trabalho. As barbearias eram espaços de intensas discussões políticas, ajudando, à sua maneira, a configurar as relações sociais daquele tempo, na medida em que se constituíam em espaços de intensos debates. Fazia-se mais que se cortarem cabelos e bigodes nas barbearias; discutiam-se ideias, circulavam informações, produziam-se conhecimentos e se projetavam ações. Seu dono foi representado como um atuante comunista na cidade, mas tinha dado férias aos seus instrumentos de trabalho, pois se encontrava afastado de suas atividades em virtude do seu estado de saúde, que o obrigara a deslocar-se até a capital para tratamento. Não bastava a identificação pelo nome, ou endereço residencial. A Secretaria desenvolvia práticas que lhe possibilitavam fazer uma radiografia da vida dos comunistas da cidade, inclusive informando-se acerca do estado de saúde daqueles acusados de subversão.

Assim, padeiros, advogados, carregadores de fretes, pedreiros, barbeiros, comerciantes e alfaiates⁸⁸ foram observados, vigiados e, de certa

87 Algumas das pessoas citadas nos documentos – alguns inclusive, de caráter confidencial – aos quais tivemos acesso, já faleceram. Em outros casos não encontramos familiares ou parentes dos nomes citados. Em virtude disto, estaremos nos reportando a estes personagens sem mencionarmos seus respectivos nomes, distinguindo-os pela profissão, endereço e/ou outras informações disponíveis em cada caso. Portanto, pelas razões expostas, iremos nos referir, em outros momentos, a pessoas sem mencionarmos seus nomes.

88 Estas são as principais profissões das pessoas citadas como comunistas na referida relação. PFG.

maneira, controlados pelas ações da Secretaria de Segurança Pública do estado. Nas suas fichas, nos arquivos da Secretaria, à frente de seus nomes estavam endereço residencial, profissão e um breve histórico de seu envolvimento com as ideias comunistas. Foi o caso – dentre outros – do advogado da prefeitura local, que “foi elemento de destacada atuação em favor do comunismo. Depois de conseguir essa nomeação, diz-se afastado do partido, porém continua mantendo constantes contatos com os comunistas e esquerdistas locais, continuando a servir a seu credo discretamente”⁸⁹.

Mostrava-se que o comunismo não escolhia profissão nem estrato social. Atingia a todos sem distinção. Essas pessoas eram constantemente vigiadas pelos agentes da Secretaria de Segurança e funcionários da Delegacia Auxiliar de Polícia de Garanhuns. Diante de uma atitude, julgada pela Secretaria de Segurança, como uma ameaça aos considerados bons costumes sociais, as autoridades policiais saberiam localizá-las rapidamente. Este aparato funcionava como um arquivo, onde se guardavam parte da vida de muitas pessoas consideradas perigosas, por representarem as ideias comunistas; era um acervo onde se arquivavam informações sobre os comportamentos dos comunistas de Garanhuns. Certamente, recorria-se a este banco de dados quando se desejava prender algum comunista.

Para a historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro, “as autoridades policiais organizaram seus arquivos segundo critérios próprios, os quais devem ser considerados como uma das mais expressivas formas de controle das atividades clandestinas de intelectuais, gráficas, editoras e livreros no Brasil”⁹⁰. Mesmo pesquisando outro recorte de tempo e espaço, encontramos algumas semelhanças com as práticas adotadas pelas autoridades policiais em Garanhuns demonstrando que o comunismo era considerado uma ameaça não apenas local, mas nacional. Portanto, a vigilância e o controle dos comunistas foram práticas adotadas por

89 PFG.

90 Carneiro, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, idéias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas*. São Paulo: Ateliê editorial; FAPESP, 2002, pág. 51.

outras secretarias de segurança, e não apenas uma atividade desenvolvida em Pernambuco. Cada objeto apreendido funcionava como prova (revistas, livros, selos, envelopes, cartas de correspondências, bilhetes, cheques, jornais) denunciando seus donos de atividades subversivas. Nesta dimensão “as anotações registradas pela polícia à margem dos documentos e os destaques com lápis colorido sublinhando os conteúdos ‘subversivos’ são testemunhos do universo simbólico representativo dos valores endossados pelas autoridades policiais”⁹¹.

Não apenas aquelas pessoas que se expressavam defendendo o comunismo, ou aquelas diretamente filiadas ao partido, deveriam ser monitoradas. A eficiência de um agente comunista – como era chamado constantemente – não se media apenas observando aquelas atividades que se percebia facilmente, como a participação em comícios, palestras, a distribuição de material de propaganda em época de eleições, o empréstimo de sua casa, ou de estabelecimento comercial como local de propaganda para os políticos comunistas. Havia a necessidade de detectar quem eram e o que faziam aqueles indivíduos considerados discretos. Essa preocupação da Secretaria se sustentava no argumento de que o indivíduo por ser discreto não significava ser ineficiente. Pois o dono de uma banca jogo, na concepção daquele órgão, era um eficiente agente comunista que atuava na cidade de maneira discreta⁹².

A Secretaria dispunha em seus arquivos da ficha de aproximadamente duzentas e cinquenta pessoas, que estavam filiadas ao Partido Comunista, segundo aquele órgão. Contudo, relatar a quantidade de pessoas que estiveram envolvidas com o Partido Comunista em Garanhuns, apenas em números, é deixar de lado aquilo que mais nos interessa. Pois os números deixam escapar as estratégias, as negociações, os acordos, em outras palavras, as várias maneiras com que os comunistas faziam para burlar esse aparato de vigilância e controle quando achas-

91 Ibidem.

92 A Secretaria de Segurança Pública enfatizou que alguns indivíduos comunistas tinham atuação eficaz desenvolvendo as idéias vermelhas de maneira bastante discreta. Ressaltou que havia em Garanhuns um “elemento mais ou menos discreto, porém atuante e eficiente”.

sem prudente e necessário. Ou seja: o agir, o falar, as atividades desenvolvidas por eles, as estratégias de resistência, as inúmeras maneiras de atuar em cena sem serem percebidos. Isso os números não mostram. Mas a quantificação também é importante e revela um significativo número de pessoas filiadas ao Partido Comunista numa cidade relativamente distante do Recife. Revela, por extensão, que as atividades do Partido estavam se disseminando pelo chamado interior de Pernambuco e ganhando a adesão de um número cada vez maior de pessoas. Levando em consideração que o Partido Comunista estava na ilegalidade durante o recorte temporal pesquisado, o número de pessoas filiadas a este partido em Garanhuns demonstra que suas atividades não diminuíram quando este perdeu seus direitos políticos em 1947.

Alguns nomes apontados como as lideranças comunistas não se encontram nessas mencionadas listas, mas em outros documentos que analisaremos posteriormente. Não podemos deduzir o número exato de pessoas ligadas ao comunismo em Garanhuns. Pois outras listas podem existir, e não devemos nos esquecer também daquelas pessoas que, mesmo sob a vigilância constante da polícia, de representantes da Igreja Católica, de parte da imprensa e da sociedade civil, conseguiram burlar os mecanismos de controle e, provavelmente, não tiveram seus nomes registrados.

A Delegacia Auxiliar de Polícia de Garanhuns demonstrava eficiência quando a atividade era vigiar os comunistas. No dia 06 de novembro de 1960 este órgão redigiu uma relação com o nome daqueles que eram apontados como pertencentes ao Partido Comunista da cidade. Nesta listagem encontrava-se o nome de José Cardoso, vereador da cidade de Garanhuns, à época, com seu endereço residencial e classificado como agitador comunista. Ele não estava só. Amaro Costa, proprietário da Alfaiataria Costa, também apontado como agitador comunista, o comerciante Arão Braga e seus irmãos, todos apresentados como agentes propagadores das ideias vermelhas⁹³, como assim se referiam aquelas autoridades.

93 Nos documentos da Delegacia Auxiliar de Polícia de Garanhuns, as pessoas citadas acima apa-

As sapatarias, barbearias, alfaiatarias e hospedarias foram espaços de intensas discussões políticas na época⁹⁴. Para driblar as ações repressoras do estado, diversos comunistas se encontravam naqueles estabelecimentos comerciais, não apenas em busca dos serviços que poderiam encontrar lá. Mas faziam daqueles lugares núcleos de intensos debates ressignificando aqueles espaços a cada encontro e discussão, transformando-o num espaço praticado, para lembrar Michel de Certeau. Para o DOPS, entretanto, era um espaço praticado exclusivamente pela subversão comunista.

Analisando os documentos resultantes do monitoramento desenvolvido pela Secretaria de Segurança, um detalhe chama atenção: muitos nomes vinham seguidos de um apelido. Era, provavelmente, para facilitar a identificação e a localização. A prática de conhecer e utilizar o apelido, pode ser indicativo de algumas estratégias utilizadas pela polícia para rastrear os passos dos comunistas. Tal estratégia pode indicar o nível de intimidade ou proximidade, que o agente de segurança alcançou com a pessoa ou com grupos investigados. Outra prática consistia em classificar as pessoas de acordo com as atividades que desenvolviam e com o suposto perigo que representavam. Por isso, além do nome, do endereço residencial e da profissão, muitos eram considerados *agitadores*, enquanto outros ganhavam à frente de seu nome a classificação de *perigoso*. Mesmo desconhecendo os critérios adotados para que uma pessoa fosse rotulada como perigosa, provavelmente, quem assim era qualificado, deveria ser vigiado com mais cuidado e assiduidade.

Ter o nome tecido à trama comunista era algo indesejável a muitos políticos. Poderia significar a perda de um significativo número de votos num pleito eleitoral, principalmente quando alguém era acusado de defender as atividades subversivas. Provavelmente foi o que ocorreu com o vereador Raimundo de Moraes, do Partido Social Progres-

recem como agitadoras comunistas se encontrando frequentemente na Agência Marli; centro de discussões comunistas.

94 Durante suas atividades, a Delegacia de Polícia local, fichou o nome de um sapateiro que morava na Rua São Domingos, e classificou-o com *perigoso*.

sista, quando teve seu nome costurado às representações comunistas da cidade. Com o intuito de se livrar daquelas absurdas afirmações – como ele as classificou –, escreveu à Secretaria de Segurança do estado para esclarecer aquele equívoco. Segundo o telegrama, o vereador estava surpreso e indignado por seu nome ter sido indicado como pertencente ao Partido Comunista. “É publicamente conhecida” – escreveu ele – “minha atuação contra o perigo vermelho. Sou considerado forte inimigo à ideologia e aos agentes moscovitas, por considerá-los nocivos ao regime democrático e traidores da pátria”⁹⁵.

O nome do referido vereador, sem que este encontrasse razão, tinha sido associado aos comunistas da cidade. Isso era preocupante e perigoso para quem não desejava qualquer tipo de aproximação com as ideias daquele partido. A atitude do vereador nos revela que não bastava se declarar contra o comunismo. Por isso, para que nenhuma dúvida restasse, e para que seu nome não aparecesse ligado às ideias vermelhas, ele se dirigiu à Secretaria de Segurança, se posicionando verbalmente, através do telegrama, informando que era fervorosamente contra o comunismo.

Entretanto, se alguns políticos agiram de forma semelhante, brandando seu repúdio ao PCB, quem a ele estava filiado ou defendia suas ideias, encontrava outras maneiras de concorrer às eleições. Na época, o Partido Comunista Brasileiro, encontrava-se na ilegalidade. Alguns candidatos comunistas concorriam aos cargos eleitorais por outras legendas partidárias, como o PTB, por exemplo. Essa estratégia levou diversos comunistas à vitória nas eleições de 1958 e 1962, como enfatiza Dulce Pandolfi, ao ressaltar que através de “outras legendas, principalmente, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), militantes do PCB foram eleitos para cargos no Legislativo”⁹⁶. Se as análises daquela his-

95 Este fragmento é parte do telegrama do vereador Raimundo de Moraes, do Partido Social Progressista, enviado à Secretaria de Segurança Pública de estado, disponível no arquivo estadual no prontuário funcional 26.619.

96 Em seu livro *Camaradas e Companheiros*, Dulce Pandolfi, ressalta que na década de 1960, mesmo na ilegalidade, o partido adquiriu grande visibilidade elegendo seus militantes através de outras legendas.

toriadora referem-se ao Legislativo Federal, poder-se-ia estendê-las às eleições de 1958 em Garanhuns quando os comunistas elegeram para o Legislativo Municipal três dos setes vereadores que compuseram aquele mandato em 1958. Os três vereadores que obtiveram a maior expressividade eleitoral naquele pleito foram José Cardoso da Silva com 1.073 votos, seguido por Elias de Barros Leal e Everardo Gueiros, com 475 e 308 votos respectivamente⁹⁷. Todos os três foram eleitos pela Legenda do PTB.

Intensificando o serviço de controle que a Secretaria de Segurança do estado vinha desenvolvendo, esta passou a vigiar não apenas os filiados ao PCB. Era importante para a Secretaria vigiar também as pessoas com quem os comunistas conviviam; saber com quem os referidos comunistas se relacionavam. Era preciso saber qual era seu círculo de convivência; em qual rede estavam inseridos. Afinal, quem eram seus amigos? O que faziam eles? Pretendia-se conhecer as relações sociais nas quais os comunistas da cidade estavam inseridos. Dessa prática desenvolvida por aquela delegacia resultou uma relação com o nome dos amigos do Partido Comunista de Garanhuns e como eles contribuía com aquela agremiação partidária. Descobriu-se que em Garanhuns havia “o círculo de amigos do Partido Comunista em Garanhuns, que sustentam o mesmo partido com somas apreciáveis”⁹⁸.

97 Os outros vereadores eleitos foram Álvaro Brasileiro Vila Nova com 249 votos e José Guilherme da Rocha com 276, ambos do Partido Democrático Cristão; pela União Democrática Nacional foram eleitos João Bezerra Sobrinho e Petrônio Fernandes da Silva com 464 e 396 votos respectivamente. In Cavalcanti, Alfredo Leite. *História de Garanhuns*. CEHM, Recife, 1997. As atas da Câmara de Vereadores de Garanhuns também nos fornecem preciosas informações sobre as eleições de 1960, que serão analisadas posteriormente.

98 “Círculo de amigos do Partido Comunista de Garanhuns”, este é o título do documento onde consta o nome de algumas pessoas que provavelmente contribuía mensalmente com doações em dinheiro para o Comitê local do partido. Também não localizamos as pessoas – ou parentes – citadas neste documento. Entre os citados, estavam dois vereadores contribuindo com CR\$ 70,00 cruzeiros mensais; um doando CR\$ 20,00 e ou outro CR\$ 50,00. Um ex-vereador aparece com uma doação mensal de CR\$ 100,00. Três comerciantes contribuía mensalmente - segundo o documento - com CR\$ 800,00 por mês (um doando CR\$ 500,00, outro CR\$ 100,00 e o terceiro CR\$ 200,00). Dois ex-comerciantes eram contribuintes de CR\$ 70,00 por mês. Tinha também a contribuição mensal de CR\$ 100,00 de um deputado. PFG.

A renda mensal do comitê local, incluindo as doações dos simpatizantes, era de três mil cruzeiros. As contribuições do círculo de amigos variavam, principalmente, “quando os mesmos são visitados pelos assistentes do comitê regional”⁹⁹. Essas contribuições chegavam a se elevar a um total de oito a dez mil cruzeiros. Os amigos daquele partido em Garanhuns eram distinguidos não apenas pelas cifras que doavam mensalmente. Além dos valores que cada um doava, eles eram diferenciados também pela profissão que desempenhavam ou desempenharam, alguns anos antes.

O círculo de amigos do Partido Comunista em Garanhuns era composto por vereadores e ex-vereadores, comerciantes e ex-comerciantes, deputado e classificador de algodão, este último, contribuindo com trinta cruzeiros mensais. Não eram desprovidas de intenções que estas pessoas apareciam diferenciadas por suas profissões. Identificar a profissão, poderia ser uma forma de alertar que a cidade de Garanhuns estava permeada por comunistas, ou simpatizantes, de diferentes grupos sociais. Havia representantes daquele partido no Legislativo Municipal, no comércio e também no Legislativo Estadual. O comunismo estava, portanto, se alastrando por vários segmentos sociais.

As doações dos amigos do Partido Comunista de Garanhuns eram insuficientes para a sobrevivência do comitê local do partido. Portanto, outras atividades deveriam incrementar sua renda mensal. Uma prática utilizada, para angariar outros rendimentos, foi a venda do jornal *Folha do Povo*¹⁰⁰ naquela cidade. Vindo da capital do estado, o jornal ficava sob a responsabilidade dos dirigentes locais do Partido Comunista da cidade. A venda do jornal era responsável por uma renda extra que contribuía para a manutenção das atividades do comitê, gerando quantias consideráveis para o comitê¹⁰¹.

⁹⁹Ibidem.

¹⁰⁰ O Jornal *Folha do Povo* era produzido, na capital pernambucana, por um grupo de políticos e jornalistas comunistas. Fazia parte das edições daquele noticiário, entre outras, a divulgação das atividades políticas dos partidos de esquerda na época.

¹⁰¹ A Delegacia Auxiliar de Polícia de Garanhuns apreendeu um vale no valor de CR\$ 656,00 referentes a vendas de jornais e uma cópia de um cheque no valor de CR\$ 665,50 emitido pela

Diversos relatos foram produzidos por agentes daquela instituição, acerca da atuação dos comunistas na Garanhuns do final da década de 1950 e início da década de 1960. Esses relatos ajudaram a construir aquele espaço organizando-o, nomeando-o, classificando-o. Relatos que alinhavaram histórias múltiplas ao tecerem aquelas experiências, e que ajudaram a construir uma imagem da cidade como palco de intensa atuação comunista.

As investigações policiais chegaram à hospedaria Bela Vista. Esta era um estabelecimento que se destinava a hospedar quem pela cidade estivesse a passeio, ou mesmo quem não estava a passear. O ex-vereador e alfaiate Amaro Costa lá ficou hospedado, quando chegou à cidade pela primeira vez, até conseguir alugar uma casa para morar. A hospedaria foi apontada como um espaço de intensas discussões comunistas. Segundo as autoridades policiais, lá, era o endereço residencial de pessoas que defendiam aquelas ideias, além de um espaço de encontros, visitas e reuniões dos comunistas locais. Foram encontrados, na referida hospedaria, diversos documentos, cujos conteúdos, estavam relacionados às discussões políticas do PCB e de como o partido deveria agir para conseguir um maior número de votos para seus candidatos nas próximas eleições.

A Delegacia apreendeu diversos documentos do PBC local, o que permitiu aos policiais terem acesso ao plano de ação daquela agremiação partidária, bem como ao universo de luta, às estratégias e aos projetos dos comunistas. Segundo a relação dos documentos¹⁰² confiscados pela polícia na hospedaria Bela Vista, constava naquele estabelecimento uma carta de informações polonesas dirigida ao senhor Arão Braga, que

editora *Folha do Povo* e sacado, por um representante daquela instituição na filial da Agência do Banco do Povo, em Garanhuns.

102 O Delegado de Polícia do Município mencionou exatos cinquenta e sete documentos apreendidos por ele, entre eles se encontravam vales – oito no total –, recibos, emitidos pelo Banco do Povo, cartas, revistas, livros, jornais, biografias, as metas para conseguir arrecadação de dinheiro, quatro propostas para o PSB de Garanhuns, uma cópia do *Plano Lênin*, contendo as tarefas de educação do Partido Comunista para a cidade de Garanhuns, e um discurso, ou artigo, sobre o suicídio de Getúlio Vargas, nomeado de *O golpe de 24 de agosto*.

na época residia na Avenida Santo Antônio, número 242, na cidade de Garanhuns. Ele – Arão Braga – teria recebido uma carta emitida pelo Partido Socialista Brasileiro e outra da Tchecoslováquia, para onde teria enviado uma correspondência endereçada a Joseph Majestrik¹⁰³.

A relação de materiais apreendidos na pensão foi, provavelmente, mais um instrumento que serviu para aumentar a atmosfera de medo em Garanhuns, mostrando que os comunistas da cidade estavam ligados a outros elementos subversivos, não apenas do Brasil, mas de outras partes do mundo; que eles faziam parte de uma rede maior. Em 1949, na mesma reportagem que o jornal *O Monitor* mencionava a desordem que os comunistas causaram em Ribeirão Preto, havia o laerto de que na Tchecoslováquia os comunistas não poupavam esforços para iludir e persuadir as pessoas, almejando convertê-las ao credo vermelho¹⁰⁴.

Voltemos à hospedaria. Os documentos apreendidos pelo delegado, não apenas aqueles endereçados a Arão Braga, como a outros membros do Partido Comunista de Garanhuns, encontravam-se na hospedaria e não nas respectivas residências dos destinatários. Possivelmente, isso representava uma estratégia utilizada por eles para dificultar as atividades dos policiais que, não raro, invadiam suas residências em busca de qualquer documento que, de alguma forma, os ligassem às ideias comunistas.

Não devemos esquecer, no entanto, que estamos trabalhando com um relato de uma autoridade policial que estava incumbida, naquele momento, de encontrar qualquer vestígio que representasse a ligação daquelas pessoas ao comunismo. É possível, portanto, que alguns dos materiais apreendidos na hospedaria e descritos no relatório do delegado só existissem, de fato, no relatório daquela autoridade.

Entre os documentos citados pelo delegado, encontra-se o projeto de ação dos comunistas para a cidade de Garanhuns, nomeado, pelos dirigentes do Comitê do Partido Comunista de Garanhuns, de *Plano Lênin*. Neste plano/projeto enfatizava-se a necessidade de se ter um par-

103 Consta no documento que Arão Braga expediu uma carta ao embaixador da Tchecoslováquia no Brasil, Joseph Majestrik.

104 *O Monitor*, Garanhuns, 24 de julho de 1949, pág. 03.

tido, não apenas, com um quantitativo considerável de pessoas, mas um partido qualitativo, sereno e forte, pois só assim seria capaz de levar a frente as tarefas do “Programa de Salvação Nacional”¹⁰⁵.

O *Plano Lênin* não se encontra datado. Mas o tempo não se expressa apenas através de datas. Ele emerge na narrativa tecendo os acontecimento, e se mostra enredado na urdidura da trama. Isso nos leva a acreditar, em virtude dos acontecimentos descritos no *Plano Lênin*, que aquele documento foi produzido alguns anos antes do recorte temporal aqui pesquisado. Assim, nos apropriamos daquele documento para mostrar também que o ano de 1958 – início do recorte temporal da presente pesquisa – não foi o começo das lutas travadas contra o comunismo. Como também 1964 não representou o fim da perseguição aos representantes das ideias comunistas. Para nós tornou-se mais importante, para lembrar Deleuze, o que se “passa entre”¹⁰⁶. 1958 e 1964 não foram começo nem fim dos combates contra e a favor do comunismo em Garanhuns.

O *Plano Lênin* era um projeto de trabalho dos comunistas de Garanhuns. Nele é ressaltada a necessidade de se ter um plano de ação devido à ausência de uma proposta de trabalho do comitê distrital de Garanhuns. Precisava-se elaborar, e pôr em ação, um projeto que abrisse as portas do partido, acolhendo os trabalhadores que esperavam ansiosos pelas soluções sugeridas pelo Partido Comunista Brasileiro, pois o “partido aqui no distrito [de Garanhuns] tem trabalhado sem plano”¹⁰⁷. Aumentar o número de filiados do PCB não era uma preocupação apenas dos comunistas de Garanhuns. Ao analisar a trajetória dos comu-

105 Esta citação é um pequeno trecho do documento intitulado *Plano Lênin*, que se encontra disponível para análise no arquivo público do estado de Pernambuco no prontuário funcional 26.619.

106 Buscamos o pensamento de Deleuze, neste momento, para reforçar a idéia de que mais importante do que buscar um “começo” para os acontecimentos, como que lá estivesse uma suposta origem explicativa para os fenômenos, e no “fim”, o encerramento dos mesmos, é percebermos o que se passa “entre”. Pois acreditamos que as coisas, os fenômenos encontram-se no fluxo do movimento dos acontecimentos, por isso concordamos com Deleuze que o mais importante - da nossa perspectiva de análise - é o “entre”. Deleuze, Gilles. *Conversações*. 1972 - 1990. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, pág. 151.

107 Plano Lênin. PFG.

nistas no Brasil, o historiador Daniel Aarão enfatiza que para o Partido Comunista Brasileiro, “um dos objetivos mais importantes do trabalho de massas é o recrutamento de novos quadros e simpatizantes que se integrem em esquemas orgânicos parapartidários”¹⁰⁸.

A meta do plano seria criar um partido forte e atuante com o maior número possível de militantes¹⁰⁹. Entretanto, não era a quantidade numérica a maior preocupação. Acima de tudo priorizava-se a eficiência na aplicação das tarefas; buscava-se qualidade e não apenas quantidade para que cada militante desempenhasse com eficácia as atividades a ele destinadas, pois cada militante tinha como obrigações internas um conjunto de tarefas¹¹⁰, não devendo medir esforços para cumpri-las.

A educação era um dos aspectos, ao qual, os militantes deveriam destinar maiores atenções. O *Plano Lênin* propunha organizar “círculos de estudos dos organismos a começar pelo secretariado”¹¹¹. Os comunistas em Garanhuns demonstravam está seguindo as diretrizes do “Manifesto de Agosto” quando a direção nacional do PCB decidiu implantar as atividades educacionais entre as hostes do partido. Nos relatos de memórias do militante comunista e deputado federal, na época, Marco Antonio Tavares Coelho, “a partir de 1950, batalhando para alcançar os objetivos traçados no ‘Manifesto de Agosto’, o Comitê Central do PCB decidiu empreender um vasto trabalho de preparação de seus militantes. Foi iniciado o chamado trabalho de educação, atividade antes inexistente entre nós”¹¹². Como um ritual, os informes de Prestes, seriam lidos no início de cada dia de trabalho. Os materiais do IV Congresso do Partido Comunista Brasileiro¹¹³ seriam objetos obrigatórios de estudos

108 Reis Filho, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990, pág. 127.

109 Os comunistas de Garanhuns desejavam conseguir “até mesmo mil membros” para o partido na cidade. *Plano Lênin*. PFG.

110 Reis Filho, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990, pág. 124.

111 *Plano Lênin*. PFG.

112 Coelho, Marco Antonio Tavares. *Herança de um sonho: as memórias de um comunista*. Rio de Janeiro: Record, 2000, pág. 141.

113 Não é objetivo de nossa pesquisa fazermos uma análise minuciosa sobre o IV Congresso do

para se atingir as metas educacionais daquele projeto, que exigia ainda a leitura do estatuto do Partido Comunista Brasileiro.

Naquela atividade educacional produzir-se-ia um conhecimento direcionado a um objetivo político específico; ou seja, produzir um saber, que possibilitasse, ao Partido Comunista, ampliar sua rede de poder sobre os camponeses e operários. Todo dispêndio para a elaboração e execução do projeto girava em torno “da vitória do Programa do PCB!”¹¹⁴. Uma vitória que seria conduzida pelo culto a Prestes. Culto, que se constituía numa característica marcante nas atividades comunistas desenvolvidas no Brasil. Daniel Aarão enfatiza que “o PCB trabalhou desde sempre o culto a Prestes, o ‘cavaleiro da esperança’, ‘bom pai, bom esposo, verdadeiro bolchevique’”¹¹⁵.

A maneira como aquela liderança é apresentada nos documentos, e como os membros do PCB se cumprimentam, são dignas de observação. *Camarada*. Essa era uma expressão de tratamento usada entre os comunistas, independentemente da posição que ocupavam na configuração social do partido. Ora, o que significa ser camarada? Ser camarada é ser amigo, companheiro; é uma pessoa que vive habitualmente com outra;

PCB, que foi realizado em novembro de 1954. Mas faremos, brevemente, alguns comentários. Aquele congresso determinou que as discussões apresentadas por Luiz Carlos Prestes - chamadas de “informe” - deveriam ser estudadas diariamente. Nesta perspectiva, “O IV Congresso do Partido Comunista Brasileiro determina, a todas as organizações e aos militantes do Partido, a aplicação diária, consequente e abnegada das tarefas indicadas no informe do camarada Luiz Carlos Prestes para a luta pela vitória do Programa do Partido”. (Disponível no endereço eletrônico www.marxists.org/portugues/tematica1954/congresso_pcb). Acesso em 15 de julho de 2007. Prestes no seu informe fez uma síntese do histórico do partido no Brasil, ressaltando as lutas e as dificuldades pelas quais passou o partido. Seu discurso foi conduzido, do início ao fim, por uma forte crítica ao imperialismo norte-americano. “O Brasil” - ressaltou ele - “como país riquíssimo, o maior do continente, e com uma população que representa quase 50% de toda a população latino-americana, é particularmente visado pelos imperialistas norte-americanos. Eles penetram por todos os poros da vida econômica, política, social e cultural do país, tratam de reduzir o Brasil à situação de colônia dos Estados Unidos e ameaçam a povo brasileiro de escravidão total”. (Disponível no mesmo endereço eletrônico citado acima). Esse foi o tom das críticas que compuseram cada parágrafo - sem exceção - do informe de Luiz Carlos Prestes.

114 Plano Lênin. PFG.

115 Reis Filho, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990, págs. 129/130.

em outras palavras, é um colega condescendente e agradável. Chamar Prestes de camarada, é colocá-lo mais próximo ao povo, junto aos trabalhadores. O poder simbólico dessa expressão unia a liderança maior do partido aos operários. É uma estratégia para mostrar que no PCB, povo e liderança estão unidos não apenas pela agremiação partidária, mas por fazerem parte de uma relação de amizade e companheirismo. Entre o camarada Prestes e os comunistas de Garanhuns havia não apenas uma relação hierárquica. Eram antes companheiros de luta.

Voltemos à análise dos camaradas de Garanhuns. Se o comunismo já vinha se constituindo como uma ameaça, o *Plano Lênin* seria uma prova irrefutável de que os defensores do comunismo estavam se preparando e organizando um plano de ação. O perigo não ficaria restrito ao campo da política. A educação, que é um dos principais pilares – se não o principal – de uma sociedade, muito em breve, seria amplamente atingida pelas ações comunistas. Para quem pensasse contrário, bastaria ler os objetivos do referido plano.

O nome do plano ainda merece alguns comentários. Era uma espécie de celebração ou homenagem a Lênin, líder da Revolução Soviética de 1917. Era uma alusão a um dos maiores opositores ao regime czarista da antiga URSS. O nome de batismo das propostas de trabalho dos comunistas de Garanhuns remetia à figura de Lênin enquanto uma das autoridades máximas do comunismo; era uma forma de adoração e reverência à sua imagem. Para Daniel Aarão a celebração destinadas às personagens-autoridades constitui-se numa característica da experiência comunista no país. Segundo este historiador, essa celebração da autoridade, esse “culto da personalidade do chefe, apresentado com um arquétipo que todos devem imitar”¹¹⁶, foi uma das estratégias adotadas pelos comunistas no Brasil.

As discussões envolvendo a problemática em torno da reforma agrária era um dos pontos de grande importância para serem desenvolvido pelo projeto. Não há informações naquele documento especificando as

116 Ibidem, pág. 129.

etapas ou propostas, que se deveriam adotar para se resolverem os problemas que gravitavam em torno da reforma agrária. A documentação que dispomos possibilita afirmar que entre as metas para solucionar a questão agrária encontravam-se o diálogo com as autoridades competentes, a invasão às grandes fazendas e o aumento das taxas ao latifúndio improdutivo. O fortalecimento da economia camponesa substanciada por ações estatais também aparecia como proposta para a realização da reforma agrária defendida pelo PCB¹¹⁷.

Outro documento apreendido pela polícia na hospedaria Bela Vista, foi o *artigo sobre o golpe de 24 de agosto [1954]*, como assim foi intitulado aquele texto. O artigo começava categoricamente afirmando que a morte de Getúlio Vargas foi um golpe direto dos norte-americanos. “O golpe de 24 de agosto foi um golpe americano [...]. Assassinararam Vargas porque Vargas já não tinha forças para garantir a colonização do Brasil pelos monopólios americanos e para lhes fornecer tropas para suas aventuras guerreiras”¹¹⁸.

O suicídio do presidente Getúlio Vargas é atribuído às manobras políticas dos EUA. As discussões presentes naquele artigo foram conduzidas por uma forte crítica à política norte-americana. Este é um tipo de discurso constante em vários documentos produzidos pelos comunistas de Garanhuns. Os Estados Unidos são apontados como os responsáveis pela situação de exploração pela qual passavam os trabalhadores do Brasil. O imperialismo norte-americano era, assim, o inimigo direto contra o qual o Partido Comunista Brasileiro, juntamente com todos os trabalhadores, deveriam se unir para derrotarem.

No projeto político defendido pelos comunistas o perigo residia na política capitalista, na exploração dos latifundiários, responsáveis pela miséria do operariado. Mas acima de tudo, o maior inimigo, que impe-

117 Para mais informações acerca da proposta de reforma agrária do PCB ver Pandolfi, Dulce Chaves. *Camaradas e Companheiros: memória e história do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.

118 *O golpe de 24 de agosto*, pág. 01. PFG. Não há informações se este artigo foi publicado em algum jornal ou revista do partido e quem era de fato seu autor. Apenas foi relatado, pelo delegado de polícia local, como mais um documento/prova encontrado na hospedaria Bela Vista.

dia o desenvolvimento do Brasil, eram os políticos norte-americanos. A responsabilidade dos problemas pelos quais passava o país era dos Estados Unidos com sua política imperialista. Na concepção dos comunistas, ou de uma grande parte destes, para se derrotar este inimigo era necessário a união entre o PCB e todos os trabalhadores brasileiros. Buscava-se criar, por sua vez, um sentimento *antiamericano* – como se criou, de certa forma, o anticomunismo – para fortalecer a luta, no Brasil, contra a exploração das empresas norte-americanas, que estariam sugando a riqueza do país, segundo a concepção de diversos membros do PCB.

Dois inimigos se digladiavam para tornar seu projeto político vitorioso. Diversos políticos, que são convencionalmente chamados de *direita*, usaram o anticomunismo, como instrumento de luta. Por outro lado, aqueles alinhados com as propostas políticas da *esquerda*, principalmente, os comunistas, não raro, desenvolveram estratégias de lutas semelhantes e utilizaram o antiamericanismo como ferramenta de luta política. Com as armas que dispunham, os comunistas faziam, em certo sentido, aquilo que criticavam em seus adversários: criavam um inimigo comum – os Estados Unidos. Nutridos por um sentimento de recusa à política norte-americana, buscava-se cooptar o maior número possível de pessoas, para seu lado, fortalecendo seu campo de atuação.

No entanto, esse antiamericanismo não teve a mesma expressividade e força que obteve seu opositor: o anticomunismo. Essa empreitada comunista não teve os mesmos mecanismos, produtores de poder, que tivera o anticomunismo durante seu processo de gestação. Os comunistas não tiveram a seu favor uma ampla parcela da imprensa, para divulgar seus objetivos e atacar seus adversários; como também não contaram com uma Igreja, forte e atuante, com uma grande parcela de suas lideranças – e fiéis – empenhada em defender seus princípios enquanto atacava diretamente o comunismo; nem tampouco tiveram o apoio de parte do Estado – através da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, por exemplo – atuando a seu favor.

O anticomunismo serviu em muitos momentos para legitimar ações da polícia, como frequentes invasões a domicílios, diversas prisões, torturas e exílios. Foi um dos componentes justificativos da deposição de João Goulart, quando houve a ruptura constitucional, e ajudou a unir diversos políticos, representantes da sociedade civil e segmentos religiosos, numa luta contra um inimigo comum: o comunismo, como demonstrou Rodrigo Patto¹¹⁹ e Maria Celina¹²⁰.

Sabemos que estas práticas foram produzidas dentro de um conjunto de relações de forças existentes naqueles momentos de luta. Estratégias múltiplas foram utilizadas nas diversas construções acerca da representação do comunismo. Para muitos defensores do projeto político do PCB, o comunismo seria a salvação da sociedade e eles defendiam que só através dos princípios comunistas seria possível a construção de uma sociedade mais justa e menos desigual¹²¹. Também existia quem pensava de forma contrária. A destruição da sociedade estaria, para estas pessoas, no triunfo do comunismo. A vitória deste significaria a ruína do povo, o fim da liberdade, da religião, da família, da propriedade, enfim, da sociedade como um todo.

No citado artigo *O golpe de 24 de agosto*, após atribuir o suicídio de Vargas aos governantes norte-americanos, o texto apelava para os operários e camponeses – chamados convencionalmente de *massa* –, tentando conquistar o apoio daquele importante segmento social. “As massas compreenderam com rapidez que se tratava de um golpe americano. O fato mais importante é que as massas manifestaram seu ódio patriótico aos Estados Unidos”¹²².

119 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964)*. São Paulo: Perspectiva – FAPESP 2002.

120 D'ARAUJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio A. Dillon e CASTRO, Celso. *Visões do golpe: a memória militar de 1964*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

121 Reporto-me neste momento, para citar apenas um exemplo, aos relatos de memória do alfaiate e ex-vereador Amaro Costa, para quem o comunismo seria uma forma de construir um mundo melhor, sem desigualdades e injustiças, seria em última instância, “a perfeição do homem”, como destacou em entrevista.

122 *O golpe de 24 de agosto*, pág. 01. PFG.

Construía-se um lugar para os norte-americanos – ou para parte destes –, sedimentando a imagem deles como inimigos do povo brasileiro. Este intuito fica mais perceptível quando o próprio texto menciona que o mais importante foi a reação indignada das *massas*. O suicídio de Getúlio Vargas, no artigo, tinha menos destaque do que as críticas ao imperialismo norte-americano. A possível intromissão dos Estados Unidos comprometendo a soberania do país, não tinha tanta importância. Mas o repúdio das *massas*, que chegaram a atacar empresas norte-americanas, embaixadas e consulados, isto sim, era importante. Era importante porque os comunistas estavam contra os Estados Unidos, e se as *massas* assim se posicionassem, com aquelas atitudes, era porque estavam do lado do PCB.

Esta suposta união entre as *massas* e o PCB, só teria sido possível porque, segundo o artigo, o partido teria sido o responsável por ter colocado o povo em movimento contra a política dos EUA; assumia desta maneira, a responsabilidade de ter colocado o povo em ação contra as instituições dos Estados Unidos em várias cidades do Brasil. O PCB ainda se considerava como o partido que estava em permanente defesa pela liberdade e independência nacional. “O nosso partido apareceu, portanto, para as massas como o partido antiamericano”¹²³. Ele se autointitulava o motor do movimento das *massas*, o representante maior dos trabalhadores. E o fator, o elemento que concorria para unir povo e partido, era o sentimento antiamericano demonstrado naquelas atitudes de protestos diante do suicídio de Getúlio Vargas.

Com o suicídio do presidente, o PCB acreditava que lhe caberia conduzir os trabalhadores que apoiavam e/ou defendiam Vargas – nomeados de *massas getulísticas* –, em virtude deles se encontrarem sem liderança, estando, portanto, à deriva. Esta estratégia de cooptar os seguidores de Vargas, para as hostes do PCB, poderia ser bastante proveitosa, uma vez que o partido acreditava que somente ele estava em condições de executar essa empreitada. Parte dos representantes

123 Ibidem, pág. 01.

daquela agremiação partidária defendia que apenas eles sabiam conduzir aqueles trabalhadores, por entender de perto seus problemas e isso supostamente garantiria a adesão daqueles ao partido, que, como se enfatizou no texto, “rapidamente virão para nosso lado”¹²⁴.

As lideranças comunistas – ou grande parte destas – acreditavam que o PCB era indispensável enquanto instrumento de organização para a luta de classe. As análises de Daniel Aarão apontam nesta direção quando elas ressaltam que o partido entendia que cabia a ele a tarefa de conduzir as *massas*. O PCB implantaria nas massas a consciência da revolução, preveniria contra influências negativas, transformando a mentalidade dos operários e camponeses. Como um exército em guerra, a classe operária precisava de um estado-maior, e o seu era o Partido Comunista Brasileiro. Sem este, o proletariado não passaria de um “conjunto desarmado, desorientado, sem direção, fadado a derrotas”¹²⁵. Ao partido caberia a atividade de explicar e preparar o proletariado para a luta, pregando e conduzindo a revolução.

Se o partido estava se constituindo como atuante servidor do povo, um expressivo dirigente político das *massas*, como estavam sendo construídas essas inúmeras pessoas, com gestos, pensamentos, gostos e atitudes diversas, chamadas de massas?¹²⁶ Se aproximarmos a lupa da observação, percebemos no texto, que essas inúmeras pessoas estavam sendo construídas realmente como massa. Essa significativa parcela da população era representada de forma homogênea, sendo conduzida por Getúlio Vargas, e que teria ficado perdida, após o suicídio, de seu líder, ficando incapacitada de continuar a luta. O povo precisava da ajuda do Partido Comunista; este sim era o porto seguro para aquelas *massas desorientadas*, e por isso o partido deveria “organizar concretamente a

124 Ibidem, pág. 02.

125 Reis Filho, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990, pág. 115.

126 Essa terminologia “massa” era usada para se referir aos trabalhadores, operários e camponeses. Mas como todo conceito é redutor, este não comporta a multiplicidade de histórias e expressões. E muitas vezes, a única coisa que essas pessoas tinham em comum, era a palavra pela qual eram nomeadas: massa.

autodefesa das massas”¹²⁷.

Parte dos representantes do Partido Comunista de Garanhuns pensava, segundo o artigo, que aqueles que estiveram ao lado de Vargas, iriam, quase que automaticamente, defender a mesma bandeira de luta na arena do PCB. No entanto, nenhuma pessoa – ou grupo de pessoas – é totalmente conduzida ou controlada por outras, pois o poder não se aplica em sua totalidade. Entre o que é incitado, induzido, ou obrigado a se fazer, e o que disso se faz, há inúmeras maneiras de se fazer, que fogem do controle de quem determina aquilo que se faça. Ou seja, entre aquilo que o partido defendia ou preconizava para as *massas getulistas*, e o que disso elas fariam, o Partido Comunista não teria como saber.

Em Garanhuns, a ação da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, também não conseguiu interceptar todos os passos e estratégias que os comunistas da cidade desenvolveram para pôr em prática suas ações e disseminar suas ideias. Era determinação daquele órgão que as atividades desenvolvidas pelos comunistas em Garanhuns fossem constantemente vigiadas e controladas. Mas não nos enganemos. Nem tudo era captado pelos olhares atentos dos policiais.

Não havia uma sede fixa para o partido na cidade. A princípio, poderíamos pensar que a não existência de um lugar fixo para o Partido Comunista se deu em virtude da ilegalidade em que se encontrava o PCB ou devido à falta de verbas. Certamente, não podemos descartar essas possibilidades, pois os rendimentos daquela agremiação partidária eram escassos. Assim também como não podemos ignorar que não ter um espaço fixo para o comitê do partido, poderia ser uma estratégia que concorria para driblar a vigilância da qual eram alvo naquele momento e, certamente, essa não foi uma ação isolada dos comunistas de Garanhuns.

Outra estratégia para fugir da perseguição, foi fazer de sua própria casa um esconderijo, ou uma prisão simultaneamente. Assim agiu o comerciante Arão Pereira Braga que, até o dia em que foi preso, esteve

127 O golpe de 24 de agosto, pág. 02. PFG.

escondido no sótão de sua casa. Passou cerca de trinta dias preso dentro da própria casa. Refém do medo, passava o dia inteiro trancado, sem poder ver seus filhos, que por serem crianças, temia que eles comessem para outras pessoas que seu pai estava em casa, uma vez que estava sendo perseguido. Apenas sua esposa, dona Almerinda Braga, sabia o que estava acontecendo. Pelos fios de sua memória, ela viajou emocionada, e ao revisitar aqueles dias, comentou que seu esposo “só saía de lá [do sótão] quando as crianças estavam dormindo, porque ele tinha medo que as crianças acabassem falando para outras pessoas que ele estava em casa”¹²⁸. Essas e outras estratégias, provavelmente, foram usadas dificultando os trabalhos da polícia.

Mas a Delegacia de Polícia de Garanhuns não desistia facilmente. Se a primeira investida não era exitosa, esperava-se outro momento que julgasse oportuno, e agia novamente. Na tentativa de encontrar o suspeito de atividade subversiva, os policiais invadiram diversas vezes a residência de Arão Braga antes de prendê-lo. Quando não o encontravam em sua casa invadiam a de sua mãe – porque ele frequentava quase que diariamente. Naquele jogo real de esconde-esconde, os policiais saíram vitoriosos. Segundo os relatos de memória de dona Almerinda, Aarão Braga foi delatado por alguns espíões que vigiavam sua casa. Isso teria contribuído para o êxito da polícia em sua captura.

A vitória teria sido fruto do trabalho intenso que a Delegacia Auxiliar de Polícia de Garanhuns estava desenvolvendo para impedir o crescimento comunista no estado. Nesta perspectiva, aquela Delegacia não poupou esforços para combater o que considerava o inimigo maior da democracia: o comunismo. Como se a população vivesse num idílio democrático, que estava sendo ameaçado pelas ideias comunistas. O delegado de polícia local, foi enfático ao escrever à Secretaria de Segurança mencionando os êxitos alcançados naquela luta. Quando ele desarticulou, em 1960, os comitês – de zona e distrital – dos comunis-

128 Entrevista realizada com dona Almerinda Pereira Braga, em sua residência na cidade de Garanhuns, em julho de 2007.

tas em Garanhuns, afirmou que “caíram por terra o comitê de zona e o comitê distrital de Garanhuns”¹²⁹.

Este é um relato de uma autoridade que fala de um lugar reconhecido socialmente. Ele não foi produzido por qualquer pessoa; mas pelo delegado auxiliar de polícia da cidade de Garanhuns à época. É um relato que molda, de certa maneira, um lugar para os comunistas resignificando-os na medida em que os nomeia, os seleciona, os apresenta de uma maneira específica. Em outras palavras, estes relatos são constituintes dos comunistas; estes ganham variadas expressões e significados através daquelas nomeações. É a existência ganhando forma através da arte da nomeação. É um relato produtor de efeitos de verdades, pois foi escrito de um espaço institucionalmente reconhecido. Ele se constitui enquanto um relato verdadeiro.

Não era menos verdade, para o autor daquele relato, que enquanto existisse comunismo a democracia estaria correndo perigo. Comunismo e democracia eram, para a polícia, ou parte daquela corporação, antinômicos, e por isso o povo não poderia viver pacífica e democraticamente enquanto o comunismo gravitasse em torno da sociedade. Portanto, a Delegacia Auxiliar de Polícia de Garanhuns estaria lutando incansavelmente por uma sociedade democrática. Era uma assídua representante do regime democrático, e por isso não dava trégua ao seu maior inimigo: o comunismo. A destruição do comitê de zona e do comitê distrital de Garanhuns era mencionada como ações legitimadoras da atuação da delegacia de polícia da cidade na luta contra os comunistas.

Desde 1954 as lideranças do PCB em Pernambuco vinham demonstrando interesse em instalar um núcleo de atuação em Garanhuns¹³⁰. Por considerar a cidade, e a área na qual estava localizada, bastante promiss-

129 Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco - delegacia auxiliar. PFG.

130 Há um documento intitulado “Comunistas no referido município” que menciona o interesse que o Partido Comunista vinha demonstrando em construir um núcleo de atuação para o partido na cidade. Percebe-se nos relatos feitos pela Delegacia Auxiliar de Polícia de Garanhuns, uma preocupação dos representantes do Partido Comunista em Pernambuco em fundar um comitê do partido em Garanhuns por considerar “a zona de Garanhuns e municípios circunvizinhos muitos promissores para as atividades do partido”. PFG.

soras, o Comitê Regional do Partido Comunista em Pernambuco decidiu fundar o Comitê de Zona daquele partido em Garanhuns. Diversos municípios que faziam fronteira com Garanhuns ficariam subordinados àquele comitê para o melhor desenvolvimento das atividades comunistas.

Foram fundados dois comitês do Partido Comunista em Garanhuns. O Distrital e o de Zona. Este era o principal núcleo de atuação daquela agremiação partidária, ficando subordinado diretamente ao Comitê Regional de Pernambuco. Ele funcionava como uma espécie de núcleo organizador das atividades do partido nos municípios subordinados¹³¹. Composto por três membros, tendo o comerciante Arão Braga ocupando o cargo de primeiro secretário, o Comitê de Zona, era um gerenciador dos núcleos existentes nas cidades vizinhas. A ele cabia a coordenação das atividades dos comunistas nos municípios vizinhos e também dentro da cidade, auxiliando o Comitê Distrital. Este, por sua vez, tinha atuação restrita à cidade.

A coordenação do Comitê Distrital de Garanhuns era formada por quatro membros; três secretários e um tesoureiro. Arão Pereira Braga também ocupava o cargo de primeiro secretário neste comitê. A tesouraria ficava sob a responsabilidade de um alfaiate. Além da coordenação existiam outros membros efetivos. Cabia a estes, entre outras tarefas, o serviço de divulgação das atividades do partido e da venda de jornais, para angariar recursos para o comitê.

Aquele órgão era responsável pelas atividades do partido desenvolvidas na cidade. Foram fundadas no início da década de 1950, cinco Organizações de Base, provavelmente, subordinadas àquele comitê local. A primeira localizava-se no Bairro Boa Vista e era dirigida por um pedreiro; a segunda funcionava na Rua Nova sendo coordenada por outros dois pedreiros; a terceira situava-se no bairro Santo Antônio e era composta, na sua maioria, pelos componentes do próprio comitê

131 Os municípios subordinados ao Comitê de Zona de Garanhuns eram Águas Belas, Angelim, Bom Conselho, Canhotinho, Correntes, Lajedo, Palmerina e São Bento do Una.

Distrital de Garanhuns. A organização do Bairro Arraial era dirigida por um alfaiate; e por último a organização de base feminina sendo coordenada por uma doméstica¹³².

Os comunistas de Garanhuns desenvolveram alianças com as Organizações de Base existentes em diversos bairros da cidade. Algumas delas eram lideradas por militantes do Partido Comunista e/ou líderes comunitários. Os comunistas se comprometiam em lutar pelas reivindicações daquelas organizações, pedindo-lhes em troca seu apoio. Esta parceria foi suficiente para as Organizações de Base serem consideradas verdadeiras células comunistas de Garanhuns.

Há uma preocupação, por parte da polícia, em mostrar que em Garanhuns, além dos comitês, citados, havia vários núcleos comunistas espalhados pela cidade. Há, porém, quem discorde dessas asserções. O alfaiate José Guedes, ao percorrer nos trilhos de suas memórias, algumas daquelas experiências, mencionou que aquelas organizações “não eram exatamente núcleos comunistas”¹³³, como queria fazer acreditar a polícia. Eram associações de bairros fundadas com o intuito de resolver, ou pelo menos amenizar, os principais problemas daquelas localidades. Para tanto, escolhiam uma liderança local para representar aquele bairro ou rua e dirigir as referidas associações. O comitê distrital de Garanhuns mantinha contatos estabelecendo relações com aquelas associações, principalmente, através de seus dirigentes, e em virtude disso – segundo o alfaiate – essas organizações eram imediatamente consideradas núcleos comunistas.

Representamos o mundo a nossa volta de acordo como nos apropriamos dele, a forma como as associações de bairro – ou organização de base – foram representadas pelo senhor José Guedes, está inseparável da maneira como o alfaiate se apropriou daquelas associações. As orga-

132 As informações acerca das Organizações de Base da cidade de Garanhuns são baseadas nos documentos produzidos pela Delegacia Auxiliar de Polícias da cidade no PFG, e em algumas reportagens do jornal *Folha do Povo*.

133 Relatos de memória do alfaiate José Guedes, em entrevista realizada em sua residência na cidade de Garanhuns em fevereiro de 2007.

nizações de base, para ele, não eram núcleos comunistas como assim objetivava construir essa imagem, a Delegacia de Polícia de Garanhuns.

A Delegacia Auxiliar de Polícia de Garanhuns poderia se reportar, se necessário, ao *Plano Lênin* – já mencionado – para dar maior sustentabilidade ao que relatara acerca daquelas associações de bairro, consideradas organizações comunistas. Pois uma das metas do referido plano era “recuperar 10 companheiros e dividir pelas organizações de base existentes”¹³⁴. O jornal *Diario de Pernambuco* também corroborava essa construção acerca daquelas organizações, chamadas por aquele noticiário, de células comunistas¹³⁵.

Há outras construções, além daquelas da polícia, do alfaiate e do *Diario de Pernambuco*, com outros significados, para aquelas organizações. Na segunda edição de abril de 1958, o jornal *Folha do Povo*, trouxe estampada a importância daquelas associações de bairro. Elas estavam, segundo o periódico, em pleno crescimento no estado de Pernambuco. Eram organizações do povo, núcleos de debates e esclarecimentos; constituíam-se em espaços de reivindicações democráticas em plena ascensão no estado. Segundo o jornal, em Pernambuco, era “índice expressivo do clima de recuperação, de democracia, [pois] vem surgindo espontaneamente, associações de bairro, associações femininas [...] todas sem preocupações políticas partidárias”¹³⁶.

O jornal tentava, por um lado, desconstruir a imagem de organizações subversivas das associações de bairro em Pernambuco, como desejava fazer acreditar a polícia e alguns outros jornais da época. Tentava mostrar que aquelas organizações eram espaços de reivindicações do povo. Eram veículos de expressão e luta daqueles que os governantes, não raro, esqueciam. Por outro lado, ressaltavam-se os descasos dos governantes com os problemas que afetavam diretamente a vida da

134 Plano Lênin. Documento apreendido pela delegacia auxiliar de polícia de Garanhuns. Encontra-se disponível para análise no arquivo público do estado de Pernambuco no prontuário funcional 26.619.

135 Foi com essa expressão - *células comunistas* - que o jornal *Diario de Pernambuco*, na edição de 24 de agosto de 1964, se referia àquelas associações de bairro.

136 *Folha do Povo*, Recife, abril de 1958, pág. 06.

população, ou de parte desta. Se as associações lutavam pela construção de chafarizes, era porque estava faltando água para o povo; assim também como estavam precisando de transporte, luz e escolas.

Se aquelas associações estavam em pleno crescimento, em parte isso acontecia, em virtude da falta de atuação dos políticos para solucionar os problemas que atingiam a população, ou parte desta. Era uma crítica que o jornal fazia aos administradores políticos do estado. E para mostrar que eles ou qualquer outro, estavam enganados quando se referiam àquelas organizações, como células comunistas, ressaltavam que nelas “não havia preocupações políticas partidárias”¹³⁷, pois se desejava apenas a melhoria da vida do povo.

Organização de base, associações de bairro, ou células comunistas, independentemente do nome atribuído, eram compostas por diversos membros representantes de segmentos sociais distintos. Bancários, pedreiros, sapateiros e alfaiates são mencionados como componentes daquelas organizações. Uma alerta, que a polícia fazia, de que o comunismo tinha conquistado adeptos de diferentes posições sociais; de comerciantes a vendedores, de bancários a alfaiates, passando por barbeiros e sapateiros, havia uma teia de comunistas nos diversos fios sociais da cidade de Garanhuns.

A delegacia local passa a enfatizar as mudanças ocorridas no PCB em Garanhuns, mostrando a mobilização dos comunistas e seu poder de organização. Enfatiza-se que os representantes do comunismo estavam reestruturando suas organizações, colocando agentes mais bem preparados e ágeis em importantes cargos no partido. O comunismo era um perigo constante à sociedade. A ele não se poderia dar trégua. A luta tinha que ser permanente em virtude do poder de mobilização, organização e convencimento das ideias comunistas. Enquanto houvesse um comunista, haveria perigo. A sociedade só estaria salva mediante a erradicação de todos os comunistas. Esse era o objetivo maior da atuação da Delegacia de Polícia de Garanhuns: salvar a cidade do mal combatendo o comunismo.

137 Ibidem.

Entre algumas atividades desenvolvidas pela Secretaria de Segurança, o serviço de contrapropaganda se encarregou de disseminar um conjunto de imagens no qual o comunismo aparecia como um regime político caracterizado essencialmente pela ausência de liberdade, conforme podemos perceber na imagem abaixo.



Regime de Trabalho no Comunismo. Arquivo Público do estado de Pernambuco. Acervo DOPS – 1962.

Na análise de Antonio Montenegro, essa imagem remetia “a uma memória conhecida – a da escravidão”¹³⁸. Essa memória social da escravidão era acionada para lembrar a população que caso o comunismo triunfasse no Brasil, a sociedade iria regredir para um regime no qual o trabalhador seria um mero instrumento a serviço do seu patrão. Outra leitura que podemos fazer desta imagem, é que, ao contrário do que afirmam alguns, não era que o comunismo fosse instaurar a desordem. Pelo contrário. O comunismo objetivava, na ótica de seus opositores, a implantação de outra ordem, na qual prevaleceriam outros valores, outros conceitos, outras concepções. A ordem existia de maneira bastante clara e para ser severamente obedecida. Para aqueles que não cumprissem as ordens estabelecidas no regime de trabalho comunista, o estado agiria com mão de ferro e chicote; essa era a ordem.

138 Montenegro, Antonio Torres. *Labirintos do medo: o comunismo (195 – 19664)*. CLIO – Revista de Pesquisa Histórica. Nº 22, 2004. Recife: Editora da UFPE, 2006, pág. 218.

O estado, por meio da Secretaria de Segurança, que agindo através do DOPS, órgão de repressão e censor por excelência, foi responsável direto pela perseguição a diversos políticos, intelectuais e pessoas dos mais diversos segmentos sociais. Aqueles que filiados ao PCB ou simpatizantes às suas ideias foram tidos como uma ameaça à estabilidade social, sendo alvo de intensa repressão. Nesta dimensão, “o Estado tem aqui a sua responsabilidade enquanto gerenciador e legitimador da brutalidade, promotor do medo e da autocensura”¹³⁹. A estrutura policial, organizada durante as décadas de 1950 e 1960, destinada a vigiar, controlar e perseguir as pessoas, por ela consideradas perigosas, deve ser entendida como agenciadora da violência, da barbárie, da segregação e da intolerância.

139 Carneiro, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, idéias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas*. São Paulo: Ateliê Editorial; FAPESP, 2002, pág. 167.



PERNAMBUCO — BRASIL

CÂMARA DOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE GARANHUNS

Continuação

tar-se de um movimento subversivo. O orador ressaltou o fato como um ato arbitrário do Governo Cid Sampaio, cujo governo tinha sido eleito com o voto dos comunistas e por ocasião de sua campanha não tergiversava em reunir-se até secretamente com os mesmos comparecendo em palanque público nos comícios até com Luiz Carlos Prestes etc. sem notar nesta época que só comunistas eram subvertores da ordem, e concluiu o orador mandando inserir em ata dos trabalhos um protesto pelo fato, dando-se ciência a redação do referido jornal. Em aparte o vereador Mauro Lima, lembrou ao orador que o Governador Cid Sampaio quando subia aos palanques em sua campanha eleitoram juntamente com os comunistas, tinha tido o ensejo de declarar que não era comunistas nem pelo menos simpatisante etc. O requerimento foi deferido pela Mesa. Pediu a palavra o vereador Humberto de Moraes e referindo-se a Mensagem nº 375 do Sr. Prefeito referente ao calçamento da cidade de Brejão e levando em conta que a esta altura estávamos no meio desta Legislatura, requereu da Mesa licença para oferecer o parecer verbal possibilitando resolver o assunto ainda hoje.

Capítulo II.

Palavra escrita e poder: a imprensa como instrumento de luta política. Em aparte o vereador Mauro Lima fez ver ao orador que o assunto era de grande importância pela matéria que envolvia merecendo portanto um estudo mais acurado, razão pela qual não concordava com a solicitação, tendo em vista disso o vereador Humberto de Moraes desistido do pedido, embora ficasse com o documento para posterior apreciação, no que foi atendido. Ainda no uso da palavra o mesmo vereador apresentou a Mesa um requerimento no sentido desta Casa apelar para o fiscal de trânsito desta cidade com a finalidade de procurar dar uma solução ao problema do tráfego existente atualmente na Rua São Miguel nesta cidade, onde está oferecendo o maior perigo especialmente às inúmeras escolas ali localizadas, até já acontecendo desastres fatais, o qual foi destinado a ordem do dia. Por fim o vereador Humberto, requereu da Mesa que fôsse submetido em discussão o projeto de lei de autoria do vereador José Cardoso que concede o título de Cidadão de Garanhuns, ao Dr. F. Pessoa de Queiroz - Superintendente da Empresa Jornal do Comercio S.A., tendo o mesmo sido deferido e dado para sua apreciação na ordem do dia. A seguir pediu a palavra o vereador Elias de Barros e apresentou a Mesa o parecer da Comissão de Fazenda e Orçamento, referente ao projeto que auxilia o Sr. Paulo Francisco Gomes com a importância de Cr\$ 3.000,00 destinado a compra de um ocu-
los para seu uso pessoal, o qual foi destinado a ordem do dia. Pediu a palavra em sequência o vereador Mauro Lima e em nome da Comissão de Viação e Obras Públicas, apresentou a Mesa o parecer a respeito do projeto do Executivo, que autoriza a abertura de um crédito especial de Cr\$.....

Continua

Para a historiografia, os periódicos constituem-se, atualmente, em privilegiadas fontes de pesquisas. É cada vez maior o número de trabalhos que se apropriam dos jornais impressos como principal fonte documental. Neste capítulo analiso a contribuição de alguns jornais na construção da ameaça comunista em Garanhuns.

A historiadora Tânia de Luca tem contribuído significativamente no âmbito da utilização dos jornais como fontes documentais. Ela fez uma cartografia da inserção dos periódicos, no Brasil, ou mais precisamente no eixo Rio de Janeiro/São Paulo, como importantes documentos, para a historiografia¹⁴⁰. Trabalhos que tiveram os periódicos como principal fonte de pesquisa para analisar a política, a própria imprensa e a censura, ajudaram a demonstrar a riqueza dessas fontes. Para título de exemplo, podemos citar as pesquisas acerca do comunismo e do anti-comunismo no Brasil, com ampla utilização da imprensa por Bethania Mariani (1998) e Rodrigo Motta (2002).

As técnicas de impressão e o lugar social da imprensa escrita constituem-se em aspectos importantes para as pesquisas que utilizam os periódicos enquanto fonte. A atenção destinada à variedade de formatos, tipos de papel, qualidade da impressão, cores, imagens, pode ser bastante reveladora do aporte técnico, e também financeiro, que dispõem os jornais. Mostram a tecnologia e os recursos gráficos, o uso ou

140 Conforme destaca Tania de Luca em seu texto *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In Pinsky, Carla Bessanezi (organizadora) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto 2006, se os jornais antes eram vistos com desconfiança por serem considerados produções “distorcidas e subjetivas” dos acontecimentos, passaram a ocupar lugar de destaque na escrita historiográfica. Ela enfatiza também, as contribuições de Jacques Le Goff e Pierre Nora na mudança de percepção dos objetos, problemas e abordagens, que passaram a adquirir um estatuto de *novo*, na medida em que houve um deslocamento na concepção do que seria um objeto, um problema ou uma abordagem. Essas mudanças possibilitaram aos historiadores ampliarem o leque de debates, passando a investigar, diversos aspectos, como a tiragem dos exemplares, “área de difusão, relações com instituições políticas, grupos econômicos e financeiros”, De Luca, Op. Cit, pág. 116. Da mesma autora, ver *A Grande Imprensa na Primeira Metade do Século XX*. Apud, De Luca, Tania Regina e Martins, Ana Luíza (organizadoras). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. Ver também Cohen, Ilka Stern. *Diversificação e segmentação dos impressos*. In De Luca, Tania Regina e Martins, Ana Luíza. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

não de imagens, na composição dos periódicos¹⁴¹. Ampliando o leque da discussão, a socióloga Maria de Lourdes, ao pesquisar a imprensa escrita como instrumento a serviço do progresso na chamada Primeira República, põe em destaque que “os setores de suporte daquela atividade conheceram avanços surgindo rapidamente um mercado consumidor enquanto se estimulava a produção interna de papel, matéria prima fundamental para o desenvolvimento do ramo”¹⁴².

As notícias que ocupam as páginas de um jornal, ou revista, passam por um criterioso processo de seletividade, estratégias e negociações. O lugar que ocupa cada reportagem num jornal resulta de uma complexa relação de forças que envolvem de um lado, o jornalista, enquanto autor do texto, e a posição que ele ocupa dentro do periódico, e do outro, os redatores que, geralmente, têm o poder de decisão sobre qual conteúdo pode ocupar a primeira ou a última página de cada edição. Acrescentme-se a este espaço de disputa, os interesses dos proprietários dos jornais, que, em última instância, podem determinar o que se deve ou não publicar. Dessa maneira, a imprensa periódica, como bem enfatizou Tania de Luca, “seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público”¹⁴³.

Ao analisar a diversificação e segmentação de parte da imprensa escrita no Brasil, a historiadora Ilka Stern traça um rico panorama da variedade editorial das publicações. Mais do que a materialidade dos impressos, aquela historiadora, destaca que inúmeras pessoas foram sistematicamente vigiadas, controladas e punidas, por se encontrarem em rota de colisão com as propostas defendidas por políticos e/ou

141 Como uma radiografia, essa materialidade dos impressos, possibilita mostrar a face do aparato técnico disponível e utilizado por cada periódico. Nas páginas dos jornais inscreve-se parte da própria história gráfica. É fundamental analisar a materialidade dos periódicos que de natural não tem nada. Levar em consideração esta dimensão significa estar atento para o que foi publicado – dentre as possibilidades viáveis – e, principalmente, como e porquê.

142 Eleutério, Maria de Lourdes. *Imprensa a serviço do progresso*. In De Luca, Tania Regina e Martins, Ana Luiza (organizadoras). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, pág. 83.

143 De Luca, Tania Regina *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In Pinsky, Carla Bessanezi (organizadora) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto 2006, pág. 139.

intelectuais. Esses embates se intensificaram quando os defensores do comunismo passaram a ser apontados como um perigo à sociedade brasileira, principalmente depois da Revolução Russa de 1917. Para aquela historiadora, “desde então o anticomunismo configurou-se como tema frequente nos jornais da grande imprensa. [...] Assim, a estratégia discursiva dos jornais se configurava em notícias alarmantes sobre a Rússia, denunciando a perseguição religiosa, a fome e a miséria como produtos da nova situação política”¹⁴⁴.

Com base nas matérias veiculadas no *Diario de Pernambuco*¹⁴⁵ e no *Jornal do Commercio*¹⁴⁶, podemos delinear alguns comentários acerca do posicionamento político daqueles periódicos sobre o comunismo no estado de Pernambuco e também no Brasil, de maneira mais geral. No início da década de 1960, os jornais acima citados, intensificaram o número de reportagens que versavam sobre o perigo que o comunismo representava para a sociedade. Eram reportagens que produziam conceitos, princípios políticos, imagens, concepções, indissociáveis das análises do tempo presente, e ajudavam a (re)significar o passado e a projetar o futuro.

Quando Cid Sampaio venceu Etelvino Lins para governador do estado de Pernambuco, no pleito eleitoral de 1958, naquela ocasião, o

144 Ilka Stern Cohen. *Diversificação e segmentação dos impressos*. In De Luca, Tania Regina e Martins, Ana Luiza. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, pág.124.

145 Este jornal, desde que passou a integrar a rede dos Diários Associados, tendo a frente o empresário e jornalista Assis Chateaubriand, e de maneira mais específica, no período em estudo, trazia em suas edições constantes matérias, inclusive de autoria de Chateaubriand, alertando a sociedade para o crescimento do comunismo em Pernambuco e o perigo que disso emanava. Este jornal se constitui num interessante palco de debates políticos que versavam os embates em torno do comunismo naquele momento. Certamente o teor das discussões não se mantinha imóvel. Sofria variações de acordo com os acontecimentos que configuravam as múltiplas experiências em cada momento. Quando se aproximavam as eleições o número de reportagens e os ataques ao comunismo eram percebidos praticamente todos os dias neste noticiário.

146 O *Jornal do Commercio* também não divergia do seu concorrente – *Diario de Pernambuco* – quando o tema era comunismo. Pertencente à família Pessoa de Queiroz e tendo a frente durante um longo período o empresário F. Pessoa de Queiroz, o jornal bradou em inúmeras reportagens os perigos em que acreditava representar o comunismo. Em suas edições, principalmente em período eleitoral, trazia matérias que apresentavam abertamente seu posicionamento político e sua aderência ao candidato que apoiava.

Jornal do Commercio demonstrou amplo apoio a Etelvino enquanto criticava abertamente seu opositor e sua aproximação com os comunistas. Para enfatizar a crescente ameaça comunista, na concepção daquele periódico, o jornal atribuiu em manchete a responsabilidade exclusiva a Cid Sampaio, que havia recebido amplo apoio dos comunistas, principalmente, através da Frente do Recife, e para retribuir estava permitindo e incentivando o crescimento das ideias comunistas no estado, dando completa liberdade de ação aos comunistas em Pernambuco.

A aproximação de Cid com a Frente do Recife, e com os partidos de esquerda em Pernambuco, não durou muito tempo. Conquistada a vitória nas urnas, ele começou seu governo e logo se distanciou da aliança que o ajudara a se eleger, pois não demonstrou interesse em cumprir os compromissos defendidos em campanha. Na análise de José Arlindo Soares, “Cid Sampaio afasta-se da Frente de Recife e envolve-se com o Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD, e Aliança para o Progresso, além de combater o 1º Plano diretor da SUDENE”¹⁴⁷.

Em Pernambuco, legendas, que em outros estados da federação eram inimigas declaradas, formaram uma aliança e venceram as eleições para governador do estado¹⁴⁸. UDN, PSB, PTB e PST deram a vitória a Cid Sampaio. Usineiro e filiado à UDN, Cid venceu facilmente o pleito de 1958. Mas este casamento não durou muito tempo. Cid não cumpriu o prometido em campanha, deixando de lado as reivindicações das esquerdas que o apoiaram. Quando ele apoiou abertamente Jânio Quadros e reprimiu manifestações de apoio ao general Lott já, demonstrava indício de rompimento com a Frente do Recife.

Os jornais *Diário de Pernambuco* e *Jornal do Commercio*, durante a campanha eleitoral de 1958, criticaram abertamente a aproximação de Cid Sampaio com o comunismo, por meio da Frente do Recife. Isso não

147 José Arlindo Soares. *Nacionalismo e crise social: O caso da Frente de Recife (1955/1964)*. Dissertação de mestrado em sociologia pela UFPE. Recife, 1980, pág. 52.

148 O artigo de Montenegro, Antonio Torres e Santos Taciana, *Lutas Políticas em Pernambuco... A frente do Recife chega ao poder (1955 – 1964)* e a dissertação de mestrado de Taciana Santos, trazem importantes contribuições acerca das lutas políticas – ocorridas em Recife – entorno das eleições para governador de Pernambuco e prefeito da cidade do Recife entre 1955 e 1964.

significa, no entanto, que aqueles periódicos mantiveram uma postura de oposição ao comunismo de maneira ininterrupta. Logo, não podemos incorrer em conclusões apressadas e pensar que aqueles periódicos eram jornais anticomunistas. É certo que existiram diversos momentos, principalmente no período em tela, que o posicionamento do *Diário de Pernambuco* e do *Jornal do Commercio* pode ser considerado anticomunista.

Num recente artigo, Antonio Montenegro, ao analisar as redes constituintes do comunismo, como ameaça em Pernambuco, em fins da década de 1950 e início de 1960, enfatiza que a leitura daqueles jornais permite percorrer os universos social e político do estado com representações múltiplas que lapidaram, modelaram e instituíram maneiras de conceber aquilo que era apresentado como real. Em suas palavras, “o perigo, o medo, a insegurança são signos que circulavam constantemente numa parcela significativa dessas matérias jornalísticas e concorreram para a efetivação do golpe civil-militar de 1964”¹⁴⁹.

Nesses jornais, as lutas por melhores condições de vida dos trabalhadores dos engenhos e da área metropolitana, eram apresentadas como demonstração do crescimento comunista em Pernambuco. As reivindicações eram consideradas atividades subversivas, despertando inclusive o interesse do jornal *The New York Times* e do próprio presidente Kennedy. Para este, “nenhuma área tem maior e mais urgente necessidade de atenção do que o vasto Nordeste do Brasil”¹⁵⁰.

Crescia em Pernambuco um movimento que se caracterizaria pela luta em defesa da população que vivia nas favelas, em situações de miséria na área urbana, e de exploração na área rural, conforme enfatizou Joseph Page. Pois no campo a situação não era diferente; a miséria batia à porta dos camponeses na medida em que os donos dos engenhos e de

149 Montenegro, Antonio Torres. *Produções do medo: algumas trilhas (1955 – 1964)*. In Montenegro, Antonio Torres et al. *História: cultura e sentimento: outras histórias do Brasil*. Co-edição: Recife: Ed. Universitária da UFPE; Cuiabá: Ed. da UFMT, 2008, pág. 38.

150 Joseph A. Page. *A Revolução Que Nunca Houve: o Nordeste do Brasil (1955 – 1964)*. Rio de Janeiro: Record, 1972. Este autor destaca que “60% dos habitantes do Recife, à época, viviam em mocambos e diversas favelas demonstravam as condições de misérias dessa população”, pág. 25.

usinas exploram ao máximo a população pobre que trabalhava em suas terras. As disputas pelo controle do crescente movimento camponês no estado se tornaram agudas na medida em que a Igreja Católica passou a concorrer com o PCB e as Ligas Camponesas o direito de representar os trabalhadores rurais. A preocupação em ter o controle do movimento camponês se justificava na medida em que havia a possibilidade de uma mudança constitucional, estendendo o direito de voto aos analfabetos¹⁵¹.

Havia uma intensa disputa pelo controle do movimento trabalhista-camponês em Pernambuco naquele momento. As ações do estado, por intermédio da Secretaria de Assistência Social – criada por Miguel Arraes –, podem ser entendidas como uma tentativa de influenciar e controlar os movimentos políticos e sociais. Roberto Aguiar destaca que o estado, dessa maneira, disputava com outras burocracias em funcionamento (o Ministério do Trabalho, a Igreja Católica, o PCB e outras organizações como as Ligas Camponesas) o controle e a condução dos trabalhadores, sejam do campo ou da cidade.

Incendiários comunistas

No dia 21 de abril de 1959 o *Diário de Pernambuco* estampou em suas páginas que havia um plano subversivo, organizado pelo diretório do Partido Comunista de Pernambuco, em franca ascensão. O plano objetivava fazer uma agitação rural semelhante à que tinha ocorrido alguns anos antes no município de Vitória de Santo Antão¹⁵², onde inúmeros incêndios aos canaviais marcaram os episódios daquele município. Entretanto,

desta vez, o campo de ação escolhido pelos comunistas, que agem na chamada “frente agrária” foi o município de Gara-

151 Roberto Aguiar de Oliveira. *Recife: da Frente ao Golpe: ideologias políticas em Pernambuco*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1993.

152 Os diversos textos e artigos de Antonio Montenegro contemplam essas discussões na medida em que traçam um rico panorama das lutas políticas e sociais em Pernambuco, mais especificamente, em Recife e na área metropolitana do estado.

nhuns. De acordo com os documentos levados ao Exército, estão sendo projetados vários incêndios aos cafezais daquele município para prejudicar a produção cafeeira de Garanhuns [...]¹⁵³.

Após mencionar que os comunistas estavam fortemente organizados e que suas atividades se encontravam em pleno crescimento no estado, motivo já de preocupação, o jornal alertava que os embates ocorridos em Vitória de Santo Antão estavam servindo de incentivo para outras atividades organizadas pelos comunistas. No momento, eles se preparavam para atear fogo aos cafezais de Garanhuns. A atitude de recorrer a incêndios, como estratégia, para conquistar seus objetivos, estava tornando-se uma prática constante entre os comunistas. Esta seria, segundo aquele noticiário, a maneira mais viável para conseguir criar um núcleo das Ligas Camponesas, como principal reduto de atuação do comunismo.

Este mesmo perigo foi alertado pelo *Jornal do Commercio*, como já nos referimos anteriormente, quando aquele noticiário enfatizava que toda a ação comunista só estava ocorrendo em Pernambuco mediante o apoio do então governador Cid Sampaio. No entanto, o *Diário de Pernambuco* destacava que os comunistas desejavam criar um núcleo das Ligas Camponesas em Garanhuns e iriam incendiar os cafezais por serem a principal atividade econômica do município. Atacar os latifundiários e/ou proprietários através de incêndios à produção de café iria criar o clima adequado para fundar uma Liga Camponesa naquele município, na medida em que se colocavam em questão a problemática do latifúndio e a situação dos camponeses e operários. Ao mesmo tempo, a luta dos trabalhadores e seus movimentos de organização eram vistos como desacatos à ordem, na medida em que só após criar um clima tenso era possível fundar, por exemplo, um núcleo das Ligas Camponesas. Some-se a isto, que nesta dimensão, a ideia de que a luta dos trabalhadores era um atentado direto à propriedade privada.

153 *Diário de Pernambuco*, Recife, 21 de abril de 1959, pág. 05.

Mas não apenas a propriedade privada estava sendo ameaçada pelos comunistas. A possibilidade de vitória dos comunistas em pleitos eleitorais, fazia com que diversas autoridades religiosas expressassem apoio aos candidatos contrários às ideias comunistas. O *Diario de Pernambuco* assim noticiou o posicionamento de dom Jaime Câmara, em 16 de setembro de 1958:



Diversas lideranças católicas não mediram esforços na luta contra o comunismo. No entanto, não podemos incorrer em afirmações apresadas e pensar que o comunismo era repudiado por todos os membros daquela instituição. Como demonstra Montenegro¹⁵⁴, Page¹⁵⁵ e Rodighero¹⁵⁶, houve padres que foram acusados de apoiar e defender as ideias comunistas, como o padre Antonio Melo, pároco da cidade do Cabo.

A circulação do *Diario de Pernambuco* não era restrita à capital. Com uma considerável circulação no estado, aquele jornal chegava às residências de diversos pernambucanos. Um número significativo de pessoas era informado, formado e mobilizado com as opiniões emitidas

154 Montenegro, Antonio Torres. *Arquiteto da memória: nas trilhas dos sertões de Crateús*. In Gomes, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história* (org.) Rio de Janeiro: FGV, 2004.

155 Page, Joseph A. *A Revolução Que Nunca Houve: o Nordeste do Brasil (1955 – 1964)*. Rio de Janeiro: Record, 1972.

156 Rodighero, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945 – 1964)*. Porto Alegre, editora da UFRGS, 2007.

das nas edições daquele periódico quando alertava os fiéis católicos – e também não católicos – a não votarem nos candidatos comunistas ou naqueles que defendessem o divórcio, nomeados pelo cardeal, de divorcistas. Em inúmeras reportagens, quem defendia o divórcio era associado ao comunismo. E junto a esta imagem prevalecia a concepção de que os comunistas iriam destruir, por meio do divórcio, a principal base constituinte da sociedade brasileira: a família.

Nessa concepção, ser comunista era ser divorcista; era defender e propagar o desmoronamento do núcleo familiar. O divórcio era para a Igreja Católica – ou parte de seus representantes – a legitimação do perecimento da família. Esse era um dos motivos pelos quais os eleitores católicos não podiam votar nos comunistas. Estes representavam o fim dos laços familiares. Se a família era, para a Igreja Católica, o centro formador dos indivíduos, que em última instância formava a sociedade, a vitória dos comunistas transformar-se-ia no esfacelamento da sociedade. Era, portanto, algo que dever-se-ia combatido.

O arcebispo de Olinda e Recife, dom Antônio de Almeida Moraes Junior, mais uma vez abraçando o espaço cedido pelo *Diário de Pernambuco* em suas edições, publicou que era “dever de todos os católicos se fazerem presentes através de seu voto consciente, livre e transformado em verdadeira força de defesa da Igreja, da Pátria e da família”¹⁵⁷. Votar consciente era, antes de tudo, defender em primeiro lugar a Igreja Católica, a pátria e a família. Os eleitores católicos eram mais uma vez (in)formados acerca de quem deveria sufragar nas eleições vindouras. Qualquer candidato que representasse algum perigo à Igreja Católica,

157 *Diário de Pernambuco*, Recife, 04 de julho de 1958, pág. 03. Destaques do original. A forma como narramos determinados acontecimentos é reveladora de como compreendemos e percebemos aquilo que entendemos por realidade. As formas são produtoras de efeitos, emitem signos e produzem significados. Elas selecionam padrões, gestos, perfis e representam concepções de mundo; as formas como ressaltou Chartier, produzem sentidos. Por essa razão transcrevi como os redatores daquele jornal expressaram o repúdio ao comunismo destacando, em caixa alta e negrito, a condenação daqueles por parte dos representantes da Igreja Católica, como se não bastasse o título da matéria escrito em letras garrafais. Para um leitor desatento que estivesse folheando o jornal, o destaque dado àquela citação poderia capturar um pouco de sua atenção, fazendo-o, possivelmente, lê e saber que os comunistas foram excomungados.

alguma ameaça à pátria e à família, deveria ser combatidos pelos votos do eleitorado católico.

Esta preocupação do *Diário de Pernambuco*, de algumas lideranças religiosas e da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco ecoava de múltiplas maneiras. Juntos, esses órgãos agiam como uma espécie de filtro selecionando o que a sociedade deveria ler, fazer, escutar e votar quando era o caso. Desejando purificar a sociedade, hierarquizava as ideias constituindo o que, segundo suas concepções, seria certo ou errado, bom ou ruim para o povo. Para a historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro, que analisou a censura aos livros e às ideias no estado de São Paulo nas primeiras décadas do século XX, as autoridades policiais “defendiam, segundo a sua lógica, os limites entre o lícito e o ilícito. Este ato de saneamento ideológico processou-se através da censura preventiva e punitiva, cujo principal objetivo era impedir a circulação das ideias rotuladas de perigosas”¹⁵⁸.

Mesmo pesquisando outro recorte espaço/temporal podemos estender esse perigo que gravitava acerca as ideias comunistas em São Paulo, pesquisado por Tucci Carneiro, às ideias defendidas e combatidas em Garanhuns, sem esquecer, evidentemente, das especificidades do tempo e do espaço aqui pesquisados. Se as estratégias de uso do medo podiam variar, em ambos os casos ele funcionou como poderoso instrumento de controle social, colaborando para manter a ordem vigente, pois “o medo faz calar, tem energia para isso. E, instado pelo pânico (de propagação rápida), o medo sufoca”¹⁵⁹.

Monitorando a cidade: o jornal *O Monitor*

O periódico *O Monitor* foi, no período em análise, um destacado palco de lutas. Outros atores, com outras armas e estratégias, lutaram, neste cenário, contra o mesmo inimigo enfrentado pela delegacia local:

158 Carneiro, Maria Luiza Tucci. *Livros malditos, idéias proibidas: o DEOPS e as minorias silenciadas*. São Paulo: Ateliê Editorial; FAPESP, 2002, pág. 21.

159 Ibidem, pág. 31.

o comunismo. O medo foi, inúmeras vezes, utilizado como estratégia de convencimento para (in)formar a população de Garanhuns sobre os perigos que emanavam de uma vitória dos comunistas nas eleições de 1958. Na coluna *Um Brasil Melhor por teu Voto*, o Jornal *O Monitor* chamava a atenção para a importância do voto na construção de uma sociedade melhor, justa, digna e cristã, segundo um conjunto de valores preconizados pela Igreja Católica e verbalizados nas páginas daquele semanário. Para ele, “cada voto mal dado é mais uma bomba que você atira para a destruição da civilização cristã! E cada voto bem escolhido é mais uma pedra que você coloca para a construção de um mundo melhor”¹⁶⁰.

A posição estampada que o jornal assumia é fruto do lugar social onde ele estava inserido. Para entendermos melhor seu posicionamento se faz necessário voltarmos um pouco no tempo. Antes, porém, seu nome de batismo é digno de alguns comentários. Ora, o que seria um monitor? Monitor é aquele que dá conselhos, que adverte, que avisa. *Monitor* aparece no Aurélio (1998), experimentado, como sinônimo de *aluno adiantado, de alguém que se destaca entre um determinado grupo*. Em sua dimensão simbólica, o jornal *O Monitor* constitui-se como elemento destinado à observação e à informação; veículo de transmissão de conhecimento; um canal, por excelência, de divulgação, seleção e purificação de ideias; um instrumento que visualiza, monitora, registra e (in)forma.

Em 1933 começava a circulação do semanário *O Monitor* na cidade de Garanhuns. Ele tinha circulação regular, sendo “composto e impresso em oficina própria, mecânica e moderna, sendo o único jornal existente nesta cidade. É seu diretor o esforçado Cônego Tarcísio Falcão”¹⁶¹. Inicialmente, o jornal pertenceu à diocese de Garanhuns, sendo por extensão um poderoso veículo de divulgação dos princípios defendidos por aquele órgão religioso. Foi durante algum tempo o principal periódico da cidade,

160 *O Monitor*, Garanhuns, 26 de abril de 1958, pág. 03.

161 Cavalcanti, Alfredo Leite. *História de Garanhuns*. CEHM, Recife, 1997, pág. 345.

chegando a ser o único jornal em circulação de Garanhuns. Era vendido avulso e por assinaturas, custando, em 1962, Cr\$ 10,00 o exemplar do dia, Cr\$ 15,00 exemplar de dias anteriores; Cr\$ 300,00 era o valor da assinatura anual e Cr\$ 200,00 da semestral¹⁶². Deixou de pertencer à diocese em 1963, quando foi comprado por Amílcar da Mota Valença, ao se eleger prefeito da cidade no dia 18 de agosto daquele ano.

Durante o período por nós pesquisado, os mais diversos assuntos foram publicados naquele jornal¹⁶³. Percorrendo as edições de *O Monitor*, encontramos inúmeras reportagens, ou pequenos artigos que versaram o perigo que representava o comunismo, pelos menos para aquele jornal.

Analisaremos, inicialmente, um conjunto de artigos, escrito por uma professora, destinado, prioritariamente, ao público feminino. Voltemos no tempo e no espaço. Estamos em Garanhuns no dia 22 de março de 1958. O jornal *O Monitor* começou a publicar, nesta data, uma série de artigos intitulada *Um Brasil Melhor por Teu Voto!* Com uma linguagem simples, seus artigos foram escritos com expressões cotidianas, deixando de lado o uso de palavras que exigiam, para sua compreensão, um melhor nível intelectual.

Os textos que compuseram aquela série foram divididos em dez artigos publicados entre os dias 22 de março a 31 de maio de 1958¹⁶⁴. Cada artigo tinha um subtítulo diferente, que conduzia as discussões

162 *O Monitor*, Garanhuns, 28 de outubro de 1962, pág. 02.

163 Nas edições semanais, os leitores eram informados, de notícias internacionais às promessas religiosas que eram realizadas com publicações no jornal mediante graça alcançada. Conforme consta na edição de 19 de abril de 1958 a publicação da graça alcançada por Lindalva Oliveira Lins, “por intermédio da Novena Perpétua, com a promessa de publicar em *O Monitor*”. E esta não foi a única graça alcançada e publicada no jornal.

164 A composição textual dos artigos chama atenção. Dos dez artigos publicados na coluna *Um Brasil Melhor por Teu Voto*, oito começavam na forma de um diálogo, representando, provavelmente, cenas cotidianas da vida da cidade. Não é desprovida de intenções a forma como os textos foram escritos, pois, as formas são produtoras de sentidos, constroem significados; são reveladoras de concepções e posicionamentos, pois como escrevera Roger Chartier, em *O mundo como representação*. Estudos avançados, USP, 5(11) Jan/abril 1991, “as formas produzem efeitos”. A linguagem simples dos artigos, provavelmente, facilitava a leitura e aproximava os leitores, ou mais especificamente as leitoras, das ideias que se desejava transmitir.

de cada edição, mas que fazia parte de uma discussão maior, que era a participação feminina nas eleições municipais daquele ano, e os cuidados que deveriam tomar para não elegerem os candidatos comunistas; discussão que direcionou todos os artigos publicados naquela coluna.

O primeiro artigo foi intitulado *Votar nos parentes* e começava com o seguinte diálogo:

– Ah! mas o candidato Y é meu parente e, embora ele não seja católico não irei deixar de votar nele, para votar nos outros que não conheço.

– Quer dizer então que encara as eleições como meio de favorecer parentes?!... e não eleger homens capazes para propugnarem pelos altos destinos da Nação, para o bem comum e grandeza de nossa terra?!...¹⁶⁵

Os interesses parentais não deveriam se sobrepor aos interesses da nação. Não se deveria votar nos parentes, quando estes representassem um perigo à pátria. A pátria seria prejudicada quando se votava nas *sementes venenosas*. Mas havia opções. Existiam maneiras de não se cultivar ervas *daninhas no Brasil*. A própria autora apontou as sugestões. Dever-se-ia, antes, votar nos desconhecidos que fossem capazes de proporcionar a todos, dias felizes com leis cristãs e medidas justas e equilibradas, pois os católicos saberiam “perfeitamente que só com leis cristãs o Brasil e o mundo se tornará melhor”¹⁶⁶.

Brasil, como sugere o título da coluna, poderia tornar-se melhor pelo voto. E assim tornar-se-ia com leis cristãs e não com as leis e propostas dos comunistas. A prática de votar, enquanto uma ação representativa de um ato democrático, é evocada como uma estratégia viável para construir um país melhor, justo e com menos desigualdades. Mas também poderia tornar-se pior; dependeria de como e em quem se votava. Qualquer descuido no ato da escolha dos candidatos poderia comprometer seriamente o destino da nação. A única maneira para se

165 *O Monitor*, Garanhuns, 22 de março de 1958, pág. 06.

166 *Ibidem*.

construir um país justo e feliz era votando nos candidatos que garantissem *leis mais cristãs*; que defendessem os mesmos princípios preconizados pela Igreja Católica.

Mas, como identificar esses candidatos? Como proceder no ato da escolha? Afinal, em quem deveria votar o eleitorado de Garanhuns? Esses questionamentos foram discutidos no segundo artigo da série publicado no dia 05 de abril de 1958, cujo título era *Nós e a LEC*¹⁶⁷.

Há poucos dias ouvimos este diálogo:

- Quais são os candidatos bons?
- Não estou a par da política, mas desejo votar bem!...
- Vote nos candidatos indicados pela LEC. Há outra coisa importante também: quando a Liga Eleitoral Católica condena algum candidato é porque teve razões sérias para isso. A LEC é uma comissão composta de leigos, homens de comprovada capacidade e indubitável idoneidade moral e espiritual oficializada pela Igreja¹⁶⁸.

O artigo objetivava, como é possível perceber, ajudar o eleitor escolher os melhores candidatos para o pleito eleitoral que se aproximava. Aliás, mais do que ajudar, o artigo indicava os candidatos em que se deveria votar. Inquestionavelmente, os eleitores deveriam votar nos candidatos indicados pela Liga Eleitoral Católica. Esta era a primeira seleção que os eleitores deveriam fazer. Mas ainda não era suficiente. Havia a possibilidade da LEC apoiar mais de um candidato que disputasse o mesmo cargo. O que fazer diante de uma situação como esta? Bastava analisar os candidatos que eram católicos *teóricos* – para usar a própria expressão da autora – diferenciando-os dos verdadeiros católicos; ou seja, os *práticos*. Assim, os eleitores não poderiam votar naqueles candidatos que apenas se diziam católicos; deveriam eleger aqueles que eram católicos praticantes, pois aqueles seriam “os melhores”¹⁶⁹.

167 LEC - Liga Eleitoral Católica.

168 *O Monitor*, Garanhuns, 05 de abril de 1958, pág. 06.

169 *Ibidem*.

Esta prática de controle social selecionava as ideias, distribuindo-as de forma hierarquizadas. Elaborava-se o que podia ou não ser aceito; o que era lícito ou ilícito. Distinguiam o que se considerava subversivo daquilo que era tido como digno e benéfico para a sociedade. Os representantes das ideias comunistas tornaram-se os alvos centrais das críticas e da atenção do jornal *O Monitor*. Através de suas edições multiplicava-se a repressão simbólica na medida em que colocavam os comunistas, mediante sua vitória, como os responsáveis pela destruição dos princípios éticos e morais.

A defesa dos princípios católicos se respaldava na argumentação de que os comunistas, se eleitos, instaurariam no Brasil uma ditadura atea. Desta maneira, ia-se constituindo o comunismo como o *outro*. O indesejável; aquele que se apresentava como contrário às normas sociais instituídas e reconhecidas como legítimas. Indicava-se nos artigos a necessidade em eleger *os candidatos bons*; *os homens de comprovada capacidade*. Enfim, o eleitorado deveria *eleger os homens capazes* de garantir leis justas e cristãs; dever-se-ia sufragar aqueles candidatos que não permitiriam o perecimento da liberdade, da família, da pátria e da religião. Princípios estes, que estariam ameaçados, caso os comunistas triunfassem nas eleições. Na medida em que ia se construindo uma positividade sobre as qualidades que os políticos deveriam ter, indicavam-se aquelas que os comunistas representavam. Era na positivização dos princípios dos *bons* candidatos que se instituíam o comunismo como o mal; como o *outro*. Estas foram práticas que concorreram para construir o medo acerca do comunismo¹⁷⁰.

170 A fabricação do medo acerca do comunismo, no agreste do estado, esteve atrelada a uma série de práticas que iam, de maneira gradativa, curvilínea, ondulada, processual, criando um campo de possibilidades, em que a insegurança, o risco, a dúvida, o perigo, a ameaça, a incerteza, mais um conjunto de valores negativizados, se apresentavam como sinônimo do comunismo. Devemos acrescentar, também, que pensar o medo como construto histórico, obriga-nos a percorrer os meandros movediços de campos teóricos e metodológicos distintos. A esse respeito ver: Cavalcanti, Erinaldo. *Fisionomia do Medo: História, Memória e Comunismo*. In Anais do V Encontro Cultura e Memória: História, Narrativa e Patrimônio. UFPE, Recife, 2011.

Entretanto, por que a ideia dos comunistas enquanto inimigos vingou? Por que e como foi produzida, apropriada, disseminada e aceita como verdade por grande parte da sociedade do Brasil durante as décadas de 1950 e 1960, a representação dos comunistas como sinônimo de mal? A noção de *discurso fundador* desenvolvida por Bethânia Mariani (1998) nos ajuda a compreender como certos sentidos são produzidos e aceitos socialmente.

O discurso fundador funciona como um centro de referência legitimador, reconhecido institucionalmente, enquanto produtor de ideias, que são repetidas e reconhecidas em livros escolares, em falas oficiais, em jornais e/ou revistas, sendo a ele associados sentidos e enunciados que se pretendem cristalizados e imobilizados. Encontramos indícios, do que poderíamos denominar, de discursos fundadores atravessando o *Diário de Pernambuco*, o *Jornal do Commercio* e o *Monitor*. Discursos que passavam, não apenas por órgãos da imprensa escrita, mas também transitavam por escolas e igrejas, em Recife e em cidades como Garanhuns, e concorriam para a fabricação do medo associado ao comunismo.

Se o comunista era o inimigo, deveria ser estigmatizado, vigiado e isolado. E, acima de tudo, deveria permanecer sob controle, como todo inimigo deve ficar. A denominação *comunista* significava, portanto, sujeitos singularizados, na medida em que os discursos os selecionavam enquanto um corpo específico, diferenciando-os dos padrões sociais ditos normais. Na mesma intensidade os descreviam a partir de um conjunto de significados aceitos como verdades e os classificavam dentro de um determinado universo de valores reconhecidos socialmente. Ser comunista, nesta perspectiva, era “ocupar o lugar de inimigo social”¹⁷¹.

A LEC estaria, dessa maneira, lutando contra esse *inimigo social* para garantir a sobrevivência de uma sociedade justa e democrática, segundo os princípios cristãos. Ela funcionaria com um filtro¹⁷² que deveria sele-

171 Mariani, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922 – 1989)*. Editora Revan e editora da UNICAMP, 1998, pág. 121.

172 Um dos princípios defendidos pela LEC era a “instauração de processos legais que tornem eficientes e rápidas as medidas repressivas à divulgação da imoralidade”. O *Monitor*, Garanhuns,

cionar os conteúdos que os diversos meios de comunicação deveriam publicar; era uma espécie de censura aos jornais, revistas, livros, cinemas, espetáculos, rádios ou quaisquer outros meios de publicação. O principal objetivo era impedir a circulação das ideias consideradas perigosas. Em outras palavras: qualquer expressão contrária aos segmentos defendidos pela Liga Eleitoral Católica deveria ser censurada, banida da sociedade. Liberdade, para a LEC, seria quando seus princípios sugeriam – porque, ditavam, é um verbo que pode denotar um ato de imposição; pode expressar uma ação antidemocrática – o comportamento a que o povo deveria obedecer; e ditadura quando aqueles que lhes faziam oposição indicavam – defendiam, ou mandavam – seguir caminhos contrários.

Para que não houvesse margem de dúvida quanto à capacidade da LEC nas indicações dos candidatos em que se deveria votar, a autora conclui o artigo com uma nota explicativa, justificando por que em alguns casos a Liga podia indicar mais de uma pessoa para o mesmo cargo. Isso podia acontecer em virtude de que alguns candidatos firmavam compromisso com a Liga com o único objetivo de conseguir dela sua indicação, mas, após serem eleitos, imediatamente traíam seu compromisso de honra. Por isso alertava o povo católico que dentre aqueles candidatos indicados pela LEC, escolhessem os que por seu passado, sua história e tradição, se recomendaria, pois estes inspiravam e eram dignos de confiança. O passado, nesta perspectiva, atuava como um agente legitimador, ou não, da personalidade dos concorrentes. É o passado atuando no presente, legitimando, ou não, o presente, pois os candidatos que, por seu passado inspirassem confiança, seriam dignos de votos.

Esta prática instituída pela Liga, e disseminada pelos seus seguidores, permitia estabelecer um exercício de controle social em seu raio de atuação. A indicação da LEC era mais que uma sugestão em quem se poderia ou não votar, na medida em que ela escolhia os candidatos que deveriam receber os votos dos católicos. A Liga exercia, dessa maneira,

um poder simbólico¹⁷³ sob diversos eleitores católicos, na medida em que especificava, direcionava, influenciando a escolha dos eleitores quando determinava quais os candidatos eram dignos de merecer os votos daqueles eleitores. Certamente esse controle não se exercia de forma absoluta, logo, as indicações da Liga não eram absorvidas de maneira automática pelos eleitores.

Em um dos artigos daquela coluna, a autora traça detalhadamente como deveria agir as eleitoras na hora de votar¹⁷⁴. Todos os passos que as eleitoras deveriam dar eram descritos minuciosamente, como o número de cédulas, os cargos disputados, a sequência em que deveriam votar em cada candidato; até sobre o cuidado para não confundir os nomes destes, elas eram informadas. Segundo aquele artigo, os comunistas, não raro, escolhiam candidatos com nomes semelhantes aos de seus opositores, como uma estratégia para confundir o eleitorado¹⁷⁵. Para lidar com essas situações, a autora, informava que os eleitores, deveriam levar de casa, os nomes dos respectivos candidatos indicados pela LEC.

Além de tratar o público leitor – e a mulher de maneira específica – como despreparado para votar, o artigo revela a preocupação em evitar, de todas as maneiras possíveis, que os candidatos comunistas fossem eleitos. Era o medo impresso em palavras alertando as possíveis maneiras que os comunistas poderiam adotar para conseguir votos, ao mesmo tempo informandas as maneiras que se poderia lutar para vencê-los nas urnas. Era a palavra escrita como arma política e estratégia para eleger ou derrotar candidatos.

173 O poder simbólico, para Pierre Bourdieu, é “um poder quase mágico, que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), que, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário” In Bourdieu, Pierre. O poder simbólico. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2006, pág. 14.

174 *Como votar*. Título do artigo publicado no dia 19 de abril de 1958, na página 06 de *O Monitor*. Este artigo, diferente dos demais, não se iniciava em forma de um diálogo. Ele se direcionou, de forma mais específica, ao eleitorado feminino, exclusivamente, a quem iria votar pela primeira vez, enfatizando que muitas eleitoras temiam que seus votos fossem anulados, por cometerem falhas.

175 Segundo o artigo, “era preciso ter muita cautela com as cédulas falsificadas, com a criminoso alteração dos nomes dos candidatos, obra dos subversivos, feita de maneira quase imperceptível. Por exemplo: Armando por Armino”. *O Monitor*, Garanhuns, 19 de abril de 1958, pág. 06.

Nada poderia dar errado; os melhores candidatos indicados pela LEC tinham que ser vitoriosos nas eleições que se aproximavam. Tal preocupação se justificava, pois

o maior perigo, porém, está em votar **mal**, não em sentido prático, mas **moral** ou **ideológico**. Esta é que deve ser nossa maior preocupação: escolher os candidatos entre os bons. Mas nestes ainda fazer uma rigorosa seleção, só votando nos que, por suas qualidades e crenças religiosas, venham a **honrar a Deus** e a **dignificar a Pátria**¹⁷⁶. (Destaques do original).

Muito mais do que incitar o eleitorado feminino a participar da vida política, contribuindo com seu voto, o principal objetivo era evitar que se “votasse mal”. Ao mencionar os *bons*, indicava-se, por conseguinte, quem eram os ruins; os maus. Votar mal era, segundo o artigo, votar naqueles candidatos contrários a Deus, à pátria, à família, à religião. Era votar nos subversivos falsificadores de cédulas. Era votar no *outro*. O voto, nesta dimensão, constituía-se numa poderosa arma de luta contra aquilo que era apresentado como subversão comunista. Logo, mesmo que as eleitoras estivessem com idade avançada, doente ou fosse portadora de alguma deficiência física, não deveriam se abster de votar¹⁷⁷.

Nas eleições de 1958, parte das autoridades católicas de Garanhuns investiu pesado no jogo eleitoral tentando impedir a vitória dos candidatos comunistas na cidade. A cada edição de *O Monitor*, seus eleitores eram (in)formados acerca do perigo que representava o comunismo. O medo emergia nos diversos artigos daquele periódico como se fosse um fantasma que gravitava em torno da sociedade. Era uma ameaça constante que a qualquer momento podia destruir a sociedade.

176 Ibidem.

177 Segundo *O Monitor*, a abstenção do voto poderia favorecer os comunistas. O diálogo a seguir representa indícios dessa concepção. “– Não votarei, porque não posso ficar parada na fila, por minha idade avançada. – Minha nora também não, pois o médico prescreveu-lhe repouso. – Mas a senhora não sabe que por lei, as pessoas idosas, as que estão [doentes] e os que têm defeitos físicos têm, prioridade para votar?”. *O Monitor*, Garanhuns, 10 de maio de 1958

Essa estratégia não foi uma prática restrita à cidade de Garanhuns. No final da década de 1950 e início de 1960, em diversos espaços do Brasil, era comum encontrar inúmeras autoridades católicas bradarem seu repúdio aos candidatos comunistas. Ao mesmo tempo recomendavam aos eleitores aqueles candidatos que se identificavam com as doutrinas católicas, recomendando-os ao eleitorado, pois estes sim eram merecedores e dignos dos votos dos católicos. Nesta dimensão, foi criada, além da LEC, “a Aliança Eleitoral pela Família (ALEF), que foi muito atuante nas eleições de 1962. O programa da ALEF, tornado público em março de 1962, conferia destaque a luta contra o comunismo e contra o divórcio”¹⁷⁸.

Para Motta, os candidatos simpáticos à bandeira de luta da ALEF eram analisados por um comitê e quando aprovados tinham grande apoio e divulgação. Semelhantes estratégias encontramos nos artigos de *O Monitor* quando versaram acerca da contribuição da LEC. Enfatizava a importância que a Liga tinha quando indicava os candidatos por ela aprovados, sendo aqueles, por extensão, merecedores dos votos do eleitorado católico.

Dias antes da vinda de Luis Carlos Prestes ao Recife, o *Diário de Pernambuco* publicou as declarações do arcebispo de Olinda e Recife, Dom Antonio de Almeida Moraes Junior demonstrando total repúdio ao comunismo.

Dizem que o chefe comunista virar brevemente fazer comícios no Recife. Que tristeza para o povo tão ativo de Guararapes e Tabocas! Para o povo que, um dia, soube morrer, derramando o seu sangue para sagrar a imortalidade da sua fé. E que fará o povo de tão nobres tradições patrióticas e cristãs quando vem a nossa capital um chefe comunista, cujas mãos impiedosas lhe fazem recordar os últimos gemidos dos que tombaram assassinados na revolta que liderou em 1935?¹⁷⁹.

178 Motta, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002, pág. 29.

179 *Diário de Pernambuco*, Recife, 23 de setembro de 1958, pág. 03.

Para aquele prelado os candidatos que defendessem os princípios comunistas, por serem inteiramente contrários à doutrina da Igreja Católica, em hipótese alguma poderiam ser sufragados nas urnas. Em sua concepção seria impossível conciliar igreja e comunismo. Neste embate os eleitores não deveriam titubear; ou estavam com Deus ou contra Deus. A vinda de Prestes ao Recife é motivo de preocupação para autoridades religiosas e políticas. O arcebispo recorre ao passado, especificamente a luta para expulsar os holandeses da capitania de Pernambuco, como um momento de demonstração de força, grandeza, e patriotismo, no qual os pernambucanos lutaram bravamente pela defesa da pátria e da fé, para servir de inspiração para enfrentar o inimigo que no momento ameaçava a pátria e a doutrina católica: o comunismo.

A memória foi acionada pelo arcebispo para se reportar a alguns episódios que ajudaram a configurar os acontecimentos de 1935. A chamada *Intentona Comunista* ocupa um lugar de destaque no arsenal de representações anticomunistas no Brasil. Os significados simbólicos que esta nomeação comporta merece alguns comentários, mesmo que breves. A expressão *Intentona* representa a tentativa de unir aqueles acontecimentos à ideia de uma ação insensata, um intento louco e irresponsável, pelo qual, diversos soldados morreram. Novembro de 1935 é um marco na representação do comunismo como grande perigo ao povo do Brasil. Os acontecimentos de novembro de 1935 forneceram argumentos para solidificar a construção do comunismo como uma ameaça, na medida em que o comunismo deixava de ser uma suposta abstração de ideias e passara a adquirir aspectos definidos – e concretos, na concepção de Rodrigo Patto (2002) – atingindo diretamente o povo brasileiro, ou parte destes, quando alguns soldados foram mortos naquele momento.

O arcebispo enfatizou ainda que o “povo recifense” era dotado de nobre sentimento patriótico e que agora chegara o momento de mais uma vez pôr em prática tal patriotismo, recusando as propostas do líder comunista que viria ao Recife. O sentimento de pertencimento a uma naciona-

lidade, a uma pátria se tornou instrumento de luta no combate às ideias comunistas. O jornal *O Monitor* recorre a este artifício exaltando um sentimento de patriotismo e chamando o povo à luta. Este deveria votar bem – para usar as palavras do próprio jornal –, pois cada voto que se dava aos comunistas era mais uma bomba que os eleitores atirariam para destruir a civilização cristã. Bem como, cada voto correto representaria mais um tijolo para a construção de um mundo melhor. Como a autora deste artigo já havia ressaltado anteriormente, votar correto era, antes de tudo, eleger os melhores candidatos indicados pela LEC.

As experiências sociais, em curso naquele momento em Pernambuco, ajudam entender a aflição daquele prelado com a vinda de Carlos Prestes à capital do estado. A rede de alianças composta pela Frente do Recife adotara, entre outras estratégias, o incentivo à participação dos segmentos populares nos pleitos eleitorais. Para Roberto Aguiar, a Frente do Recife se constituiu num dos movimentos que mais se empenharam por mudanças sociais em Pernambuco, juntamente com o movimento de sindicalização rural. Segundo ele, “a ênfase dadas na participação políticas das massas, sobretudo das massas urbanas, no processo decisório, continuou sendo a principal estratégia da Frente, durante todo o período, na tentativa de alcançar seus objetivos”¹⁸⁰.

Pernambuco era apresentado em diversos jornais como um espaço que se encontrava em ebulição social. O crescimento da organização dos trabalhadores – tanto na esfera urbana quanto rural –, através da criação das Ligas Camponesas e do processo de sindicalização, era um dos argumentos que competiam para *comprovar* o suposto clima de instabilidade social que estava em marcha no estado. Para Arlindo Soares, a Frente do Recife encontra-se dentro do processo de ascensão das classes populares em Pernambuco, se incluindo, além da Frente, “a organização do movimento camponês”¹⁸¹.

180 Oliveira, Roberto Aguiar de. *Recife: da Frente ao Golpe: ideologias políticas em Pernambuco*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1993, pág. 186.

181 Soares, José Arlindo. *Nacionalismo e crise social: O caso da Frente de Recife (1955/1964)*. Dissertação de mestrado em sociologia pela UFPE. Recife, 1980, pág. 29.

O Nordeste e, em específico, Pernambuco, eram apresentados nesse momento como verdadeiro palco de lutas sociais, ganhando destaque na imprensa escrita nacional e também na internacional. Antonio Montenegro, em um de seus artigos, coloca em relevo que “o período que compreende desde a criação das Ligas Camponesas até o golpe militar de 1964 transforma o Nordeste e as lutas sociais no meio rural em objeto de incontáveis reportagens na imprensa nacional e mesmo internacional”¹⁸². Em outubro de 1960, o *The New York Times*, publicou em primeira página, que a *Pobreza no Nordeste do Brasil gera ameaça de revolta*. O jornalista Ted Szulc, autor da mencionada reportagem, enfatizou que no Nordeste do Brasil, uma revolução comunista estava prestes a ocorrer. Para legitimar seus argumentos, Ted recorreu ao discurso de um membro das Ligas, que em reunião teria enfatizado:

Essa luta não será mais interrompida. O exemplo de Cuba é aqui. Nós queremos uma solução pacífica para seus problemas, mas se não conseguirmos, nós viremos aqui e convocaremos vocês a pegarem as armas e fazerem a revolução. Os grandes proprietários com o apoio do imperialismo dos Estados Unidos estão sugando nosso sangue¹⁸³.

Ted argumenta que a situação de miséria em que se encontrava o Nordeste do Brasil estava produzindo o clima de insurreição. Portavoz de uma cultura que se pretende dominante e superior, o posicionamento do jornalista norte-americano, demonstrara uma concepção, compartilhada por muitos intelectuais dos EUA, acerca das nações por eles consideradas menores. Nesta dimensão, Barbara Weinstein, enfa-

182 Montenegro, Antonio Torres. *Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução*. In Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado (organizadores). O Brasil Republicano – O tempo da experiência democrática – da democracia de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Vol. III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pág. 255.

183 *The New York Times*. New York, Monday, October 31, 1960. Apud, Montenegro, Antonio Torres. *Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução*. In Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado (organizadores). O Brasil Republicano – O tempo da experiência democrática – da democracia de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Vol. III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pág. 263.

tiza que, não raro, “tanto antes como depois da Guerra Fria os representantes dos Estados Unidos posicionaram-se como defensores da democracia, ansiosos por ensinarem às nações ‘menores’ as lições da ordem democrática”¹⁸⁴.

Nesse espaço de combates, as Ligas Camponesas apareciam como uma estratégia alternativa, na luta por melhores condições de vida, para diversos trabalhadores rurais, face à tímida atuação dos sindicatos rurais, que só depois de 1962 começaram a crescer em número e atuação, em Pernambuco. Nesta dimensão as Ligas representavam aquilo que estava “fora do controle do Estado”¹⁸⁵, emergindo também como movimento de protesto contra os proprietários rurais e as múltiplas práticas de exploração que sofria uma larga parcela dos trabalhadores rurais do Nordeste. A desapropriação do Engenho de Galiléia, localizado em Vitória de Santo Antão, representou a consagração desse movimento de reivindicação dos trabalhadores rurais do estado, passando a ser descrita em diversos jornais como uma demonstração do poder do comunismo em Pernambuco¹⁸⁶. Nesta perspectiva, as reportagens veiculadas nos jornais concorriam para construir um Pernambuco insurgente que ia criando, por conseguinte, um espaço de luta, produzindo opiniões, princípios, conceitos e ideias que estavam indissociáveis das

184 Ao prefaciar o livro de Carla Rodighero – que analisa o comportamento de diplomatas norte-americanos sobre o comunismo e o anticomunismo no Brasil – Barbara Weinstein, (Department of History University Maryland) ressalta que a postura de muitos diplomatas dos EUA era fruto, em larga medida, da concepção de superioridade da cultura norte-americana como representante legítima da democracia. Rodighero, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945 – 1964)*. Porto Alegre, editora da UFRGS, 2007, pág. 10.

185 Montenegro, Antonio Torres. *Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução*. In Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado (organizadores). *O Brasil Republicano – O tempo da experiência democrática – da democracia de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Vol. III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pág. 267.

186 Não apenas na imprensa escrita, as discussões sobre a desapropriação daquele engenho foram percebidas. Em sua dissertação de mestrado, Pablo Porfirio, demonstrou os embates vivenciados na Assembléia Legislativa do estado de Pernambuco acerca do projeto de desapropriação do Galiléia. Ver Porfirio, Pablo Francisco de Andrade. *Pernambuco em perigo: Pobreza, revolução e comunismo (1959 – 1964)*. Dissertação de Mestrado, UFPE, Recife, 2008.

análises que esses órgãos da imprensa tinham acerca do passado, do presente e do futuro.

O voto da mulher: estratégia de combate ao comunismo

A participação da mulher nas representações do anticomunismo é um construto importante que colabora para entendermos a construção do medo acerca das ideias comunistas. Percebemos em inúmeros artigos a construção da imagem da mulher com o recinto familiar; a mulher como figura materna e protetora do lar. Mas, além dessas características, elas deveriam fazer parte da vida política. “Geralmente nós mulheres somos muito ocupadas em coisas relativas ao lar, completamente alheias ao movimento político”¹⁸⁷. Mas se os compromissos familiares poderiam deixar as mulheres indiferentes à política, havia uma maneira delas participarem das eleições sem correrem o risco de serem enganadas por alguma atividade subversiva: escolher os candidatos que de fato fossem católicos, do partido da preferência e simpatia de cada eleitora.

A insistência nas discussões acerca da participação feminina nas eleições que se aproximavam, merece alguns comentários. A mulher aparece em alguns dos artigos da coluna *Um Brasil Melhor por Teu Voto*, como a legítima guardiã do lar, defensora do recinto familiar. A ela cabia cuidar, organizar e proteger a família. O comunismo iria destruir o núcleo familiar, na medida em que investia contra a hierarquia – tida como natural – da família, haja vista que questionava o poder e o papel do homem dentro do espaço familiar e na própria sociedade. Este argumento preconizava que os comunistas pretendiam modificar a secular posição da mulher, alterando sua tradicional função doméstica, incentivando-a a igualar-se ao homem. Com as propostas do comunismo em ampliar escolas e creches, as mulheres teriam mais tempo para dedicar-se à política, atividade desenvolvida, predominantemente, à época, pela figura masculina.

187 *O Monitor*, Garanhuns, 03 de maio de 1958, pág. 06.

Alguns artigos publicados em *O monitor* não seguem este posicionamento e apontam as discussões para outra direção: os artigos chamavam as mulheres à vida política. Convocam-nas a irem às urnas para evitar que os candidatos comunistas fossem eleitos. Sem abdicar os afazeres do lar, as mulheres deveriam sufragar, nas eleições que se aproximavam, os candidatos que defendessem os princípios cristãos; que defendessem a democracia, a família e a religião, impedindo, assim, a vitória daqueles que queriam instaurar a ditadura atéia no Brasil. A participação das mulheres na cena política em Garanhuns não era vista como uma afronta à hierarquia do núcleo familiar. Ao contrário. Sua participação consciente poderia eleger os candidatos indicados pela LEC e, por extensão, levar à derrota aos candidatos comunistas. Portanto, se em alguns espaços a participação feminina na política, era vista como uma obra dos comunistas, no período em estudo em Garanhuns, serviu como uma estratégia de combate ao comunismo.

Mesmo que a figura masculina continuasse sendo uma personagem predominante naquele cenário, a mulher desempenharia um papel crucial nas eleições vindouras, mesmo havendo resistências quanto a sua participação na arena política da vida. Para além de todas as funções – relativas à família e ao lar – que eram atribuídas às mulheres, estas teriam “nos dias tumultuosos da campanha eleitoral, uma ampla missão: a de sufragar o nome de homens dignos e capazes; e a de acalmar os ânimos daqueles que lhes estão ligados por laços de parentesco ou amizade”¹⁸⁸.

Se houvesse, segundo o artigo, a participação coesa das mulheres na política; se elas se engajassem votando nos bons, “a política deixaria de ser, em grande parte, a astúcia dos ambiciosos, para ser, a ciência e a arte dos capazes”¹⁸⁹. Com esta crítica que a autora fez à maneira como estava sendo feita a política naquele tempo/espço, ela encerrou o artigo deixando a mensagem que a mulher poderia – e deveria – contribuir para mudar aquele cenário político.

188 *O Monitor*, Garanhuns, 17 de maio de 1958, pág. 03.

189 *Ibidem*.

Chegamos a 31 de maio de 1958. Naquele dia terminava junto com o mês a coluna de artigos *Um Brasil Melhor por Teu Voto*. Desde seu título, este último artigo fez um forte *apelo à mulher brasileira*. O artigo foi tonalizado por um discurso apelativo – e desesperado até – que convocava as mulheres a se unirem para ajudar a traçar os destinos do Brasil.

Minhas irmãs na fé minhas concidadãs! Agora no momento solene em que serão decididos os destinos do Brasil, por meio das eleições, vos fazemos este apelo, em nome de Deus e do Brasil. Mulheres brasileiras! Solteiras, casadas ou viúvas, sadias ou enfermas, moças ou anciãs, estão em nossas mãos, em grande parte, os destinos de nossa pátria!¹⁹⁰.

Podemos imaginar a reação de muitos leitores. Era uma convocação de emergência como se o país estivesse à beira de uma guerra mundial, ou algo parecido, que comprometesse a vida de toda sociedade. Por isso fazia-se necessária a presença de todas as mulheres nas eleições que se aproximavam. Isso independia de seu estado civil ou de saúde, bem como, da idade. Era o destino do Brasil que estava em jogo, era a amada pátria e idolatrada religião que corria perigo, que estava ameaçadas.

Estes discursos corriam pelas veias sociais da cidade através da circulação daquele jornal, ajudando a construir uma espécie de arquitetura do medo em cada palavra daqueles artigos. A autora justificava-se pelo alerta que fazia dizendo que não estava duvidando do patriotismo nem da crença das amigas correligionárias, mas diante da situação que estavam vivenciando, se faziam necessários alguns esclarecimentos.

Contra o *inimigo vermelho* deveria-se resistir até cair o último soldado. Mas precisava-se está em permanente alerta, pois as infiltrações subversivas não se davam apenas nos campos de batalhas, ocorriam também, ou principalmente, por meio da ideologia – para usar as palavras da própria autora. Ela ocorria pela disseminação das ideias comunistas, espalhando sementes que se transformariam em plantas produzindo ervas daninhas.

190 *O Monitor*, Garanhuns, 31 de maio de 1958, pág. 06.

Para que nenhuma mulher, ao ler aquele artigo, pensasse que a autora estava duvidando da sua sinceridade, subestimando suas crenças, ela informava que a preocupação tinha procedência, pois temia apenas que, pelo comprometimento das eleitoras com as questões familiares, fossem enganadas pelas lábias dos traidores. Receava que “absorvidas em vossas nobilíssimas tarefas de filhas, donas de casa, ou mães, não deis a devida importância à escolha dos que irão legislar e governar a Nação Brasileira”¹⁹¹.

Para enfatizar a importância do papel da mulher na história, a autora se reporta ao passado, especificamente, aos acontecimentos que ficaram conhecidos como a Revolução Pernambucana de 1817. Ela se apropriou daquele episódio que, segundo afirma, representou verdadeiro patriotismo da mulher brasileira¹⁹². A participação feminina no movimento de 1817 servia de orgulho, segundo o artigo, para as mulheres brasileiras. Aquele passado continuava no presente, servindo de exemplo e inspiração para o eleitorado feminino, diante do perigo que representava o comunismo.

A memória mais uma vez fora acionada para servir de inspiração e incentivo no combate ao comunismo. Era uma história-memória – para lembrar as discussões de Pierre Nora – que cristalizara significados, que foi transportada do passado para legitimar as aspirações do presente, pois ela acreditava que a construção do futuro do Brasil, daquele presente dependia. Bradara que a posteridade não tivesse um indesejável ressentimento contra elas, por terem legado como futuro, um Brasil desfigurado. Um Brasil destruído, de bandeiras rasgadas e igrejas fechadas, e com as mulheres levadas “a ‘cabresto’ como animais de produção do anticristo do século XX!”¹⁹³

Dependendo da rede social dos leitores daquele jornal, ele emiti-

191 Ibidem.

192 A autora do artigo destacou que “no momento decisivo as pernambucanas, colocando-se como reféns, diante das balas portuguesas, com desprezo da própria vida, vibrantes de patriotismo, conclamaram a seus filhos, seus maridos, seus pais, seus irmãos para na mais renhida peleja, defenderem o solo brasileiro”. *O Monitor*, Garanhuns, 31 de maio de 1958, pág. 06.

193 *O Monitor*, Garanhuns, 31 de maio de 1958, pág. 06.

ria signos transmitindo a sensação – e acreditamos que este fosse uma possibilidade iminente – de que o Brasil caminhava para um abismo. A autora fazia projeções catastróficas para o país, anunciando seu fim. Se as mulheres não se unissem para ajudar salvar o Brasil, uma tragédia estava na iminência de acontecer, e como a autora projetava, as igrejas iriam ser destruídas, as pessoas tornar-se-iam escravas, como animais a serviço do anticristo. Em outras palavras, o comunismo era uma espécie de doença incurável, e o povo que por ele fosse infectado, pereceria até o fim. Por isso, conclui: “Mulher brasileira! SALVE O BRASIL por teu voto! E o salvarás votando nos candidatos apoiados pela LEC, e destes selecionando os melhores”¹⁹⁴ (destaque do original). Mas nem tudo estava perdido. Ainda havia esperança, pois o antídoto que salvaria o Brasil encontrava-se nos votos das mulheres, desde que fossem direcionados pela Liga Eleitoral Católica.

Se a presença feminina na política, como arma de combate ao comunismo, representava novidade, o mesmo não podemos dizer quanto ao conteúdo das ideias e propostas defendidas. Mobilizadas, as mulheres se constituíram em poderoso instrumento de luta contra o comunismo. Motivadas na defesa da família, religião, pátria e propriedade, elas se mobilizaram em defesa dos princípios tradicionais que acreditavam estar correndo riscos, sendo ameaçados pelo crescimento do comunismo.

Em Recife, as mulheres também se mobilizaram no combate ao comunismo. Conforme demonstrou Pablo Porfírio (2010), diversas mulheres se organizaram na capital do estado fazendo marchas, levantando bandeiras e confeccionando cartazes de caráter anticomunistas. Eram mulheres, em sua grande maioria, da classe média, cujas demonstrações, indicavam, que aquele segmento social, reconhecia e representava a ideia de ameaça e perigo que era associada ao comunismo, naquele momento¹⁹⁵. No nível nacional, várias entidades femininas

194Ibidem.

195 Porfírio, Pablo Francisco de Andrade. *Medo, Comunismo e Revolução: Pernambuco (1959 – 1964)*. Recife: Editora da UFPE, 2009.

foram criadas no início da década de 1960 para lutar contra o comunismo, sendo esta, a motivação maior de existência e atuação. Motta cita entre outras a “Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE – Guanabara), União Cívica Feminina (UCF – São Paulo), [...] Liga da Mulher Democrática (LIMDE – Minas Gerais), [...], Cruzada Democrática Feminina (CDF – Pernambuco)”¹⁹⁶.

Comunismo *versus* Democracia

Percebemos, em nossas fontes, que no início da década de 1960 diversas autoridades, que faziam ferrenha oposição ao comunismo, tentaram estabelecer a contraposição comunismo *versus* democracia. A etiqueta antidemocrática e antipatriótica foi estendida a todos aqueles que defendiam as ideias comunistas e, por extensão, foi disseminado o título de democráticos a diversos grupos anticomunistas. Para estes, democracia e comunismo eram termos antinômicos que impossibilitavam qualquer tentativa de convivência pacífica entre ambos. Ou estaria vivendo na democracia ou na ditadura comunista.

Para os comunistas, no outro lado da arena, os políticos que no momento governavam o Brasil, não poderiam falar em democracia com a quantidade de trabalhadores operários e camponeses sendo explorados, vivendo na miséria, tanto no campo como nas cidades. Para os comunistas, ou grande parte destes, o latifúndio agrário no Brasil representava um dos maiores empecilhos para se atingir o estágio de democracia por eles almejado.

Há uma matéria intitulada *Democracia e Ditadura Comunista*, na qual a crítica ao comunismo mudou de tonalidade. Foi um texto escrito no Rio de Janeiro e transcrito em *O Monitor* analisando algumas discus-

196 Motta, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002, pág. 241. Encontramos um artigo em *O Monitor* mencionando que esteve em Garanhuns a comissão diretora da Cruzada Democrática Feminina de Pernambuco, tentando reunir senhoras da sociedade local para fundar um núcleo daquele órgão na cidade. O objetivo era ampliar e fortalecer o movimento de defesa da família, da propriedade e da religião. *O Monitor*, Garanhuns, 08 de agosto de 1965, pág. 06.

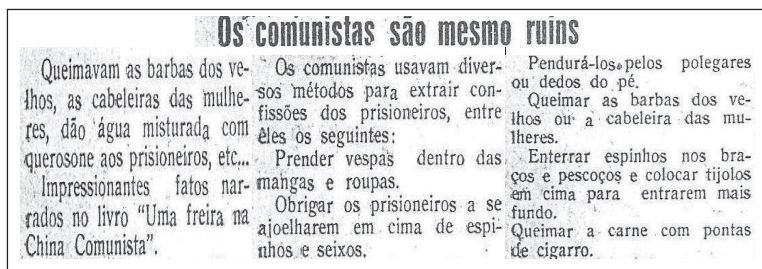
sões de “um documentário sobre a atualidade russa”¹⁹⁷. Diferentemente de outros artigos daquele periódico, este não se propôs a atacar o comunismo, destacando o perigo que representava para a religião. Foi a própria concepção de democracia objeto de discussão naquela reportagem.

A democracia foi objeto de lutas para comunistas e anticomunistas. Cada um lutava por uma democracia que julgava melhor, justa, segundo seus princípios de verdades, suas leituras de mundo, suas certezas e suas miopias. A matéria questionava os princípios democráticos defendidos pelos governantes comunistas. Destacava que era justamente nesses países governados por políticos comunistas, que a liberdade era limitada. Segundo a reportagem, o pulmão da democracia, nesses países, respirava com dificuldade, pois “o governo controla o rádio, a imprensa, o direito de locomoção, o direito de reunião e o falar livremente”¹⁹⁸. O controle dos governantes, nos países comunistas, aos órgãos de imprensa, era apontado como um forte indício – uma prova até – de que em países comunistas a liberdade de expressão, bem como, a de locomoção, definhavam em um leito, sufocadas pela censura e pelo controle dos políticos comunistas.

197 *O Monitor*, Garanhuns, 18 de novembro de 1959, pág. 05. Não há informações de quem, ou a pedido de quem, foi produzido aquele documentário discutido no artigo. O texto apenas mencionou que nele consta um “interessante confronto entre o ideal democrático e a ditadura comunista”. Quanto à matéria transcrita no jornal, sabemos apenas que é de autoria do jornalista J. Brito. Esta é a única informação que dispomos acerca do autor daquele texto, pois não consta para qual jornal ele trabalhava.

198 *O Monitor*, Garanhuns, 19 de novembro de 1959, pág. 05.

Sedimentando essas concepções, aquele jornal publicou:



O Monitor, Garanhuns, 07 de novembro de 1959, pág. 04.

Estas seriam apenas algumas práticas que os comunistas utilizavam contra seus inimigos. O artigo demonstrava inúmeras outras torturas, versadas naquele livro, praticadas pelos comunistas. São relatos que chamam a atenção pelas descrições de tamanha crueldade¹⁹⁹. Após os prisioneiros ingerirem água com querosene ficavam com o estômago inchado, tendo início o segundo tempo do *tratamento da água*, que era o momento em que os guardas pulavam em cima dos prisioneiros obrigando-os a vomitar. Surras, pontapés, chicoteadas, queimaduras com pontas de cigarros e enfiar espinhos nos braços e pescoços, estavam entre as práticas de torturas narradas naquele artigo.

Importa pouco se o que estava escrito no artigo correspondia às descrições do livro. Porque por onde aquele jornal circulou, foi o artigo, e não o livro, a que os leitores tiveram acesso. Foram as descrições que emergiam nas páginas daquele periódico que as pessoas leram, e, com elas, ia germinando a árvore sombria acerca do comunismo na cidade de Garanhuns.

São descrições que relatavam cenas de extrema selvageria cometidas pelos comunistas. Era um alerta, que o jornal fazia, para a barbárie que eles cometiam contra seus inimigos, e que ninguém estava imune

¹⁹⁹ Não encontramos o livro, para fazermos uma análise. Ao pensarmos os jornais enquanto produtores de verdades, acreditamos que a maioria dos leitores não questionou a veracidade daquelas informações, que, provavelmente, circularam como verdades incontestes.

enquanto as ideias comunistas continuassem desfilando pelas passarelas da vida real. O medo crescia, preocupava e ganhava forma tornando-se uma indesejável companhia diária. O comunismo se constituía como sinônimo de angústia, sofrimento, tortura, selvageria e escravidão, nas páginas daquele jornal.

Os últimos versos que finalizaram o artigo foram escritos em primeira pessoa, representando, provavelmente, um depoimento de quem vivenciou aquelas experiências. “As minhas companheiras de cela passaram por todas essas torturas. Voltaram cheias de feridas e cicatrizes dos interrogatórios”²⁰⁰. A maneira como este fragmento da narrativa apareceu – um relato em primeira pessoa – pode ter sido utilizado como uma estratégia para legitimar o que o artigo relatava. Era o depoimento de uma pessoa que teria vivenciado aquelas práticas de torturas, que sentiu na pele aquelas experiências; era uma testemunha ocular dos fatos ali expostos. Em outras palavras, era uma espécie de comprovação vestida nas palavras daquele texto, para sedimentar a imagem que o jornal desejava construir para o comunismo, enfatizando que os comunistas eram mesmo ruins.

Os comunistas eram tecidos como um tipo de inimigo muito singular e especial, pois as representações a eles atribuídas indicavam para uma questão de crueldade, misturada com ateísmo e moralismo. Naqueles discursos eles apareciam como assassinos, pretensiosos, extremistas, sem Deus, ferozes, descontentes, tiranos, revolucionários. Em suma, eram bárbaros. Por extensão eram apontados como inimigos jurados da ordem, das instituições e da família brasileira. Dessa maneira, o comunismo, era tido como um abismo de escravização, uma barbárie, “um crime, praga sinistra, atitude de permanente violência, processo violento e subversivo da ordem social, mas também como ditadura, ideologia totalitária, nefasta doutrina”²⁰¹.

200 Ibidem. Esta citação encontra-se inserida no artigo sem nenhum destaque – por descuido, ou por intenção – do restante do texto.

201 Mariani, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922 – 1989)*. Editora Revan e Editora da UNICAMP, 1998, pág. 123.

Sendo o comunismo esse mal social, *O Monitor* apresentou alguns motivos para uma pessoa não se tornar comunista.



O Monitor, Garanhuns, 26 de agosto de 1962, pág. 06.

Este artigo – que não foi assinado – poderia ser nomeado *sete razões para não ser comunista*, pois o autor apresenta sete motivos, pelos quais ele repudiava o comunismo. Enfatizou nos sete parágrafos daquele artigo, que em regimes comunistas havia somente a vontade do estado ditando o que se poderia ou não fazer. O comunismo era desumano e nessa forma de governo, as pessoas ao envelhecer eram esquecidas e/ou desprezadas pelas políticas estatais, porque não lhe serviria mais. O homem tão logo envelhecesse ou ficasse doente era desprezado pelo estado, e os serviços já prestados eram esquecidos. Mas mesmo não sendo idoso ou doente, não serviria ao estado se contra a este, o jovem se posicionasse.

Ao acompanhar os relatos de memória do militante comunista Gregório Bezerra, encontramos um discurso que se encontra em rota de colisão com aqueles produzidos por parte da imprensa que fazia oposição ao comunismo. Enaltecendo os projetos políticos dos estados comunistas, Gregório enfatiza que aqueles estados destinavam atenção especial às crianças²⁰² e aos idosos, permitindo que estes gozassem de uma vida tranquila e saudável. Ao revisitar aquelas memórias, Gregório menciona um encontro que teve com um idoso num hospital em Xangai.

202 Em seu livro de memórias, Gregório menciona que os projetos políticos que os governantes comunistas destinavam às crianças eram tão eficientes ao ponto de não ter encontrado nenhum menino de rua pelas cidades onde visitou. Realidade contrastante com aquela que ele percebia em Recife e em diversas cidades do Brasil.

Uma tarde quando passávamos pelo bosque do hospital, vimos descansar numa cadeira de balanço, sob uma árvore muito frondosa, um cidadão chinês que devia contar no mínimo 70 anos de vida. Era um combatente veterano da guerra civil revolucionária; devia ter sido desde o início, e creio que era ainda, um dirigente político de alto gabarito. Ele nos convidou delicadamente para conversar e mandou trazer duas cadeiras de balanço. Sentamo-nos e, logo e seguida, veio uma jovem com uma bandeja, servindo-nos um saboroso e aromático café²⁰³.

Alguns artigos veiculados em parte da imprensa colocavam em destaque o descaso que as políticas dos estados comunistas destinavam aos idosos e às crianças. Estes relatos de memória de Gregório funcionam também como uma estratégia para positivizar a imagem do comunismo frente a um conjunto de imagens e discursos que, percorrendo um caminho inverso, tentava negativizar frequentemente o PCB e seus seguidores.

Em seu trabalho de campanha política pelos municípios distantes do Recife, Gregório chegou a Garanhuns. Em uma de suas estadas na cidade, ele foi convidado para a cerimônia de posse do prefeito eleito da cidade que tinha recebido o apoio dos comunistas locais. Sua presença no banquete oferecido ao prefeito local provocou alguns incidentes, conforme consta nos relatos da delegacia de polícia local.

Um conflito teria se instaurado quando o bispo diocesano de Garanhuns, Dom Adelino Dantas, se recusou a participar da cerimônia, ao saber que naquele recinto havia a presença de comunistas, principalmente, de Gregório Bezerra. Após iniciada a celeuma, o delegado havia se colocado em defesa da segurança, pois para ele, aquele líder comunista representava um perigo e uma ameaça, por isso imediatamente revistara Gregório, pois este podia está portando alguma arma. Frustrado por não encontrar nenhuma arma, o delegado informou à Secretaria de Segurança do estado que Gregório Bezerra estava na cidade há vários dias, hospedado na casa do alfaiate Amaro Costa.

203 Bezerra, Gregório. *Memórias*. 2ª Parte, 1946/1969. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, pág. 162.

O *Diário de Pernambuco* fazendo cobertura da posse do prefeito do município noticiou que a presença de Gregório Bezerra acarretou sérios incidentes naquela cerimônia. Segundo o jornal, a presença de Gregório Bezerra teria impedido a realização do banquete que a população local estava oferecendo ao prefeito Aloísio Pinto²⁰⁴.

Aquela liderança religiosa se recusava a dividir o mesmo espaço com um ou mais, representantes do comunismo, pois a convivência entre religião (católica) e comunismo era impraticável, mesmo que fosse num pequeno espaço de tempo. Dom Adelino alegou que os responsáveis pela organização da cerimônia não foram sinceros com ele, pois deviam tê-lo informado acerca da presença daquele comunista. Em razão disso iria se retirar e como fora convidado, podia faltar ao convite. Mesmo recebendo apoio de algumas pessoas defendendo que era Gregório quem devia se retirar, o bispo com o então prefeito, Francisco Figueira, que passaria o cargo a Aloísio Pinto, se retiraram, após repudiarem a presença do líder comunista naquele recinto.

O jornal ressaltou que mediante aqueles acontecimentos as principais autoridades locais haviam se retirado. Era uma maneira de mostrar que o comunismo ali representado por Gregório Bezerra, Amaro Costa e José Cardoso, era renegado, pois onde existia comunismo prevaleciam a desordem e a baderna. Baderna sim, pois aquele periódico em seguida descreveu, em detalhes, os tumultos que não ficaram restritas aos incidentes com o bispo. O vereador José Cardoso, que figurava como importante liderança comunista local, teria bradado em voz alta:

“Vamos sair e deixar esses democratas ... (termo impublicável) aí”. Houve protestos dos presentes. O vereador Nemo Lima retrucou que “eu e meu pai somos políticos e não somos ... (termo impublicável) e ... (termo impublicável) é um negro de sua marca”. Fechou-se o tempo. Bofetadas para todos os lados. Tapas e empurrões. Confusão geral e correrias²⁰⁵.

204 *Diário de Pernambuco*, Recife, 17 de novembro de 1959, pág. 03.

205 *Ibidem*, pág. 03.

Comunista, bofetadas, tapas, correrias e empurrões, além de alguns termos que foram classificados com impróprios à publicação, compuseram aquele cenário do banquete oferecido ao prefeito Aloísio Souto Pinto. As palavras que foram representadas pelas reticências, seguidas da expressão *termo impublicável*, levam-nos a acreditar que algumas agressões foram praticadas naquele momento. Se pensarmos a agressão verbal em sua dimensão simbólica, podemos afirmar que esta fere tanto quanto qualquer outra forma de agressão física. Ela atinge os sentimentos e as emoções mais íntimas das pessoas. Ela ultrapassa os muros da agressão física e agride aquilo que, por não conseguir descrever melhor no momento, chamo de alma, ou sensibilidade.

Ser comunista, à época, não era algo apreciável para muitos religiosos e políticos. E ser negro e comunista, para certas pessoas, era algo menos apreciável ainda. Esta concepção preconceituosa emerge nas palavras transcritas do vereador Nemo Lima que não admitia ser atacado por um comunista, ainda mais, negro. A cor da pele, aliada à posição política do vereador José Cardoso, serviu de motivo para aumentar a celeuma no banquete oferecido ao prefeito Aloísio Pinto. A problemática do preconceito, da discriminação contra os negros, mostrava-se como uma ferida que insistia em não cicatrizar. A sociedade, ou parte desta, demonstrava a intolerância contra o negro no Brasil. Parecia não se livrar da mancha da escravidão latente nas palavras do vereador Nemo Lima.

Gregório Bezerra, após ser chamado de *comunista assassino* e ameaçado de espancamento por um tenente²⁰⁶ que se fazia presente, teria se retirado do banquete. Era a força representativa do estado combatendo aquilo que para ele significava um perigo. Entretanto, não era Gregório Bezerra, Amaro Costa ou José Cardoso, enquanto pessoas, que se combatiam. Era uma luta contra o poder das idéias que eles representavam.

206 Gregório relata em seu livro de memórias que foi um sargento e não um tenente, conforme descreveu o *Diário de Pernambuco*, que o ameaçou. Mas independente da patente daquela autoridade, suas ações foram narradas como necessárias, por aquele jornal, para resolver a celeuma instaurada na cerimônia, em virtude da presença de um comunista naquele recinto.

Em seus relatos de memória, Gregório teceu outras narrativas para aqueles acontecimentos vivenciados em Garanhuns. Em suas palavras, “o bispo da cidade mandou recado à comissão organizadora dizendo que não participaria de um banquete ao lado do comunista Gregório Bezerra. O recado gerou um bate-boca entre o vereador que me acompanhava [José Cardoso] e um colega dele”²⁰⁷. Segundo Gregório, ele tinha decidido ir embora para não prejudicar o brilhantismo da festa. No entanto, a confusão tinha se instaurado, quando um sargento do exército apontou-lhe a arma e gritou: “- afastem-se todos, que agora eu vou costurar a bala esse bandido comunista! Fui obrigado a avançar contra ele, para evitar que disparasse a arma”²⁰⁸.

Contar o acontecido é nunca deixar de contar-se a si mesmo. Nesta dimensão Gregório Bezerra – assim como o *Diario de Pernambuco* e os relatórios policiais – selecionou aquilo que desejava narrar sobre o referido episódio. Para sedimentar a ideia de que o comunismo é sinônimo de perturbação da ordem pública, o *Diario de Pernambuco* e os relatórios da Delegacia Auxiliar de Polícia atribuíram os transtornos ocorridos, naquela noite, à presença de Gregório na cerimônia. Por outro lado, Gregório enfatiza que não foi sua presença na festa que causou toda aquela celeuma, mas a atitude do sargento do exército, bem como do delegado de polícia que tentou revistá-lo com o intuito de saber se ele estava portando alguma arma. Na concepção de Gregório, a polícia deveria revistar seu agressor e não ele.

Os representantes do comunismo em Garanhuns tornaram-se os principais alvos de atenção da Secretaria de Segurança Pública do estado no final da década de 1950 e início de 1960, período de crescimento das ideias comunistas em Pernambuco. Através do DOPS multiplicaram-se as formas de repressão e controle social. Esta instituição funcionou como uma máquina mediando diversas relações entre o estado e o povo. Era uma espécie de estado dentro do próprio estado. Para Maria Luiza

207 Bezerra, Gregório. *Memórias*. 2ª Parte, 1946 – 1969. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, pág. 158.

208 Ibidem, pág. 158.

Tucci Carneiro, a ação diária desses órgãos era “calçada em constantes relatórios de vigilância domiciliar, busca e apreensão de provas comprometedoras e constantes prisões acompanhadas de intensos interrogatórios”. Para ela, o único objetivo era “dominar pela força, definindo as fronteiras entre o lícito e o ilícito”²⁰⁹.

Tanto os repressores – incluindo políticos, religiosos, policiais e civis, pois uma denúncia de um civil informando a localização de um indivíduo suspeito de subversão pode ser considerada como uma atitude repressiva – quanto os comunistas, sabiam da eficácia do poder da palavra. Era através do discurso escrito, oral ou imagético, que circulavam as ideias que se desejavam preconizar, disseminando valores, conceitos e gerando atitudes.

A circulação, propagação e crescimento das ideias esquerdistas e das comunistas, de forma específica, em Pernambuco, levaram diversos anticomunistas bradarem que o estado estava passando por um processo de cubanização. Para eles a triste e indesejável experiência liderada por Fidel Castro estava ultrapassando os muros cubanos e chegando ao Brasil. No nível estadual, quando Miguel Arraes assumiu o governo, passou a ser apontado como principal responsável pela agitação pela qual passava Pernambuco. Alguns jornais tentavam construir a ideia que o estado transformara-se num grande foco de atuação comunista, levando a um clima de insurreição que poderia explodir a qualquer momento.

Nesta perspectiva Fernando Coelho, enfatiza que “além de apontar Miguel Arraes como responsável pela agitação e tentar fixar, no país, a ideia de que Pernambuco era um barril de pólvora – pronto para explodir a qualquer momento – a oposição denunciava como iminente a ‘cubanização’ do Nordeste”²¹⁰. Para este autor, a oposição – dos políticos da direita, como são enquadrados convencionalmente dentro deste conceito – figura com gestora mor, responsável direta pela armação do clima de insegurança e insatisfação pelo qual passara

209 Carneiro, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, idéias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas*. São Paulo: Ateliê editorial; FAPESP, 2002, pág. 48.

210 Coelho, Fernando. *Direita, volver: o golpe de 1964 em Pernambuco*. Recife: Bagaço, 2004, pág. 97.

Pernambuco. Mesmo que sua pesquisa tenha ficado restrita a Recife e a alguns espaços da área metropolitana do estado, suas análises fornecem uma contribuição quando pensamos que diversos órgãos da imprensa noticiavam que a atuação dos comunistas no Nordeste e, em Pernambuco particularmente, estava em franca ascensão, concorrendo desta maneira, para elaborar a arquitetura do medo acerca do comunismo no estado.

A experiência cubana, uma vez estendida ao solo brasileiro, poderia inclusive “destruir as Forças Armadas. Afirmamos que isso pode ser feito em grande número de países da América Latina”²¹¹. Para evidenciar um exemplo da eficiência do poder do comunismo o jornal *O Monitor* mencionou que os comunistas tinham elaborado um sofisticado golpe no Paraguai. O governo daquele país tinha conseguido desarticular o golpe comunista no qual teriam aparecido ligações com o líder das Ligas Camponesas Francisco Julião. Este estaria concitando os trabalhadores do campo e da cidade a se armarem e orientando uma série de atentados a engenhos do Nordeste brasileiro. Além do tráfico de armas no qual teria sido interceptados diversos elementos comunistas.

Essa atmosfera de medo ultrapassava os muros de Garanhuns e diante das notícias veiculadas em parte da imprensa escrita ia se produzindo um discurso de que o Nordeste em breve seria uma nova Cuba. Esses discursos produziram visibilidades e dizibilidades²¹² múltiplas acerca do estado de Pernambuco, que neste momento, também era apresentado por diversos meios de comunicação como um foco de agitação comunista. O historiador Antônio Montenegro destaca que os incêndios em canaviais de algumas usinas da Zona da Mata de Pernambuco foram construídos, inicialmente, por alguns jornais, como possíveis atividades comunistas. Estes estavam, assim, sendo construídos

211 Ibidem.

212 Os discursos produzem visibilidades e dizibilidades que nem sempre é o que se diz e o que se vê. Devemos, antes de tudo, estarmos atento as estratégias de poder constituintes dos discursos para assim compreendê-los. Para outros detalhes sobre os conceitos e operacionalizações de *dizibilidade* e *visibilidade* ver Albuquerque, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: Massangana, 2001.

como verdadeiros incendiários. “Lendo os jornais de Pernambuco nas décadas de 1940 e 1950, vamos encontrar constantes denúncias de proprietários nomeando trabalhadores de incendiários quando surge um foco de incêndio em seus canaviais”²¹³.

Em parceria com diversos segmentos civis e militares parte da imprensa divulgava, de certa forma exagerada, os problemas sociais existentes no Brasil, à época, como se fossem especificidades de Pernambuco. Nesta dimensão Fernando Coelho aponta que “articulada com os núcleos civis e militares que já tramavam o golpe, a oposição transmitia interna e externamente uma versão distorcida da realidade para atingir Miguel Arraes e facilitar a execução do projeto nacional da direita”²¹⁴.

Da nossa perspectiva de análise não se trata de uma visão distorcida; como se fosse possível construir um relato claro e preciso da realidade, ou pensar o registro que a imprensa – ou outra instituição – oferece como uma cópia fiel do que fora registrado. O registro é antes de tudo uma interpretação²¹⁵. Mais importante é percebermos as relações sociais que possibilitaram a construção daquelas práticas discursivas.

Os discursos, mediados pelos interesses dos diversos órgãos da imprensa escrita, construíram imagens múltiplas acerca do comunismo em Pernambuco. Para Paulo Cavalcanti (2008), a possível agitação social pela qual passava o estado, era mais uma estratégia da imprensa – ou de parte desta – do que um conflito propriamente dito dos interesses de classe. Segundo Cavalcanti, “a alegada agitação social havida durante o governo de Miguel Arraes foi uma exploração dos meios de comunicação, de jornais, rádios e televisão ligados às forças obscurantistas, do que mesmo resultante de conflitos de interesses de classe”²¹⁶.

213 Montenegro, Antônio Torres. *Labirintos do medo: o comunismo (1950 – 1964)*. In CLIO: revista de pesquisa histórica, nº 22, 2004. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006, pág. 220.

214 Coelho, Fernando Vasconcelos. *Direita, volver: o golpe de 1964 em Pernambuco*. Recife: Bagaço, 2004, pág. 67.

215 Neves, Margarida de Souza. *Viajando o sertão*. In Chalhoub, Sidney, Neves, Margarida de Souza e Pereira, Leonardo A. de Miranda (organizadores). *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005, pág. 240.

216 Cavalcanti, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi*. Vol. I Recife: CEPE, 2008, pág. 324.

Neste livro de memórias do militante comunista Paulo Cavalcanti, o clima de medo e tensão que gravitava em torno do estado era em larga medida resultado do jogo de interesses dos meios de comunicação. Grande parte da imprensa, para ele, uniu-se para criar um clima de insegurança em Pernambuco. As greves ocorridas no estado naquele período apareciam, em alguns jornais, como prova da instabilidade do governo de Miguel Arraes. Entretanto, ele defende que as reivindicações dos bancários, dos comerciários, dos têxteis, dos trabalhadores em empresas foram reconhecidas como legais pelo Tribunal Regional do Trabalho ocorrendo em clima de respeito à ordem pública.

Nesse jogo discursivo há múltiplos significados, outras construções; outros discursos. Dependendo do lugar social de quem falava, não só as lutas dos trabalhadores, mas as ideias esquerdistas, ganhavam significados diversos. Para alguns segmentos sociais, as lutas políticas de esquerdas eram apresentadas como uma ameaça à ordem social estabelecida, exigindo, por extensão, ações prementes para combatê-las. Nas memórias, do militante comunista Paulo Cavalcanti, as reivindicações trabalhistas, ocorriam obedecendo aos ditames das leis. E para aqueles que insistiam em atribuir um caráter de ilegalidade às lutas dos trabalhadores, ele recorria à instância judicial demonstrando a legitimidade das lutas que estavam ocorrendo em Pernambuco naquele momento. Reportar-se ao Tribunal Regional do Trabalho, não funcionava apenas como uma estratégia para construir a imagem de legalidade para as lutas dos trabalhadores, mas também como uma tentativa de desconstruir um conjunto de imagens negativizadas que eram produzidas acerca das esquerdas e dos comunistas, de maneira mais específica.

Para defender a manutenção da ordem social vigente, um conjunto de ações foi produzido por parte da Igreja Católica, da imprensa e do estado, por meios da Secretaria de Segurança Pública. Essas instituições, em seu conjunto, instituíram a violência como prática e passaram a abortar o direito de expressão e locomoção de muitas pessoas que, filiadas ao Partido Comunista Brasileiro ou simpatizantes às suas ideias, foram acusadas de atividades subversivas.

Ajudando a promover a violência e a segregação entre as pessoas, os jornais, por nós pesquisados, contribuíram com a brutalidade das ações policiais na medida em que suas inúmeras reportagens legitimavam a existência de uma ameaça comunista em Garanhuns, bem como em Pernambuco e – correndo o risco de uma generalização – em todo Brasil. No projeto político que estes órgãos de imprensa defendiam não havia espaço para a pluralidade de pensamento, ações ou ideias. Almejavam a construção de um estado republicano democrático segundo suas concepções de democracia e leitura cristã do mundo. Democracia cristã, que excluía qualquer possibilidade de convivência pacífica entre esquerdistas e democratas – como auto se denominavam – ou entre cristãos e comunistas. Leitura de mundo que não permitia o convívio com o outro, com a diferença. Assim, cada reportagem ou artigo publicado nestes periódicos, ratificando a existência do perigo comunista, funcionou como instrumento de legitimação das ações desenvolvidas pela Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco quando invadiram e prenderam diversas pessoas acusando-as de atividades subversivas. Diversas reportagens foram utilizadas como prova do envolvimento de civis com as ideias comunistas, servindo, por extensão, de justificativa para a repressão, violência e tortura postas em prática pelas delegacias de polícias.



PERNAMBUCO — BRASIL

CÂMARA DOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE GARANHUNS

Continuação

tar-se de um movimento subversivo. O orador ressaltou o fato como um ato arbitrário do Governo Cid Sampaio, cujo governo tinha sido eleito com o voto dos comunistas e por ocasião de sua campanha não tergiversava em reunir-se até secretamente com os mesmos comparecendo em palanque público nos comícios até com Luiz Carlos Prestes etc. sem notar nesta época que só comunistas eram subvertores da ordem, e concluiu o orador mandando inserir em ata dos trabalhos um protesto pelo fato, dando-se ciência a redação do referido jornal. Em aparte o vereador Mauro Lima, lembrou ao orador que o Governador Cid Sampaio quando subia aos palanques em sua
X campanha eleitoram juntamente com os comunistas, tinha tido o ensejo de declarar que não era comunistas nem pelo menos simpatisante etc. O requerimento foi deferido pela Mesa. Pediu a palavra o vereador Humberto de Moraes e referindo-se a Mensagem nº 375 do Sr. Prefeito referente ao calçamento da cidade de Brejão e levando em conta que a esta altura estávamos no meio desta Legislatura, requereu da Mesa licença para oferecer o parecer verbal possibilitando resolver o assunto ainda hoje.

Capítulo III.

A Câmara de Vereadores de Garanhuns: poder, estratégias e combates.

Em aparte o vereador Alvaro Brasileiro Vila Nova um dos membros da Comissão de Inquérito da Câmara de Garanhuns, pediu a palavra para falar de grande importância pela matéria que envolvia merecendo portanto um estudo mais acurado, razão pela qual não concordava com a solicitação, tendo em vista disso o vereador Humberto de Moraes desistido do pedido, embora ficasse com o documento para posterior apreciação, no que foi atendido. Ainda no uso da palavra o mesmo vereador apresentou a Mesa um requerimento no sentido desta Casa apelar para o fiscal de trânsito desta cidade com a finalidade de procurar dar uma solução ao problema do tráfego existente atualmente na Rua São Miguel nesta cidade, onde está oferecendo o maior perigo especialmente às inúmeras escolas ali localizadas, até já acontecendo desastres fatais, o qual foi destinado a ordem do dia. Por fim o vereador Humberto, requereu da Mesa que fôsse submetido em discussão o projeto de lei de autoria do vereador José Cardoso que concede o título de Cidadão de Garanhuns, ao Dr. F. Pessoa de Queiroz - Superintendente da Empresa Jornal do Comercio S.A., tendo o mesmo sido deferido e dado para sua apreciação na ordem do dia. A seguir pediu a palavra o vereador Elias de Barros e apresentou a Mesa o parecer da Comissão de Fazenda e Orçamento, referente ao projeto que auxilia o Sr. Paulo Francisco Gomes com a importância de Cr\$.3.000,00 destinado a compra de um ocu-los para seu uso pessoal, o qual foi destinado a ordem do dia. Pediu a palavra em sequência o vereador Mauro Lima e em nome da Comissão de Viação e Obras Públicas, apresentou a Mesa o parecer a respeito do projeto do Executivo, que autoriza a abertura de um crédito especial de Cr\$.....

Continua

É importante enfatizar que o medo acerca do comunismo que aparecia em inúmeras reportagens e era disseminado cotidianamente pelos jornais, quando comparado com os discursos da Câmara de Vereadores, parecia mais forte. Numa primeira leitura pode parecer que a ameaça comunista no Legislativo Municipal era menos intensa, nos proporcionando a impressão de que nos jornais o medo era, por assim dizer, mais intenso.

No entanto, na Câmara o medo era representado e praticado por um conjunto de discursos próprios daquele espaço, e apenas aparentemente, podia figurar menos perigoso. Para compreendermos a encenação do medo acerca do comunismo no Legislativo Municipal, faz-se necessário entendermos algumas práticas específicas daquele espaço. Uma espécie de código de ética, que regia – e rege – a Câmara, não permitia que os vereadores que faziam oposição ao comunismo, se utilizassem das mesmas estratégias dos jornais. As palavras empregadas eram devidamente selecionadas e não se permitiam acusações do tipo, *os comunistas são assassinos, ladrões, bandidos*, como faziam, frequentemente, diversos órgãos da imprensa. As normas daquele espaço não permitiam que se usasse um vocabulário qualquer no combate às ideias comunistas. Ofensas verbais que não fossem precedidas de documentos, que deveriam conter um estatuto de prova, poderiam acarretar em processos jurídicos, se assim os receptores das ofensas se sentissem lesados.

Os combates às ideias comunistas e aos seus representantes na Câmara de Vereadores de Garanhuns ocorreram de maneira singular. As práticas específicas do Legislativo Municipal nos mostram outras estratégias de combates ao comunismo. A reprovação de projetos, a anulação de um requerimento e/ou propostas de autoria de um comunista em plenárias, equivaleriam, em certa medida, a um alerta num jornal quando bradava que o comunismo era sinônimo de perigo, de destruição da família e da pátria. Dessa maneira, a recusa às propostas de autoria dos comunistas era uma forma de combater aquelas ideias, tentando vetar-lhes qualquer possibilidade de crescimento naquele espaço. Mas

o poder não se exerce de forma completa e absoluta. Isso possibilitou aos comunistas desenvolverem estratégias de resistências para lutar e aprovar suas propostas.

Inúmeros discursos que emergiram da Câmara de Vereadores de Garanhuns ajudaram a tecer uma atmosfera de medo acerca do comunismo. Em defesa de determinados princípios sociais, como democracia, família, pátria, ordem, segurança, educação e religião, os discursos de parte do Legislativo Municipal produziram um conjunto de representações, no qual os comunistas figuraram como inimigos incontestes do Brasil. Sem dúvida, o lugar de onde se fala constitui o dizer, mas esse lugar deve ser compreendido na trama social no qual foi gestado; deve ser entendido como um posicionamento tecido num momento histórico específico.

Nesta dimensão, a edilidade municipal, enquanto forma de exercício e manutenção de poder, atuou – e atua – na ordem do cotidiano, em virtude de que o posicionamento de cada vereador, é resultante da maneira como ele vê, percebe, lê e interpreta o mundo a sua volta e, por extensão, representa o grupo social do qual faz parte. As ações daqueles vereadores selecionavam, nomeavam, recortavam e instituíam grande parte das ações políticas dos poderes Legislativo e Executivo do município, interferindo diretamente na vida cotidiana das pessoas. Por extensão, os discursos de caráter anticomunista que foram fabricados na Câmara de Vereadores se estenderam à vida cotidiana da cidade, pois a Câmara – enquanto espaço social – representa, de certa forma, a vontade de inúmeros cidadãos, que escolheram, através do voto, aqueles vereadores para compor o Legislativo do município. Tal atuação se estendia à vida social da cidade dentre outras maneiras, através dos projetos por eles aprovados que eram postos em prática e vivenciados por uma significativa parcela da população.

A luta contra o comunismo em Garanhuns avançou e retrocedeu em momentos diversos. No período que antecedeu aos pleitos eleitorais de 1958 e 1962, por exemplo, as discussões em torno da ameaça comunista

tornaram-se mais intensas. Bem como se arrefeceram nos meses posteriores àquelas eleições. Pois em larga medida a ameaça comunista foi usada, por diversos candidatos, como estratégia política para angariar votos e dessa maneira vencer as eleições. Essa perseguição aos candidatos do PCB criava um inimigo comum: o comunista. Mobilizava-se, portanto, uma significativa parcela da sociedade que fazia oposição ao comunismo, pois era desejo desta, destruir aquilo que considerava um perigo.

A perseguição aos comunistas não implicava, necessariamente, na existência de um movimento anticomunista unificado. A documentação de que dispomos e a produção historiográfica, demonstram que não havia um plano de ação, arquitetado previamente contra os comunistas, no qual estariam articulados diversos segmentos sociais. Acreditamos que parte da Igreja Católica, do estado, através da Secretaria de Segurança Pública, e da imprensa produziu, por assim dizer, seus movimentos anticomunistas de acordo com os interesses específicos que nutria cada instituição, e obedecendo aos acasos²¹⁷ da luta.

Com as armas de que dispunha no momento da luta, parte da Igreja Católica atacava o comunismo por considerá-lo uma ameaça à religião. Já os jornais pesquisados – que se posicionaram contra o comunismo – e o poder Legislativo Municipal de Garanhuns não estavam, necessariamente, preocupados com os interesses religiosos, nem tampouco, formando um complô, juntos com autoridades católicas para derrubarem o comunismo na cidade de Garanhuns, mesmo que este objetivo fosse comum a eles. O inimigo poderia ser o mesmo, mas os interesses em destruí-lo não eram necessariamente homogêneos. Isso não quer dizer, porém, que alianças e acordos não foram feitos e que as preocupações de um determinado segmento social em combater o comunismo não estivessem presentes em outro. A Secretaria de Segurança Pública,

217 O *acaso* é utilizado, neste momento, no sentido pensado por Michel de Foucault, em *Nietzsche, a genealogia e a história*, in *(Microfísica do poder*, pág. 28), não como simples sorteio, mas como uma possibilidade existente nas forças que se encontram em jogo na história, cuja dinâmica não obedece a uma determinação nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta (pág. 28). Um acaso que não pode ser pensado fora do jogo da configuração social onde se encena a luta.

em 1958, publicou um texto, em forma de livro²¹⁸, em que enfatizou que o comunismo era ameaça também à religião. Mas isso não se constituía numa prioridade para aquele órgão.

No entanto, o comunismo era considerado também como uma ameaça para aqueles defensores do *status quo* em Pernambuco. Neste ponto, os interesses da Secretaria de Segurança do Estado e o Legislativo Municipal de Garanhuns se coadunavam quando o objetivo era combater o comunismo. Conforme demonstrou Pablo Porfírio, “para o projeto de manutenção do *status quo* tornar-se vencedor era necessário o apoio da população, seja por opção, seja por medo da proposta dos grupos de esquerda”²¹⁹. Todo esforço era empregado para manter privilégios e certas posições sociais. As estratégias eram diferentes, mas o objetivo era um só; acabar com o comunismo.

Quando a Secretaria de Segurança, através da Delegacia Auxiliar de Polícia de Garanhuns, determinou a prisão do comunista Amaro Costa, nos parece pouco provável que estivesse necessariamente preocupada que ele representasse algum perigo à religião católica. Mesmo que esta preocupação também existisse para o estado. Bem como, também aquela não fosse a principal preocupação de alguns vereadores de Garanhuns ao proporem a criação de um projeto de lei para cassar os mandatos de qualquer funcionário da Câmara, que estivessem, de alguma maneira ligados ao comunismo. Para a polícia, Amaro Costa, por exemplo, era um elemento subversivo que representava uma ameaça à ordem pública. Para alguns vereadores, ele era mais um comunista a serviço das ideias vindas de Moscou, ou de Cuba, colocando em perigo a nação e a democracia brasileiras. Ele representava perigos diferentes para a Secretaria de Segurança e para a Câmara de Vereadores de Garanhuns. Mas acima de tudo era visto como um perigo para ambos. Entretanto, mesmo diante das especificidades com que cada um daqueles segmen-

218 *Aspectos da Atividade do Comunismo em Pernambuco*. Estado de Pernambuco, Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco – Delegacia Auxiliar. Recife, 1958.

219 Porfírio, Pablo Francisco de Andrade. *Pernambuco em perigo: Pobreza, revolução e comunismo (1959 – 1964)*. Dissertação de Mestrado. UFPE, Recife, 2008, pág. 123.

tos lutou contra o comunismo, foram arquitetados entre eles alianças e acordos objetivando o fim do comunismo. Este era um perigo para toda sociedade, na medida em que se constituía, na ótica de seus opositores, como uma ameaça à religião, à família, à paz, e, principalmente, à ordem social vigente.

A Câmara de Vereadores de Garanhuns foi, por excelência, palco de lutas, estratégias, disputas e combates e apoio ao comunismo. Algumas das discussões presentes nas páginas de *O Monitor* acerca da ameaça comunista repercutiram, em certa medida, nas plenárias da Câmara de Vereadores. A preocupação da Secretaria de Segurança Pública do estado sobre o crescimento comunista em Pernambuco se fazia perceber nos debates do Legislativo Municipal no período em análise.

As atas da Câmara de Vereadores de Garanhuns nos possibilitaram acompanhar diversas discussões acerca do comunismo. Os projetos e propostas do vereador Amaro Rodrigues Costa²²⁰, representante comunista no Legislativo Municipal, em diversos momentos foram discutidas, prorrogadas, vetadas e em outros momentos, aprovadas. Para que suas propostas fossem aceitas, era necessário que ele estabelecesse uma rede de aliança em torno de seus projetos, conseguindo o número de votos suficientes para sua aprovação.

Vamos entrar no salão nobre da Câmara de Vereadores de Garanhuns e acompanhar os debates que ajudaram a configurar aquele palco. Sentemo-nos em uma de suas cadeiras para analisar as estratégias, os acordos, as alianças e os projetos desenvolvidos naquele espaço. Mas não podemos sentar em qualquer lugar. A distribuição dos lugares era – e é – reveladora da posição que cada vereador ocupava naquele recinto. A poltrona que ficava ao lado direito da cadeira presidencial era destinada às ilustres personagens quando fossem convidadas a fazer parte daquele cenário. Como fora preenchida pelo escritor Jorge Amado quando de sua estada em Garanhuns, ou da visita do então governador Cid Sam-

220 Amaro Rodrigues Costa era filiado ao PCB (Partido Comunista Brasileiro), mas havia sido eleito pela legenda do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), em virtude da ilegalidade na qual se encontrava aquela agremiação partidária.

paio e do candidato à presidência da república Jânio Quadros. Qualquer modificação nas posições ocupadas alteraria a configuração da hierarquia simbólica do poder, merecendo, inclusive, explicações quando isso ocorresse. Foi o que fez o vereador Elias de Barros quando justificou porque passara a sentar do lado esquerdo, visto que antes ocupara uma cadeira do lado direito. Ressaltou em seu argumento que independente do lugar que ocupasse estaria ali para servir a Garanhuns²²¹. Se pensarmos na dimensão simbólica da palavra, a expressão *esquerda* representou em larga medida – no período em análise – as ideias associadas ao comunismo, mesmo de forma bastante genérica; enquanto a *direita*, não raro, era usada para designar a oposição ao comunismo. Logo, um vereador que sempre sentara no lado direito e passara para o lado esquerdo, poderia ser interpretada tal mudança, não apenas como uma modificação do espaço, mas, sobretudo, uma alteração de seu posicionamento político. Afinal, ele passara da direita à esquerda. Tal mudança instituiu outros níveis de representação emitindo signos que não passavam despercebidos pelos demais pares daquela casa legislativa.

Da Bahia a Garanhuns.

No início de 1960 a Câmara de Vereadores, e a cidade de certa maneira, recebeu com entusiasmo e calorosos aplausos a visita de um dos grandes literatos brasileiro. A Câmara de Vereadores havia feito um convite ao escritor Jorge Amado para ele fazer uma conferência “e cujo convite tinha sido aceito como uma grande honra para esta Casa e o povo de Garanhuns”²²².

221 O referido vereador fez constar em ata que mudara de lugar “em virtude de um outro vereador ter ocupado a sua antiga cadeira, sem que com isso tenha ficado mal satisfeito”. Câmara de Vereadores de Garanhuns, 11 de agosto de 1960, pág. 02.

222 Câmara de Vereadores de Garanhuns, 12ª reunião ordinária, 23 de fevereiro de 1960, pág. 01. Acompanhado de sua esposa, Zélia Amado, e com o prefeito do município, Aloísio Souto Pinto, o literato baiano após ser saudado com calorosa salva de palmas sentou-se ao lado direito da presidência. Ao fazer uso da palavra, o escritor agradeceu a forma como fora acolhido na cidade que tinha um clima que se rivalizava com os melhores do Brasil. Em sua conferência ressaltou as especificidades da literatura de ficção e como os romances são apresentados por ele e por outros

A presença de Jorge Amado em Garanhuns era motivo de orgulho para muitos. Um escritor de renome escolhera a cidade para “fazer uma estação de repouso” – como consta em ata – durante alguns dias e aceitou o convite da Câmara de Vereadores para ministrar uma conferência. Entretanto, a presença daquele romancista tinha outra dimensão no clima político que se vivia no início da década de 1960. Jorge Amado era apontado como um dos intelectuais comunistas mais atuantes no país. Diversos livros de sua autoria foram caçados e apreendidos como literatura subversiva.

Desde o final da década de 1930 as obras daquele escritor já eram apontadas como um poderoso canal de divulgação das ideias comunistas. A historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro ressalta que diversos livros de Jorge Amado e de José Lins do Rego foram incinerados em frente à Escola de Aprendizes de Marinheiros da Bahia, “sob a acusação de propagarem o credo vermelho”²²³. Entre as obras que se transformaram em cinzas estavam oitocentos e oito exemplares de *Capitães da Areia*, duzentos e vinte e três exemplares de *Mar Morto*, duzentos e quatorze exemplares de *Paiz do Carnaval*, entre outros. A historiadora ressalta ainda que a vigilância ao escritor e a suas obras se tornou mais aguda desde o início da década de 1950 quando ele passou a expandir suas ideias através da Rádio Moscou. Ao ler trechos de seu livro *Seara Vermelha* o escritor alertava os ouvintes, denunciando a situação de miséria pela qual passava milhares de crianças brasileiras, em que muitas estavam morrendo de fome. “Na transmissão de 20 de novembro de 1951, Jorge Amado optou por trechos da obra *Vida de Luiz Carlos Prestes, o Cavaleiro da Esperança*, também de sua autoria, publicado na URSS”²²⁴.

Analisada isoladamente, a documentação que faz menção a estada do autor de *Capitães da Areia* em Garanhuns, parece ter pouca importância para se entender a construção da ameaça comunista na cidade.

especialistas na arte da escrita como José Lins do Rego e Graciliano Ramos.

223 Carneiro, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, idéias malditas: as minorias silenciadas*. São Paulo: Ateliê editorial; FAPESP, 2002, pág. 30.

224 Ibidem, pág. 90.

Mas quando entendida dentro de um conjunto de documentos, percebemos que sua presença serve como um argumento a mais para legitimar que a cidade era um foco de intensa atuação dos comunistas no estado. Por extensão, aqueles que eram leitores daquele literato também passaram a ser considerados suspeitos de compactuar com as ideias do escritor. Ter livros de Jorge Amado em casa podia se tornar uma evidência do envolvimento com as ideias comunistas, como ocorreu com o vereador e alfaiate Amaro Costa que, ao ser preso, os policiais levaram os romances que este tinha do escritor baiano como prova para incriminá-lo por atividade subversiva.

Por mais celeuma que as propostas comunistas provocassem na Câmara de Vereadores, não podemos incorrer em generalizações apressadas e afirmar que aquela casa era necessariamente anticomunista. A maneira como o escritor baiano foi recebido pela Câmara de Vereadores nos possibilita tecer alguns comentários sobre os percursos do comunismo em Garanhuns. Aquela postura nos revela como o medo acerca do comunismo foi, ora expresso de maneira mais constante, perene; ora mais esporádico, exaurível, passando praticamente despercebido em alguns momentos. Jorge Amado era considerado um dos maiores intelectuais comunistas do país, à época. Entretanto, isso não foi suficiente para que ele não fosse ovacionado pelo Legislativo do município. A Câmara aprovou por unanimidade a proposta/convite para que ele fosse conferenciar a palestra naquele recinto. A aceitação foi tamanha que o salão de conferência daquele poder ficou pequeno para a quantidade de pessoas que desejavam ouvir o literato, sendo a palestra transferida para o salão nobre da prefeitura.

As lutas sociais não obedecem a uma lógica nem a uma mecânica, muito menos estão determinadas *a prioristicamente*. Assim sendo, a mesma cidade que havia repudiado a presença do comunista Gregório Bezerra, dois anos antes, gerando conflitos inclusive com a polícia e com o bispo da cidade, para que ele não participasse da cerimônia oferecida ao prefeito Aluísio Souto Pinto, abriu os braços para um comunista.

Dessa maneira, por mais anticomunista que alguns documentos, ou relatos de memória, apresentem a Câmara de Vereadores, não podemos pensá-la sem levar em consideração essa dinâmica da luta que produziu atitudes de oposição ao comunismo, e em certos momentos abraçou um intelectual defensor das ideias comunistas, convidando-o para aquele recinto.

A simples filiação partidária não é suficiente para designar o posicionamento político de um vereador, de um deputado ou qualquer outra função política. Pertencer ao mesmo partido não significa compactuar das mesmas ideias. A postura do vereador Rafael Brasil, do PTB, em inúmeros momentos demonstrou sua repulsa às ideias comunistas defendidas pelo vereador Amaro Costa, mesmo estando eles filiados a mesma agremiação partidária. Parece-nos que o único ponto comum entre eles era a sigla do partido pelo qual foram eleitos. No mais, o que prevalecia entre ambos era a divergência; uma antinomia política até.

Amaro Costa era um dos representantes do comunismo na Câmara de Vereadores de Garanhuns. Foi eleito pela legenda do PTB quando o PCB perdeu seu registro político. Suas palavras, na Câmara de Vereadores, iam servindo de cimento para consolidar sua imagem enquanto militante comunista. Mas deixemos que ele se apresente.

Eu nasci numa propriedade chamada Aranha no município de Capela, estado das Alagoas. Meus pais eram analfabetos e eu sou analfabeto de pai e mãe. Isso eu não tenho nenhum acanhamento de frisar porque somos milhões de brasileiros que assim nasceram, viveram, e os que vivem assim são²²⁵.

Sua aproximação com o Partido Comunista Brasileiro ocorreu por intermédio de um dos seus irmãos que, após retornar do Rio de Janeiro para a cidade de Rio Largo – AL em 1947, dizia para o alfaiate repetidas vezes: *“se for votar algum dia, só vote no Partido Comunista*. E meu irmão

225 Entrevista realizada em sua residência, na cidade de Messias – AL no dia 30 de abril de 2005, pág. 01.

não era do PCB”. De início Amaro não deu importância àquela observação, pois “só ouvia todo mundo falar que o Partido Comunista era uma desgraça”. Ao revisitar aquelas experiências Amaro Costa atribuiu a concepção de que o PCB era uma desgraça à propaganda desenvolvida no estado de Alagoas, que segundo ele, o governo daquele estado adotou como estratégia a utilização de cartazes e distribuição de folhetos nos quais encontrava-se um homem forte com um chicote na mão castigando os trabalhadores que estavam amarrados com uma corrente pelos pés e com uma garrafa de cachaça no bolso.

A tentativa do governo de Alagoas em construir uma imagem negativizada do comunismo brota em suas lembranças tecendo seus relatos de memória. Para ele aquele governo tentava sedimentar a ideia de que no regime comunista o trabalhador não tem nenhuma liberdade de ação. Eram escravizados, torturados, bêbados e submetidos a uma extenuante jornada de trabalho sob o julgo de um impiedoso capataz que vigiava todos os passos dos trabalhadores. Em outras palavras, na propaganda anticomunista relatada na memória de Amaro Costa, no regime comunista não havia liberdade nem tampouco democracia.

Sua chegada a Garanhuns é revisitada com detalhes. “Para Garanhuns, no dia 22, um dia de domingo, eu me mudei, em cima da mudança, no caminhão de Pajuaba, que foi a Garanhuns. Pajuába mudou-se para Garanhuns e queria que eu fosse com ele, aí eu fui”²²⁶. A falta de oportunidade, as dificuldades em conseguir trabalho impulsionaram Amaro Costa a deixar sua terra natal e se deslocar, em meio aos objetos pessoais da mudança de seu patrão, descrito apenas pelo nome de Pajuaba, na carroceria de um caminhão, até a cidade de Garanhuns. Grande parte do trajeto feito há mais de 50 anos, era revisitado naquele momento.

Ao chegar a Garanhuns Amaro Costa passou a integrar a juventude comunista da cidade, que era composta, segundo seus relatos de memórias, por um grupo de jovens, ligados às ideias ditas de esquerda.

226 Ibidem, pág. 05.

A cidade para ele parecia algo encantador. Oferecia-se para ser por ele desbravada, descoberta, vivida. Lá começou a fazer amigos, a tecer relações que em alguns momentos colocaram-no em graves perigos e outros salvaram sua vida.

Já fazia parte do Partido Comunista quando recebeu deste o convite para ir à Cuba. Esta foi uma experiência marcante na vida do alfaiate, como relembrou emocionado.

Chegamos em Cuba por volta de cinco horas da tarde, devia ser uma sete horas lá. Quem nos recebeu foi um representante do governo. Fez um discurso no aeroporto, dali fui para o hotel. Me encantei com o hotel. Nunca tinha visto um negócio daquele. Quando pisava, os pés afundavam todinho no tapete. Aqueles camponeses estavam com a gente também²²⁷.

Estas práticas iam lapidando Amaro Costa como comunista. Devemos atentar que o *ser comunista* é constituído pelas ações; nas palavras, nos posicionamentos e nas atitudes dos indivíduos. Em outras palavras, os indivíduos tornam-se comunistas nas relações sociais gestadas nas experiências históricas. É nas práticas cotidianas, como ceder seu espaço de trabalho para reuniões com os representantes do partido, como fizera o alfaiate José Guedes; colocar faixas com o nome de candidatos apoiados pelos comunistas, ou visitar Fidel Castro, como fez Amaro Costa; demonstrar apoio à política cubana, como fez diversas vezes o vereador José Cardoso; ser membro de uma associação de bairro, ou dono de uma alfaiataria como o alfaiate Siloé Passos; ter clientes em seus estabelecimentos que eram comunistas; trabalhar para patrões ligados ao partido; instalar em sua hospedaria cidadãos ligados ao comunismo; ter amigos comunistas; não demonstrar oposição ao partido; fazer parte do Grêmio Literário e defender o abatimento de 50% nas entradas de cinema para os estudantes, ou combater o integralismo, como fez Rildo Souto Maior, militante do Partido Comunista em Garanhuns e depois

227 Ibidem, pág. 20.

em Recife, onde passou a residir; participar dos estudos sobre o partido; fazer parte ou ser simpatizante da UJC (União da Juventude Comunista); ser leitor dos jornais *Folha do Povo*, *Voz Operária*; fazer reuniões à noite em lugares considerados *suspeitos* – pela polícia – como as alfaiatarias, eram atitudes que concorriam para formar o *ser comunista* em Garanhuns.

O comunismo vindo do exterior: Rússia e Cuba em pauta.

Além de projetos ligados diretamente a administração municipal, o Legislativo de Garanhuns mantinha em pauta diversas discussões acerca da política internacional, principalmente, as questões ligadas ao modelo político praticado na antiga União Soviética e em Cuba. Votos de louvor a Rússia e a Fidel Castro apareceram com frequência no discurso de Amaro Costa e José Cardoso. Amaro Costa se colocou contra o requerimento de autoria de Uzzae Canuto (da UDN) quando este propusera voto de louvor ao presidente dos EUA, em virtude de sua visita ao Brasil, e simultaneamente ele se posicionou a favor do governo cubano. Seus argumentos não foram suficientes para vetar a proposta, que foi aprovada por maioria. A posição que ele ocupava naquela configuração específica de poder não lhe rendera o apoio de que precisava. Entretanto, suas ideias, suas palavras, se fizeram ouvir naquele recinto; ele não se calara nem se omitiu em votar contra o requerimento.

As propostas sugeridas em plenários na Câmara pelos vereadores Amaro Costa e seu amigo e companheiro de partido, o vereador José Cardoso, ajudaram a tecê-los enquanto atuantes comunistas na cidade. No início de 1961 Amaro propôs à Câmara que enviasse um convite ao deputado Francisco Julião, convidando-o para fazer uma conferência sobre reforma agrária e a experiência política desenvolvida em Cuba²²⁸. O tema da reforma agrária foi aceito sem maiores restrições, pois Gara-

228 Conforme consta em ata, o vereador Amaro Costa apresentou um requerimento à Câmara de Vereadores, assinado por ele e por José Cardoso, no qual propôs “ser feito um convite ao Deputado Francisco Julião, para fazer uma conferência nesta casa sobre Cuba e reforma agrária”. Câmara de Vereadores, Garanhuns, 27 de fevereiro de 1961, pág. 02.

nhuns tinha sediado um congresso discutindo o referido tema. Já em relação à Cuba houve oposição, como a do vereador Elias de Barros, alegando que esta discussão envolvia a política internacional e considerava de pouco interesse para aquela casa. Porém, independente dos interesses que aquela questão podia levantar, o requerimento proposto por aquele edil, serviu como mais um instrumento para costurar a imagem daqueles vereadores às ideias comunistas, na medida em que eles se posicionavam em defesa do governo comunista de Fidel Castro.

A questão cubana voltou mais uma vez à cena quando Amaro Costa solicitou que se fizesse constar em ata uma moção de aplausos à República cubana e ao seu primeiro ministro Fidel Castro, em virtude da vitória alcançada diante “as forças mercenárias, treinadas, financiadas e orientadas por um país que se diz democrata que tinha invadido o seu território, [...] os Estados Unidos da América do Norte²²⁹”. Mesmo sendo questionado, o mencionado requerimento foi deferido pela mesa.

A referência à política posta em prática por Fidel Castro era um tema recorrente entre os comunistas no período em análise, segundo Daniel Aarão. Para diversos comunistas no Brasil, a Revolução Cubana era o exemplo a ser copiado; uma experiência a ser referendada pelos comunistas no país. Para aquele historiador, a

Revolução Cubana superava com sua experiência “os cânones teóricos do passado” autorizando a luta armada na América Latina. [...] O elogio das virtudes revolucionárias da sociedade cubana, a defesa da mesma contra as agressões imperialistas, a invocação de seu exemplo, seriam temáticas frequentes. Cuba era considerada “vanguarda histórica da revolução latino-americana” e, portanto, deveria ser defendida de forma “intransigente”²³⁰.

229 Câmara de Vereadores, Garanhuns, 28 de abril de 1961, pág. 02.

230. Reis Filho, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990, pág. 82.

A Revolução Cubana era considerada uma fonte inspiração para muitas lideranças políticas como Francisco Julião, que tinha por Fidel Castro, grande admiração. Julião, segundo Vandeck Santiago, era um entusiasta da Revolução Cubana e foi a “liderança popular do Brasil que mais sofreu a influência de Cuba naqueles anos – e também durante certo tempo foi ‘a aposta cubana’ no Brasil”²³¹.

Para a maioria dos vereadores de Garanhuns, Cuba era o exemplo a ser negado, a experiência a ser evitada. A política defendida e vivenciada por Fidel constituía-se, na ótica de seus opositores, como o modelo exemplar da falta absoluta de liberdade; Cuba era o país gestor por excelência da ditadura comunista. Era o outro, o indesejável, o oposto de democracia e liberdade. Rússia e Cuba eram sinônimos de desordem em que prevalecia o ódio, a tirania numa sociedade regida pelo ateísmo comunista. Eram países onde a religião, a família e a pátria estavam sob o jugo da ditadura de Stalin ou de Fidel.

A Câmara de Vereadores era – e é – um espaço regido por um conjunto de normas comportamentais e regras próprias. Para que um requerimento sugerido por qualquer vereador fosse válido e passasse a constar em ata, ele teria que ser levado à votação e aceito em plenária. Logo, as propostas, os protestos e os aplausos dos vereadores comunistas que se encontram nas atas devem ser pensados como conquistas e vitórias, principalmente se levarmos em consideração a rede de alianças em que eles estavam inseridos, haja vista, que eles representavam, em termos numéricos, apenas 14% dos vereadores que compunham à casa, na época. Mesmo que algumas de suas propostas não tenham conseguido êxito quando foram submetidas à apreciação na ordem do dia²³², já seriam vitórias, por constarem em ata.

No dia 22 de maio de 1961, o poder Legislativo de Garanhuns recebeu uma circular da Câmara de Vereadores do município de Caldas

231 Santiago, Vandeck. *Francisco Julião, as Ligas Camponesas e o golpe militar de 64*. Recife: COMUNIGRAF, 2004, pág. 41.

232 A ordem do dia é o momento em que as propostas e projetos são votados ao término de cada reunião.

solicitando seu apoio para uma campanha destinada a evitar que o Brasil reatasse relações diplomáticas com a União Soviética e demais países da chamada cortina de ferro²³³. Nesta dimensão o vereador Amaro Costa, discursando em plenária, apresentou à mesa um requerimento para aquela Casa enviar votos de congratulações ao presidente Jânio Quadros pela política de estabelecimento das relações comerciais e diplomáticas com todas as nações comunistas. Para aqueles que faziam oposição ao comunismo o reatamento diplomático com os países comunistas era um acordo que legitimaria a instalação do comunismo no solo brasileiro. Percebe-se que aquela não era uma preocupação apenas da Câmara de Vereadores de Garanhuns. Nesta concepção, o Brasil estaria abrindo as portas e estendendo o tapete vermelho para a inserção do comunismo russo em terras brasileiras.

O astronauta russo Yuri Gagarin não esteve em Garanhuns para proferir palestras, mas seu nome foi lembrado e aclamado pelo vereador José Cardoso quando subiu à tribuna “e fez um comentário a respeito da honrosa visita que ora faz ao país, o cosmopolita russo Yuri Gagarin, que nesta hora o povo brasileiro deixando de lado questões políticas estava sabendo receber condignamente o herói soviético de acordo com seu merecimento”²³⁴. Era travada naquele momento uma verdadeira batalha em torno das representações relacionadas à pátria do comunismo. E neste embate Cuba e União Soviética disputavam o primeiro lugar, enquanto espaço gestor por excelência das ideias comunistas. Mas independente de onde viria o comunismo, este era um exemplo a ser evitado. No início da década de 1960, o astronauta Yuri Gagarin, representante maior da política espacial soviética, – primeiro homem a entrar em órbita em torno da terra – “recebeu homenagens e viajou por todo o mundo para glória da propaganda comunista”²³⁵.

233 Câmara de Vereadores, Garanhuns, 19 de maio de 1961.

234 Câmara de vereadores, Garanhuns, 01 de agosto de 1961, pág. 02.

235 Motta, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964)*. São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 2002, pág. 69.

A convite daquele poder, o prefeito do município de Palmares, Luiz Portela de Carvalho, ministrou uma conferência em 29 de agosto de 1962. Segundo aquela autoridade, os camponeses do município de Palmares estavam passando por dificuldades extremas como falta de alimentação, escola, moradia; vivendo em estado de miséria. Para ele, tal situação era fruto da exploração de quatro usinas que existiam naquele município. Ele defendeu em plenária a instauração do comunismo no Brasil como regime político viável para se resolver os problemas sociais pelos quais passava o país. A visita que ele tinha feito a Cuba em 1961, a convite de Fidel Castro, mostrou como a situação do povo cubano havia melhorado depois que Fidel instituiu o comunismo na ilha.

A proposta para a realização daquela conferência demonstra um movimento pendular na construção do medo acerca do comunismo. Movimento este, que ora inclinava para ações de repulsa completa ao comunismo e ora se aproximava de ações de apoio, na medida em que o prefeito do município de Palmares constituía-se numa liderança política que defendia a implantação do comunismo. Posicionamento este, defendido na conferência que ministrou na Câmara em Garanhuns. O Legislativo Municipal fez a proposta ao prefeito de Palmares, a proposta foi votada e aprovada por aquele poder e a conferência se realizou num clima de apoio ao comunismo declarado pelo palestrante.

Amaro Costa, que também fora à Cuba a convite de Fidel, congratulou-se com o prefeito de Palmares enfatizando as mudanças ocorridas na vida da população cubana, que, segundo ele, antes vivia sob o jugo da exploração capitalista. Se as palavras daqueles que se posicionaram contra o comunismo tentavam silenciar o discurso dos comunistas, não podemos supor que esta estratégia foi totalmente eficaz. Na Câmara de Vereadores de Garanhuns, mesmo predominando uma configuração de poder na qual o comunismo tinha pouco espaço para se fazer ouvir através de seus representantes, suas ideias foram ouvidas e defendidas, mesmo sendo muitas vezes criticadas, repudiadas e reprovadas.

O comunismo cubano incomodava não apenas os políticos das

esferas federais e estaduais. A experiência política instaurada por Fidel, a milhares de quilômetros, estava inquietando diversos vereadores de Garanhuns. Era o medo de que o comunismo instituído em Cuba ultrapassasse as fronteiras daquela ilha e fosse implantado no Brasil. Temia-se que as ideias defendidas e praticadas por Fidel Castro encontrassem terreno fértil no solo brasileiro e rapidamente germinassem e destruíssem a amada e idolatrada pátria. O temor de que o comunismo cubano se instaurasse no Brasil e destruísse a religião católica foi também uma preocupação presente no Legislativo Municipal, como podemos presenciar em inúmeras atas das sessões de trabalho daquele poder.

Com a eclosão da Revolução Cubana, em 1959, as atenções voltaram-se para o Caribe. Ao governo de Fidel Castro foram atribuídas, por diversos vereadores de Garanhuns, a perseguição e a prisão de lideranças e praticantes da religião católica, acusando-o de perseguir a igreja católica cubana e fechar seus templos. Este medo poderia não ser o mais preocupante no Legislativo Municipal, mas certamente, estivera entre as preocupações de alguns daqueles vereadores que se consideravam católicos.

Em fins de 1962 o governo norte-americano decretou o bloqueio naval à Cuba. Essa postura fazia parte da política externa posta em prática pelo governo norte-americano. Na avaliação de Antonio Montenegro

En la medida que, a lo largo de los años sesenta, el diálogo entre los Estados Unidos y Cuba se interrumpió y ésta optó por el régimen comunista, el temor de que los otros países latinoamericanos siguiesen la misma orientación hizo que ésta fuese la preocupación central de los que se encargan de la política exterior norte-americana²³⁶.

A política externa dos Estados Unidos, mais especificamente o bloqueio naval à Cuba, repercutiu na Câmara de Vereadores de Garanhuns produzindo significados múltiplos. O vereador Álvaro Brasileiro Vila

236 Montenegro, Antonio Torres. *Viajeros Del cielo em Brasil*. In Historia, Antropologia y Fuentes Orales. Barcelona. Universitat de Barcelona publicaciones, nº 27, 2002, pág. 123.

Nova, do PDC, pediu a palavra e apresentou à mesa um requerimento sugerindo que aquele poder enviasse uma moção de apoio aos Estados Unidos, através de seu consulado em Recife, pelo bloqueio naval à República cubana. Nesta direção o vereador Erverardo Gueiros do PTN se posicionou a favor da proposta de Álvaro Brasileiro e apelava às autoridades do país para agirem impedindo “a pregação subversiva contra os Estados Unidos a cargo do governador Leonel Brizola”²³⁷.

No discurso daquele edil, o governo dos Estados Unidos aparece como vítima da ação subversiva dos comunistas. Ele tentava mostrar que não era o governo cubano quem estava sofrendo, como acreditava o vereador Amaro Costa. Para Everardo Gueiros, as atividades desenvolvidas pelos Estados Unidos contra o comunismo não eram subversivas. Para alguns vereadores, subversão era a propaganda que Leonel Brizola estava fazendo contra os EUA. Amaro Costa, fazendo uso da palavra, posicionou-se contra o requerimento em discussão alegando que não lhe era estranha a atitude do vereador Álvaro Brasileiro em virtude de sua idade, e por pertencer a uma geração passada. No entanto, não entendia a atitude do vereador Erverardo Gueiros, pois aquele era jovem, inteligente e portador de um título de bacharel em Direito, representando, portanto, uma nova geração. Não entendia os ataques “ao governador Brizola, que a estas horas luta em praça pública sendo aplaudido pelo povo em defesa de nossa soberania”²³⁸.

O ataque entre os comunistas e seus opositores se tornava em determinados momentos, agudo e as posições que cada vereador ocupava naquele recinto iam se definindo de maneira específica. Amaro Costa não concordava com a proposta de Álvaro Brasileiro, porém a entendia, pois este contava 70 anos de idade. Para ele, os jovens estariam mais preparados para entender os problemas políticos e sociais pelos quais estavam passando o Brasil e o mundo naquele momento. A experiência de vida não tinha tanta importância, pois as gerações passadas podiam

237 Câmara de Vereadores de Garanhuns, 25 de outubro de 1962, pág. 02.

238 Ibidem, pág. 03.

não compreender os problemas contemporâneos. No entanto, não era a idade do vereador que estava em discussão. Era, antes de tudo, a defesa de um projeto político, que estava em jogo. Eram as ideias que aqueles vereadores representavam que se criticavam, repudiavam, excluía e tentavam silenciar. Para Amaro Costa as atitudes de Leonel Brizola, em repúdio ao governo norte-americano, eram dignas de aplausos e louvores e não deveriam ser repudiadas como estavam sendo pela proposta de Erverardo Gueiros.

Em resposta ao discurso de Amaro Costa, Everardo Gueiros enfatizou que sendo bacharel em Direito, e estudado na Faculdade de Direito de Recife, tinha aprendido o suficiente para formar sua consciência ao lado de sua pátria. Defendia a política norte-americana, que, na sua concepção, era exemplo de “democracia e o regime de liberdade lá existente, contrastava com a União Soviética, Cuba e outras nações socialistas, onde imperava as ditaduras e os regimes de força em detrimento das liberdades do povo”²³⁹.

A formação acadêmica do autor da proposta e o espaço de sua formação aparecem como centro de referência legitimador de suas ações. Para ele sua formação na Faculdade de Direito de Recife lhe atribuía um cabedal de conhecimentos suficiente para sua formação política, e por extensão garantia-lhe saberes capazes de lhe possibilitar uma tomada de consciência precisa acerca dos problemas que atingiam o Brasil, à época, segundo sua concepção de mundo. Os Estados Unidos, em contraponto à Cuba, à Rússia, ou a outros países de regime comunista, aparecem em seu discurso como um espaço produtor de liberdade por excelência; uma referência em democracia; um modelo a ser seguido. Por conseguinte, os países comunistas seriam o *outro* a ser evitado; o exemplo a ser negado, pois lá era o berço promotor da falta de liberdades. O comunismo era a experiência produtora e disseminadora de ditaduras; o experimento que deveria ser combatido e repudiado.

239 Ibidem, pág. 03.

Amaro Costa retrucou defendendo suas ideias. Ressaltou que não estava defendendo Cuba ou outro país, mas a liberdade e “autodeterminação dos povos”, para usar de empréstimo suas palavras. Estes princípios também eram defendidos por Gueiros, segundo afirmou ele em plenária, mas questionou a liberdade e a “autodeterminação dos povos dominados pela União Soviética”; esta era a razão pela qual discordava de Amaro Costa.

O comunismo era combatido naquele momento, pela crítica que se fazia à Cuba e à Rússia. Não era a falta de liberdade entre os povos dominados pelos soviéticos que se repudiava, pois diversas nações continuavam – e continuam – sob o jugo do imperialismo norte-americano, numa prática caracterizada pela ausência daquilo que consideramos liberdade. Era o comunismo como estratégia política que se combatia, era o projeto político comunista que se tentava evitar.

O vereador João de Assis Moreno, representante do PTN, entrou na discussão e se dirigiu a Amaro Costa criticando a postura de Fidel Castro, que havia prometido eleições livres ao povo, após a vitória da revolução, e até então não honrara aquela promessa. Para ele, Fidel monopolizou o poder e esqueceu dos direitos dos cidadãos. Respondendo, Amaro Costa questionou a validade de um sistema de votação, como o vivenciado no Brasil, onde o poder econômico de um pequeno grupo imperava. E segundo ele, era por esta razão que “Fidel Castro, em vez de dar a cada cubano um título de eleitor, tinha dado um fuzil para defesa de sua soberania”²⁴⁰.

O posicionamento de Fidel, não permitindo eleições diretas ao povo cubano, foi para Everardo Gueiros, uma demonstração da falta de liberdade existente em regimes comunistas, como aquele que em Cuba foi instaurado. Para aquele vereador, o ato de votar e escolher seus governantes constituía-se como práticas representantes de uma sociedade democrática. E o perigo residia exatamente na possibilidade do comunismo vingar em terras brasileiras, fazendo sucumbir esse modelo

240 Ibidem, pág. 04.

de democracia. Esse era o perigo maior que deveria ser evitado. Para Amaro, em contrapartida, pouco adiantava ter a opção de escolha dos governantes, quando na prática prevaleciam o domínio e a vontade dos interesses econômicos de pequenos grupos. Para ele, no caso específico de Cuba, era mais profícuo o uso da luta armada do que ter um título eleitoral. A via pacífica, para ele, nem sempre era viável e o título eleitoral como arma de luta não era necessariamente sinônimo de democracia.

A postura de Amaro Costa se aproxima das análises feitas pelo historiador Daniel Aarão quando enfatiza que no início dos anos 1960 uma significativa parcela de comunistas defendeu a luta armada como a estratégia mais viável para a instauração do comunismo. Evidentemente, tal posicionamento não se manteve intacto durante o período analisado, não significando necessariamente que Amaro defendesse a luta armada como única via possível para a luta. No entanto, em alguns momentos, tal estratégia se fazia necessária, na concepção de uma parte dos comunistas. Para diversos representantes do comunismo, “as classes dominantes e o regime existente eram incapazes de realizar as reformas necessárias. Sendo assim, o que esperar do jogo legal de suas instituições? A lógica do raciocínio levava ao recurso da violência, única saída para a instauração de um regime antiimperialista e antilatifundiário”²⁴¹.

Garanhuns na rota das eleições

As eleições presidenciais que ocorreram em outubro transformaram o ano de 1960 num período de intensa campanha política. É nesta dimensão que os vereadores de Garanhuns receberam as figuras – por eles consideradas ilustres – do então governador do estado de Pernambuco, Cid Sampaio, do deputado Jânio Quadros, que concorria à presidência da república, além do deputado Seixas Doria, do prefeito municipal, Aloísio Souto Pinto, entre outros. Levantando-se do assento, à direita da cadeira presidencial, Jânio Quadros, fazendo uso da palavra,

241 Aarão Reis, Daniel. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: editora Brasiliense, 1990, pág. 38.

“disse da satisfação de encontrar-se nesta cidade e nesta Casa. Adiantou que as Câmaras Municipais tinham um lugar de destaque em seu coração, pois numa Casa como esta tinha iniciado sua vida pública, levado pelo povo de São Paulo, especialmente pelos trabalhadores e estudantes”²⁴².

O discurso de Jânio Quadro foi conduzido pela defesa de uma maior autonomia dos municípios. Enfatizou a importância que o governo federal deveria dar aos municípios, pois do desenvolvimento destes, dependeria o crescimento do país. Na pauta de governo de Jânio Quadros a defesa da municipalidade era o carro chefe de sua campanha política. Ele se comprometera a combater especialmente a inflação que era, para ele, um dos maiores vetores para o crescimento dos municípios. Finalizou agradecendo em seu nome e do governador Cid Sampaio “e de seus companheiros a distinta maneira acolhedora que tinha sido alvos nesta Câmara”²⁴³.

Por ser um ano de pleito eleitoral a presença da comitiva que visitara Garanhuns poderia figurar apenas mais uma atividade da campanha política de Jânio Quadros. Entretanto as pessoas que com ele compunham a caravana eram candidatos representantes do comunismo, segundo alguns jornais. Mesmo afirmando que não era comunista, Cid Sampaio teve seu nome diversas vezes associado aos políticos que buscaram alianças com os comunistas, principalmente em virtude do apoio que recebera da Frente do Recife quando se elegeu governador do estado. Seixas Doria, para Manoel Correia de Andrade, foi um dos deputados mais perseguidos de Sergipe e foi acusado de subversão²⁴⁴. Dessa maneira, a presença de Jânio Quadros, o apoio de Cid Sampaio e Seixas Doria e, principalmente, a escolha de Garanhuns como um dos pontos de parada de sua comitiva, concorriam para constituir uma atmosfera de medo acerca do comunismo na cidade.

Certamente, a passagem daquela caravana política por Garanhuns

242 Câmara Municipal de Vereadores, Garanhuns, 13 de maio de 1960, pág. 02.

243 Ibidem.

244 Andrade, Manoel Correia de. *1964 e o Nordeste*. São Paulo: Ática, 1998.

objetivava aumentar a rede de apoio a Jânio Quadros no dia do pleito eleitoral. A presença de Cid Sampaio, naquele momento, emitiu provavelmente, signos múltiplos. Ele representava o poder Executivo estadual; era filiado a UDN e havia sido eleito com um amplo apoio da Frente do Recife, considerada um bloco – certamente heterogêneo – de atuação das forças de esquerda na capital. Quando Cid Sampaio fora eleito em 1959 discursou enfatizando que iria governar para a frente de alianças que o havia elegido e não para o partido ao qual era filiado, a UDN. “Fui eleito por uma coligação de partidos. Nestas condições, embora fazendo parte da UDN, não posso me considerar um governo udenista. Governarei, pois, em termos apartidários, segundo as diretrizes da coalizão que me elegeu”²⁴⁵.

No entanto, uma vez no poder, Cid Sampaio se manteve ligado à política udenista e não cumpriu as promessas que havia feito durante sua campanha, como já foi destacado. Nesta dimensão, não tardou para que o rompimento entre Cid e os comunistas, e as esquerdas de uma maneira geral, ocorresse. Seu apoio a Jânio Quadros já demonstrava essa tendência, pois a Frente do Recife apoiou o general Henrique Teixeira Lott²⁴⁶.

As experiências históricas carregam incrustadas dentro de si as marcas do tempo e do espaço onde são gestadas. O resultado daquele pleito eleitoral em Garanhuns demonstra indícios que seriam por muitos,

245 Brayner, Flávio Henrique Albert. *Aí nós istôra dotô: mudança e conservação na atividade do partido Comunista Brasileiro em Pernambuco (1956 – 1964)*. Dissertação de mestrado em história pela UFPE, Recife, 1985, pág. 139.

246 O general Henrique Teixeira Lott recebeu o apoio do PCB e contava com a simpatia de diversos comunistas. Segundo a historiadora Karla Guilherme Carloni, o general Henrique Teixeira Lott liderou um movimento em 1955 que garantiu a posse de Juscelino Kubistchek e João Goulart a presidência e vice, respectivamente, diante do impasse criado pela oposição. Segundo ela a figura de Lott dispondo do apoio do PTB e do PCB representava “a união entre o soldado e o trabalhador na luta por ampliações das conquistas sociais, aliança que só tenderia a crescer anos subsequentes, principalmente através da figura do até então desconhecido general Lott, que, em 1960, despontaria como candidato à presidência da República”. Carloni, Karla Guilherme. *A esquerda militar no Brasil (1955-1964)*. In Ferreira, Jorge e Aarão, Daniel. *Nacionalismo e reformismo radical (1945 – 1964) - As esquerdas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pág. 290.

esperados, na capital do estado, espaço de atuação da Frente do Recife. Lá, o candidato apoiado por aquela plataforma política obteve menos votos do que seu concorrente, resultado inverso ao de Garanhuns, conforme podemos perceber na tabela abaixo.

Tabela 1 – Eleições presidenciais de 1960 em Pernambuco

Candidato	Votos em Recife	Votos em Garanhuns	Votos em Pernambuco
Jânio Quadros	68.985	2.500	226.211
Henrique T. Lott	61.856	3.038	185.136

Fonte: Atas do Tribunal Regional Eleitoral.

Para entendermos certas alianças políticas praticadas em Pernambuco, naquele momento, não podemos partir de uma concepção dualista entre direita e esquerda como se existisse entre ambas apenas divergências ou antinomia política. Nem tampouco é indicado usar coalizões políticas estabelecidas em esfera nacional para entender as alianças políticas no estado, como se estas fossem uma decorrência daquelas. Nem mesmo analisar alianças estabelecidas na capital, para entender outras fora daquele espaço. Ao analisar a trajetória política da Frente do Recife e o jogo de alianças por ela estabelecido, Antonio Montenegro enfatiza que

Cid Sampaio, como político filiado à UDN, revelava a especificidade dos acordos políticos que se realizavam em Pernambuco, pois no nível nacional esse partido era o principal adversário da esquerda e das correntes desenvolvimentistas. Já o PSD, na maioria dos estados, aparecia bastante próximo das esquerdas, mas em Pernambuco era seu principal adversário²⁴⁷.

247 Montenegro, Antonio Torres e Santos, Taciana Mendonça. *Lutas políticas em Pernambuco... a Frente do Recife chega ao poder (1955 – 1964)*. In Ferreira, Jorge e Aarão, Daniel. *Nacionalismo e reformismo radical (1945 – 1964) - As esquerdas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pág. 474.

No nível nacional o PTB e o PSD lançaram João Goulart e Henrique T. Lott para vice-presidente e presidente respectivamente. A UDN – também no nível nacional –, segundo Ângela de Castro cansada de derrotas, decidiu apoiar Jânio Quadros. No entanto, dessa plataforma política outras foram tecidas, e algumas dessas em nada se aproximavam das orientações políticas sugeridas por aqueles partidos a nível nacional. Em Garanhuns, por exemplo, nas eleições municipais de 1959 outras relações foram estabelecidas, como podemos perceber na tabela seguinte.

Tabela 2 – Eleições Municipais de 1959 em Garanhuns – PE

Candidatos ao Executivo	Partido (Coligação)	Números de votos
Aloísio Souto Pinto	UDN/PTB/PSP	7.904
Abdias de Noronha Branco	PTN	4.223

Fonte: Atas do Tribunal Regional Eleitoral.

PTB e UDN estiveram juntos, no município, pelo menos em torno da candidatura de Aloísio Souto Pinto, resultando daquela ligação partidária, a vitória deste para prefeito da cidade, com o apoio de 7.904 cidadãos votantes; 3.681 votos a mais que seu concorrente Abdias de Noronha Branco do PTN. Em termos numéricos essa ligação PTB/UDN, contrariando a tendência nacional, compunha a bancada majoritária do Legislativo Municipal, pois cada um daquele partido elegeu quatro vereadores num total de quatorze; ou seja, 57% da edilidade do município. As outras vagas ficaram preenchidas por quatro vereadores do PTN e duas pelo PDC.

Mas, não nos enganemos que aquelas alianças políticas se estenderam à vida cotidiana da cidade, de forma automática, e foram aceitas pela população sem sofrer alterações. Algumas daquelas ligações partidárias ficaram restritas ao espaço da Câmara de Vereadores e em determinadas situações não tiveram necessariamente ressonâncias com o eleitorado do município. Isso foi possível perceber na campanha presidencial de

Jânio Quadros, que mesmo dispondo do apoio da UDN, a nível nacional, e tendo este partido uma representatividade política considerável em Garanhuns, ele obteve 538 votos a menos que o candidato do PSD/PTB, o general Henrique Teixeira Lott. Assim, ter a bancada majoritária no Legislativo Municipal de Garanhuns não significou necessariamente, naquele momento, desfrutar da fatia maior do seu eleitorado. Se os números podem expressar vitórias, sem dúvida, o resultado daquele pleito na cidade demonstrou o empenho e a articulação dos comunistas em angariar votos para seus candidatos. Lembremos que esta era uma das metas do plano de ação dos comunistas na cidade, como ressaltamos no capítulo I.

O vereador Amaro Costa propôs à casa, no dia 11 de agosto de 1960, enviar uma moção de protesto ao governador Cid Sampaio por este ter aceito o Convênio do Ponto IV – do programa norte-americano Aliança para o Progresso – no qual se estabelecia um intercâmbio policial entre os governos brasileiro e norte-americano. Para aquele vereador, esse convênio iria facilitar o governo dos Estados Unidos pôr em prática sua política imperialista, podendo o Brasil sofrer as mesmas sanções políticas e econômicas que Cuba.

O posicionamento de Amaro Costa em relação a Cid Sampaio, quando do seu apoio ao projeto dos EUA, ajuda a desconstruir algumas imagens generalizadoras do então governador de Pernambuco. O apoio que Cid Sampaio recebera dos comunistas nas eleições, por meio da Frente do Recife, lhe rendeu diversos ataques nos jornais que o acusavam de permitir o crescimento comunista em Pernambuco. No entanto, não podemos incorrer no erro e afirmarmos que este apoio foi unânime entre os comunistas. Os acordos e as alianças foram forjados em momentos específicos, se metamorfoseando conforme o desdobramento do jogo e do acaso da luta. Houve momentos em que Amaro Costa se posicionou a favor de Cid Sampaio, mas este apoio foi tão volátil e efêmero que se dissolveu após o governador do estado se declarar a favor do projeto norte-americano.

Na Câmara de Vereadores, a discussão em torno da proposta de Amaro não arrefeceu. O vereador Uzze Canuto, que antes defendeu a moção de louvor ao governo norte-americano, pediu a palavra e afirmou que entendia a necessidade do Brasil em combater as más influências estrangeiras – para usar de empréstimo, as palavras do próprio vereador – vindas de qualquer parte. O vereador José Guilherme, do PDC, (Partido Democrata Cristão), solicitou adiamento da apreciação da proposta, de Amaro Costa, por mais 24 horas – pois já havia sido adiada anteriormente – para que a matéria fosse devidamente analisada. O presidente da Câmara deferiu a proposta e mais uma vez a votação foi adiada.

Se o posicionamento de Uzze Canuto não pode ser entendido como um apoio declarado à proposta de Amaro, ao menos eles concordavam na necessidade de se discutir a soberania nacional e as chamadas influências estrangeiras. O pedido de adiamento da proposta de Amaro Costa, feito pelo vereador José Guilherme, merece alguns comentários. Em virtude do clima das discussões no plenário, a proposta poderia adquirir o número de votos suficiente à sua aprovação. Portanto, o adiamento pode ser entendido como uma tentativa de esfriar o debate levando à reprovação da proposta. Pode também ser entendido como uma estratégia para conseguir tempo suficiente e obter o apoio necessário à sua aprovação. Assim, como não podemos desconsiderar que, na concepção daqueles vereadores, havia de fato necessidade da proposta ser analisada por mais tempo, independentemente desse tempo possibilitar a formação de uma rede de apoio a sua aprovação ou reprovação.

A proposta ficou em tramitação na Câmara durante oito dias quando foi votada em seção aberta e nominal, em 19 de agosto de 1960. Os dois vereadores que solicitaram prorrogação do requerimento – Mauro Lima e José Guilherme – votaram contra, servindo de indício para pensarmos na possibilidade de que o pedido de adiamento foi uma estratégia para arrefecer os debates levando à reprovação a proposta. A Câmara era composta, na época, por quatorze vereadores, e em virtude da ausência

de um de seus componentes, treze votaram naquele requerimento, dos quais quatro votaram a favor da proposta. Sessenta e nove por cento dos vereadores disseram não, e a proposta de Amaro foi reprovada²⁴⁸.

Entender os posicionamentos daqueles vereadores, usando os partidos aos quais estavam filiados, como parâmetro de análise, não parece ser a melhor das opções, pois vereadores de um mesmo partido tiveram posicionamentos opostos naquela votação. Assim como, aquelas posições não se mantiveram intactas ou imóveis ao longo do período aqui analisado. Houve momentos em que alguns vereadores que foram contrários àquela proposta de Amaro mudaram de posição em outros momentos²⁴⁹. O movimento em sentido contrário também ocorreu em algumas situações, quando alguns vereadores que votaram a favor, como Everardo Gueiros, se posicionaram contrário a outras propostas de Amaro. Logo, não era uma oposição imutável a Amaro Costa, era antes uma recusa à(s) sua(s) proposta(s), que não raro, eram associadas ao comunismo, seja defendendo Brizola, por exemplo, ou criticando o governador de Pernambuco.

A princípio, a reprovação da proposta pode parecer uma derrota a mais. Entretanto, pensando na configuração específica de poder em que Amaro Costa estava inserido, com apenas três vereadores apoiando-o naquele momento, a derrota não se deu por completo. Seu reque-

248 De um lado, ocupando um espaço que, por não encontrar outra palavra melhor, no momento chamo de oposição – certamente heterogênea, fluida e polifônica – estiveram os vereadores Luiz José de Melo (PTB), João de Assis Moreno (PTN), Uzze Canuto (UDN), Mauro Lima (UDN), Elias de Barros (PTN), Hermínio Sampaio de Melo (PTB), Álvaro Brasileiro Vila Nova (PDC), Rafael Brasil Pereira (PTB) e José Guilherme da Rocha (PDC); do outro, figuraram Humberto de Moraes (UDN), Everardo Gueiros (PTN), Ivan Rodrigues (PTN) e o autor da tão discutida proposta, Amaro Costa (PTB). Câmara de Vereadores de Garanhuns, 19 de agosto de 1960, pág. 04.

249 Para citarmos apenas alguns exemplos, mencionemos o vereador Luiz José de Melo que assinou um requerimento com Amaro Costa solicitando ao prefeito do município que este aprovasse um projeto garantindo o retorno do funcionamento da escola do Sítio Brejinho. Câmara de Vereadores, Garanhuns, 11 de agosto de 1960, pág. 02. Outro requerimento de autoria de Amaro Costa, propondo que a Câmara enviasse “votos de congratulações ao exmos. snrs. Presidente e Vice-Presidente da República e ao Ministro do Trabalho” pelo desempenho na aprovação da lei de Previdência Social, teve aprovação unânime. Câmara de Vereadores, Garanhuns, 31 de agosto de 1960, pág. 02.

rimento passara oito dias em tramitação na Câmara sendo discutido e analisado. Sua proposta não foi aprovada, mas a moção de repúdio a Cid Sampaio quando da sua adesão ao programa *Aliança para o Progresso* se fez presente durante o período em que esteve em discussão.

Na eleição para escolher a nova comissão executiva da Câmara de Vereadores, que presidira aquela Casa durante o ano de 1961, a mesma configuração de poder, em termos numéricos, que vetou a proposta de Amaro Costa, reelegeu por nove votos o vereador Petrônio Fernandes da Silva como presidente da Câmara²⁵⁰. Entre algumas mudanças ocorridas nesta nova composição, está a alteração da segunda secretaria daquele poder. Antes, na gestão de 1960, aquele cargo foi presidido por Amaro Costa, passando para o Vereador Everardo Gueiros, que também fora eleito com a mesma quantidade de votos do presidente²⁵¹.

As propostas em defesa do comunismo votadas na Câmara de Vereadores não foram emitidas apenas por Amaro Costa. O vereador José Cardoso fazendo uso da palavra, fez um protesto contra o prefeito do município. Para ele a fiscalização da prefeitura se pretendia tão exigente em relação à propaganda política, defendendo que não iria permitir o uso de cartazes em campanhas políticas, mas, no entanto, estava permitindo que as ruas da cidade fossem decoradas com cartazes de propaganda anticomunista. Ele questionava os motivos que fizeram o então prefeito, Aloísio Souto Pinto, “permitir que a polícia encha a rua de cartazes anticomunistas como ocorreu nesta cidade nos últimos dias”²⁵².

No protesto do vereador José Cardoso, o prefeito se posicionava contra os cartazes de propaganda política, mas estava permitindo que a polícia local fizesse das ruas de Garanhuns palco para disseminar seu repúdio ao comunismo, colocando diversos cartazes anticomunis-

250 Esta eleição não ocorreu de forma nominal aberta, por isso não temos os nomes dos vereadores que votaram a favor e os que votaram contra. Entretanto, percebemos que o número de votos a favor da reeleição de Petrônio Fernandes foi o mesmo que vetou o requerimento de Amaro Costa, sugerindo votos de congratulações ao governo do Rio Grande Sul, Leonel Brizola.

251 O vereador Everardo Gueiros foi eleito para a segunda secretaria da Câmara com nove votos.

Câmara de Vereadores, Garanhuns, 10 de fevereiro de 1961, pág. 02.

252 Câmara de Vereadores, Garanhuns, 19 de maio de 1961, pág. 02.

tas pela cidade. Em seu discurso, a Delegacia de Polícia local estava de mãos dadas com o Poder Executivo do município, na medida em que o prefeito da cidade não tomava nenhuma posição para proibir aquele tipo de propaganda, por ele negada, que estava sendo posto em prática contra o comunismo.

O discurso de José Cardoso nos revela como as experiências históricas não seguem uma construção sequencial, muito menos, estão determinadas *a priori*. Nos relatos do agente da Secretaria de Segurança do estado, este fornece indícios de que o prefeito Aloísio Souto Pinto não demonstrava nenhuma preocupação com o crescimento do comunismo na cidade. Em alguns momentos, sugere que o prefeito estava contribuindo com o comunismo na medida em que não apenas permitia comícios do PCB, como chegou a fornecer o palanque para que estes atos fossem realizados. No entanto, a crítica de José Cardoso revela outra construção para as posturas do prefeito de Garanhuns, à época. Aloísio Pinto, provavelmente, em certos momentos se posicionou a favor dos comunistas quando desejava obter desses, o apoio necessário aos seus objetivos, bem como teve outro posicionamento, não impedindo que a propaganda anticomunista fosse disseminada pela cidade. Isso nos permite afirmar que a luta contra o comunismo não foi linear nem ininterrupta; trilhou caminhos sinuosos adquirindo forças em determinados momentos, não demonstrando avanços em outros e ganhando aliados em certas circunstâncias. Foram com essas idas e vindas, altos e baixos, apoio e “desapoio” impulsionando o combate para a direita ou à esquerda, para frente ou retrocedendo, que se constituiu a luta contra o comunismo na cidade.

A renúncia de Jânio e o governo João Goulart: indícios do medo nas vivências políticas de Garanhuns.

1961 foi um ano singular para a história republicana do Brasil. Pela primeira vez um presidente eleito, de forma direta, por maioria de votos, renunciava à presidência. Na literatura consultada sobre o período há um consenso de que a renúncia de Jânio Quadros precisa ser analisada com mais precisão

pela historiografia. A historiadora Ângela de Castro ressalta que sua renúncia estava ligada a uma tentativa de golpe. Para ela, “não há dúvida de que o presidente planejara por meio da renúncia, um golpe de Estado”²⁵³.

Para se entender um pouco aquele episódio faz-se necessário ressaltar que, na forma política das eleições à época, poder-se-iam eleger o presidente e o vice-presidente em chapas políticas independentes. Isso explica, de certa maneira, o afastamento que Jânio Quadros mantinha com o então vice-presidente João Goulart. Se o episódio da renúncia, não apenas no âmbito nacional, precisa de mais atenção da historiografia, as discussões de como aquela experiência foi vivenciada na Câmara de Vereadores de Garanhuns ajudam a entender, em parte, a ressonância da atitude de Jânio em outros espaços além do Legislativo e Executivo federais.

O dia era 25 de agosto de 1961. Sob clima tenso começou a décima primeira reunião ordinária da terceira sessão legislativa da Câmara de Vereadores de Garanhuns. Sob a presidência do vereador Petrônio Fernandes a renúncia de Jânio Quadros foi o principal tema discutido em plenário. Após a leitura de uma mensagem do poder executivo municipal, o vereador Elias de Barros pediu a palavra, subiu à tribuna e ressaltou que havia motivos para todos estarem apreensivos quanto ao futuro político do país em virtude da última atitude de Jânio. Enfatizou que todos deveriam esperar com serenidade os acontecimentos “e pedirmos a Deus”, disse ele, “que tudo se normalize ao mais breve possível com a situação da legalidade democrática para nossas instituições”²⁵⁴. O discurso daquele vereador foi tonalizado por um clima de insegurança e incerteza. A renúncia de Jânio passou a figurar, em suas palavras, como uma possibilidade preocupante, promotora de instabilidade política para o país. Ele temia que a legalidade democrática estivesse sucumbindo com aquela atitude de Jânio Quadros.

253 Gomes, Ângela de Castro e Ferreira, Jorge. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: FGV, 2007, pág. 116. Ver Ferreira, Marieta de Morais. *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006; Ferreira, Jorge. *Entre a história e a memória: João Goulart*. In Ferreira, Jorge e Aarão, Daniel. *Nacionalismo e reformismo radical (1945 – 1964) – As esquerdas no Brasil* (organizadores). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

254 Câmara de Vereadores, Garanhuns, 25 de agosto e 1961, pág. 02.

O vereador Amaro Costa sucedeu Elias de Barros no debate em torno da crise política pela qual passava o Brasil naquele momento. Ao fazer uso da palavra disse

que o país neste momento sentia-se abalado com a notícia da renúncia inesperada do Presidente Jânio Quadros eleito em 03 de outubro passado, por maioria absoluta, a seu ver entendia que os parlamentares Federais, Estaduais e Municipais não poderiam silenciar diante da ocorrência de tamanha importância para a Nação, mesmo porque o povo precisava saber a opinião de seus representantes.

O clima de insegurança e incerteza presente nas palavras do vereador Elias de Barros emergiam também no discurso de Amaro Costa. Este estava surpreso, como aquele, pela atitude de Jânio, no entanto para Amaro três fatores contribuíram para a renúncia. Uma das razões teria sido a incapacidade do ex-presidente em cumprir as promessas mínimas de sua campanha, resultando daí um forte crescimento no custo de vida da população. Outra teria decorrido da política financeira adotada por Jânio, que beneficiava exclusivamente as classes altas em detrimento das classes menos favorecidas, na concepção daquele vereador. E principalmente sua política internacional quando ele demonstrava interesses em reatar as relações diplomáticas com os países comunistas. Este último aspecto teria ferido “a sensibilidade dos trustes internacionais e entreguistas nacionais”.

Ao ressaltar que um dos principais motivos da renúncia de Jânio teria sido sua tentativa de restabelecer as relações diplomáticas com países comunistas, Amaro Costa colocava em discussão, novamente, a questão do comunismo como uma ameaça para o país. Para aquele vereador o regime comunista era inquestionavelmente a melhor opção política a ser adotada no Brasil. No entanto, as forças conservadoras, os grandes empresários, ou os trustes internacionais – para usar suas próprias palavras – estavam impedindo que se estabelecesse no país uma política, para ele, justa, digna e que se preocupava essencialmente

com os menos favorecidos. Em contrapartida, para alguns vereadores que faziam oposição ao comunismo, a instabilidade pela qual passava o Brasil era resultante da infiltração comunista no país, pois a renúncia de Jânio era decorrente de suas atitudes de aproximação com o comunismo. Na argumentação dessa tese, defendia-se que da tentativa do restabelecimento comercial do Brasil com países comunistas e da condecoração que Jânio Quadros fez ao “Ministro cubano Ernesto Guevara, conhecido agente comunista internacional”²⁵⁵ resultou sua renúncia. Nos relatos de memórias de Marco Antonio Tavares Coelho, deputado federal e militante comunista, essa postura de Jânio foi a pedra de toque para o agravamento da crise política da época. Em suas palavras, “a condecoração dada a Guevara irritou a cúpula militar e foi a gota decisiva que marcou sua ruptura com o ocupante do Palácio do Planalto”²⁵⁶.

A defesa da Constituição foi uma preocupação comum a todos os parlamentares que discursaram naquele dia acerca da renúncia de Jânio. Para o vereador José Cardoso, naquele momento, não se sabia se o Brasil estava à beira de uma ditadura ou ao alvorecer de uma democracia. Por esta razão discordava do vereador Elias de Barros, quando sugeriu que se deveria esperar o desenrolar dos acontecimentos. O vereador Ivan Rodrigues, que não raro, se posicionava contra as propostas sugeridas por Amaro Costa e José Cardoso, concordava que o momento era tenso e que predominava um clima de insegurança no país, e que aquela Câmara deveria mostrar seu apoio em defesa do regime democrático e em respeito à Constituição.

Ao discursar naquela sessão, Ivan Rodrigues apresentou dois requerimentos à mesa. O primeiro que se telegrafasse a Ranieri Mazili e João Goulart

255 Para o vereador Mauro Lima, a homenagem que Jânio Quadros fez a Ernesto Guevara foi um dos principais motivos que levou a sua renúncia. Câmara de Vereadores, Garanhuns, 25 de agosto de 1961, pág. 04.

256 Coelho, Marco Antonio Tavares. *Herança de um sonho: as memórias de um comunista*. Rio de Janeiro: Record, 2000, pág. 220.

nos seguintes termos: “Câmara Municipal de Garanhuns ante [o] impacto inesperado [da] renúncia [do] Dr. Jânio Quadros, renova sua fé [nos] altos destinos democráticos [da] Nação confiantes [que] serão respeitados [os] anseios populares [e a] integridade [de] nossas instituições. Prestando vossência solidariedade [o] Poder Deliberativo [de] Garanhuns asseguramos modesta, porém categórica afirmação [o] acatamento [das] autoridades [e] poderes constituídos desejando seja vossência inspirado [na] condução [dos] supremos interesses [da] Pátria dentro [dos] princípios [d]e liberdades”.

O segundo requerimento propunha que aquela mesa após ouvir o plenário se mantivesse em “vigília democrática em salvaguarda de nossas instituições”. Os dois requerimentos foram aprovados por unanimidade pela casa. Com o intuito de defender a Constituição e as instituições por ela regidas, aqueles vereadores ficaram toda a noite em claro, continuando “por tempo indeterminado em vigília democrática”²⁵⁷.

Amaro Costa em seus relatos de memória revive aquela experiência²⁵⁸ e afirma que não concordava com aquela atitude, pois entendia que nada adiantaria os vereadores passarem a noite em estado de vigília democrática, pois tal atitude não alteraria o curso daqueles acontecimentos. Mas a percepção que ele tem daqueles acontecimentos, depois de 45 anos decorridos, não é a mesma. As experiências do tempo vivido foram ressignificando, em sua memória, sua percepção acerca daqueles episódios.

Na manhã do dia seguinte, no sábado 26 de agosto de 1961, às nove horas, os vereadores decidiram encerrar a vigília democrática, pois “o Sr. Vice-Presidente João Goulart já estava a caminho do Brasil para assumir o poder”²⁵⁹. O clima era tenso na Câmara de Vereadores, pois para se manter a Constituição, desejo naquele momento unânime na

257 Câmara de Vereadores, Garanhuns, 25 de agosto de 1961, pág. 06.

258 Entrevista realizada em sua residência, na cidade de Messias – AL, em março de 2005.

259 Ibidem, pag. 06.

Casa, ter-se-ia que empossar como presidente um político que fora diversas vezes acusado por muitos jornais e autoridades políticas, de tentar implantar uma república sindicalista no Brasil com amplo apoio dos comunistas.

A ascensão de João Goulart à presidência da República ocorreu em um período de intensa campanha anticomunista. Por esta razão estenderemos as discussões em torno da renúncia de Jânio que levou Jango ao gabinete presidencial. Quando da renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, João Goulart encontrava-se na China comunista chefiando uma missão comercial brasileira naquele país. Este ato levou diversos políticos de oposição ao comunismo ao desespero. Sua eleição em 1955 e a reeleição em 1960 foram abertamente apoiadas pelos comunistas. Para o historiador Rodrigo Patto, “o temor de que a ascensão de Goulart ao poder pudesse significar o fortalecimento dos comunistas”²⁶⁰, foi a principal justificativa que os ministros militares usaram para tentar impedir a posse presidencial de Jango.

Com o objetivo de tentar impedir que Jango fosse empossado, os ministros militares, em nota conjunta, explicaram as razões pelas quais acreditavam que o vice-presidente não poderia tomar posse. Para eles, desde o tempo em que Goulart era Ministro do Trabalho, ele já demonstrava aproximações com as idéias comunistas. Ele teria incentivado e promovido sucessivas agitações nos meios sindicais. João Goulart

No cargo de vice-presidente, sabido é que usou sempre de sua influência em animar a apoiar, mesmo ostensivamente, movimentações grevistas promovidas por conhecidos agitadores. E, ainda há pouco, como representante oficial em viagem à URSS e à China comunista, tornou clara e patente sua incontida admiração ao regime desses países, exaltando o êxito das comunas populares²⁶¹.

260 Motta, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964)*. São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 2002, pág. 234.

261 *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1961, pág. 02. In Gomes, Ângela de Castro e Ferreira, Jorge. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: FGV, 2007, pág. 137.

Para quem defende a tese de que Jânio Quadros almejava dar um golpe de estado com sua renúncia acredita, por conseguinte, que a estada de Jango naqueles países comunistas fazia parte dos planos de Jânio. Este mandou que o vice-presidente chefiasse uma missão àquele país com o intuito de selar, de uma vez por toda, a imagem de Goulart com as representações comunistas do momento. Diante da atual situação pela qual passava o Brasil, com a renúncia de Jânio, o país estava vulnerável e exposto ao perigo comunista, segundo os ministros militares. Para eles, Jango na presidência da República, em regime que atribuiria ampla autoridade e poder ao chefe de estado, sua posse transformar-se-ia no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejavam ver o país no caos e na desordem. Sua posse levaria a nação a uma astenia política conduzindo o Brasil à anarquia comunista. E argumentavam dizendo que “as próprias Forças Armadas, infiltradas e domesticadas, transformar-se-iam, como tem acontecido noutros países, em simples milícias comunistas”²⁶².

Jango era o principal líder da chamada ala esquerda do PTB²⁶³. Sua presença na direção do país era vista, por muitos, como um canal aberto para o florescimento do comunismo no Brasil. Como o Partido Comunista Brasileiro, na época, estava na ilegalidade, diversos políticos daquela agremiação partidária concorreram às eleições pela legenda do PTB. Era mais um elo que associava Jango ao comunismo. Como o Partido Trabalhista Brasileiro acolhera diversos comunistas, demonstrando-lhes apoio, o mesmo iria ocorrer agora, pois o presidente da República era a principal liderança daquele partido. Com Jango na presidência os comunistas encontrariam o fértil solo para o crescimento de suas ideias.

Mesmo correndo os riscos de cair numa generalização, os dias que se sucederam entre a renúncia de Jânio e a posse de Goulart foram marcados por um clima de grande incerteza em todo país. Na esfera

262 Ibidem.

263 Gomes, Angela de Castro. *Memórias em disputas*. In Ferreira, Marieta de Moraes (coordenadora). João Goulart: entre a memória e a história. Rio de Janeiro: FVG, 2006; Ferreira, Jorge. *Entre a história e a memória: João Goulart*. In Ferreira, Jorge e Aarão, Daniel. *Nacionalismo e reformismo radical (1945 – 1964) – As esquerdas no Brasil* (organizadores). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

nacional, após a renúncia de Jânio, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili, assumiu o poder, enquanto os ministros militares declaravam que o regresso de Goulart ao Brasil era inconveniente e, que “se ele pisasse em solo brasileiro seria preso”²⁶⁴.

Esse clima de incerteza não ficou restrito ao solo brasileiro, como demonstrou a historiadora Carla Simone Rodighero, ao analisar o anti-comunismo produzido no Brasil, segundo a lente de percepção de diplomatas norte-americanos que atuam no país. Estes funcionários da diplomacia dos Estados Unidos não economizaram críticas às atividades desenvolvidas no Brasil com o intuito de combater o comunismo. “Críticas às extremas tolerâncias, ao ‘jeitinho brasileiro’, a busca do consenso, à falta de humildade em aprender com os exemplos dos outros e, especialmente, à falta de compreensão do perigo comunista acompanhavam os relatos diplomáticos enviados dos diversos postos instalados no Brasil para Washington”²⁶⁵. Para aqueles funcionários, as práticas anticomunistas desenvolvidas no Brasil não estavam sendo suficientes no combate ao comunismo. Eram desprovidas de racionalidade e quando não, faltava-lhes uma boa materialidade técnica nas propagandas.

Para o embaixador norte-americano no Brasil, Lincoln Gordon, a situação era de perigo. O perigo residia na junção de diferentes fatores que poderia levar a uma situação que envolveria diretamente as relações entre os Estados Unidos, o Brasil e a América Latina. Isso seria tão nocivo quanto seus desdobramentos, “o de uma tomada direta do poder pelos comunistas”²⁶⁶. Para aquele diplomata, o perigo residia no amplo espaço que Goulart estava concedendo aos comunistas, podendo resultar daí um “regime sindicalista autoritário com um alto grau de antiamericanismo e de influência comunista”²⁶⁷.

264 Gomes, Ângela de Castro e Ferreira, Jorge. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: FGV, 2007, pág. 116.

265 Rodighero, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945 – 1964)*. Porto Alegre, editora da UFRGS, 2007, pág. 50.

266 Ibidem, pág. 157.

267 Ibidem, pág. 158.

Se o clima era de incerteza entre alguns diplomatas norte-americanos e na Câmara dos Deputados, também o era no Legislativo Municipal de Garanhuns. Com o impasse criado pelos ministros militares, em agosto de 1961, tentando inviabilizar a posse de Jango, o vereador Amaro Costa apresentou, à mesa, um requerimento solicitando que a Câmara de Vereadores de Garanhuns fizesse uma campanha enviando a todas as câmaras municipais do estado e à Assembléia Legislativa de Pernambuco um apelo exigindo a posse do presidente João Goulart em respeito à Constituição e em defesa dela. O discurso de que a posse de Jango representaria uma ameaça em virtude de sua possível ligação com as ideias comunistas, em Garanhuns, perdeu forças enquanto crescia no plenário a defesa para sua posse em respeito à Constituição. Vereadores da oposição – como Humberto de Moraes – votaram a favor do requerimento sugerindo inclusive que o apelo fosse enviado também para o Congresso Nacional, ressaltando que “se a Constituição não fosse cumprida, de nada mais adiantaria votar-se e se dizer que estava em regime democrático”²⁶⁸.

Mas se a situação era tensa, modificando inclusive a configuração de poder do Legislativo municipal, houve vereadores que mantiveram suas posições e se manifestaram contrários à proposta de Amaro Costa, que fora assinada por ele, José Cardoso e Everardo Gueiros. Elias de Barros votou contra a proposta sugerindo que os vereadores não deviam “exigir de quem quer que fosse a defesa do regime, de vez que a seu ver não nos era possível influir nos poderes que ora procuram debelar a crise nacional”²⁶⁹, defendendo que deveriam aguardar os desdobramentos da crise para só então se manifestarem.

Sentado como estava, o vereador José Guilherme se levantou, pediu a palavra e pronunciou-se a respeito da matéria. Defendeu que era favorável à manutenção da Constituição que naquele momento estava ameaçada em virtude do possível impedimento da posse de Goulart.

268 Câmara de vereadores, Garanhuns, 28 de agosto de 1961, pág. 03.

269 Ibidem, pág. 03.

No entanto, entendia que o requerimento em apreciação nada podia fazer para alterar o curso dos acontecimentos, pois sabia perfeitamente que quando as Forças Armadas desejavam algo “seria feito de qualquer maneira, portanto, o que se queria fazer era impotente e desnecessário”. Suas palavras ecoaram pela Câmara provocando uma verdadeira celeuma entre os vereadores.

José Guilherme era ex-sargento das Forças Armadas, o que atribuía às suas palavras um estatuto de legitimidade, pois era alguém que conhecia de perto como funcionava aquela instituição. Em contrapartida, seu discurso colocava a Câmara, da qual fazia parte, como incapaz de interferir no curso dos acontecimentos. Seu posicionamento enrijeceu as discussões e ele foi severamente aparteado pelo vereador José Cardoso, recebendo deste ásperas críticas. Outra configuração estava armada para votar o requerimento de Amaro Costa.

Começou a votação. Foi aberta e nominal. O autor da proposta votou e o grupo que defendia a aprovação saiu na frente. João de Assis Moreno deixou a votação empatada. José Cardoso e Everardo Gueiros votaram defendendo a aprovação. O requerimento no momento tinha três votos a favor e um contra. No entanto, os três vereadores que tinham votado a favor foram os mesmos que assinaram o referido documento e já se esperava seus votos. Em seguida votaram Elias de Barros, Álvaro Brasileiro e Hermínio Sampaio alterando parcialmente o resultado que apresentava quatro votos contra, e três a favor. Humberto de Moraes subiu à tribuna e deixou empatada a disputa. O voto do vereador José Guilherme deixou mais uma vez os vereadores que compunham a oposição, naquele momento, à frente. Faltava o vereador Ivan Rodrigues. Seu voto empataria ou reprovava o requerimento em votação. Este se dirigiu à tribuna para votar. Seus passos foram acompanhados por olhares atentos e desejos ansiosos. O plenário, por alguns instantes, foi invadido por um súbito silêncio. Seu voto podia parecer, para alguns, incerto, pois naquela sessão, até o momento em que votou, ele não havia se posicionado a respeito da proposta em tela. Foi rompido aquele rápido instante

de silêncio quando Ivan Rodrigues votou “ficando, portanto empatada a votação”²⁷⁰.

O silêncio cedeu lugar à tensão. Ao Presidente da Câmara, Petrônio Fernandes, coube o voto de desempate. O único tilintar de voz que se fazia ouvir no recinto da Câmara, naquele momento, era o eco das palavras do Presidente. Como uma doce melodia, suas palavras soaram como músicas aos ouvidos daqueles que votaram a favor. Com seu voto “ficou aprovado o requerimento por maioria”. Em sua justificativa defendeu que acreditava estar lutando pela manutenção da democracia e pelo respeito à Constituição. Outros vereadores que defenderam a proposta sucederam-no na tribuna fazendo suas justificativas²⁷¹.

A luta pela legalidade não ficou restrita ao recinto da Câmara de Vereadores de Garanhuns. O governador do Rio Grande Sul passou a liderar um movimento pela defesa da posse de Goulart e em cumprimento à Constituição²⁷². Como demonstração de apoio à proposta de Brizola, a Câmara de Vereadores de Garanhuns, através do projeto de autoria do vereador Mauro Lima – submetido em discussão e aprovado por maioria –, telegrafou ao governador do Rio Grande do Sul, estendendo-lhes votos de solidariedade “por motivo da luta que o mesmo se encontra empenhado pela posse do Dr. João Goulart na Presidência da República”²⁷³. Naquele estado, Brizola conseguiu o apoio do III Exército endossando sua bandeira de luta. Segundo Ângela de Castro e Jorge Fer-

270 Ibidem, pág. 04.

271 O vereador Ivan Rodrigues ressaltou que votou a favor para endossar a luta em defesa “de nossas instituições vigentes”. Ele mencionou uma reportagem publicada pelo periódico *Diário da Noite* na qual o jornal estampara a importância de se fazer tomar posse o vice-presidente João Goulart em respeito à legalidade. José Cardoso enfatizou que votou no *sim* “para corresponder a expectativa dos 1.073 votos confiados a mim pelo eleitorado de Garanhuns” e que seu voto em defesa do requerimento era o mínimo que ele podia fazer em defesa da democracia. Câmara de Vereadores, Garanhuns, 18 de agosto de 1961, pág. 05.

272 Jorge Ferreira, no artigo *Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular*, destaca que “foi a atuação ousada [de Brizola] na Campanha de Legalidade, enfrentado com grande coragem a direita civil-militar que consolidou seu nome como líder da facção mais à esquerda do PTB”, pág. 546.

273 Câmara de Vereadores, Garanhuns, 31 de agosto de 1961, pág. 04.

reira, houve um vasto apoio em defesa do cumprimento da Constituição e diversos segmentos sociais, através de seus presidentes se manifestaram negando qualquer apoio à tentativa de golpe²⁷⁴.

O embate em torno do requerimento proposto por Amaro Costa e do projeto de autoria do vereador Mauro Lima se insere nesta dimensão de lutas e estratégias em defesa do cumprimento da Constituição. Essa mobilização em defesa da Constituição teve a adesão até mesmo de segmentos das Forças Armadas, conforme demonstrou Argelina Cheibub. Para ela, quando os ministros militares tentaram impedir a posse de Goulart, encontraram “forte oposição nas fileiras das próprias Forças Armadas”²⁷⁵.

O parlamentarismo foi adotado como a estratégia viável para evitar que se instaurasse no Brasil uma guerra civil, inclusive com a possibilidade do apoio do governo norte-americano. Com um poder enfraquecido, o PTB, através de Goulart, chegou à Presidência diante da reação de alguns jornais e principalmente de Brizola²⁷⁶. Em 07 de setembro, João Goulart foi empossado Presidente da República Federativa do Brasil.

Parte da população de Garanhuns foi às ruas para comemorar a posse de Goulart, mesmo diante da crise política em que se encontrava o Brasil, pois o presidente recém-empossado não dispunha de um plano para seu governo. Os civis que pelas ruas de Garanhuns passearam gritando vivas à democracia entendiam que a posse de Jango foi uma vitória: a Constituição foi respeitada e cumprida. Por outro lado, para aqueles que foram contra a posse de João Goulart, aquela era uma

274 De acordo com aqueles historiadores, diversos “presidentes de federações de indústrias e associações comerciais publicaram notas exigindo que Jango tomasse posse; sindicatos de diversas categorias deflagraram greves; a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) exigiram que a Constituição fosse cumprida”. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: FGV, 2007, págs. 116/117.

275 Figueiredo, Argelina Cheibub. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política (1961 – 1964)*. São Paulo: Paz e Terra, 1993, pág. 41.

276 Ângela de Castro e Jorge Ferreira ressaltam que Jango, ao aceitar a proposta do parlamentarismo, teve que enfrentar a reação de diversos jornais, de parte da população e principalmente do governador do Rio Grande Sul.

manifestação de louvor e reverência ao comunismo, exigindo, portanto, que a polícia local interviesse naquele ato. O delegado de polícia interferiu na manifestação tentando impedi-la, ameaçando prender seus organizadores.

Diante dos atos de apoio à posse de Jango, o delegado proibiu temporariamente as manifestações comunicando imediatamente a Secretaria de Segurança Pública do estado, sediada em Recife. Por meio de telegrama, ele informou que os comunistas da cidade, ligados com o prefeito local, estavam fazendo diversas manifestações pelas ruas de Garanhuns, “soltando grandes bombas travalianas”²⁷⁷. Aquelas manifestações só foram permitidas depois que a Secretaria de Segurança permitiu sua realização. Isso por volta das 16 horas e 30 minutos.

Para aquela autoridade policial os comunistas estavam perturbando a ordem pública, recebendo o apoio, inclusive, do prefeito local. Diante disso ele decidiu vetar as manifestações por considerá-las impróprias e indecentes. As bombas e os fogos utilizados na manifestação foram vistos, pelo delegado, como uma prova da desordem que os comunistas estavam tentando praticar com aquele ato. Portanto ele só permitia tais atitudes diante da autorização de seus superiores. Como assim se procedeu, ele então autorizou que as manifestações de apoio a Jango fossem vivenciadas na cidade.

A atitude do delegado de polícia local foi assunto discutido pelo Poder Legislativo do município. Amaro Costa, que foi um dos organizadores da manifestação de apoio a posse de Jango ocorrido em 07 de setembro de 1961, de volta aos trabalhos, felicitou-se com todos os membros da Casa que haviam lutado pela manutenção da Constituição. Criticou a postura do governador do estado de Pernambuco, em relação à crise política pela qual tinha passado o país, “pela maneira como tinha conduzido arbitrariamente, inclusive fazendo prisões de líderes políticos, e proibindo manifestações do povo na praça pública nesta cidade,

²⁷⁷ Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco – Delegacia Auxiliar de Polícia de Garanhuns. Este telegrama se encontra no Prontuário Funcional da Cidade de Garanhuns no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

por intermédio do delegado de polícia deste município”²⁷⁸. Os fogos e as bombas²⁷⁹ usados pelos manifestantes foram entendidos, pelo delegado, como uma perturbação à ordem pública, numa nítida demonstração da subversão comunista na cidade.

Subversão comunista que certamente – para alguns vereadores – seria regada pela conferência que o padre Antônio Melo iria presidir em Garanhuns. A Câmara de Vereadores, através do requerimento proposto por Amaro Costa, convidou o padre Antônio Melo, vigário do município do Cabo, para realizar uma conferência naquela casa “a respeito do problema camponês”. O vereador Vicente Cavalcanti se posicionou contrário à proposta alegando, que aquele prelado deveria ir cuidar dos assuntos religiosos, pois certamente era demagogia o que ele iria fazer na Câmara²⁸⁰.

Depois das devidas apresentações e após o vigário sentar à direita da presidência, a conferência teve que ser transferida para o salão nobre da prefeitura em virtude da grande quantidade de pessoas que desejavam ver e ouvir o padre. Segundo padre Melo, em virtude dos problemas agrários pelos quais passava o Brasil, era necessária uma reforma de base na estrutura econômica do país, “onde a reforma agrária seria verificada e com a mecanização da lavoura assistida tecnicamente pelos Poderes Públicos baseada em uma economia planificada poderia produzir os resultados desejados”²⁸¹. O discurso de padre Melo ecoou pelo salão nobre da prefeitura criticando os dirigentes políticos em virtude de sua omissão diante dos problemas que atingiam os camponeses.

278 Câmara de Vereadores, Garanhuns, 11 de setembro de 1961, pág. 02.

279 As bombas usadas naquele ato eram de fabricação caseira produzidas, segundo os relatos de memória do vereador Amaro Costa, por um amigo, descrito apenas pelo nome de Gregório que produzia aquelas bombas para vender durante as festas juninas. Eram as mesmas bombas que ele vendia nos festejos juninos de Garanhuns. Em sua composição constava uma pequena quantidade de pólvora que era enrolada num pedaço de papel. O eco de sua explosão era proporcional ao som de um tiro de uma arma de baixo calibre.

280 Câmara de Vereadores de Garanhuns, 10 de maio de 1962, pág. 05.

281 Câmara de Vereadores de Garanhuns, 29 de maio de 1962, pág. 03.

No entanto, as palavras de padre Melo não ecoaram apenas em Garanhuns ou em Pernambuco. Suas ações foram percebidas, vigiadas e relatadas por um grupo de diplomatas norte-americanos que atuavam na embaixada dos EUA em Recife. As ações daquele padre despertaram a atenção da diplomacia norte-americana, como relatara a historiadora Carla Simone. Na documentação pesquisada por ela, constam relatos acerca das vivências do padre Antonio de Melo, quando este conduziu um movimento de luta e resistência de camponeses que estavam sendo expulsos de suas terras em virtude de um projeto de expansão de uma indústria de borracha sintética. Carla Simone enfatiza que “mais ou menos colado aos comunistas, o medo do comunismo e o afã contra ele foram marcas fortes do período, as quais foram devidamente acompanhadas, avaliadas – e em alguns casos, patrocinadas – pelos Estados Unidos”²⁸².

Padre Melo, em discurso na Câmara de Vereadores de Garanhuns, enfatizou que a produção da lavoura deveria ser mecanizada, mas os poderes públicos deveriam cumprir suas responsabilidades, fornecendo a devida assistência aos camponeses. Ele ainda defendeu a utilização da economia planificada como uma estratégia viável para se resolver os problemas agrários, para usar as palavras do vigário do Cabo. Em seu discurso ressaltou a necessidade em se fazer uma reforma na Constituição o mais rápido possível, em virtude da “ação negligente e criminosa dos nossos dirigentes, compostos em sua maioria de reacionários, demagogos e traidores da pátria”. Finalizou citando o exemplo de trabalho que ele estava desenvolvendo no município do Cabo, organizando os camponeses em associações nas quais os resultados esperados estavam sendo produzidos.

Defender, e em alguns momentos criticar também, o governo de Jango foi uma prática constante da trajetória política do vereador Amaro Costa, como já demonstramos mais de uma vez. No entanto, no

282 Rodighero, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945 – 1964)*. Porto Alegre, editora da UFRGS, 2007, pág. 98.

dia 05 de abril de 1963, quem à tribuna subiu para defender as propostas políticas do então presidente foi Humberto de Moraes, da UDN, que na esfera nacional era o principal partido de oposição tanto ao PTB, como ao PCB²⁸³. Mas para além da oposição que existia entre aqueles partidos, certas configurações políticas, em espaços específicos, nos mostram que esta oposição não foi sistemática nem perene, ou ao menos, que tal posicionamento não se estendia a todos os membros daquela agremiação partidária. É o que mostram algumas propostas políticas daquele vereador da UDN no Legislativo Municipal de Garanhuns.

Sentado como estava, levantou-se, pediu a palavra, dirigiu-se à tribuna e apresentou à mesa um requerimento propondo “ser enviado uma mensagem de solidariedade ao presidente João Goulart em virtude dos pronunciamentos feitos pelo governador Carlos Lacerda contra a sua pessoa, o qual foi destinado à ordem do dia”²⁸⁴. Chegado o momento de decidir se o requerimento de Humberto iria ou não ser aprovado, ele defendeu sua proposta alegando que Carlos Lacerda havia ferido o presidente da república com seus ataques verbais enquanto desejava instaurar confusão e a desordem sociais, pois a única finalidade do governador da Guanabara era, segundo Humberto, promover a sublevação do povo. Com isso entendia que aquela casa devia tomar uma posição em defesa do presidente João Goulart. “Em votação o requerimento foi aprovado”²⁸⁵.

283 Ver Gomes, Ângela de Castro. *Partido Trabalhista Brasileiro (1945 – 1964): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base*. In Ferreira, Jorge e Aarão, Daniel. *Nacionalismo e reformismo radical (1945 – 1964) - As esquerdas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; Figueiredo, Argelina Cheibub. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política (1961 – 1964)*. São Paulo: Paz e Terra, 1993; Montenegro, Antonio Torres e Santos, Taciana Mendonça. *Lutas políticas em Pernambuco... a Frente do Recife chega ao poder (1955 – 1964)*. In Ferreira, Jorge e Aarão, Daniel. *Nacionalismo e reformismo radical (1945 – 1964) - As esquerdas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Mesmo direcionando a análise para as lutas políticas em Recife, os autores do artigo, quando discutem as alianças dos partidos políticos na capital pernambucana, destacam que no nível nacional partidos que faziam oposição ao PCB formaram alianças em Recife.

284 Câmara de Vereadores de Garanhuns, 05 de abril de 1963, pág. 02.

285 Ibidem, pág. 04.

João Goulart fora inúmeras vezes atacado por diversos opositores – entre os mais exaltados, estava Carlos Lacerda – sendo àquele atribuído um conjunto de adjetivos de caráter nitidamente depreciativo. A estratégia política de Jango em lidar com as diversas reivindicações dos trabalhadores, se apresentando como hábil negociador, era criticada por parte de quem a ele fazia oposição, pois não entendia como virtude, mas como uma forma de instigar a luta entre patrões e empregados. Sua habilidade e competência em costurar negociações e tecer acordos, buscando o entendimento, eram repudiadas por diversos políticos que lhes faziam oposição. Nesta dimensão, Carlos Lacerda intensificou os ataques que já vinham sendo feitos através da imprensa. Lacerda acusava Goulart de desorganizado, incapaz, demagogo, desmoralizado. Fora contra esses ataques que se posicionou Humberto de Moraes. Para o historiador Jorge Ferreira, “Carlos Lacerda desferia ataques violentos a Jango, como ‘despreparado’, ‘ignorante’, ‘corrupto’, ‘golpista’ e ‘manipulador dos operários’ e, até mesmo, comentários como o de que [Jango] frequentava cabarés”²⁸⁶.

Ao estudar a experiência política de João Goulart, Ângela de Castro se aproxima das análises de Jorge Ferreira. Para ela o tom dos ataques a Jango começou a se intensificar desde que ele era Ministro do Trabalho, principalmente quando ele propôs, com o apoio de Vargas, um projeto para aumentar o salário mínimo em 100%. Carlos Lacerda, através de seu jornal *Tribuna da Imprensa*, passou a atacá-lo, chamando-o de ignorante, primário, demagogo, ladrão do dinheiro público²⁸⁷, entre outros adjetivos. Sua proposta de aumento salarial acarretou no conhecido Manifesto dos Coronéis, expressando a reação de parte da oficialidade do Exército às posturas de Jango.

286 Ferreira Jorge. *Entre a história e a memória: João Goulart*. In Ferreira, Jorge e Aarão, Daniel. *Nacionalismo e reformismo radical (1945 – 1964) - As esquerdas no Brasil* (organizadores). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pág. 515.

287 A lista dos adjetivos atribuídos a Jango, por Lacerda, é mais longa. Golpista, conspirador e manipulador, são apenas alguns. Gomes, Ângela de Castro e Ferreira, Jorge. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: FGV, 2007, pág. 50.

Quarenta e dois dias se passaram até Humberto de Moraes apresentar mais um requerimento que contrariava a postura política dos dirigentes de seu partido. Na configuração de poder específica, na qual estava inserido Humberto, enquanto um político eleito pela legenda de um partido que gestava um forte discurso de oposição a João Goulart e seu governo – a UDN – poderia não ser visto com bons olhos, propostas que entrariam em rota de colisão com as diretrizes dos dirigentes daquela agremiação partidária. Deixemos que o próprio Humberto apresente sua proposta.

Proponho um requerimento no sentido desta Casa enviar uma moção de aplausos ao Presidente João Goulart, por motivo de seu programa de reformas de base na administração do país. Requerimento no mesmo sentido dirigido ao Congresso Nacional, solicitando a aprovação dos projetos de reforma de base na estrutura econômica do país²⁸⁸.

Humberto justificou sua proposta alegando a importância que tinham as reformas de base defendidas pelo presidente como uma tentativa de solucionar os problemas sociais do país, desejando vetar a crescente inflação pela qual passava o Brasil à época. Enfatizou a necessidade de se fazer uma reforma agrária no país que iria “resolver os mais indigestos problemas nacionais, sobre o qual tanto essa Casa, como as demais do país, precisam lutar neste sentido”.²⁸⁹

João Goulart naquele momento era severamente atacado em diversos órgãos da imprensa que lhes faziam oposição como responsável pela crise política atual, sendo acusado de tentar instaurar uma república sindicalista no país com a ajuda dos comunistas. Para tentar sanar a crise política e econômica pela qual passava o país na época, Jango lançara o Plano Trienal, de autoria de Celso Furtado e Santiago Dantas. Dentro das metas do plano incluía-se uma série de reformas que deveriam ser imediatamente instauradas. Dentre elas e, a mais polêmica de todas, incluía-

288 Câmara de Vereadores de Garanhuns, 17 de maio de 1963, pág. 02.

289 Ibidem, pág. 04.

-se a reforma agrária. Jorge Ferreira, analisando o governo João Goulart, enfatizou que “as metas principais do plano de estabilização eram as de combater a inflação e, em um passo seguinte, implementar as reformas de base. O programa incluía medidas ortodoxas, como acordos com o FMI, e a alternativa estruturalista, como era a reforma agrária”²⁹⁰.

O plano foi visto com bons olhos por parte do Legislativo municipal de Garanhuns. No entanto, se o plano constituía-se em novidade, na avaliação de Jorge Ferreira, não obteve a mesma aceitação de outros importantes segmentos sociais. Segundo aquele historiador, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e parte das esquerdas, liderados por Leonel Brizola e Francisco Julião, se opuseram ao plano chamando-o de reacionário e pró-imperialista, para usar de empréstimo as palavras daquele historiador. Nesta dimensão, se opor à moção de aplausos requerida por Humberto de Moraes, pode ser entendido como um protesto a Goulart e, mais precisamente, a sua política econômica. A saída dos vereadores da plenária pode ser percebida como uma resistência simbólica às ideias comunistas associadas, naquele momento, à imagem de Jango.

A proposta de reforma agrária sugerida no plano era delicada, pois sua instauração acarretaria mudanças na Constituição. As esquerdas, ou parte destas, que se opuseram ao plano desejavam uma reforma agrária radical sem nenhuma indenização aos latifundiários. A exequibilidade da proposta encontrava-se em rota de colisão com o artigo 141 da Constituição, que garantia indenizações prévias, e em dinheiro, para desapropriações por interesse público. Essa inconstitucionalidade da proposta era o epicentro de grande parte dos conflitos que envolveram defensores e opositores de sua instauração. Para um grupo das esquerdas, considerado radical, dever-se-ia mudar a Constituição, pois para ele era inconcebível qualquer tipo de ressarcimento aos latifundiários.

290 Ferreira Jorge. *Entre a história e a memória: João Goulart*. In Ferreira, Jorge e Aarão, Daniel. *Nacionalismo e reformismo radical (1945 – 1964) - As esquerdas no Brasil* (organizadores). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, págs. 523/524.

A Câmara de Vereadores e o golpe de 1964.

Não é objetivo deste trabalho, menos ainda deste capítulo, fazer uma vasta apreciação dos desdobramentos políticos do golpe de 1964 em Garanhuns. No momento desejo apenas analisar algumas vivências da Câmara de Vereadores diante da ruptura constitucional de 1964, examinando como a ameaça comunista foi praticada naquele espaço após a tomada do poder pelos militares.

As estatísticas das eleições municipais de 1963 em Garanhuns revelam que os candidatos ligados, de alguma maneira, às ideias comunistas, não conseguiram se eleger para o Legislativo Municipal. Mas os números deixam escapar as negociações, os acordos e as alianças que contribuíram para que um determinado resultado fosse atingido nas urnas. Os números, nessas circunstâncias, apenas representam em algarismos vitórias e/ou derrotas, pois não dão conta do universo das práticas, atividades, estratégias; não captam os desvios, improvisações, delimitações e os percursos trilhados pelos candidatos. No caso de Garanhuns, eles indicam, apenas, que os candidatos comunistas não conseguiram se eleger ou reeleger, no caso de Amaro Costa.

O período em que João Goulart esteve na presidência da república foi marcado por fortes agitações e inseguranças políticas. Este também foi um período de ascensão da atmosfera de medo acerca do comunismo em diversas partes da federação. Para Carla Simone, “a presidência de João Goulart foi um período politicamente agitado no qual o anticomunismo teve uma presença marcante. O golpe militar foi organizado para, entre outras coisas, enfrentar a onda esquerdista ou comunista que, na visão de certos grupos, estaria tomando conta do país”²⁹¹. A tomada

291 Rodighero, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945 – 1964)*. Porto Alegre, editora da UFRGS, 2007, pág. 88. O artigo de Rodrigo Patto *João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-64*. In Ferreira, Marieta de Moraes. *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, bem como seu livro *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964)*. São Paulo: Perspectiva – FAPESP 2002, trazem preciosas informações acerca do crescimento das ideias anticomunistas, pois para diversos opositores de Goulart, sua estada na presidência favoreceria à ascensão das ideias comunistas no Brasil.

do poder pelos militares mudou o cenário político do Brasil demonstrando, simultaneamente, a derrota dos comunistas. Ainda segundo aquela historiadora,

Uma análise do consulado norte-americano sobre o caso paulista mostra que os grupos extremistas de esquerda devem ter lavado um susto na manhã de 2 de abril, quando descobriram que os acontecimentos em curso não eram uma brincadeira de primeiro de abril. No mesmo documento é comentado a “destruição do mito esquerdista”, a qual teria sido de “importância incalculável”²⁹².

A esquerda – ou mais especificamente, o comunismo – fora também derrotada na Câmara de Vereadores de Garanhuns. Este palco constituía-se num importante espaço gestor e transmissor de conhecimentos. Havia uma prática de circulação de informações entre as câmaras municipais de vereadores do estado, que ainda está para ser estudada. Esta prática funcionava como um canal de divulgação de ideias, atitudes e posturas. Constituíam-se como um poderoso veículo disseminador de saberes, informações e posicionamentos políticos, circulando conhecimento enquanto produtor de poder. No início de cada ano, e durante as inúmeras sessões diárias, a Câmara de Garanhuns recebia e enviava, a diversas câmaras estaduais, a composição da mesa que regeria o ano em curso. Não apenas esse tipo de informação circulava entre aqueles poderes. Nas atas pesquisadas encontramos diversas menções a inúmeros ofícios recebidos de outras câmaras discutindo um vasto leque de assuntos. Para ficarmos apenas em um exemplo, mencionemos o episódio no qual o Legislativo Municipal de Garanhuns propôs requerimento para enviar às demais câmaras do estado um ofício solicitando o apoio daqueles poderes no sentido de garantir que a Constituição fosse respeitada quando os militares tentaram impedir a posse de João Goulart na presidência.

292 Ibidem, pág. 125.

No dia 02 de abril de 1964, o presidente da Câmara, Álvaro Brasileiro Vila Nova, convocou os demais vereadores para uma sessão, de caráter extra-ordinário, com o objetivo de tratar da atual crise política pela qual passava o país. Às 19h horas e 30 minutos do dia 02 de abril, começava, sob clima tenso, a sessão do Legislativo Municipal. Ao fazer uso da palavra, o presidente da Câmara expôs as razões da convocação daquela sessão especial,

Fazendo ver que graças a gloriosa Força Armada brasileira, que soube cumprir o seu dever, a atual crise do país foi solucionada, alegando que elementos de uma ideologia estranha aos nossos princípios democráticos, financiados por Cuba, estavam procurando implantar o regime comunista no país, mas que a habilidade das Forças Armadas os haviam repelidos, solucionando desta forma a grande crise verificada na Nação. Finalizou sugerindo ao plenário que fosse feito moções de apoio as autoridades militares no nosso Estado, pelo grande desempenho em defesa dos nossos princípios democráticos²⁹³.

Para o presidente da Câmara o perigo tinha nome: o comunismo. Para ele, se não fosse a atuação prática e precisa dos militares em 31 de março, o Brasil continuaria correndo riscos, em virtude da ação de elementos que defendiam ideologia estranha à democracia; defendiam o comunismo. Desta maneira, as atitudes dos militares em tomar o poder era uma medida fundamental e indispensável diante do risco eminente que corria o país. Foi graças à intervenção precisa das Forças Armadas que os princípios democráticos continuariam existindo em nossa pátria. Para ele a crise existira até o dia 31 de março; o problema estava resolvido, a ameaça havia sido sanada.

A concepção de que a crise existiu até o dia do golpe era encarada, em certa maneira, por aquele vereador, como uma relativa tranquilidade, pois se a crise política era atual, a ameaça não o era, não existia mais; era coisa do passado. E em virtude desta suposta tranquilidade

293 Câmara de Vereadores de Garanhuns, 02 de abril de 1964, pág. 03.

resultante da ação dos militares, era justo que aquele poder enviasse votos de aplausos e congratulações aos defensores da liberdade e da democracia: os promotores da ditadura militar instituída em 31 de março de 1964.

É provável que, não apenas o presidente da Câmara de Vereadores, como os demais membros daquele poder, não imaginariam que os militares fossem instituir uma das mais sangrentas ditaduras na América Latina e certamente a mais violenta da história republicana do país. Para quem estava vivendo o calor dos acontecimentos, dependendo do espaço social no qual estava inserido, não era fácil imaginar em que poderiam se transformar as ações daquela “gloriosa Forças Armadas”. Ações essas que modificaram o cenário político nacional causando ressonâncias, inclusive, no exterior²⁹⁴.

Nas reuniões subsequentes daquele poder é possível perceber que a relativa tranquilidade, em virtude de que a ameaça comunista havia sido vencida, ainda não estava totalmente garantida. A ameaça comunista continuou sendo o principal assunto em pauta de diversas reuniões subsequentes. A tomada do poder pelos militares não garantiria por si só o fim do perigo comunista. Precisava-se do empenho e ação de todos.

Entremos no salão nobre do Legislativo Municipal de Garanhuns para acompanharmos esses embates. O dia era 11 de abril de 1964. Precisamente às 19h e 30min começava-se a sexta reunião extraordinária do poder Legislativo Municipal de Garanhuns. Sob a presidência do vereador Álvaro Brasileiro Vila Nova, a Câmara Municipal deu início ao seu expediente. O assunto principal em tela foi a situação política pela qual passava o Brasil e a necessidade de sanar, de uma vez por toda, as possibilidades de crescimento do comunismo no país.

294 Segundo Carla Simone, “Uma análise do consulado norte-americano sobre o caso paulista mostra que os grupos extremistas de esquerda devem ter levados um susto na manhã de 2 de abril, quando descobriram que os acontecimentos em curso não eram uma brincadeira de primeiro de abril. No mesmo documento é comentado a ‘destruição do mito esquerdista’, a qual teria sido de ‘importância incalculável’”. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945 – 1964)*. Porto Alegre, editora da UFRGS, 2007, pág. 125.

Em um dado momento, quando a fala fora franqueada aos vereadores, José Guilherme da Rocha pediu a palavra. Levantou-se e seguiu à tribuna. Lá chegando

Sugeri a Mesa a convocação de uma reunião especial para cassação dos mandatos dos suplentes de vereadores pertencentes a esta Casa, que sejam comunistas e simpatizantes de ideologias extremistas, tendo justificado, ressaltando a necessidade daquela medida, tendo em vista a atual situação nacional e o movimento revolucionário vitorioso das Forças Armadas naquele sentido²⁹⁵.

Em 18 de agosto de 1963 houve pleito eleitoral no município no qual nenhum candidato a vereador considerado comunista foi eleito. Ficaram apenas alguns na suplência. Esse resultado serve de indício para pensarmos que os esforços desenvolvidos pela Secretaria de Segurança Pública do estado, por parte da Igreja Católica e da imprensa no combate às ideias comunistas, demonstraram resultados. Mas a ausência de vereadores comunistas no recinto da Câmara não significou a falta de debates acerca do comunismo. Pelo contrário.

Já mencionamos, em outro momento, que não é viável considerarmos a legenda partidária de um dado político como único pressuposto para enquadrá-lo como oposição ou aliado a certos partidos. Também já analisamos que durante o período em que o PCB esteve na ilegalidade, diversos políticos daquela agremiação partidária se elegeram através da legenda do PTB, que se apresentou em diversos momentos como aliado político do PCB, como ressaltou a historiadora Dulce Pandolfi (1995).

No entanto, se este foi um posicionamento de uma ala daquele partido, não o foi para todos seus membros, pois o autor da proposta que sugeriu cassar os mandatos políticos dos suplentes de vereadores de Garanhuns, representantes do comunismo, pertencia ao PTB, antigo aliado do PCB. José Guilherme não estava só naquela luta. O vereador Ivo Amaral – eleito pela legenda do PSD, Partido Social Democrático

295 Câmara de Vereadores de Garanhuns, 11 de abril de 1964, pág. 02.

– após demonstrar irrestrito apoio à proposta de José Guilherme enfatizou que deveria ser votada uma resolução a respeito da proposta em tela naquele dia; na sessão de 11 de abril, e não via necessidade para adiamento. Acreditava ele, que não restava mais dúvida quanto a consolidação do movimento revolucionário vitorioso no país, “razão pela qual não via motivos para dúvidas e adiamentos da referida deliberação”²⁹⁶. Mas após outros vereadores o terem sucedido na tribuna, ficou decidido que a solicitada cassação dos representantes comunistas ocorreria no próximo dia 13 de abril.

Independente da conceituação que se atribua ao golpe civil-político-militar de 1964, aquele movimento atribuía um estatuto de legitimidade, uma espécie de justificativa para os comunistas serem cassados do cargo de suplente. A ação dos militares, para parte dos vereadores, comprovava e justificava a necessidade da proposta de José Guilherme. Se o movimento se justificaria em virtude da importância de se combater a ameaça comunista, era uma ação legítima e indispensável, logo, não havia necessidade para o adiamento da proposta.

O argumento maior da existência da proposta de José Guilherme não era apenas a ameaça comunista. Certamente, para quem assim experimentava o comunismo, tal ameaça era capaz de incitar em muitos a elaboração de semelhante proposta. Mas a justificativa que legitimava aquela sugestão foi a tomada do poder pelos militares, nomeada na Câmara, de Movimento Revolucionário. Este movimento dava o respaldo de que a proposta precisava; ele foi executado para não entregar o Brasil nos braços dos comunistas. Assim sendo, e diante das sucessivas prisões dos comunistas pelos diversos órgãos de segurança, a existência da proposta estava coberta pelo manto da razão; estava justificada. Nos discursos dos vereadores que fizeram uso da palavra, naquela sessão, para demonstrar seu apoio à proposta e sua importância, todos – sem exceção – se referiram ao *Movimento Revolucionário* como argumento comprobatório para suas ações naquele sentido. Se os militares assim

296 Ibidem.

agiram, os vereadores também podiam e deviam fazer o mesmo. A Câmara tinha gestado tal proposta porque os militares estavam agindo naquela direção – cassando os direitos políticos e civis dos comunistas – e o fez para combater o comunismo.

Um dia antes, em 10 de abril de 1964, essa discussão fez parte da pauta de trabalho da Câmara. O presidente comunicou àquele poder que tinha ouvido severas críticas de alguns civis quanto à permanência de representantes comunistas tanto no Legislativo, quanto no Executivo municipais. Mencionou que ouviu a manifestação de um senhor quando este bradava que inclusive o vereador José Guilherme era um dos comunistas que continuava ocupando os bancos daquele poder e que a Câmara já deveria ter cassado os mandatos de todos aqueles que se identificavam com o comunismo.

José Guilherme recebeu o apoio de outros vereadores, quando discursaram dizendo que tinham certeza de que houve algum equívoco, haja vista ser aquele vereador um forte opositor às ideias comunistas. Ele, em sua defesa, afirmou que estava de consciência tranquila, pois nunca fora defensor nem simpatizante do comunismo. E se alguém conseguisse provar o contrário ele mesmo renunciaria ao cargo, pois aquela autoridade entendia que naquele recinto não havia lugar para pessoas defensoras daquele credo. A cassação dos suplentes comunistas já havia sido cogitada um dia antes da sugestão da proposta por José Guilherme. Nesta dimensão, a atitude daquele vereador, em propor a anulação dos direitos políticos dos comunistas, pode possivelmente ter sido uma estratégia para ratificar que em hipótese alguma ele era defensor das ideias comunistas.

A Câmara e a prefeitura constituíam-se em espaços de poder selecionando rigorosamente os indivíduos que ali deviam trabalhar. Aqueles espaços não eram lugares para qualquer um. As pessoas que lá transitavam eram responsáveis pela manutenção da ordem, da justiça e da democracia. Logo, quem representasse uma ameaça a tais princípios não era digno de frequentar tais ambientes. A existência de tais

pessoas deixava aqueles espaços impuros, portanto, suas retiradas os purificariam. Dessa maneira, os poderes Legislativo e Executivo agiram de forma seletiva, condicionando quem eram merecedores, ou não, de frequentar e trabalhar naqueles espaços. Dessa maneira Legislativo e Executivo municipais desenvolveram um rigoroso controle social na medida em que produziram um conjunto de normas próprias instituindo o que consideravam certo ou errado. Tal controle atingiu inúmeras pessoas que, por não compactuarem com certos princípios éticos, foram punidas, castigadas e proibidas de expressar suas opiniões.

Não encontrei nos arquivos da Câmara de Vereadores a ata dos trabalhos do dia 13 de abril de 1964. Aquele não foi apenas mais um dia de trabalho, mesmo que alguns assim o tenham encarado. Naquele dia 13, em caráter extraordinário foi votado o projeto que defendia a cassação dos direitos políticos dos suplentes de vereadores representantes do comunismo naquele poder. A política de arquivamento é construção de um conjunto de práticas resultantes de embates políticos, negociações, acordos e alianças com os interesses que se digladiam no campo de luta. Assim, num arquivo guarda-se aquilo que se considera importante e digno para ser preservado, para que outros no futuro, próximo ou distante, tenham acesso a certas vivências. O fato de não encontrarmos a ata daquele dia de trabalho é indicativo das atividades seletivas das práticas de arquivamento, e pode revelar que alguém que transitava naquele poder, não quis que aqueles acontecimentos ficassem registrados nos anais da Câmara de Vereadores. Mas como os acontecimentos vivenciados num certo dia podem ultrapassar as barreiras do tempo e ser experienciados em outros dias, encontramos menções aos trabalhos do dia 13 em outros momentos, em outras fontes.

Aquele projeto foi votado. Quem faltou aos trabalhos, naquele dia, depois se justificou, pediu desculpas e ressaltou a importância da proposta defendida em plenária. Naquele dia ficou determinado que os representantes do comunismo, naquele espaço, não podiam mais atuar. Os direitos políticos dos suplentes de vereadores foram extintos. Mas com aquela

atitude, o Legislativo Municipal não amputava apenas os direitos políticos daqueles cidadãos. Cassava também três pessoas que foram legalmente escolhidas, em eleições diretas, e cimentava, junto à suas imagens, a concepção de que os comunistas não eram merecedores de confiança.

Cassar os direitos políticos dos comunistas da cidade não foi a única atitude de demonstração de apoio da Câmara de Vereadores ao golpe civil-militar, instituído em 31 de março. A partir de abril de 1964 tornou-se uma constante o envio de moção de aplausos aos governadores de diversos estados da federação que tinham apoiado os militares. Outra prática daquele espaço residiu em conceder título de *Cidadão de Garanhuns* a personagens que eram, pelos vereadores, considerados importantes cidadãos e que tinham demonstrado relevantes contribuições ao movimento de 1964. Foi o que ocorreu com o título de cidadania de Garanhuns concedido ao general Justino Bastos, comandante do IV Exército, sediado na capital do estado. A proposta de autoria dos vereadores José Guilherme e Ivo do Amaral foi aprovada por unanimidade por seus pares. Essa atitude selava a união, em termos de apoio, entre as ações das Forças Armadas e o Legislativo Municipal. Se os soldados do exército continuavam executando seus planos, desde o 31 de março, como demonstraram ao prender dois bancários considerados comunistas em Garanhuns, nada mais justo e oportuno do que homenageá-los com o título de Cidadão de Garanhuns.

O projeto de José Guilherme e Ivo do Amaral teve repercussão na imprensa. O *Jornal do Commercio* noticiara que o “General Justino Alves Bastos foi escolhido cidadão de Garanhuns”²⁹⁷. Aquele periódico ressaltou a importância das atividades do IV Exército, sob a liderança do general Justino Bastos, nos desdobramentos do golpe de 1964, como sendo o principal motivo pelo qual o Legislativo de Garanhuns concedia aquele título.

Os trabalhos, no Legislativo Municipal, seguiam seus cursos numa aparente normalidade. Aparente, pois o medo do comunismo continuava

297 *Jornal do Commercio*, Recife, 10 de maio de 1964, pág. 05.

a perturbar alguns vereadores, na medida em que julgavam necessário ratificar a ruptura constitucional com envios frequentes de mensagens a diversas autoridades que participaram direta ou indiretamente da execução do golpe em 31 de março. Como forma de legitimar suas ações, perante a população e a si mesmo, aquele poder passou a enviar moções de aplausos e louvores aos governadores que tinham apoiado o golpe, bem como aplaudiram o “Exmo. Sr. Presidente da República – Marechal Castelo Branco, por motivos do rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a República de Cuba”²⁹⁸. A atitude de Castelo Branco foi ressaltada no cenário da Câmara e considerada – pelos vereadores Ivo do Amaral e José Guilherme – como um nobre gesto de responsabilidade numa demonstração de atitude cristã. A nobreza de tal gesto residia no fato de que Fidel Castro era apontado por aqueles vereadores como “traidor e escravizador do povo daquela nação” e assim sendo, bom cristão como era Castelo Branco, sua atitude representava os valores cristãos com os quais ele tomou aquela decisão.

Mas para além das demonstrações de apoio ao golpe, aquelas atitudes do Legislativo revelam uma preocupação em justificar suas posturas diante da população da cidade. A justificativa maior residia nas atitudes dos militares ajudando a deflagrar e consolidar o golpe. No entanto, o posicionamento da Câmara indica que o poder não se exerce de forma plena e absoluta. Uma lei, um projeto, ou uma norma instituída pelo Legislativo, não emanavam simplesmente da vontade absoluta daquele órgão. Até mesmo em governos despóticos e absolutos, suas atitudes não derivam apenas de seus desejos pessoais, como demonstrou Norbert Elias em *A sociedade de corte*. Nesta dimensão não seria inverossímil pensarmos que a população, ou parte desta, exercia um poder simbólico sobre às atitudes do Legislativo de Garanhuns, como que exigindo uma explicação para suas ações. As posturas dos vereadores quando ressaltavam as atitudes de autoridades envolvidas com o golpe, enfatizando e apoiando as prisões e a cassação dos direitos políticos dos comunistas,

298 Câmara de Vereadores de Garanhuns, 13 de maio de 1964, pág. 01.

podem ser indicadoras da pressão que parte da população exercia sob o Legislativo municipal.

No ato de entrega do título de Cidadania de Garanhuns para o general Justino Bastos, a cidade presenciou uma encenação do poder num espetáculo inédito na cidade. Tal fato não podia acontecer num dia comum de trabalho. Para tanto se escolheu uma data específica para a entrega do título. As atividades do Legislativo no dia 17 de julho de 1964 foram reservadas, exclusivamente, para aquela ação. E como ocorre em vários espetáculos, os assentos próximos ao palco foram reservados para as personalidades consideradas nobres, entrando em cena, por conseguinte, uma rigorosa seleção, escolhendo os ilustres e dignos de tal façanha. Foram agraciados e convidados para o espetáculo o bispo da Garanhuns, Dom Adelino Dantas – numa demonstração simbólica de apoio do poder religioso católico da cidade –, o Legislativo municipal, deputados estaduais, o prefeito local, Amilcar da Mota Valença, jornalistas, radialistas, o juiz da comarca de Garanhuns, e tantas outras pessoas que não tiveram seus nomes cosidos à ata que relatara aquele dia de trabalho, mas que lá estiveram para prestigiar o espetáculo.

A cidade parou durante a encenação do espetáculo da entrega do título de Cidadania de Garanhuns ao General Justino Bastos. Depois de preenchidos os espaços destinados às autoridades consideradas ilustres, todas as dependências da Câmara e da Prefeitura foram ocupadas. Mas certamente aquele espaço não comportaria toda a população da cidade que desejasse prestigiar aquela ação. Mas se a maioria da população de Garanhuns e das cidades vizinhas não poderia ir ao espetáculo, este foi à população. E pela primeira vez na cidade uma cerimônia política alcançou tamanhas dimensões, pois todas aquelas encenações foram “transmitidas pela Rádio Difusora local e serviços de auto-falantes da cidade”²⁹⁹.

Recebido sob longas e calorosas salvas de palmas, o homenageado fez uso da palavra. Disse que se sentia honrado pelo título a ele

299 Câmara de Vereadores de Garanhuns, 17 de julho de 1964, pág. 02.

conferido, agradecendo pela maneira calorosa e gentil que havia sido recebido na cidade. Não precisa dizer que numa cerimônia desse tipo todas as qualidades possíveis, imagináveis e desejáveis foram ao homenageado atribuídas. Sua infância lembrada, sua adolescência ressaltada, e sua carreira como militar mais do que enfatizada, preencheram algumas páginas da sua exaltada biografia.

O golpe militar, chamado por aquele poder, de Revolução ou Movimento Revolucionário, foi revisitado durante a entrega do título. O perigo comunista volta à cena mais uma vez. O golpe militar foi evocado como necessário para vetar o avanço das forças do mal; do comunismo. A ausência de um confronto armado é lembrada como uma grande vitória do povo brasileiro, que estava vivendo num regime revolucionário sem ter passado por derramamento de sangue, na ótica dos organizadores daquele espetáculo. No entanto, tal situação poderia ter sido bem diferente

Se vitoriosa estivesse uma revolução comunista [...] e os exemplos próximos e recentes aí estão com a força de uma evidência, pois por sermos democratas e cristãos é que combatemos e repudiamos o comunismo, e foi contra a pregação da violência e do ódio que se ergueram nossos militares e nossos democratas. O Exército, através de seus generais e oficiais das diversas patentes, com o sentimento voltado para a grandeza do Brasil e o alto espírito democrático e legalista em defesa da democracia brasileira, das instituições legais, da ordem e da paz que se achavam ameaçadas por aqueles que tentavam implantar um sistema ideológico de governo, que por certo iria ferir os sentimentos de nosso povo em sua totalidade³⁰⁰.

Fora com tais perspectivas que se executaram as ações das Forças Armadas, de uma maneira geral, no 31 de março de 1964, na concepção de parte do Legislativo de Garanhuns. E neste movimento de luta em

300 Câmara de Vereadores de Garanhuns, 17 de julho de 1964. Sessão solene de entrega do título de *Cidadania de Garanhuns* ao General Justino Alves Bastos, pág. 04.

defesa da democracia, do bem, da paz e das instituições, o IV Exército, tendo à frente o general Justino Basto, contribuiu de maneira decisiva, se erguendo contra a doutrina malsã de elementos extremistas “assumindo o compromisso de defender as instituições e preservar o regime democrático que se encontrava ameaçado”. Dessa maneira, as atitudes das Forças Armadas – da Câmara de Vereadores, também – estavam justificadas. Era para defender as instituições que a Constituição fora desrespeitada. Era pela luta em defesa da democracia que cassaram os direitos políticos dos comunistas. Foi, estranhamente, lutando pela liberdade, que vigiaram, cassaram, prenderam, perseguiram, torturaram e derramaram sangue de diversas pessoas que foram consideradas perigosas.

As ações do governo deposto foram apontadas como promotoras da desordem e corrupção. João Goulart teria mergulhado o Brasil num mar de lamas governado pela anarquia e indisciplina, atingindo inclusive as Forças Armadas. O golpe civil-militar representava, naquele momento, para aquele poder, o retorno do país à tranquilidade. Tranquilidade que havia sido usurpada pela astúcia do comunismo. Este era o responsável pelo dilaceramento dos bons modos da sociedade brasileira, corroendo os bons costumes e disseminando o ódio entre as pessoas. Para ratificar os sentidos negativizados acerca do comunismo, os autores da ata citam Ruy Barbosa, para quem o comunismo seria o antônimo de paz, amor e liberdade.

Segundo narra o grande imortal Ruy Barbosa, a respeito do comunismo, em que ele sabiamente declara: “O comunismo não é fraternidade, é a invasão do ódio entre as classes. Não é a reconciliação dos homens, é a sua exterminação mútua. Não arvora a bandeira do evangelho, bane a Deus das almas e das reivindicações populares. Não dá tréguas à ordem. Não conhece a liberdade cristã. Dissolveria a sociedade. Extinguiria a religião. Desumanaria a humanidade. Subverteria e inverteria a obra do Criador”³⁰¹.

301 Ibidem, pág. 06.

Essa mensagem foi ouvida por grande parte da população de Garanhuns e das cidades vizinhas aonde chegavam as ondas sonoras da rádio difusora, que transmitira aquela cerimônia. Levando em consideração as formas múltiplas de apropriação dos ouvintes, aquelas palavras certamente ecoaram de formas diversas e produziram significados distintos. Sentidos foram emitidos daquele discurso sedimentando a imagem do comunismo enquanto um mal absoluto; destruidor incontestado da sociedade. E com todo mal, ele deveria ser combatido e evitado para não contaminar o sagrado solo pátrio. Era por todo esforço em defesa da pátria, para que esta não fosse contaminada pelo comunismo, que “o General Justino Alves Bastos fez jus ao Título de Cidadão de Garanhuns”.

A concessão daquele título selava uma união simbólica entre o Legislativo da cidade e as ações das Forças Armadas. Estes poderes – o Legislativo municipal e as Forças Armadas – atuaram do mesmo lado do palco, defendendo ideias semelhantes nas construções do medo acerca do comunismo em Garanhuns. Com base num conjunto de valores próprios, cada um daqueles poderes instituiu o que acreditava ser bom ou ruim para a sociedade que desejavam construir. Segundo suas condutas, crenças e percepções, aqueles poderes elencaram o que consideravam certo ou errado, legal e ilegal. A partir daí, quem fosse considerado nocivo à sociedade, portador de ideias subversivas, era visto como o outro indesejável, o mal a ser banido; a experiência a ser negada. Para tanto, vigiar, controlar, perseguir, prender, torturar e, até matar se tornaram práticas permitidas e justificáveis. Dependendo do ponto de vista político, instituições que deveriam garantir a paz, o respeito e a liberdade, e que preconizavam que por tais princípios lutavam, foram promotoras das mais diversas formas de brutalidade e desrespeito à vida. Mas tudo estava justificado, na medida em que estavam acobertadas pela bandeira de luta contra o comunismo. Para se evitar este mal, aquelas práticas estavam justificadas.

As setas indicam algumas localizações de residências comunistas segundo um levantamento da Delegacia Auxiliar de Polícia de Garanhuns e os círculos indicam a área (ou bairro) onde se localizavam as células – organizações – comunistas.

Fragments das atas da Câmara de Vereadores de Garanhuns, relatando a viagem de Amaro Costa à Cuba.



Fragments of reports from the Pernambuco Public Security Secretariat.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

PERNAMBUCO

RELAÇÃO DE ELEMENTOS COMUNISTAS RESIDENTES NA CIDADE DE GARANHUNS:

ABELARDO DE SOUSA MÊLO	-	-	-	-	-	22
ADALOISA TENORIO DE OLIVEIRA	-	-	-	-	-	18
ADEMAR GOMES DA SILVA	-	-	-	-	-	1
ALBINO GUEIROS SALES	-	-	-	-	-	9359
ALOISIO CALDAS	-	-	-	-	-	87
ALBERTO PINTO SOUTO	-	-	-	-	-	2
ALOISIO GOMES CABRAL	-	-	-	-	-	9794
ALFREDO DE ALMEIDA OLIVEIRA	-	-	-	-	-	33
ADONIJAH VALE	-	-	-	-	-	46
ANTONIO AGIOLI	-	-	-	-	-	44
ARISTIDES FIGUEIREDO	-	-	-	-	-	66
ARISTIDES RUIES	-	-	-	-	-	76
AUGUSTO PINTO	-	-	-	-	-	21
ANTONIO ALEXANDRINO DA SILVA	-	-	-	-	-	77
ANTONIO ALVES VILELA	-	-	-	-	-	32
ANTONIO DE BARROS	-	-	-	-	-	77
ANTONIO DE BARROS CORREIA	-	-	-	-	-	2
ANTONIO CARNEIRO	-	-	-	-	-	13
ANTONIO DODG E SILVA	-	-	-	-	-	49

Telegram from the local police delegate mentioning the manifestations by the communists of Garanhuns demonstrating João Goulart.

CÓPIA - TELEGRAMA - URGENTE SECRETARIO

SEGURANÇA PÚBLICA RECIFE

De GARANHUNS PE - Nr. 21 - Wds. 78 - Dt. 7-9-61 - Hr. 19,30

COMUNICO VOSENCIA QUE HOJE AS 15 HORAS VG ELEMENTOS COMUNISTAS LIGADOS AO PREFEITO LOCAL VG PROCURARAM FAZER MANIFESTAÇÕES OSTENSIVAS PT PELAS RUAS DA CIDADE SOLTANDO GRANDES BOMBAS TRAVAILIANAS PT COMO ATE AQUELA HORA NAO HAVIA RECEBIDO RESPOSTA RADIOGRAMA VOSENCIA VG PROTEBI REFERIDA AGITAÇÃO PT ADIANTO VOSENCIA QUE AS 16 HORAS E 30 MINUTOS RECEBI RESPOSTA RADIOGRAMA PERMITINDO MANIFESTAÇÕES PT FOI IMEDIATAMENTE DELIBERADA DENTRO DA ORDEM PT MAS TUDO CALMO PT.

INACIO-SABINO SILVA
1º TEN DELEGADO POLICIA

7-9-61

[illegible]

CIRCULO DE AMIGOS DO PARTIDO COMUNISTA

N O M E N

ASSIS MORENO "JOA" (Ex-vereador) =	R\$	100,00
EMILIO NOTARO (Ex-comediante) =	"	50,00
COLMERO GOMES (Comediante) =	"	500,00
DECEGLIO (Classificador de Alameda) =	"	50,00
ROBERTO LESTE FIANCO (Comediante) =	"	200,00
RAMUNDO DE MORAIS (Vereador) =	"	20,00
GERMUNO DE ALBUQUERQUE (Ex-comediante) =	"	20,00
ALFONSO LESTE (Deputado) =	"	300,00
ANDRÉ LUIS BIANCHI (Comediante) =	"	200,00
PEREIRA JUNIOR (Vereador) =	"	50,00

1. SECRET
 2. SECRET
 3. SECRET
 4. SECRET
 5. SECRET
 6. SECRET
 7. SECRET
 8. SECRET
 9. SECRET
 10. SECRET
 11. SECRET
 12. SECRET
 13. SECRET
 14. SECRET
 15. SECRET
 16. SECRET
 17. SECRET
 18. SECRET
 19. SECRET
 20. SECRET
 21. SECRET
 22. SECRET
 23. SECRET
 24. SECRET
 25. SECRET
 26. SECRET
 27. SECRET
 28. SECRET
 29. SECRET
 30. SECRET
 31. SECRET
 32. SECRET
 33. SECRET
 34. SECRET
 35. SECRET
 36. SECRET
 37. SECRET
 38. SECRET
 39. SECRET
 40. SECRET
 41. SECRET
 42. SECRET
 43. SECRET
 44. SECRET
 45. SECRET
 46. SECRET
 47. SECRET
 48. SECRET
 49. SECRET
 50. SECRET
 51. SECRET
 52. SECRET
 53. SECRET
 54. SECRET
 55. SECRET
 56. SECRET
 57. SECRET
 58. SECRET
 59. SECRET
 60. SECRET
 61. SECRET
 62. SECRET
 63. SECRET
 64. SECRET
 65. SECRET
 66. SECRET
 67. SECRET
 68. SECRET
 69. SECRET
 70. SECRET
 71. SECRET
 72. SECRET
 73. SECRET
 74. SECRET
 75. SECRET
 76. SECRET
 77. SECRET
 78. SECRET
 79. SECRET
 80. SECRET
 81. SECRET
 82. SECRET
 83. SECRET
 84. SECRET
 85. SECRET
 86. SECRET
 87. SECRET
 88. SECRET
 89. SECRET
 90. SECRET
 91. SECRET
 92. SECRET
 93. SECRET
 94. SECRET
 95. SECRET
 96. SECRET
 97. SECRET
 98. SECRET
 99. SECRET
 100. SECRET
 101. SECRET
 102. SECRET
 103. SECRET
 104. SECRET
 105. SECRET
 106. SECRET
 107. SECRET
 108. SECRET
 109. SECRET
 110. SECRET
 111. SECRET
 112. SECRET
 113. SECRET
 114. SECRET
 115. SECRET
 116. SECRET
 117. SECRET
 118. SECRET
 119. SECRET
 120. SECRET
 121. SECRET
 122. SECRET
 123. SECRET
 124. SECRET
 125. SECRET
 126. SECRET
 127. SECRET
 128. SECRET
 129. SECRET
 130. SECRET
 131. SECRET
 132. SECRET
 133. SECRET
 134. SECRET
 135. SECRET
 136. SECRET
 137. SECRET
 138. SECRET
 139. SECRET
 140. SECRET
 141. SECRET
 142. SECRET
 143. SECRET
 144. SECRET
 145. SECRET
 146. SECRET
 147. SECRET
 148. SECRET
 149. SECRET
 150. SECRET
 151. SECRET
 152. SECRET
 153. SECRET
 154. SECRET
 155. SECRET
 156. SECRET
 157. SECRET
 158. SECRET
 159. SECRET
 160. SECRET
 161. SECRET
 162. SECRET
 163. SECRET
 164. SECRET
 165. SECRET
 166. SECRET
 167. SECRET
 168. SECRET
 169. SECRET
 170. SECRET
 171. SECRET
 172. SECRET
 173. SECRET
 174. SECRET
 175. SECRET
 176. SECRET
 177. SECRET
 178. SECRET
 179. SECRET
 180. SECRET
 181. SECRET
 182. SECRET
 183. SECRET
 184. SECRET
 185. SECRET
 186. SECRET
 187. SECRET
 188. SECRET
 189. SECRET
 190. SECRET
 191. SECRET
 192. SECRET
 193. SECRET
 194. SECRET
 195. SECRET
 196. SECRET
 197. SECRET
 198. SECRET
 199. SECRET
 200. SECRET
 201. SECRET
 202. SECRET
 203. SECRET
 204. SECRET
 205. SECRET
 206. SECRET
 207. SECRET
 208. SECRET
 209. SECRET
 210. SECRET
 211. SECRET
 212. SECRET
 213. SECRET
 214. SECRET
 215. SECRET
 216. SECRET
 217. SECRET
 218. SECRET
 219. SECRET
 220. SECRET
 221. SECRET
 222. SECRET
 223. SECRET
 224. SECRET
 225. SECRET
 226. SECRET
 227. SECRET
 228. SECRET
 229. SECRET
 230. SECRET
 231. SECRET
 232. SECRET
 233. SECRET
 234. SECRET
 235. SECRET
 236. SECRET
 237. SECRET
 238. SECRET
 239. SECRET
 240. SECRET
 241. SECRET
 242. SECRET
 243. SECRET
 244. SECRET
 245. SECRET
 246. SECRET
 247. SECRET
 248. SECRET
 249. SECRET
 250. SECRET
 251. SECRET
 252. SECRET
 253. SECRET
 254. SECRET
 255. SECRET
 256. SECRET
 257. SECRET
 258. SECRET
 259. SECRET
 260. SECRET
 261. SECRET
 262. SECRET
 263.

Garanhuns Hoje

Homemageia Gen. Justino Alves Bastos

O general Joaquim Justino Alves Bastos viaja, na manhã de hoje, rumo à cidade de Garanhuns, no interior do Estado, a fim de ser recebido ali como ex-vice de Cidádão de Garanhuns, como preito de gratidão e reconhecimento da população local pela patriótica participação de IV Exército na revolução.

Companhará o General Alves Bastos o superintendente do Porto A. referida comenda será entregue aquela alta patente militar em solenidade a ser realizada na Câmara Municipal, em presença do prefeito garanhunense, vereadores e autoridades convidadas.

A seguir, o comandante de IV Exército visitará os estabelecimentos oficiais da cidade e assistirá um desfile dos estudantes e do po-

Bibliografia

ALBUQUERQUE Jr. Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: Massanga, 2001.

AGUIAR, Flávio. *Imprensa alternativa: Opinião, Movimento e Em Tempo*. In De Luca Tania Regina e Martins, Ana Luiza. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ANDRADE, Manoel Correia de. *1964 e o Nordeste*. São Paulo: Ática, 1998.

ASSIS, Denise. *Propaganda e cinema a serviço do golpe – 1962/1964*. Rio de Janeiro: Mauad, FAPERJ, 2001.

AZEVEDO, Fernando Antonio Farias de. *As Ligas Camponesas: campesinato e política (1955 – 64)*. Dissertação de mestrado em Sociologia pela UFPE. Recife, 1980.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961 – 1964)*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora UNB, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BERGSON, Henri. *Matéria e Memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BEZERRA, Gregório. *Memórias*. 2ª Parte, 1946 – 1969. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BRAYNER, Flávio Henrique Albert. *Aí nós istôra dotô: mudança e conservação na atividade do partido Comunista Brasileiro em Pernambuco (1956 – 1964)*. Dissertação de mestrado em história pela UFPE. Recife, 1985.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista – 1920/1964*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo, UNESP, 1995.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- _____, *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- CALLADO, Antonio. *Tempos de Arraes: A Revolução Sem Violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CARLONI, Karla Guilherme. *A esquerda militar no Brasil (1955-1964)*. In Ferreira, Jorge e Aarão, Daniel. *Nacionalismo e reformismo radical (1945 – 1964)* - As esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, idéias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas*. São Paulo: Ateliê editorial; FAPESP, 2002.
- CAVALCANTI, Alfredo Leite. *História de Garanhuns*. CEHM, Recife, 1997.
- CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi*. Vol. I. Recife: CEPE, 2008.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____, *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- COELHO, Fernando Vasconcelos. *Direita, volver: o golpe de 1964 em Pernambuco*. Recife: Bagaço, 2004.
- COELHO, Marco Antonio Tavares. *Herança de um sonho: as memórias de um comunista*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- COHEN, Ilka Stern. *Diversificação e segmentação dos impressos*. In De Luca, Tania Regina e Martins, Ana Luiza. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- CHALHOUB, Sidney. *A arte de alinhar histórias: a série A + B de Machado de Assis*. In Chalhoub, Sidney, Neves, Margarida de Souza e Pereira, Leonardo A. de Miranda (organizadores). *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Portugal: Difel, 2007.
- _____, *O mundo como representação*. Estudos avançados, USP, 5(11) Jan/abril 1991.
- _____, *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto

Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2002.

_____, *El pasado en el presente: Literatura, memoria e Historia*. História, Antropologia y Fuentes Orales. Universidad de Barcelona, Vol. 37, 2007.

D'ARAUJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio A. Dillon e CASTRO, Celso. *Visões do golpe: a memória militar de 1964*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DE LUCA, Tania Regina. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In Pinsky, Carla Bessanezi (organizadora) *Fontes históricas*. São Paulo: contexto 2006.

_____, e Martins, Ana Luiza. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

DELEUZE, Guilles. *Conversações*. 1972 - 1990. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

_____, *Bergsonismo*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2004.

_____, *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Editora Vozes, 1981.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. *Imprensa a serviço do progresso*. In De Luca Tania Regina e Martins, Ana Luiza. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

FERNANDES, Eliane Moury e ANDRADE, Manuel Correia de. *Vencedores e Vencidos: o movimento de 1964 em Pernambuco*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2004.

FERREIRA, Jorge. *Entre a história e a memória: João Goulart*. In Ferreira, Jorge e Aarão, Daniel. *Nacionalismo e reformismo radical (1945 - 1964) - As esquerdas no Brasil* (organizadores). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Jorge e Aarão, Daniel. *Nacionalismo e reformismo radical (1945 - 1964) - As esquerdas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política (1961 – 1964)*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____, *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

_____, *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____, *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____, *Relações de forças: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Ângela de Castro. *Partido Trabalhista Brasileiro (1945 – 1964): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base*. In Ferreira, Jorge e Aarão, Daniel. *Nacionalismo e reformismo radical (1945 – 1964) - As esquerdas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____, *Escrita de si, escrita da história* (org.) Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____, *Memórias em disputas*. In Ferreira, Marieta de Moraes (coordenadora). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FVG, 2006.

GOMES, Ângela de Castro e FERREIRA, Jorge. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

GRYNSZPAN, Mario e DEZENOME, Marcus. *As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950 – 1964)*. In Ferreira, Jorge e Aarão, Daniel. *Nacionalismo e reformismo radical (1945 – 1964) - As esquerdas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Cidades da Mineração: memórias e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do século XX*. Cuiabá: Carlini & Caniato; EdUFMT, 2006.

_____, *Personagens e memórias: territórios de ocupação recente na Amazônia*. In Chalhoub, Sidney, Neves, Margarida de Souza e Pereira,

Leonardo A. de Miranda (organizadores). *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005.

_____, *Cartas do Chile: os encantos revolucionários e a luta armada no tempo de Jane Vanini*. In Gomes, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da história* (org.) Rio de Janeiro: FGV, 2004.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

LEVI, Geovani. *Sobre micro-história*. In Peter Burke (org.) *A escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992.

LEVINE, Robert M. *Pai dos Pobres?: o Brasil e a era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922 – 1989)*. Editora Revan e Editora da UNICAMP, 1998.

MEDEIROS, Fernando Antonio Mesquita. *O homo inimicus: Igreja Católica, ação social e imaginário anticomunista em Alagoas*. Maceió: Edufal, 2007.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *Labirintos do Medo: o Comunismo (1950 – 1964)*. In CLIO: Revista de pesquisa histórica, nº 22, 2004. Apresentação Socorro Ferraz. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

_____, *Memórias da terra: a Igreja Católica, as Ligas Camponesas e as esquerdas. 1954 – 1970* (projeto de pesquisa com o apoio do CNPq).

_____, *Ciência, História e Memória*. In Ertzogue, Marina & Parente, Temis Gomes (organizadoras). *História e Sensibilidade*. Brasília: Paralelo 15, 2006.

_____, *Arquiteto da memória: nas trilhas dos sertões de Crateús*. In Gomes, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história* (org.) Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____, *história e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 2003.

_____, *Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução*. In Ferreira, Jorge e Delgado, Lucília de Almeida Neves (organizadores). *O Brasil Republicano – O tempo da experiência democrática – da democracia de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Vol. III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____, *Viajeros Del cielo en Brasil*. In Historia, Antropologia y Fuentes Orales. Barcelona. Universitat de Barcelona publicaciones, nº 27, 2002.

_____, e Santos, Taciana Mendonça. *Lutas políticas em Pernambuco... a Frente do Recife chega ao poder (1955 – 1964)*. In Ferreira, Jorge e Aarão, Daniel. *Nacionalismo e reformismo radical (1945 – 1964) – As esquerdas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-64*. In Ferreira, Marieta de Moraes. *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____, *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964)*. São Paulo: Perspectiva – FAPESP 2002.

NEVES, Margarida de Souza. *Viajando o sertão*. In Chalhoub, Sidney, Neves, Margarida de Souza e Pereira, Leonardo A. de Miranda (organizadores). *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005.

OLIVEIRA, Roberto Aguiar de. *Recife: da Frente ao Golpe: ideologias políticas em Pernambuco*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1993.

PAES, Maria Helena Simões. *A década de 1960: rebeldia, contestação e repressão política*. São Paulo: Ática, 2004.

PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil (1955 – 1964)*. Rio de Janeiro: Record, 1972.

PAMUK, Orhan. *A malaleta do meu pai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PANDOLFI, Dulce Chaves. *Camaradas e Companheiros: memória e história do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PIRANDELLO, Luigi. *Um, nenhum e cem mil*. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.

PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. *Medo, comunismo e Revolução: Pernambuco (1959 – 1964)*. Recife: Editora da UFPE, 2009.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RODIGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945 – 1964)*. Passo fundo: UPF, 2003.

_____, *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945 – 1964)*. Porto Alegre, editora da UFRGS, 2007.

RICOUER, Paul. *Memória, história, esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: CIA das Letras, 1990.

SANTANA, Marco Aurélio. *Bravos companheiros: a aliança comunista-trabalhista no sindicalismo brasileiro (1945 – 1964)*. In Ferreira, Jorge e Aarão, Daniel. *Nacionalismo e reformismo radical (1945 – 1964) - As esquerdas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SANTIAGO, Vandeck. *Francisco Julião, as Ligas Camponesas e o golpe militar de 64*. Recife: COMUNIGRAF, 2004.

SANTOS, Taciana Mendonça. *Alianças políticas em Pernambuco: A(s) Frente(s) do Recife 1955 – 1964*. Dissertação de Mestrado. UFPE, Recife, 2009.

SECRETARIA de Segurança Pública de Pernambuco. *Aspectos da Atividade do Comunismo em Pernambuco*. Estado de Pernambuco – Delegacia Auxiliar. Recife, 1958.

SOARES, José Arlindo. *Nacionalismo e crise social: O caso da Frente de Recife (1955/1964)*. Dissertação de mestrado em sociologia pela UFPE. Recife, 1980.

TOLEDO, Caio Navarro de (org). *1964: visões críticas do golpe: democracias e reformas no populismo*. Campinas: editora da UNICAMP, 1997.

VAINFAS, Ronaldo. *Micro-história: os protagonistas anônimos da história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

**RELATOS DO MEDO: A AMEAÇA COMUNISTA
EM PERNAMBUCO [GARANHUNS – 1958/1964]**

FORMATO

15,5 x 22 cm

TIPOGRAFIA

A A Typewriter

Minion Pro

Editora
Universitária  **UFPE**

Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20 | Várzea, Recife - PE CEP: 50.740-530

Fones: (0xx81) 2126.8397 | 2126.8930 | Fax: (0xx81) 2126.8395

www.ufpe.br/edufpe | livraria@edufpe.com.br | editora@ufpe.br

O livro de Erinaldo Vicente Cavalcanti explora com agudeza analítica e grande capacidade narrativa outras dimensões da história política do Brasil do período de 1958 ao golpe militar de 1964. Sobressaem suas reflexões acerca do sentimento do medo do comunismo – o anticomunismo –, com suas faces caricaturais, esculpidas com instrumentos políticos que utilizam a força física para oprimir, torturar, destituir os direitos civis daqueles que ousam pensar diferente, identificados como comunistas. E, entre tantas contribuições, o autor deixa sua marca indelével: pensar uma história do medo, medo do perigo comunista na cidade de Garanhuns, em Pernambuco, microcosmo de práticas políticas marcadas pelo anticomunismo e pela violência no Brasil (tão bem conhecida na América Latina como em outras partes do mundo). As pesquisas nos jornais, nos prontuários policiais, nas atas da Câmara de Vereadores de Garanhuns (mais de 2.600 páginas das atas), além das histórias de vida informam diversos e importantes relatos, restituem nomes, recompõem presenças contra o esquecimento; a atividade historiográfica abre-se às brechas, às rachaduras, às zonas sombrias do esquecimento. Erinaldo Cavalcanti, em *Relatos do medo: a ameaça comunista em Pernambuco (Garanhuns – 1958/1964)*, trata também de rememoração – com o significado dado por Walter Benjamin – que implica lembrar/dizer o passado para cunhar no presente as palavras-imagens que flagram o combate político no centro da história. Este livro surpreende pelos limites transpostos pelo autor, muito além das exigências de uma dissertação de mestrado. Nele, o autor valoriza novas percepções e perspectivas historiográficas, ousa nos procedimentos metodológicos, propõe e aborda um tema inovador que atualiza a todo o tempo a historiografia mais afinada com os debates contemporâneos. Esta é uma história do medo no campo da política e da cultura, das paixões políticas vividas sob o signo do desejo revolucionário ou da abertura a novos destinos capazes de insinuar potências libertadoras, ou simplesmente anseios para virar o mundo de ponta-cabeça...

É grande o prazer em convidar historiadores e não historiadores a mergulharem na instigante leitura que nos oferece o autor.

Professora Dra. Regina Beatriz Guimarães Neto, Departamento de História da UFPE e pesquisadora do CNPq.